



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

ADINARI MOREIRA DE SOUSA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CE À LUZ DO PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

**BRASÍLIA
2013**

ADINARI MOREIRA DE SOUSA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CE À LUZ DO PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Helena Stein

BRASÍLIA

2013

ADINARI MOREIRA DE SOUSA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CE À LUZ DO PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título em Doutora em Política Social.

Aprovada em: 17 / 12 / 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosa Helena Stein (Orientadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Potyara Amazoneida P. Pereira
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Ivanete Salete Boschetti
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Sâmia Rodrigues Ramos
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof^a. Dr^a. Liana Brito de Castro Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^a. Dr^a Marlene Teixeira Rodrigues (Suplente)
Universidade de Brasília (UnB)

Dedico este trabalho ao meu pai, Alcides Moreira de Sousa, *in memoriam*, que fomentou, desde a minha tenra infância, o gosto pela leitura e pelos estudos. Você, meu pai, que se foi tão cedo e não pôde ver o desdobramento de minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho com a densidade de uma tese é obra não só de um autor, mas tessitura de tantas mãos e mentes que emolduram a produção do conhecimento e proporcionam o resultado de um produto coletivo; embora, como ressalta Guimarães Rosa, “a colheita é comum, mas o capinar é sozinho”.

À minha orientadora, professora doutora Rosa Helena Stein, pelas orientações e também pelo grande ser humano, pela intelectual e amiga terna que se mostrou neste percurso com tantas vicissitudes.

Aos professores da Pós-Graduação em Política Social da UnB, com quem tanto aprendi a pensar a Política Social em uma perspectiva crítica, compreendendo-a como o próprio Marx concebeu as primeiras regulações estatais da jornada de trabalho: como importante ganho do trabalho, sob o capital.

Às professoras doutoras Potyara Amazoneida P. Pereira, Ivanete Salette Boschetti, Sâmya Rodrigues Ramos e Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, que desde a banca de qualificação do projeto ofereceram valiosas contribuições que me possibilitaram centralizar melhor o objeto de estudo;

Às professoras Doutoradas: Liana Brito, Marlene Teixeira, Potyara Amazoneida, Ivanete Boschetti e Rosa Stein que compuseram a banca para finalização e avaliação desta tese.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, que me proporcionou condições materiais e objetivas para minha estadia em Brasília, pesquisa de campo e conclusão dos créditos, assim como participação em encontros, seminários, congressos acadêmicos e científicos, eventos para interlocução com pesquisas e pesquisadores nos diversos estados do Brasil.

À Universidade Estadual do Ceará, que me liberou pelo período de quatro anos para dedicação aos estudos; e ao colegiado do Curso de Serviço Social, meus sinceros agradecimentos.

Às Assistentes Sociais, trabalhadoras dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sensíveis ao compartilhar suas vivências profissionais, contribuindo para as reflexões sobre o trabalho cotidiano.

À minha mãe, Maria Madalena de Moura; aos meus irmãos e às minhas irmãs; aos sobrinhos e às sobrinhas, que acreditam no meu potencial e torcem por mim; em especial, à minha irmã, Alcinélia Moreira de Sousa,

companheira de profissão e de vida, que me acompanha sempre em todos os momentos, nesta caminhada tecida de grandes esperanças.

Aos meus filhos, Aline Sousa Oliveira e Davi Sousa Oliveira, com quem compartilho a vida. Desculpem-me pela relativa ausência, nesses anos de estudo intenso.

Aos meus amigos professores da Universidade Estadual do Ceará, Aurineida Cunha, Cristina Nobre, Virgínea Márcia, Liana Brito, Lúcia Conde, com quem compartilho não somente as discussões acadêmicas, mas a vida em sua totalidade, com a doce alegria de estar de igual para igual, como ressalta Guimarães Rosa: “Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado”. A eles agradeço por nossas discussões sobre a profissão e sobre a vida, enchendo-me de força e coragem para seguir sempre em frente.

Aos amigos da gestão municipal da Assistência Social no período de 2007 a 2012, especialmente a Maria Elaene Rodrigues Alves, ex-secretária de Assistência Social do município de Fortaleza no período citado, e a Derleide Andrade, pelo apoio concedido em espaços e momentos de debates com os profissionais sobre a política de Assistência Social.

À turma da pós-graduação em Política Social, especialmente Socorro Mattos, Pedro Athayde, Anette Lobato, Fábio Gaspar e Helena Lima, o núcleo duro de defesa do marxismo, com quem compartilhei debates ricos e aprendi muito nesta troca de saberes.

Às amigas que conheci e revi em Brasília: Fanni Rhenem, Madge Porto, Raimunda Nonata (Ramona), Ailta Barros. Com a doçura de suas presenças, suavizaram minha estada em Brasília, terra tão árida como o cerrado que a envolve.

Às amigas Sandra Regina e Fátima Carvalho, pelo apoio e pela força que sempre me ofereceram, nos momentos alegres e tristes da vida.

Ao meu amor, Acauê Araújo, pela força e delicadeza de sua presença na minha vida.

À Domingas Teixeira, secretária da Pós-Graduação em Política Social, por sua competência e presteza no atendimento a todos nós, resolvendo as questões administrativas com sua agilidade sem igual.

Às Assistentes Sociais que me ajudaram no processo da pesquisa de campo, Pamela Santos e Luciana Sátiro.

À Lúcia Rocha e Isabel Lima, pela revisão do projeto de qualificação e da tese.

“Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é ser bom e proceder honesto. Dificultoso mesmo, é saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra [...]”

Guimarães Rosa

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisa qualitativa sobre o trabalho do Assistente Social na política de Assistência Social, analisado no âmbito da proteção social básica nos Centros de Referência da Política de Assistência Social do município de Fortaleza. O reconhecimento do exercício profissional como processo de trabalho situa a categoria trabalho como central no processo de construção do ser, que constrói sua sociabilidade pela capacidade teleológica de antecipar, projetar finalidades à sua ação como práxis social. Assim, tem-se a compreensão das diversas manifestações impostas pelas transformações advindas do capitalismo. Com base no pensamento de Marx, traz-se o conceito de trabalho produtivo e improdutivo no processo de produção e reprodução social, no qual todas as atividades são transformadas em trabalho assalariado. Nesse sentido, o exercício profissional do Assistente Social no SUAS é processo de trabalho compreendido por 75% das profissionais entrevistadas, de um total de 16 Assistentes Sociais, cuja fundamentação ampara-se no projeto ético-político profissional radicalmente crítico. Por meio das entrevistas, buscou-se compreender o trabalho profissional nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como as determinações e mediações que possibilitam sua materialidade na contraditória realidade capitalista. A maioria das profissionais manifesta clareza em relação ao projeto profissional que as formaram e compreendem as diversas limitações e contradições postas pelas determinações estruturais da própria realidade capitalista em crise, pautadas na precarização do trabalho, que se configura na ausência de condições éticas e técnicas do trabalho, na terceirização, nos baixos salários recebidos como trabalhadores precarizados, na focalização das políticas sociais, como estratégia do Estado neoliberal, especialmente da Assistência Social, mediação fundamental do trabalho profissional. Igualmente, a maioria das profissionais reconhece que tais determinações não as impossibilita de vivenciar, no trabalho cotidiano, a relativa autonomia construída pela mediação dos valores emancipatórios e críticos que fundamentam o projeto profissional, ressaltando, inclusive, a liberdade, a erradicação dos preconceitos e pré-noções, a democracia e a luta por direitos sociais.

Palavras-chave: Trabalho. Política Social. Assistência Social. Serviço Social. Projeto ético-político.

ABSTRACT

This study results from a qualitative research about the labour of the social worker in the Social Assistance Policy that analyse the basic social protection in the Social Assistance Reference Centres (CRAS) in Fortaleza – Brazil. Thus the professional practice is understood as a labour process. The category of labour is placed as central in the process of social being production which develops the sociability through the teleological capacity to anticipate and plan purposes by the activity as social praxis. Therefore we intend to understand the different manifestations imposed by the capitalism changes and thus bring with Marx's thought basis the meaning of productive and unproductive labour in the process of social production and reproduction in which all activities are transformed into wage labour. In this sense the professional practice of Social Worker in SUAS (United System of Social Assistance) is labour process according to seventy five per cent of the interviewed in a group of seventeen social workers. Their thought is based on the ethical and political project radically critic. Through the interview the group recognize the professional labour in its theoretical-methodological, ethic-political and technical-operational as an inseparable and the determinations and mediations that allow its materiality in contradictory capitalist reality. The majority of the social workers appreciate clearly their professional project as a fundamental issue in their education and also the limitations and contradictions from the capitalist society through the precarious conditions of labour, that is configured in the absence of ethical and technical conditions of work, the receiving of low wages, the restriction of social policy as a strategy of the neoliberal state, especially in the Social Assistance Policy, as a fundamental mediation of professional work. They recognize that this reality does not prevent the professional practice. Thus the social workers in their relative autonomy mediate their action through the values of liberty, emancipation as principals of the ethic-political project and also the contribution of a critic conception and in the Marxist theory to support. Also, most professionals recognize that such determinations do not prevent of experiencing in their daily work the relative autonomy. So they have the mediation of critical and emancipatory values that underlie the professional project emphasizing also the freedom, the elimination of prejudices and preconceived ideas, the democracy and the struggle for social rights.

Keywords: Labor. Social Policy. Social Work. Project ethical-political.

RESUMEN

En este trabajo los resultados de un estudio cualitativo sobre el trabajo de la trabajadora social de la Política de Asistencia Social, analizados bajo la protección social básica en los Centros de Referencia de la Política de Asistencia Social, la Fortaleza. El reconocimiento de la práctica profesional como un proceso de trabajo, se sitúa la categoría de trabajo, como un elemento central en el proceso de ser construido, que desarrolla las habilidades sociales, la capacidad de anticipar teleológica, el diseño de los propósitos a su acción como praxis social. Así que uno tiene que entender las distintas manifestaciones imponen los cambios causados por el capitalismo y, sobre la base del pensamiento de Marx llevar el concepto de trabajo productivo e improductivo en el proceso de producción y reproducción social, en el que todas las actividades se transforma en trabajo asalariado. En este sentido, el trabajador social profesional en el proceso es su trabajo, entendido setenta y cinco por ciento de los profesionales encuestados, un total de dieciséis trabajadores sociales, cuya fundación apoya en el ético-político profesional radicalmente crítico. A través de las entrevistas trataron de entender el profesional que trabaja en el teórico-metodológicos, éticos y políticos, técnicos y operativos, así como las determinaciones y mediaciones que permiten su materialidad en la realidad capitalista contradictoria. La mayoría de los profesionales manifiestan claridad de proyecto profesional capacitado y comprender las diversas limitaciones y contradicciones planteadas por las determinaciones estructurales de la realidad misma crisis capitalista, guiado por la precarización del trabajo, que se configura en la ausencia de condiciones éticas y técnicas de trabajo, tercerización, los bajos salarios recibidos como trabajadores precarios; centrándose en las políticas sociales como una estrategia de Estado neo-liberal, sobre todo el bienestar, la mediación fundamental de la labor profesional. Además, la mayoría de los profesionales reconocen que tales determinaciones no imposible experimentar en su trabajo diario, la autonomía relativa construida por la mediación de los valores críticos y emancipadores que subyacen a los profesionales del diseño, incluyendo enfatizando la libertad, la eliminación de los prejuicios y las ideas preconcebidas la lucha por la democracia y los derechos sociales.

Palabras clave: Trabajo. Política Social. Trabajo Social. Proyecto ético-político.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADUNICO	Cadastro Único
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CEDEPSS	Centro de Documentação em Pesquisa e Políticas Sociais e Serviço Social
CEME	Central de Medicamentos
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAD	Ensino a Distância
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNS	Fundo Nacional de Assistência Social
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNRURAL	Fundo do Trabalhador Rural
IAPAS	Instituto de Arrecadação da Previdência Social
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPS	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social

INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LAPESS	Laboratório de Estudos e Pesquisa em Serviço Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB/SUAS	Norma operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de atenção Integral às Famílias
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL: REFERÊNCIAS ONTOLÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE HUMANA E SUA ESTRUTURAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA	32
2.1 Trabalho como construção do ser social.....	33
2.1.1 Trabalho e teleologia.....	34
2.1.2 Trabalho e causalidade	38
2.1.3 Trabalho e práxis social	39
2.2 Trabalho na sociedade capitalista, invisibilidade de sua gênese e espraiamento de sua alienação e reificação.....	41
2.2.1. Processo de alienação do trabalho	47
2.3 O trabalho e o processo de produção e reprodução da vida social: qual o lugar do Serviço Social?	51
2.4 Trabalho produtivo e improdutivo para pensar o Serviço Social como processo de trabalho	56
2.5 As transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social brasileiro	62
2.5.1 Taylorismo-fordismo, novas estratégias de organização do trabalho do capitalismo pós-guerra.....	63
2.5.2 A reestruturação produtiva e suas repercussões no mundo do trabalho	67
2.5.3 O trabalho do Assistente Social na cena contemporânea	73
3 POLÍTICA SOCIAL: MEDIAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	79
3.1 Políticas sociais: origens, expansão no capitalismo tardio e sua crise contemporânea	79
3.1.1 Responsabilidade social nas sociedades pré-capitalistas	80
3.1.2. Política social no Estado liberal.....	82
3.1.3 Política social pós Segunda Guerra Mundial: a construção do <i>Welfare State</i>	86
3.1.4 O neoliberalismo e a política social	96
3.2 Políticas Sociais na particularidade histórica brasileira	100
3.3 A política social como importante mediação no processo de trabalho do Assistente Social	116
3.3.1 Análise histórica da relação do Serviço Social com a política social	116
4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O SUAS E AS CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA LÓGICA FOCALISTA.....	123
4.1 Política de Assistência Social: o Sistema Único de Assistência Social, contradições de uma expansão focalizada.....	123
4.2 Assistência Social na Constituição de 1988 e a LOAS.....	123
4.3 A construção da política de Assistência Social e o SUAS.....	129
4.4 Eixos estruturantes presentes no Sistema Único de Assistência Social	131
4.5 O neodesenvolvimentismo e a política de Assistência Social	134

4.6 A política de Assistência Social no município de Fortaleza e os CRAS	141
4.6.1 Caracterização do município de Fortaleza	141
4.6.2 Política de Assistência no município de Fortaleza.....	144
4.6.3 Os Centros de Referência da Assistência Social em Fortaleza-CE: espaços de construção, problematização e acesso aos direitos?	148
4.6.4 Serviços, programas e projetos desenvolvidos nos CRAS de Fortaleza-CE	150
5 O TRABALHO PROFISIONAL DOS ASSISTENTES	
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:	
CONTRADIÇÕES PRESENTES E MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS	155
5.1 A aproximação do Serviço Social brasileiro com a perspectiva histórico-crítica	157
5.2 O projeto ético político profissional dos Assistentes Sociais: construção da perspectiva histórico-crítica do Serviço Social brasileiro	165
5.3 Pensando o Serviço Social como processo de trabalho: como os profissionais analisam seu trabalho	172
5.4 O cotidiano profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS.....	182
5.5 O trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e as possibilidades de mediações profissionais	188
5.5.1 Dimensão técnico-operativa: lugar do conhecimento e da vivência de valores	189
5.5.1.1 <i>Teleologia e causalidade, meios e fins da ação humana.....</i>	189
5.5.1.2 <i>Instrumentalidade e serviço social</i>	192
5.5.2 Dimensão ético-política: moldura do trabalho profissional, valores que o fundamentam.....	197
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	219
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO DOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA	228
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	229

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que nasce da divisão sócio-técnica do trabalho, tendo a sociedade capitalista como seu solo base de constituição, no momento em que a ordem dominante necessita de agentes que controlem e administrem os conflitos e interesses da classe burguesa, na formação do capitalismo monopolista em sua versão periférica e dependente.

Assim, nesse contexto, sob conjunturas diversas, uma parte desses profissionais, qualificada por Netto (1994) como “vanguarda”, passou a questionar sua formação conservadora, mobilizada pelas ideias críticas à ordem burguesa e impulsionada pelos movimentos contraditórios que a sociedade capitalista engendra.

Nesse sentido, as crises do capitalismo mundial dos anos 1970 e 1980 vão redimensionar novas estratégias que possibilitem a manutenção da hegemonia capitalista. No Brasil, constitui-se nesse período a maior classe trabalhadora oriunda do fordismo à brasileira, será a classe que contraditoriamente forjará as lutas pela democratização do Estado brasileiro. Nesse cenário de crise econômica, com a emergência de sujeitos sociais, principalmente operários e estudantes na luta pela democratização da sociedade brasileira, uma parcela dos Assistentes Sociais se engaja nesses movimentos e passa a questionar suas bases conservadoras originárias do pensamento social positivista.

Nessa perspectiva, o Serviço Social brasileiro constrói seu projeto profissional articulado ao movimento social, a partir da compreensão da realidade capitalista como constituída de classes sociais antagônicas. Passam a questionar as interpretações fenomênicas da realidade, atuando como sujeito histórico, construtor da mesma, diferentemente de quem a especula e em seu trabalho consegue dar respostas profissionais, mobilizado pela relativa autonomia que possui enquanto trabalhador assalariado.

Nesse processo, seu trabalho profissional terá um caráter, além de técnico, também político, tendo em vista que sua intervenção na realidade, para além de entendê-la, busca transformá-la. Baseada nessa concepção teórica constrói seu projeto profissional cujos fundamentos apoiam-se em suas bases legais e referenciais teóricos que emprestam à profissão não só legitimidade como também

operacionalidade prática, política e normativa. Tais elementos constitutivos que imprimem materialidade ao referido projeto podem ser entendidos em três dimensões interdependentes e inter-relacionadas: **a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, a dimensão político-organizativa da categoria e a dimensão jurídico-política da profissão.**

A presente tese pretende analisar o trabalho do Assistente Social no âmbito da proteção social básica nos Centros de Referência da política de Assistência Social do município de Fortaleza. Nesse sentido, estrutura-se na perspectiva de compreender o trabalho como categoria fundante do ser, construtor da sociabilidade humana e seu modo de ser na sociedade capitalista, como produção alienada.

O trabalho, categoria fundante do ser e centro da sociabilidade humana, como atividade resultante do dispêndio de forças físicas, que transforma a natureza em bens (materiais e imateriais) para satisfação de necessidades humanas, e como construtor da sociabilidade do ser social, permanece central na contemporaneidade, apesar das transformações do mundo do trabalho, advindo das respostas do próprio capital às suas crises.

Na sociabilidade do capital, o trabalho é o elemento fundante da expropriação da mais-valia gerada pela força de trabalho, tendo em vista o processo de sua acumulação. A venda da força de trabalho é a única forma de o trabalhador “livre” obter, com seu labor, a satisfação de suas necessidades de reprodução biológica, configurando o que Marx denomina como ser no capital, onde o homem satisfaz suas necessidades puramente biológicas, alienado de suas capacidades humano-genéricas, de seu próprio ser e de sua atividade.

Para a compreensão do trabalho do Assistente Social, é necessário recorrer aos diversos tipos de trabalho postos pelas transformações advindas do capitalismo, que em seu processo de produção e reprodução social transforma todas as atividades em trabalho assalariado. Para tanto, parte-se do pensamento de Marx sobre as categorias de trabalho produtivo e improdutivo para situar o exercício profissional do Assistente Social como processo de trabalho e compreender as determinações desse trabalho no âmbito das regulações sociais capitalistas, que demandam esse profissional. O mesmo, porém, é tencionado pelas determinações postas por quem os contrata, mas ao mesmo tempo possui um saber, um projeto profissional que entra em conflito com tais interesses, podendo o mesmo direcionar

suas ações, pela relativa autonomia e como ser de liberdade, aos trabalhadores, usuários dos serviços que prestam.

Partindo-se do pressuposto que o serviço social é trabalho, analisando-o nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, que intrinsecamente imbrincadas materializam este exercício, importa saber: quais as mediações construídas por esses profissionais, em suas intervenções profissionais? Em que medida elas se identificam com as multideterminações do real, expressando o entendimento da política social mais geral, e da assistência social, em particular? Como se delineia o cotidiano profissional, quais são as possibilidades de sua suspensão e questionamentos da sua imediaticidade postas nas respostas às demandas profissionais? Enfim, considerando o Serviço Social como trabalho, o que pensam os profissionais sobre o mesmo e quais os meios, fins e valores contidos em seu exercício?

Justificando o objeto de estudo

Como mediação importante do trabalho profissional do Assistente Social, a política social é um espaço de efetivação do projeto profissional. Nesse sentido, é fundamental perceber como a mesma, historicamente, constituiu-se na realidade brasileira, para situar a política de Assistência Social, lócus do desenvolvimento do trabalho profissional dos Assistentes Sociais.

Após os anos 1980, com a participação dos movimentos sociais, as políticas sociais brasileiras passaram a ter uma nova institucionalidade, reconhecimento de políticas e de direitos. Tal concepção pautou-se na criação de um conjunto de direitos inscritos na seguridade social brasileira, dentre eles a Assistência Social como política pública. Reivindicou-se uma nova constituição que democraticamente expressasse os interesses da maioria da população brasileira. Somado ao contraditório jogo de forças sociais, foi possível assegurar na Constituição de 1988 conquistas, com relação aos direitos sociais, na incorporação de uma concepção de seguridade social, definida como um conjunto de políticas que assegure à sociedade direitos com relação à saúde, assistência e previdência social. Embora concepção restrita, por abarcar somente três políticas, e já desarticuladas entre si, é, ao mesmo tempo, inovadora, ao garantir a Assistência Social como política pública destinada a quem dela necessitar, e a saúde como política universal.

Porém, a regulamentação de tais políticas ocorreu em conjunturas adversas comprometendo a garantia dos direitos conquistados, tendo em vista que foram capitaneadas pelas diretivas do Consenso de Washington, nos anos 1990, as quais impuseram aos países da periferia do sistema capitalista o ajuste estrutural, com as recomendadas privatizações e a regressão dos direitos sociais. Configurou-se a generalização da estratégia neoliberal, caracterizada pela redução dos recursos públicos destinados a assegurar os direitos sociais, concomitante à implementação da privatização de empresas estatais, bem como a adoção de política macroeconômica marcada pela financeirização. A meta consistia em perseguir a estabilidade econômica, com queda progressiva dos níveis inflacionários. Enfim, um Estado dócil aos impulsos externos do capitalismo central e perverso em relação aos direitos sociais. Desenvolveu-se a cultura da “desuniversalização”, da naturalização das desigualdades sociais, expressa na concentração de renda e na prevalência de políticas sociais focalistas, privatistas, mercantilizadas, cujas demandas ficam sempre à mercê das flutuações econômicas.

Contraditoriamente, nos mesmos anos 1990, em plena vigência hegemônica do neoliberalismo, processou-se a maturidade do projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais, pautado na teoria social crítica, apoiado em pressupostos marxistas de análise da realidade social capitalista, projeto este que pretende subsidiar o exercício profissional, enquanto trabalho, a partir de várias mediações.

Como já destacado, esse projeto nasceu articulado aos movimentos sociais no final de 1970, simbolicamente marcado pela “virada” no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, que ficou conhecido como o congresso da virada. A partir dele, soma-se a reformulação das Diretrizes Curriculares de 1982 e 1996, no âmbito da formação profissional; e, no âmbito do exercício profissional, a construção de um novo Código de Ética profissional, os de 1986 e 1993, assim como a Lei nº 8662/93, que regulamenta o exercício profissional. Tais fatos, que dão dimensão ao projeto profissional do Assistente Social, passaram a conviver em conjuntura adversa aos direitos e à cidadania, considerando as propostas hegemônicas presentes nas políticas sociais contemporâneas. Tal perspectiva confronta-se com o projeto profissional centrado na defesa da universalização das políticas sociais, na luta pela ampliação e garantia de direitos e pela radicalização da democracia, em direção à emancipação humana.

A construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, faz parte dessa realidade social contraditória ao perfil das políticas sociais brasileiras. Representa o marco de regulamentação da política de Assistência Social, após a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que instituiu os serviços socioassistenciais e criou os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), lócus de vivência cotidiana também dos Assistentes Sociais.

Iamamoto (2010) alerta sobre a importância de que os profissionais sejam capazes de perceber a contradição entre os pressupostos teórico-políticos presentes na contemporaneidade na seguridade social brasileira, especialmente na política de Assistência Social e nos princípios que fundamentam o projeto ético-político profissional, destacando a necessária autonomia com relação ao trabalho profissional e à política pública. Assim, observa a autora:

Os assistentes sociais não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado, não são um braço operacional do Moderno Príncipe, ainda que a política pública – e, particularmente, a política de seguridade social – seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social”. O Estado, nos diversos níveis da federação, é hoje o maior empregador dos assistentes sociais e a atuação na órbita das políticas públicas um espaço profissional privilegiado de atuação desse profissional. [...] a profissão não se confunde com a responsabilidade do governo, conforme determinações constitucionais, de formulação e gestão de políticas e programas sociais ainda que a atuação nesse campo seja uma das competências desses profissionais, resguardadas pela Lei de Regulamentação da Profissão; certamente existem tensões entre projetos profissionais e políticas governamentais e existem disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 2010, p. 2).

É nesse cenário adverso que os Assistentes Sociais vivenciam no cotidiano o trabalho profissional, sendo também submetidos, como trabalhadores assalariados, às estratégias do Estado capitalista, aos baixos salários, precárias condições de trabalho e flexibilização das formas contratuais, tendo em vista a crescente terceirização como forma de empregabilidade. Nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Fortaleza, lócus de trabalho das profissionais pesquisadas, 100% destas Assistentes Sociais possuem vínculo de trabalho terceirizado. Esse percentual denota a alta rotatividade desses profissionais, que, em decorrência da precarização do referido vínculo, são levados a buscar alternativas de trabalho e renda. Tal mobilidade leva à fragilização e

comprometimento em relação à continuidade das ações desenvolvidas nas respectivas áreas de intervenção profissional.

A pesquisa pretendeu apreender como os profissionais vivenciam o trabalho profissional nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), assim como os valores ético-políticos, a dimensão técnico-operativa e teórico-metodológica que o atravessa e dão materialidade e concretude ao projeto profissional. Buscou-se, especialmente na relação desses profissionais com os direitos, mediados pela política social, identificar quais as demandas postas pelas expressões da questão social e as respostas profissionais às mesmas.

O interesse por esta temática tem forte relação com nossa experiência como conselheira, representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS, 3ª Região) no Conselho Municipal de Assistência Social do município de Fortaleza, durante o período compreendido entre os anos de 2005 e 2008, e integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (LAPESS), certificado pelo CNPq, cuja linha de pesquisa “Serviço Social, História, Formação e Trabalho” dedica-se também à análise do trabalho do Serviço Social. Na referida representação, tivemos a oportunidade de participar de debates, ministrar palestras em momentos de análise sobre a política de assistência, em decorrência das conferências regionais de Fortaleza; como também contribuir com a reflexão sobre o trabalho profissional, enfocando a dimensão ética de seu exercício, interligada organicamente com a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, nos Encontros Regionais dos CRESS 13ª Região (PB) e 3ª Região (CE).

Pesquisar o trabalho profissional a partir das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, cuja objetividade real dá vida ao projeto profissional radicalmente crítico, e das mediações construídas pelos Assistentes Sociais na perspectiva de materializá-lo na sua relação com a defesa e garantia dos direitos no âmbito da política de Assistência Social ganha relevância a partir da relação intrínseca com a citada experiência como conselheira do CRESS 3ª Região, no período de 1996 a 2000, e integrante da comissão¹ de formação

¹ Os Conselhos Regionais, além das instâncias que asseguram a sua estrutura (assembleia da categoria, conselho pleno, diretoria, conselho fiscal e encontro regional), organizam-se por meio das comissões permanentes de Ética, de Orientação e Fiscalização, Inscrição e Licitação (cf. Resolução CFESS nº 470/2005), podendo cada Regional, no âmbito de jurisdição, criar comissões ou, conforme o caso, grupos de trabalho, de apoio e núcleos. Nesse sentido, o CRESS Ceará criou, no período em questão, a Comissão de Formação Profissional e de Políticas Sociais, como Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

profissional e ética. O amadurecimento relacionado ao debate sobre o trabalho profissional e a defesa dos direitos sociais vem se consolidando com a experiência docente desde o ano de 2002, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e a partir de 2005, na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Nas discussões em sala de aula sobre a possibilidade de concretização do exercício profissional suscitava-se o debate: o exercício profissional é trabalho? Enquanto trabalho, quais as mediações históricas e políticas capazes de materializá-lo, bem como a disposição de assumi-lo em conjunturas adversas à sua concretização, em especial da intervenção no âmbito da política de assistência social? Qual a relação do Serviço Social com a política social, especificamente com a política de Assistência Social, considerando sua trajetória historicamente construída sob forte traço filantrópico, no qual os usuários foram, durante muito tempo (e continuam sendo), leais e considerados não merecedores de direitos? Quais as mediações presentes nas estratégias profissionais que os assistentes sociais em seu cotidiano⁵ de trabalho estão construindo em sua intervenção profissional no âmbito dessa política, no município de Fortaleza, tendo em vista a conjuntura neoliberal em que este se efetiva? Tais mediações estão presentes na gestão cotidiana na perspectiva da defesa e garantia dos direitos? Como os Assistentes Sociais analisam o exercício profissional enquanto trabalho e os processos de trabalho na sociabilidade capitalista em crise? Quais as perspectivas de construção de mediações para a materialização do trabalho, nas perspectivas teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa? Compreendem a lógica estrutural da sociedade de classes e as contradições que a atravessam, bem como suas crises e as novas configurações das estratégias capitalistas de abordagem das políticas sociais e em especial a centralidade da assistência social?

As demandas profissionais expressam as respostas às necessidades sociais que são antagônicas e contraditórias, como manifestação da questão social. Pensamos que ao atender unicamente tais demandas imediatas e emergenciais, o trabalho fica reduzido ao focal, pontual, imediato, enfim, reduzido à aparência

⁵ O cotidiano é aqui apreendido como espaço de reprodução da vida social. “[...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade. Nele colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos; todas as suas capacidades intelectuais; suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determinam também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade” (HELLER, 1989, p. 17).

fenomênica da realidade, atendendo aos interesses da racionalidade burguesa, expressas nas respostas instrumentais, entendidas como ações pragmáticas, imediatistas, que visam à eficácia, eficiência, aos resultados em detrimento dos valores e princípios. Nesse sentido, buscamos identificar em que medida os Assistentes Sociais que exercem seu trabalho profissional cotidiano nos CRAS conseguem ultrapassar tais demandas imediatas ou reproduzem a imediaticidade instrumental própria da racionalidade capitalista. Conseguem, no trabalho cotidiano, visualizar valores emancipatórios? Tal visão está comumente impregnada nas instituições empregadoras. Guerra (2009, p. 86) aponta que superar essa visão requer considerar:

Que o Estado, as políticas sociais, as instituições não se constituem como blocos monolíticos, mas ao contrário, são constitutivas e constituintes da contradição. Nelas, dadas as diferenças e divergências quanto aos interesses vigentes, as metas, objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções aos problemas (ou seja, de dar respostas às demandas), explicita-se claramente (às vezes aos profissionais, outras vezes, também aos usuários) a dimensão política da profissão, dimensão esta pela qual a profissão pretende uma mudança na forma e no conteúdo do poder vigente seja na instituição, seja na sua relação com o usuário, seja na sociedade capitalista de maneira mais ampla seja em todos os níveis. O que está sendo dito é que o exercício da dimensão política da prática faculta ao profissional questionar, alterar momentaneamente, modificar ou transformar de modo radical as relações de poder. Neste caso, portanto, ao questionar a dimensão instrumental, é possível que o assistente social enfrente, superando a mera ação de responder instrumentalmente as demandas da instituição.

Procedimentos metodológicos

Pesquisar é buscar na indagação da realidade o questionamento do mundo, porque o mesmo não se apresenta para nós, em sua essência, mas na aparência dos fenômenos constitutivos do real, que ao mesmo tempo o manifesta e o esconde. É necessário desvelar o mundo fenomênico e captar o que Kosik (1986) chama de “a coisa em si”, ou seja, a essência do fenômeno; porém, fenômeno e essência estão intimamente interligados em uma unidade dialética. Assim, captar a realidade é compreender como esta se manifesta em sua essência. Mas captar a essência dos fenômenos é fazer um *détour* que os desnaturalize, ou seja, um esforço humano na busca do conhecimento que supere a contemplação do mundo natural e se pautem na práxis humana social, vendo-o através de um olhar crítico capaz de desvelar os fatos sociais.

Assim, começar uma investigação é antes de tudo possuir uma segura consciência de que existe algo a ser descoberto, de que existe uma oculta verdade na aparência dos fenômenos, que o esconde e ao mesmo tempo o revela. A dialética é o pensamento crítico que se propõe compreender a essência das coisas e a indagar quais os caminhos para se chegar à verdade, que será sempre provisória.

[...] O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvela o mundo real; por trás da aparência externa dos fenômenos, se desvela a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência (KOSIK, 1986, p. 16).

A desnaturalização dos fenômenos sociais pressupõe ter a realidade como ponto de referência, fundamentada em indagações teóricas que norteiam a elucidação dos processos sociais, em sua contradição e conflito e em seu processo histórico. Assim, o marxismo constitui um esforço teórico metodológico de desvelar o mundo da aparência dos fenômenos postos na sociabilidade capitalista, edificada na aparência reificada de suas relações sociais contraditórias. Nessa perspectiva, a metodologia fundamentada na perspectiva marxista

[...] não abarca somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que atribuem significados. Estes são partes integrantes da totalidade que deve ser estudada tanto no âmbito das representações sociais como das determinações essenciais (MINAYO, 1999, p. 11).

Dessa forma, a realidade não é algo acabado, imutável na consciência humana, mas algo que devém, porém, nem inatingível e nem alcançável para sempre, mas um processo que se desenvolve permanentemente. Nesse processo, a pesquisa será sempre uma aproximação do real, que é complexo, contraditório e rico de múltiplas determinações.

A pesquisa *O trabalho do Assistente Social na política de Assistência Social: a experiência de Fortaleza-CE à luz do Projeto Ético-Político Profissional* foi realizada com os profissionais Assistentes Sociais dos Centros de Referência da

Política de Assistência Social (CRAS), do município de Fortaleza-CE, distribuídos nas seis regionais⁸ do município.

Cada CRAS, responsável pela atenção básica, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tem por função “prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Trabalham nos CRAS 72 Assistentes Sociais, cujos vínculos empregatícios são realizados por meio de uma empresa terceirizada pela prefeitura do município. Essa forma precária de trabalho, presente no mundo contemporâneo, em que as relações estabelecidas pelo Estado neoliberal se pautam por meios informais de contratação, tem impacto sobremaneira no trabalho profissional, pela alta rotatividade dos Assistentes Sociais, que buscam alternativas mais estáveis de contratação.

Observando a referida problemática, de grande importância para a presente pesquisa, realizamos um levantamento sobre o tempo em que esses profissionais permaneceram trabalhando nessas unidades e adotamos como critério o tempo mínimo de três anos como referência para o trabalho na política, período de sua implementação. Assim, alcançamos o número de **36 Assistentes Sociais**, em um total de 72 profissionais contratados.

Considerando a unidade territorial, buscamos, dentro do critério de tempo de trabalho de no mínimo três anos dos profissionais na referida política, abranger o total de 12 CRAS, dois em cada Regional, perfazendo o total de **16 profissionais** pesquisados; desta forma, foi possível abordar a diversidade de demandas de uma grande metrópole como Fortaleza.

No entanto, o que observamos nos relatos e nas visitas aos CRAS foi que as demandas atendidas pelos profissionais são praticamente as mesmas de todo o conjunto dos equipamentos sociais: falta de acesso dos usuários aos direitos elementares, como nutrição, saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, além de

⁸ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial. Localiza-se em áreas de maior desigualdade social, abrangendo um total de até 1.000 famílias/ano. No município de Fortaleza, existem 24 CRAS, localizados em bairros com menor IDH, com meta de atendimento de 20.000 famílias/ano. Os bairros onde se situam os CRAS são: Pirambu, Barra do Ceará, Mucuripe, Serviluz, São João do Tauape (Lagamar), Praia do Futuro, Quintino Cunha, Bela Vista, Vila União, Serrinha, Couto Fernandes, Granja Portugal, Bom Jardim, Mondubim, Genibaú, Conjunto Esperança, Conjunto Alvorada, Jardim das Oliveiras, Castelão e João Paulo II. Esses bairros estão distribuídos nas seis regionais, administrativamente dividida a cidade de Fortaleza-CE.

muitas expressões da questão social pela própria estrutura social capitalista, como a pobreza extrema, daí decorrendo a drogadição, violência, gravidez precoce, desemprego, mortes prematuras de jovens pela violência do tráfico. Os profissionais, no cotidiano, estão, portanto, lidando com tais demandas, devendo compreender a raiz estrutural das mesmas para serem capazes de fazer a leitura da realidade, buscando alternativas coletivas para sua minimização; porém sua superação dar-se-á no horizonte de superação da ordem do capital.

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, pois trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas, visto que

Não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante nesse item é “quais os indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (DESLANDES, 1994, p. 43).

Analisar as ações a partir dos sujeitos profissionais envolvidos com a gestão da assistência social, em especial os 16 profissionais da rede de proteção social básica com no mínimo três anos de trabalho na política de assistência social do município de Fortaleza, requer entrar no mundo dos significados apreendidos cotidianamente no espaço da vivência profissional. Nesse sentido, recorreremos à observação participante, que significa estabelecer o contato do pesquisador com o fenômeno observado, visitando os 12 CRAS com o objetivo de obter informações sobre a realidade dos sujeitos a serem pesquisados em seus próprios contextos, o que representa, então,

Sustentar-se na relação face a face com os dados observados e trazer a possibilidade de captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, transmitindo o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (CRUZ NETO, 1994, p. 60).

A técnica fundamental utilizada para a referida pesquisa foi a entrevista semiestruturada, realizada a partir dos objetivos pretendidos, com os assistentes sociais, trabalhadores dos CRAS. A pesquisa foi realizada nos 12 CRAS de Fortaleza, localizados nos seguintes bairros: Castelão, Serrinha, Jardim das Oliveiras, Pirambu, Lagamar, Praia do Futuro, Bela Vista, Vila União, Granja Portugal, Bom Jardim, Conjunto Esperança e Couto Fernandes.

Inicialmente, segundo o critério de no mínimo três anos em exercício de trabalho nos CRAS, localizamos nesses 12 CRAS dois em cada Regional, 24 profissionais aptos a serem entrevistados. Pretendíamos atingir esse número, no entanto, encontramos muitas dificuldades, pois os profissionais estavam nos meses de janeiro a maio de 2013, quando começamos a agendar as entrevistas e realizá-las passando por mudança de gestão municipal. Tal mudança implicou estratégias de desestabilização dos trabalhadores terceirizados, bem como atrasos de salários. Encontramos, nessa conjuntura, profissionais desestimulados e com incertezas em relação à permanência de seus contratos terceirizados, já que a nova gestão municipal sinalizava uma seleção pública. Nesse quadro de incertezas, várias entrevistas agendadas não foram realizadas, ou mesmo os trabalhadores desistiram de concedê-las. Isso fez com que se prolongasse o prazo para o final de maio de 2013, quando conseguimos realizar as 16 entrevistas, de análise desta pesquisa.

Todas as Assistentes Sociais entrevistadas foram esclarecidas sobre o objetivo da pesquisa. A garantia do anonimato das interlocutoras deu-se por meio de um termo de consentimento (anexo), no qual constava a adesão ao processo, com permissão para a gravação da entrevista, sem perda de nenhuma informação, e com o livre acordo de participação neste processo. No ano de 2012, também submetemos o projeto de pesquisa à Secretaria de Assistência de Fortaleza (SEMAS), que concedeu documento permitindo o livre acesso da pesquisadora aos CRAS, lócus da pesquisa. Fundamentais para a adesão dos profissionais ao processo das entrevistas, as sensibilizações sobre a pesquisa foram realizadas em vários momentos de capacitação, quando a pesquisadora esteve com os profissionais dos CRAS, promovendo, em alguns momentos, debates sobre política de Assistência Social.

Quanto ao perfil das 16 Assistentes Sociais entrevistadas: todas são mulheres, com vínculos de trabalho terceirizados, tempo de trabalho entre três e seis anos nos CRAS de Fortaleza, rendimento de dois salários mínimos e meio, e carga horária de 30 horas semanais. Quanto à formação profissional, todas concluíram o curso de graduação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e 50% delas possuem curso de especialização, não recebendo incentivos financeiros pela conclusão da pós-graduação porque não fazem parte do quadro efetivo dos trabalhadores concursados do município de Fortaleza.

Nesse processo da pesquisa, procuramos compreender as determinações que possibilitam a materialidade do trabalho profissional expressado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, compreendidas em sua indissociabilidade, contemplando as perguntas de partida e os objetivos desta pesquisa: identificar as contradições e as mediações presentes no processo de trabalho dos Assistentes Sociais; averiguar quais as condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais nos CRAS; identificar os processos de trabalho vivenciados no cotidiano profissional – o que fazem, como fazem e por que fazem perceber quais as dificuldades para materializar o projeto ético-político em um mundo capitalista em crise. Desenvolvemos, para os 16 sujeitos, o seguinte roteiro de entrevista:

1. O que é trabalho para você? Como analisa o Serviço Social? Ele é trabalho?
2. Achando que o exercício profissional é trabalho, quais são os elementos que materializam este trabalho?
3. Como analisa a sociedade em que vive e trabalha? Há um projeto alternativo à sociedade capitalista?
4. Qual sua concepção de política social?
5. Como analisa a política de assistência social na conjuntura atual, e, especificamente, no município de Fortaleza?
6. Como é seu cotidiano profissional? Que atividades realiza? Com que recursos – humanos, materiais, econômicos, políticos?
7. Quais são os instrumentos e técnicas de trabalho usados no cotidiano do exercício profissional?
8. Como você analisa esses instrumentos e técnicas? Quais são as dificuldades e facilidades encontradas no manejo dos mesmos no exercício profissional nos CRAS?
9. Explique as razões, o conteúdo e os efeitos de seu trabalho na sociedade, tendo em vista sua atuação nos CRAS?
10. Quais as principais demandas dos usuários e como você as analisa?
11. Quais os cursos de capacitação que realizou durante seu tempo de trabalho nos CRAS? Foram importantes para o exercício profissional?

12. O que você entende sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social e qual sua relação com o cotidiano profissional?
13. Você acha que seu trabalho, suas ações profissionais estão permeados de valores? Se sim, quais são eles?
14. Quais são os valores que fundamentam o projeto profissional do Assistente Social?
15. Quais as relações estabelecidas com os usuários que demandam os serviços nos CRAS?
16. Qual sua relação profissional com os movimentos sociais, as associações de moradores, enfim, com a comunidade em que atua?
17. Quais são os conhecimentos, em sua opinião, necessários para que o profissional consiga ter um trabalho de qualidade?

Devemos, seguramente, ao iniciar qualquer investigação, ter consciência que existe algo susceptível de ser descoberto, como estrutura da coisa, como essência da coisa, que existe uma oculta verdade, distinta dos fenômenos da realidade, como afirma Kosik (1986). Assim, é necessária a teoria filosófica, para que o homem descubra a estrutura da coisa e a coisa em si. Para Kosik (1986, p. 13),

[...] A filosofia é atividade humana indispensável, visto que a essência da coisa, a estrutura da coisa, a realidade, a coisa em si, o ser da coisa, não se manifesta direta e imediatamente. Neste sentido, a filosofia pode ser caracterizada como um esforço sistemático e crítico que visa a captar a coisa em si, a estrutura oculta da coisa, a descobrir o modo de ser do existente.

Assim, Kosik (1986, p. 14) nos coloca que o conceito da coisa para ser compreendido é necessário conhecer-lhe a estrutura, decompondo-o para poder reproduzir espiritualmente e compreendê-la. Nesse sentido, o conhecimento se realiza como separação do fenômeno e essência, do que é secundário e essencial. Tal decomposição representa as categorias que são modos de ser, expressam o processo de produção e reprodução do mesmo ser, na história.

Perceber a relação indissociável entre o mundo natural e o social, entre o pensamento e a base material na análise dos fenômenos sociais requereu que, ao analisarmos o objeto a ser estudado, fizéssemos uma exaustiva revisão bibliográfica, priorizando as categorias centrais que permeiam nosso objeto, quais

sejam: trabalho, serviço social, política social, Assistência Social. Essas categorias, enquanto modos de ser, delimitaram a estrutura de construção do objeto pesquisado, delineando os capítulos desta tese.

No capítulo 2, realizamos uma análise da categoria trabalho, com base em Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*; e em Lukács, na *Ontologia Social*, que, partindo de Marx, traz o trabalho como a base fundamental e originária da sociabilidade dos homens, que ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades transforma a si mesmo e aos outros, criando não só objetos materiais, mas a cultura, a linguagem, que são objetivos porque provêm da realidade material de construção das relações sociais humanas. Só o trabalho humano é portador de uma teleologia, que significa a capacidade de projetar, idealizar na mente o objeto, transformando a causalidade advinda da realidade natural em causalidade posta, ou seja, em realidade transformada. O trabalho é, portanto, a gênese ontológica dos homens, que por diversas mediações transformaram e se diferenciaram dos outros animais em sua práxis humano-social.

Buscamos Marx, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e no *Capital*, para compreendermos como o Trabalho na sociedade capitalista se estrutura como produtor de valor, de mais-valia, tornado invisível sua gênese e, ao mesmo tempo, espalhando entre os homens o processo da alienação e reificação; isto é, proporcionando o estranhamento do homem de si mesmo, da natureza e de seu gênero. Como a alienação, a reificação está presente na realidade contemporânea, em que as transformações capitalistas, no seu processo de produção e reprodução, transformaram as atividades humanas em atividades assalariadas, e o trabalho abstrato em produtivo e improdutivo. Nesse sentido, o Estado capitalista alarga seus horizontes e abarca em sua estrutura um número considerável de trabalhadores, considerados como improdutivos (porque não estão diretamente produzindo mais-valia para o capital), mas que dele fazem parte em seu processo de reprodução social. Entre esses trabalhadores estão os Assistentes Sociais, que têm o Estado como seu principal empregador. A partir dessa concepção de trabalho produtivo e improdutivo, posta pelo próprio Marx e trazidas por Iamamoto (2008), no âmbito do Serviço Social, é possível pensá-lo como trabalho, e seu exercício, como processo de trabalho. Nesse sentido, para concluirmos este primeiro capítulo nos propusemos a analisar as transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social, para assim adentrarmos nas contradições sociais

postas nos processos de trabalho destes profissionais, especificamente na política de Assistência Social.

No capítulo 3, procuramos desenvolver como, historicamente, a política social se configurou como estratégia capitalista e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, possibilidades de respostas às demandas e necessidades sociais pautadas nas lutas da classe trabalhadora. Necessário se fez buscarmos aportes históricos sobre a origem, como a nascente sociedade capitalista liberal a concebe e sua expansão no capitalismo monopolista, principalmente no período pós Segunda Guerra, com a criação do Estado de Bem-Estar Social, bem como sua crise contemporânea, que se inicia nos anos 70 e se faz ainda presente no mundo atual, trazendo consequências nefastas aos direitos sociais enquanto possibilidade de respostas universalistas às necessidades sociais, advinda da própria estrutura capitalista, criadora das desigualdades. Entender as particularidades históricas da realidade brasileira de capitalismo dependente, que nunca experimentou políticas sociais totalmente universais, como no capitalismo central, é fundamental para analisarmos as singularidades da experiência de regulação estatal em nosso país. Concluímos esse capítulo analisando a relação do Serviço Social, como profissão, com a política social, entendendo-a como uma mediação importante, no exercício de seu trabalho, permeando sua história profissional e analisando como os profissionais Assistentes Sociais pesquisados a compreendem e especificamente a política de Assistência Social em que cotidianamente executam seu trabalho.

No capítulo 4, discorreremos sobre a política de Assistência Social, sua história, desde a Constituição de 1988, que a reconhece, pela primeira vez, como direito social, integrando, juntamente com a saúde e a previdência, a seguridade social brasileira. Da construção de sua regulamentação à criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), seus eixos estruturantes e suas contradições, presentes na realidade neoliberalizante, travestida de neodesenvolvimentista, onde se acentua a lógica focalista, como cenário hegemônico das estratégias do Estado, em tempos de crise do capital. Concluímos esse capítulo abordando como a política de Assistência Social estruturou-se no município de Fortaleza, cidade marcadamente desigual, onde as desigualdades se expressam na pobreza extrema e suas disparidades territoriais acentuadas nos bairros onde estão localizados os CRAS, lócus do trabalho dos Assistentes Sociais pesquisados.

No capítulo 5, abordamos o trabalho do Assistente Social nos CRAS, analisando suas contradições e mediações em seu exercício cotidiano. Iniciamos com um percurso histórico para situar as transformações que sofreu o Serviço Social brasileiro ao adentrar a perspectiva crítica e construir um projeto profissional que radicalmente rompe com o conservadorismo profissional e solidifica seu projeto ético-político, nas dimensões da produção do conhecimento com referência na perspectiva marxista, na organização da categoria e seus construtos legais, na lei que regulamenta a profissão e no código de ética profissional. Aí é dado destaque ao que pensam os profissionais dos CRAS sobre esse projeto. Que sintonia encontram no cotidiano, com seu horizonte transformador e suas limitações e possibilidades concretas de vivenciá-lo nas contradições da sociedade capitalista? Na execução do exercício profissional, percebem-no como trabalho? Como o mesmo se realiza no cotidiano, quais são suas possibilidades de suspensão, tendo em vista ser o cotidiano o espaço propício ao processo da reificação?

Abordamos o exercício profissional do Assistente Social dos CRAS defendendo que esse exercício é trabalho, um trabalho complexo que contém três perspectivas intrinsecamente inter-relacionadas: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. A expressão concreta de seu trabalho está contida na dimensão técnico-operativa, em que os meios e os instrumentos do trabalho profissional são construídos para se chegar a uma finalidade, densamente contida nas dimensões teórico-metodológica e ético-política. A busca dos fins da ação nos indica as alternativas, que contêm valores. Que valores pautam as ações cotidianas desse trabalho? Que sintonia têm com os valores do projeto profissional crítico, que tem a liberdade como valor ético central e a perspectiva de construção de uma nova ordem para além do capital? Este é o conteúdo desta tese que ora apresentamos ao leitor.

2 A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL: REFERÊNCIAS ONTOLÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE HUMANA E SUA ESTRUTURAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

Compreender o trabalho profissional do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) requer uma incursão na teoria marxista, extraindo a concepção de trabalho que nos aporta densidade teórico-metodológica para a análise sobre o que faz, por que faz e como faz o profissional. Tal concepção tem no trabalho o elemento mediador fundamental de construção da sociabilidade humana, pois está circunscrito a uma perspectiva do Serviço Social que rompe com suas bases conservadoras e busca compreender a gênese profissional no âmbito das relações sociais do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a categoria profissional, em suas diversas organizações estudantil, profissional e acadêmica constrói, a partir da década de 1980 e consolidando-se nos anos 1990, um projeto profissional que tem a teoria marxista como fundamento e o trabalho como a categoria central de construção da sociabilidade humana.

Assim, este capítulo, partindo dos manuscritos econômicos e filosóficos de Marx e da produção de Lukács, busca elucidar a concepção do trabalho como mediador universal da sociabilidade humana; portanto, da formação do ser social e de sua gênese enquanto ser que se diferencia dos demais seres biológicos e constrói sua própria sociabilidade. Nessa perspectiva, Lukács (2010), partindo de Marx, irá conceber o trabalho como a categoria central, mediador entre o homem e a natureza, derivando daí a sociabilidade humana, sendo portador de uma teleologia e uma causalidade, construindo o ser social sua linguagem e cultura.

Mas é preciso também situar como o trabalho se configura na sociabilidade do capital, tendo o princípio da propriedade privada como a contradição fundamental que desloca do trabalho sua formação e gênese e espalha o processo da alienação. Resulta daí as formas de trabalho produtivo e improdutivo, que fazem parte da totalidade da vida social da produção capitalista. Nesse aspecto, pensar o Serviço Social como processo de trabalho nos remete a compreender como o mesmo se apresenta no processo de produção e reprodução da vida social, situando como as transformações contemporâneas em um mundo capitalista em

crise impactam no mundo do trabalho, reconfigurando as estratégias capitalistas e impactando no trabalho profissional do Assistente Social.

2.1 Trabalho como construção do ser social

Para Marx, o ponto de partida para compreensão da realidade social é apreender que a mesma constitui-se de indivíduos reais e ativos que se encontram no mundo material em determinadas condições de vida, condicionadas pela atividade passada de outros indivíduos continuamente modificada pela atividade presente de tais indivíduos. Tal atividade é o trabalho, primeiro ato imposto pela necessidade de sobrevivência no processo de transformação da natureza e transformação dos próprios homens; atividade diferenciada da de outros animais, pois é própria do homem. Segundo Marx (2004, p. 85),

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou se relaciona consigo enquanto ser genérico.

O trabalho é a mediação entre o homem e a natureza- O homem, ao transformar a natureza para suprir suas necessidades, seus carecimentos, repõe ao infinito novas necessidades, que passam a não só exprimir necessidades orgânicas, mas também espirituais, derivando daí todo o processo de formação humana, sendo ineliminável sua presença na sociabilidade dos homens.

É nessa perspectiva ontológica que Georg Lukács² observa a passagem do nível orgânico do ser para outro nível, o social, implicando em algo qualitativamente novo. As diferenças psicofísicas entre o homem e o animal (ambos no nível orgânico) não são suficientes para captar as particularidades do homem enquanto ser social. Nessa condição, temos o aspecto ontológico, sendo o trabalho humano a sua base, que nasce em meio à luta pela existência e todos os seus estágios; são produtos da autoatividade do homem. Ele é, pois, o salto ontológico que diferencia o homem/ser social dos demais animais, não sendo possível estabelecer um nivelamento entre as demais espécies e o trabalho propriamente dito.

² Utilizamos parte da obra de Georg Lukács, *Ontologia*, 1976-81, particularmente o item que trata do trabalho, cuja tradução do original foi realizada por Ivo Tonet. Disponível em: <www.sergiolessa.com>.

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, tanto com a inorgânica [...] tanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico a ser social (LUKÁCS, 1980 apud ANTUNES, 2001, p. 136).

Trata-se da mediação original na relação homem *versus* natureza, a expressão da passagem do ser meramente biológico, cuja satisfação das necessidades é conduzida pelo instinto, ao ser social, cuja satisfação das necessidades envolve a consciência voltada para alcançar finalidades. É a condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade. O trabalho é, dessa forma, considerado o fenômeno originário dos demais fenômenos do ser social, o centro de humanização do homem, pois a linguagem, a primeira divisão do trabalho e a própria sociabilidade encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo.

As diferenciações entre as sociedades animais e o tipo de divisão do trabalho próprio dessas sociedades são fixadas biologicamente, ao contrário da divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana, decorrente da estrutura dessa sociedade, e não da constituição biológica dos indivíduos. O homem, inicialmente, idealiza em sua mente o que quer produzir. Então, sobre o elemento natural está contido o seu próprio fim, planejado idealmente e perseguido por seu idealizador, e esse “fim” determina o modo de agir e a vontade de quem o idealizou. Portanto, a determinação ontológica do trabalho somada a sua posição teleológica dá origem a uma nova objetividade.

2.1.1 Trabalho e teleologia

O trabalho é a mediação universal da construção do ser social, buscando a produção e reprodução de sua vida enquanto sujeito que se diferencia dos outros animais biológicos por reproduzir na mente, fazer conjecturas, idealizar, planejar a sua atividade. Nenhum outro animal é capaz de pensar a sua atividade, modificando-a ou não, no exercício de seu ato laborativo. É essa capacidade de recuo das barreiras naturais que faz do homem o ser social, ultrapassando, através de muitas mediações, a vida puramente orgânica, criando a sociabilidade. Assim, o trabalho nasce em meio à luta do homem no processo de sua existência e superação dos obstáculos naturais que o impossibilitavam a vida.

O trabalho é uma atividade exclusivamente humana, embora outros animais realizem atividades, mas o que fazem, não se configura como trabalho. Somente o homem é capaz de idealizar o que constrói, e de, no seu processo histórico, construir novas objetividades. O animal pode (os mais evoluídos) apresentar uma consciência, mas esta sempre estará voltada para o processo biológico de autopreservação de sua espécie. Lukács analisa a posição teleológica como essencial para compreensão do trabalho como categoria central de construção ontológica do ser social. E comenta, analisando o pensamento de Marx n' *O Capital*:

A respeito da essência do trabalho que já se tornou adequado, diz Marx: "Nós pressupomos o trabalho numa forma exclusivamente humana. A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir suas células de cera. Mas o que distingue, essencialmente, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de fazê-la em cera. No fim do processo aparece um resultado que já estava presente desde o início, na mente do trabalhador que, deste modo, já existia idealmente. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ele imprime no elemento natural, ao mesmo tempo, seu próprio fim, claramente conhecido, o qual constitui a lei determinante de seu modo de agir e ao qual tem que subordinar sua vontade.". Deste modo é enunciada a categoria central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dar origem a uma nova objetividade (LUKÁCS, 1980, p. 140).

O homem busca, na luta por sua existência, produzir e reproduzir sua vida por meio do trabalho, criando e renovando suas próprias condições de produção e reprodução da mesma. Isso se dá através do pôr teleológico, presente no trabalho. Somente o ser social tem ideado em sua consciência a atividade antes de projetá-la. Essa capacidade de prévia ideação é que os distingue das atividades realizadas por outros seres biológicos.

Todo processo teleológico implica numa finalidade, uma consciência de fins, voltado para objetivos, por isso é necessário que o autor seja consciente. Nesse processo, nascem as concepções de mundo antagônicas às posições teológicas. Kant é sua expressão maior, porque abre o caminho para se pensar uma ontologia do ser, embora ele mesmo o feche.

Kant caracteriza genialmente a essência ontológica da esfera orgânica do ser definindo a vida como uma finalidade sem objetivos. Ele demole com sua crítica correta a teleologia superficial das teodisséias dos seus predecessores, para os quais bastava que uma coisa beneficiasse a outra

para ter como realizada uma teleologia transcendente. Deste modo ele abre caminho para o conhecimento correto dessa esfera do ser, uma vez que se admite que conexões necessárias apenas em termos causais (e, portanto, acidentais) originem estrutura do ser em cujo movimento interno (adaptação, reprodução do indivíduo e da espécie) operam legalidades que, com razão, podem ser chamadas de objetivamente finalísticas com respeito aos complexos em questão. O próprio Kant, porém, se fecha no caminho que o levaria daqui ao verdadeiro caminho. No plano metodológico imediato ele o fecha tentando resolver questões ontológicas de modo gnosiológico (LUKÁCS, 1981, p. 9).

Para Kant, apesar de seu pensamento romper com o pensamento teológico dominante, existe uma moral pura que advém das subjetividades humanas, sem relação com a atividade dos homens em sociedade, daí a essência de seu pensamento ser idealista, embora o materialismo pré-marxista (onde se enquadra Kant), ao negar a constituição transcendente do mundo, negue uma teleologia operante.

Segundo Marx existe no trabalho, enquanto práxis humana-social, pode-se demonstrar ontologicamente a presença do pôr teleológico, uma ação orientada para um fim previamente ideado, presente na realidade material dos homens. São as posições teleológicas postas no trabalho que nos indicam a construção do ser social e sua diferenciação dos outros seres da vida orgânica. Isso nos orienta quanto às diferenciações ocorridas na estrutura das coisas, que as mesmas advêm da atividade humana que transforma a natureza em objetos úteis para seu desenvolvimento e suas contínuas transformações. Nesse sentido, uma casa é um objeto diferente de uma pedra, e o que os torna diferentes é a capacidade humana de idealizá-la e projetá-la na mente e transformá-la para seu uso pessoal e social. Para isso são necessários os meios e o conhecimento da natureza para se chegar aos fins propostos. Como ressalta Lukács (1981, p. 16):

[...] Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a finalidade torna-se realidade ou não, dependendo de que, na busca dos meios, se tenha conseguido transformar a causalidade natural em causalidade (ontologicamente) posta. A finalidade nasce de uma necessidade humano-social; mas para que ela se torne uma verdadeira posição de um fim, é necessário que a busca dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a um certo nível adequado; quando tal nível ainda não foi alcançado, a finalidade permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho.

Deriva daí a consciência humana, que a partir do trabalho e sua teleologia forma o ser social e o diferencia das formas puramente biológicas de

reprodução dos demais seres. Quanto mais o ser evolui e se torna complexo, mais tem necessidade de órgãos refinados para manter sua relação com o meio em que vive. A construção dos meios para manter essa relação passa pela construção dos instrumentos, que só o homem, pelas transformações advindas do trabalho, é capaz de realizar.

Somente no trabalho, quando põe os fins e os meios de sua realização, como um ato dirigido por ela mesma, com a posição teleológica, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis, até mesmo inconcebíveis. Significa, portanto, na medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou um tal processo, não pode ser mais de um ponto de vista ontológico, um epifenômeno. Com esta constatação, o materialismo dialético distingue-se do materialismo mecanicista (LUKÁCS, 1981, p. 22).

A consciência é resultado de um processo de escolhas entre alternativas possíveis de serem observadas a partir do desenvolvimento da complexidade das formas de trabalho humanas. Um homem primitivo ao escolher uma pedra como instrumento de trabalho a escolhe conforme as possibilidades que ela representa para realizar determinada atividade. Pela experiência, esse homem passa a criar novos instrumentos que a aprimorará a partir das posições teleológicas do trabalho. Enquanto no homem a satisfação de suas necessidades advém do trabalho e é um ato consciente, nos demais seres a satisfação de suas necessidades advém de um sentido puramente biológico, não sendo jamais uma alternativa, mas um epifenômeno. Assim, a alternativa será uma categoria mediadora; um ato de consciência, no qual a realidade torna-se criação a partir do existente. Nesse sentido, há infinitas possibilidades no pôr teleológico do trabalho que convergem sempre em tomadas de decisões, fundadas em alternativas, que somente serão executadas no ato laborativo, que levam ao infinito novas necessidades, tornando-as universais. O homem transforma a natureza pela ação do trabalho, assim como a sua própria natureza, porém conservando as experiências, em uma cadeia ininterrupta de alternativas sempre novas. Assim, a alternativa é um ato da consciência, portanto uma categoria mediadora no processo do pôr teleológico, produzindo efeitos transformadores, nunca retrocedendo, mas se desenvolvendo em infinitas possibilidades, tornando-se universal.

2.1.2 Trabalho e causalidade

É por meio do trabalho que os homens transformam a natureza para a satisfação de suas necessidades, formando a base material das sociedades. Assim, o trabalho constitui a base e o fundamento da práxis social, pois nele encontramos a unidade dialética entre teleologia e causalidade.

Antes de seu surgimento, havia na natureza somente processos causais. Para Lukács (1981, p. 44), o princípio da causalidade deve ser entendido como “a relação e a influência intercorrente entre causa e efeito”. A causalidade é um componente do complexo laborativo. “É um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo, que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tem o próprio ponto de partida em um ato da consciência. Deste modo, a causalidade a ser transformada é a natureza, cuja relação de causa e efeito não são construções humanas, mas, sim, dadas pelo desenvolvimento natural. Através do trabalho o homem a transforma, levando em consideração seus limites e possibilidades para a satisfação de suas necessidades materiais de existência enquanto sujeitos históricos. Assim, os homens se apropriam da natureza, a transformam segundo suas necessidades, em atos de trabalho, cuja pré-ideação serão objetivadas ao infinito, incorporando na história as determinações naturais. Esse processo caracteriza-se pela transformação da causalidade espontânea em causalidade posta, isto é, foram capazes no curso da história de satisfazer suas necessidades de autopreservação e reprodução ao vencerem as barreiras naturais que limitavam sua sobrevivência. Para Lukács (1981, p. 49),

Os atos, por intermédio dos quais a causalidade é posta no trabalho, se evidenciam sem uma forma mais pura pela contraposição de valor entre falso e verdadeiro, uma vez que, como já observamos anteriormente, qualquer erro de conhecimento relativo à causalidade efetivamente existente, leva inevitavelmente, no processo real, ao fracasso de todo processo de trabalho. De modo contrário, é evidente que, em qualquer posição de causalidade, no qual o fim imediato seja o de transformar a consciência ponente de homens, o interesse social, que está sempre contido em qualquer posição – e o que obviamente também naquela de simples trabalho – termina inevitavelmente, por fluir na posição dos seres causais necessários para a efetivação.

Ao vencerem tais barreiras naturais, os homens transformam a causalidade espontânea em causalidade posta, que, no dizer de Lukács, são superiores, porque sociais. São os homens que no ato laborativo por prévia ideação

sem suas posições teleológicas e causais transformam a natureza e transformam a si mesmos. Isto porque só no trabalho existe a unitária inter-relação dualisticamente fundada, entre teleologia e causalidade.

2.1.3. Trabalho e práxis social

Toda vida social é essencialmente prática. A práxis consiste na ação dos homens sobre a matéria. Em sua ação, os homens criam e transformam a si e a própria realidade humanizada.

O homem vive em constante estado criador. Cria para satisfazer novas necessidades, sempre abertas ao infinito, de acordo com as possibilidades históricas dadas pela realidade. Assim, a consciência do sujeito criador tem íntima relação com a realidade objetiva posta aos mesmos. A consciência não é algo abstrato, fruto do pensamento, mas advém essencialmente da materialidade da vida concreta dos sujeitos.

A produção do objeto ideal é inseparável da produção do objeto real, material, e ambas nada mais são que o anverso e reverso de uma mesma moeda, ou são dois lados de um mesmo processo. A forma que o sujeito quer imprimir à matéria existe como forma geratriz na consciência, mas a forma que se plasma definitivamente na matéria não é a mesma – nem uma duplicação – da que prévia existia originalmente (VASQUEZ, 1986, p. 249).

O trabalho é a base de entendimento, a forma originária de toda práxis social, necessário para compreender as outras posições socioteleológicas, configurando, assim, seu caráter central nas relações sociais.

O trabalho como protoforma da práxis social significa entender seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, produto das relações entre o ser social e a natureza, onde objetos naturais são transformados através da ação humana em coisas úteis, para si e para as outras pessoas, configurando assim a práxis social interativa, momento em que o trabalho torna-se cooperação entre os homens. Tal práxis está presente no mundo objetivo dos homens que produzem suas existências pelo trabalho, transformando a si e aos outros, estabelecendo relações sociais. Isto se dá no trabalho enquanto gênese da formação humana, portanto, trabalho criador, que, segundo Vasquez (1986, p. 264),

pressupõe a atividade indissolúvel de uma consciência que projeta ou modela idealmente e da mão que realiza ou plasma o projetado numa

matéria. O produto desta atividade unitária é, por isso, o coroamento de uma atividade consciente do produtor e, por conseguinte, o objeto produzido revela, exprime, o homem que o produziu. No trabalho criador evidencia-se a unidade entre consciência e corpo, como atividade manual dirigida pela primeira. Por conseguinte, dele se apaga, de certo modo, a diferença entre trabalho intelectual e físico, pois todo trabalho manual é, ao mesmo tempo, trabalho ou atividade da consciência.

A busca de finalidades e objetivos é uma necessidade humana elementar e primordial. Toda a existência, o movimento do mundo e os fatos da vida individual perseguem um sentido. Para Marx, o trabalho como originário da diferenciação dos homens dos outros seres é o único lugar de onde se pode explicar os fins humanos. Afirma Lukács (1989) que qualquer trabalho só é possível se for precedido de um pôr teleológico, ou seja, de uma prévia ideação que determine o seu processo em todas as fases.

Tem-se, pois, uma consequência sobre a consciência humana que, diferente da consciência animal, ultrapassa a simples adaptação ao ambiente e executa, na própria natureza, modificações/transformações. Essa consciência humana é o elemento que altera o real e é apreendida e demonstrada na práxis.

A essência do trabalho consiste sempre em transformar o que está posto como possibilidade, em realidade concreta. Essência que é um elemento insuprimível, é o “ser-precisamente-assim do trabalho” conforme Lukács, independente das formas de consciência nas quais ele se realizou originalmente.

Essa transformação atinge, necessariamente, o sujeito que trabalha. Ao atuar sobre a natureza e transformá-la, o homem muda, ao mesmo tempo, a sua própria natureza, desenvolvendo suas potencialidades. É o domínio da consciência sobre o instinto biológico, que implica um processo contínuo de renovação do sujeito. O domínio sobre si mesmo leva à saída da sua existência puramente animalésca, implicando um retrocesso das barreiras naturais, configurando o autodomínio como premissa para realização do trabalho e das suas finalidades postas que se revela, pois, como instrumento de autocriação do homem como homem. Um novo ser, autofundado: o ser social.

Em determinadas condições históricas o trabalho se torna objetivação negativa, onde o homem não tem controle sobre as condições do processo e do produto do trabalho. Há um processo de estranheza, de alienação, em que o trabalho aniquila o homem, aliena-o, e a forma mais próxima dessa alienação é o trabalho assalariado/abstrato. Nesta sociabilidade fundada na propriedade privada

dos meios de produção, a práxis do trabalho abstrato é reiterativa³, subordina o homem a realizar atividades sob o jugo das relações capitalistas, em que o trabalho parcelado, na produção em série, impede que o mesmo realize o trabalho criador.

É necessário enfatizar a centralidade ontológica do trabalho na vida dos homens, pois o mesmo é uma forma privilegiada de práxis, e é através dele que os homens garantem sua existência enquanto seres sociais e desenvolvem suas capacidades. É na atividade prática que os homens se humanizam e satisfazem suas necessidades, projetam finalidades, se autoproduzem, estabelecendo relações com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Como afirmou Marx (1985, p. 50):

[...] Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociabilidade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre os homens e a natureza e, portanto, da vida humana.

Somente a partir do trabalho como práxis o homem pode criar, formar e produzir-se a si mesmo e aos outros, em infinitas possibilidades dadas por sua ação teórico-prática radicalmente histórica. Nesse aspecto, a práxis, mesmo na sociabilidade do capital, não é somente reiteração, mas em sua escala histórica universal o que é determinante na história humana é a práxis criadora, que concebe a matéria herdada historicamente em algo qualitativamente novo.

2.2 Trabalho na sociedade capitalista, invisibilidade de sua gênese e espraiamento de sua alienação e reificação

Ontologicamente, o trabalho é criação humana, transformação das causalidades naturais em causalidades postas; criação de uma sociabilidade

³ Vasquez (1986, p. 258) assim define a práxis reiterativa: “A práxis reiterativa tem por base uma práxis criadora já existente, da qual toma a lei que a rege. É uma práxis de segunda mão, que não produz uma nova realidade: não produz uma mudança qualitativa na realidade presente, não transforma criadoramente, ainda que contribua para ampliar a área do já criado e, portanto, para multiplicar quantitativamente uma mudança qualitativa já produzida. Não cria, não faz emergir uma nova realidade humana, e nisso reside sua limitação e sua inferioridade em relação à práxis criadora”. O autor assinala que isso não significa que o mundo em que vivemos seja mera imitação ou um mundo de qualidades velhas e persistentes. Se assim o fosse, não existiriam transformações e mudanças no curso da história, já que o que diferencia o homem dos demais seres é sua historicidade radical genérica construída pelo seu trabalho.

humanizada que projetou suas finalidades e transformou o mundo para satisfazer necessidades postas no curso histórico. Com isso, o homem foi capaz de dominar a natureza e não mais ser subjugado às intempéries naturais. Esse processo o diferenciou dos outros animais. O trabalho é elo fundante, pois o homem foi capaz de transformar a natureza em meios de produção e subsistência para satisfazer necessidades. Do intercâmbio orgânico do homem com a natureza emergiram o modo como historicamente as sociedades se constituíram.

Nas sociedades primitivas, antes do aparecimento das classes sociais, da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem, o desenvolvimento das forças produtivas era tão incipiente que os homens dependiam unicamente dos fenômenos naturais para satisfazer suas necessidades sociais. Assim, a busca da satisfação elementar de sua sobrevivência biológica era uma incerteza cotidiana.

Nessa relação com sua história, os homens primitivos percebiam o fato imediato, e em larga medida verdadeiro, de que a reprodução social não dependia apenas deles, mas também dos processos naturais que eles não conheciam e que, portanto, não podiam controlar. O poder da natureza era algo que estava muito acima dos homens, e que a eles se impunha de forma insuperável, férrea (LESSA, 2000, p. 17).

Com esse grau de desenvolvimento das forças produtivas nasceu uma concepção de mundo entre os homens em que o poder da natureza era algo superior, incontrolável diante do seu conhecimento e domínio sobre a mesma. Daí nasceram as concepções mágico-religiosas do mundo, segundo as quais a história dos homens era determinada por potências não humanas. Assim, aos deuses caberia a determinação do destino dos homens, e estes os obedeceriam, tendo assim um papel passivo na história.

Mas foi com o advento da propriedade privada que apareceram as desigualdades sociais, a partir da revolução neolítica e o emergir de grupos sociais que dominaram e se apropriaram das riquezas de outros grupos responsáveis em transformar a natureza e criadores das riquezas. Desse modo, as classes sociais foram constituídas de acordo com o lugar que cada grupo ocupava no sistema produtivo. Nesse período histórico, a partir do século VII a.C., as possibilidades de o homem construir sua própria história aumentaram. Dessa forma,

[...] tornou-se necessária uma nova concepção de mundo que pudesse incorporar esse desenvolvimento. Antes que isso acontecesse, contudo, muito tempo passaria. Seria descoberta a agricultura, e, com ela, o trabalho excedente, a exploração do homem pelo homem, a propriedade privada, a

submissão da mulher ao homem, as classes sociais, o Estado e a política. Enfim, antes que uma nova concepção de mundo se explicitasse por completo, a humanidade sairia do seu período primitivo e adentraria às sociedades de classe (LESSA, 2000, p. 18).

No interior das sociedades de classe surgiu o problema do homem com sua história, passando a se constituir sujeito ativo. Foi o desenvolvimento das forças produtivas que possibilitou ao homem dominar a natureza, diminuindo sua dependência frente aos processos naturais. Nesse processo, os gregos criaram a filosofia, iniciando uma fase na humanidade em que a história não pode ser explicitada pelos deuses, que dominavam e determinavam o destino dos homens, mas feita pelos próprios em suas relações sociais. Assim, o papel dos mesmos passou a ser reconhecido, tematizado e investigado pela filosofia grega. Há, entretanto, três concepções da história intermediárias entre a primitiva visão de mundo religiosa e a concepção puramente ativa do homem na história: a concepção grega de Platão e Aristóteles, a concepção agostiniana-tomista da Idade Média e a concepção moderna.⁴ O que há em comum entre essas três concepções é o fato de existir uma essência humana que não poderia ser criada e nem alterada

⁴ “Na **concepção grega de Platão e Aristóteles**, há um mundo essencial, imutável, que determina o que a vida dos homens pode ser. Em Aristóteles, tudo tem um ‘lugar natural’ na ordem eterna e imutável do universo, e é este lugar natural que determina o que os homens podem fazer de sua história. Para Platão, há um mundo das ideias eterno e imutável que determina o que as coisas são no mundo dos homens. Os homens, para os dois pensadores, apenas podem ser aquilo que o eterno imutável lhes permite; o eterno e imutável impõe-lhes limites intransponíveis. E o limite superior do desenvolvimento social seria dado pela sociedade mais desenvolvida que conheciam, a polis ateniense. Acima dela apenas os Deuses e semi-deuses e depois os Deuses”. Assim os homens poderiam somente fazer história no interior de seus limites, das determinações eternas e imutáveis do mundo das ideias (Platão) e da ordem cosmológica (Aristóteles). **Concepção Agostiniana-tomista da Idade Média.** Nesses autores há uma concepção comum: por obra de Deus a história humana se desdobraria entre a gênese e o apocalipse. Independente do que façamos, este limite da história já está traçado e é insuperável, pois é um limite que não foi construído pelo homem; pelo contrário, foi a ele imposto pelo seu criador. Tal como os gregos, reconhece-se a possibilidade de os homens agirem sobre a história, mas seus limites são dados por Deus. São, por isso, determinações essenciais inalteráveis que só homens não podem transformar porque não decorrem de suas ações humanas, mas de um ato de vontade de Deus. **A concepção moderna**, desenvolvida fundamentalmente na Inglaterra do século XVIII (Locke, Hobbes, etc.) e na França do século XVIII (os Iluministas, Rousseau, etc.), é a gênese da concepção liberal até hoje presente entre nós. Como ela surge de uma crítica do mundo medieval, pela burguesia nascente, sua primeira e mais evidente característica é abandonar toda forma religiosa. A concepção moderna-liberal de mundo não vai necessitar de Deus para explicar como as coisas são. Assim, a essência da sociedade é diretamente decorrente da essência dos indivíduos. Esta essência dos indivíduos, por sua vez, é compreendida como a natureza que distingue o indivíduo humano dos outros animais. A determinação do que é a sociedade e, portanto, do que é a história, parte da determinação do que é a natureza dos indivíduos humanos. Como os indivíduos seriam essencialmente proprietários privados, a relação necessária entre eles é a concorrência entre proprietários que se encontram no mercado para vender e comparar suas mercadorias. A sociedade por isso seria a arena onde todos lutam contra todos – o egoísmo do proprietário privado é elevado à essência insuperável dos homens.” (LESSA, 2000, p. 21-24).

pelos próprios homens, justificando a sociedade de classe de cada época histórica. Assim,

[...] Os homens são essencialmente proprietários de escravos, na Grécia; para Tomás de Aquino a sociedade feudal é a que melhor corresponde à essência pecadora dos homens; e por fim, para os pensadores liberais, devido à essência da natureza humana, não há nenhuma sociedade possível sem mercado e propriedade privada: não há nenhuma sociedade para além da burguesa. Em todos esses casos, a essência da classe dominante é generalizada à essência de todos os humanos, presentes, passados e futuros (LESSA, 2000, p. 25).

É, entretanto, na concepção moderna, em que um novo modo de produção passou a dominar o mundo dos homens, criando uma nova sociabilidade, que nos deteremos para analisar o trabalho como síntese e gênese da organização da produção, por que constrói o mundo material das riquezas e a própria sociabilidade dos homens no cotidiano de suas vidas. Nessa sociabilidade capitalista o trabalho passou a ser um contrato livremente acordado entre os homens, distinto das outras sociabilidades cuja mediação foi sempre pautada na herança genética, nas divindades que fundamentavam as estruturas sociais anteriores. Por isso, Marx (1978) concebe a sociedade burguesa como a organização histórica mais desenvolvida e mais diferenciada da produção, por que o capital é a potência econômica que a tudo domina.

Nessa forma social histórica de dominação burguesa, o contrato, forma de objetivação do trabalho, é realizado por meio de dois sujeitos: de um lado, o capitalista, detentor dos meios de produção, que encontra no mercado a força de trabalho humana para ser comprada, pagando pela mesma o valor equivalente à sua subsistência; de outro, os trabalhadores, vendedores de seu tempo de trabalho, a que Marx (1988, p. 187) chamou de força de trabalho, “o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”. Tais relações sociais são estabelecidas entre classes sociais distintas: proprietários burgueses, que detêm os meios de produção, e trabalhadores, que só possuem a força de trabalho para vender ao capitalista.

Essa organização social fez desaparecer todas as formas de produção social, para estabelecer as formas de trabalho livre. Segundo Marx (1985, p. 189), o trabalhador é livre em duplo sentido:

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender.

No processo de produção capitalista o resultado da compra da mercadoria força de trabalho, cujo valor compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador e perpetuar a classe trabalhadora, origina outras mercadorias, produzidas por essa classe e apropriada pelos capitalistas, detentores dos meios de produção. Tais proprietários firmam com os trabalhadores um contrato de tempo, ou seja, a jornada de trabalho⁵ necessária à fabricação das mercadorias do capital.

A mercadoria personifica o capital, constituindo tudo que se destina à troca, produzida pela força de trabalho humana. Para Marx (1985, p. 41), “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”.

As mercadorias do capital são produzidas não importando ao capitalista seu valor de uso, mas o valor de troca. Daí, Marx observa o duplo caráter do trabalho ao analisar o caráter duplo da mercadoria:

a. valores-de-uso: portanto, terem os objetos utilidades, serem bens com qualidades específicas para a satisfação de necessidades de qualquer natureza. Constituem o conteúdo material da riqueza; são mercadorias de diferentes qualidades produzidas por trabalho humano concreto que exigiram habilidades, conhecimentos, meios de produção particulares para a feitura de cada um dos distintos produtos, eles mesmos resultados de

⁵ No livro *O Capital*, Marx (1988, p. 300) analisa a luta pela jornada normal de trabalho e as leis que prolongam compulsoriamente a jornada de trabalho da metade do século XIV ao fim do século XVII. Começa explicitando o que é a jornada de trabalho: “O que é uma jornada de trabalho? Durante quanto tempo é permitido ao capital consumir a força de trabalho cujo valor diário paga? Por quanto tempo se pode prolongar a jornada de trabalho além do tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho? A estas perguntas, responde o capital: o dia de trabalho corresponde a todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher as funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical. Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo.” Hoje, a jornada de trabalho de 40 horas estipuladas legalmente, na maioria dos países capitalistas, foi fruto de muitas lutas dos trabalhadores no curso da história. Marx está analisando as primeiras leis que advêm das lutas dos trabalhadores para estabelecer uma jornada normal de trabalho, a legislação fabril inglesa de 1883 a 1864, reduzindo o trabalho de menores e mulheres para 12 horas diárias.

distintos trabalhos. Se um produto do trabalho humano satisfaz necessidades é porque tem utilidade. O valor de uso é o conteúdo material da riqueza em qualquer sociedade, não importa que o produto seja pão ou droga, livro ou arma e que sua utilidade leve à destruição: pouco importa ao capitalista seus apegos morais, os valores de uso são úteis.

b. valores-de-troca: por serem sempre resultados de trabalho diversos somente podem ser igualados se reduzidos todos a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Como valores-de-uso, as mercadorias portam as quantidades de energia humana empregadas na sua elaboração e são sempre diferenciadas. Todavia, nas sociedades capitalistas, o conteúdo material da riqueza é veículo material do valor-de-troca, e como trocar coisas de qualidades, traços, características tão distintas? Como trocar alimento por droga? [...] como valores de troca as mercadorias só podem diferir na quantidade, quantidades de trabalho (GRANEMANN, 2009, p. 230-231).

A mercadoria, como produto do capital, como objetivação das coisas, contém trabalho pago e trabalho não pago, fazendo parte do produto total do capital. No processo do sistema do capital a mercadoria não se apresenta isoladamente, mas uma massa de mercadorias, que entram no sistema da circulação enquanto valor de uso e valor de troca. Marx (1985, p. 102) assim analisa o processo duplo da mercadoria:

A mercadoria individual apresenta-se não só materialmente, como parte do produto total do capital, mas como parte alíquota da porção por ele produzida [...] como resultado do processo, não aparecem mercadorias isoladas, mas uma massa de mercadorias, na qual se reproduziu o valor do capital adiantado + mais-valia - o trabalho excedente usurpado – e cada uma das quais é depositário do valor do capital e da mais valia por ele produzida [...] a mercadoria, para estar em condições de entrar em circulação, deve assumir duplo modo de existência. Deve ser visto pelo comprador não só como artigo de determinadas qualidades úteis, como um determinado valor de uso, que satisfaz determinadas necessidades, seja de consumo individual, seja de consumo produtivo. Seu valor de troca deve ter assumido forma diferente e distinta de seu valor de uso, autônoma, embora ideal. Deve apresentar-se como a unidade (mas ao mesmo tempo como dual).

A produção capitalista é produção de mais-valia⁶, tendo função específica e de valorização do capital e acumulação das riquezas. É trabalho excedente,

⁶ Para Marx, a produção da sociedade capitalista não é apenas a produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valia. O trabalho produtivo tem que produzir mais-valia para a autoexpansão do capital. Há, para Marx, no modo de produção capitalista, duas modalidades de mais-valia: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. “A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital deste trabalho excedente. Ela se constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A

trabalho não pago, apropriado pela classe burguesa, detentora dos meios de produção, que se constituem meios de trabalho (instrumentos), objetos de trabalho (matéria-prima) e força de trabalho. A mercadoria é a unidade imediata dos valores de uso e troca, configurando o processo de produção em sua unidade indissolúvel em processos de trabalho e sua valorização.

O processo de produção do capital é, antes de tudo, considerando-se seu lado real – ou considerando-se como processo, que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – um processo efetivo de trabalho [...] todos os meios de produção potencialmente, e na medida que funcionem como meios de produção, são realmente capital, portanto o capital é elemento necessário ao processo de trabalho humano em geral. O capital é algo condicionado pelo trabalho humano [...] como processo de produção do capital é em geral processo de trabalho, assim como processo de trabalho em todas as suas formas sociais é necessariamente processo de trabalho do capital (MARX, 1978, p.12).

Essa é a lógica da sociedade capitalista: acumular riquezas produzidas pelo trabalho humano, porque o objetivo do capitalista é aumentar seu capital produzindo mercadorias para ser vendidas que contenham mais trabalho do que realmente ele pague por elas, em forma de salário. Enfim, produzir mais-valia é a lei absoluta da sociedade capitalista.

2.2.1. Processo de alienação do trabalho

O trabalho na sociedade capitalista é apropriado pelos detentores do capital que subjugam os trabalhadores às relações de produzir, usurpando através da mais-valia as riquezas produzidas pelos mesmos. O operário interessa como mero instrumento, trabalhador de produção, sujeito somente a forma econômica de produzir. A divisão do trabalho e sua especialização exigidas pelo desenvolvimento técnico, que põe seu ser dirigido somente a uma atividade, faz desaparecer seu caráter universal. Assim, esse modo de produção é uma forma mercantil de produzir, reproduzindo e criando então valores que legitimam a ordem capitalista de pensar.

Assim, o trabalho nessa realidade nega suas potencialidades emancipadoras, criando uma cisão, um estranhamento entre sujeito e objeto. O indivíduo passa a tornar-se objeto e os objetos a valerem como coisas. Para Tonet (2007, p. 52),

produção da mais-valia absoluta gira em torno exclusivamente da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais” (MARX, 2005, p. 578).

Não é apenas no âmbito da produção e do acesso à riqueza material que se verifica a decadência do capital. É na degradação do conjunto da vida humana, na crescente mercantilização de todos os aspectos da vida social; na transformação das pessoas em meros objetos, e mais ainda descartáveis; no individualismo exacerbado; no apequenamento da vida cotidiana, reduzida a uma luta inglória pela sobrevivência; no rebaixamento do horizonte da humanidade que leva a aceitar, com bovina resignação, a exploração do homem pelo homem sob a forma capitalista, como patamar mais elevado da realização humana.

Em Marx (2004), a alienação do trabalho consiste, em primeiro lugar, na sua condição de trabalho forçado, enquanto meio de satisfazer outras necessidades:

(1) a relação do trabalho ao produto do trabalho como um objeto estranho que o domine. Tal relação é ao mesmo tempo a relação ao mundo externo, sensível, aos objetos naturais, como a um mundo estranho e hostil;

(2) a relação do trabalho ao ato da produção dentro do trabalho. Tal relação é a relação do trabalhador à própria atividade como alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade). Uma vez que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem em relação a si mesmo, a sua função ativa, aliena igualmente o homem a respeito da espécie, transforma a vida genérica em meio da vida individual; por consequência, toda a autoalienação na relação que ele postula entre os homens, consigo mesmo e com a natureza.

Resgatando as especificidades da alienação capitalista na perspectiva marxista, Netto (1996) lembra que o que marca a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar os fins com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem como com o essencial do seu fundamento econômico-social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas.

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano – genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genética e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade

em todas as épocas nem para todos os comandos sociais; [...] o moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo esta contradição. Por isso, a estrutura da cotidianidade alienada começou a expandir-se e a penetrar em esferas onde não é necessário (HELLER, 1989, p. 39).

A ordem capitalista de produção é sempre alienada⁶ em face da apropriação privada dos meios de produção. Marx (2004, p. 108) ressalva que a propriedade privada é a expressão sensível de que o homem se torna objeto para si, estranho e não humano, que sua exteriorização de vida é sua exteriorização de vida, e sua efetivação a negação da efetivação.

O homem foi reduzido ao sentido da posse, ao sentido do ter. A propriedade privada nos fez unilaterais; o objeto somente é nosso se o temos, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído e usado. O trabalhador torna-se cada vez mais pobre, na medida em que a produção aumenta em extensão e poder; quanto mais mercadoria produz, mais sua força de trabalho torna-se sem valor ou quase sem valor. A valorização do mundo das coisas aumenta à medida que aumenta a desvalorização do mundo dos homens. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou no objeto, é a sua objetivação, efetivação. Para o estado nacional-econômico a efetivação é vista com desefetivação, a objetivação como perda do objeto e servidão a este objeto e sua apropriação com estranhamento, como alienação.

Na exteriorização, o trabalhador se sente estranho ao objeto que criou, existindo fora dele, independente dele, formando uma potência diante dele, hostil e estranha, fora de seu mundo.

Assim, a alienação, e o estranhamento encontram-se objetivados na objetivação do trabalho em sua relação com a natureza, o mundo sensível, no próprio trabalho, na atividade produtiva do gênero humano, fazendo da vida genérica um meio da vida individual.

⁶ Como ressalta Marx o trabalhador, em face da apropriação privada do modo de produção capitalista fica mais pobre em função da riqueza que produz, cria mercadorias e ele mesmo torna-se mercadoria. De acordo com Barroco (2008, p. 33), “no trabalho alienado, ao invés de se reconhecê-lo como sujeito, o homem se desconhece; ao invés de se realizar, ele se perde. Além disso, a alienação não ocorre apenas em relação ao produto, mas em todo processo de trabalho (meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho). O trabalhador entra de forma desigual, uma vez que os meios de trabalho não lhe pertencem; o processo de trabalho é fragmentado e apressado, não lhe permitindo se apropriar da totalidade do processo nem desenvolver suas habilidades de forma multilateral”.

O trabalhador só pode criar transformando a natureza, o mundo sensível que oferece os meios para transformar, com o trabalho, em objetos para satisfazer suas necessidades. Ela é a matéria em que seu trabalho se efetiva e por meio do qual produz. Mas quanto mais o trabalhador se apropria da natureza para transformá-la com o seu trabalho, mais ele se priva dos meios de vida, na sociabilidade capitalista. Segundo Marx (2004, p. 82),

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacionais econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se forma; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

O estranhamento, a exteriorização vivida pelo trabalhador se dá também no ato da produção. O trabalhador se aliena dos produtos de seu trabalho, advindo da natureza do mundo sensível, mas alienado do próprio trabalho. Marx (2004, p. 82) faz esta indagação: “Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto de sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo.” Assim, para Marx, se o trabalhador é estranho aos objetos que produz, também é estranho ao seu próprio trabalho, pois não se reconhece nele, ele não lhe pertence, não desenvolve nenhuma atividade que desenvolva sua força espiritual, ao contrário é um trabalho obrigatório, mortificante, sente-se como se o mesmo não lhe pertencesse. Por isso, o trabalhador só se sente livre em sua atividade animal, como beber, comer e procriar. O trabalho não é sua autoatividade, pertence a outro, perdendo-se de si mesmo.

O estranhamento do trabalhador também se dá com o gênero. O homem é um ser genérico, porque vive da natureza inorgânica como os demais seres vivos; porém, quanto mais ele se apropria da natureza e a domina, para satisfazer suas necessidades, mais sua genericidade emerge. Sua universalidade aparece quando faz da natureza inteira seu corpo inorgânico, e a transforma pelo trabalho. Sua vida produtiva é vida engendradora de vida. Isso porque se trata de trabalho efetivo, socialmente necessário. Toda atividade é atividade humano-genérica, embora tenha motivações particulares, porque o genérico está contido em cada indivíduo particular.

[...] é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano genérico não é o homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência do nós” (HELLER, 1989, p. 21).

O indivíduo é sempre ser genérico e ser particular, porque seu ser individual isolado não expressa a humanidade, diferente dos outros seres vivos cuja particularidade expressa as características essenciais de sua espécie. Uma folha de uma árvore isolada tem as propriedades essenciais postas em uma espécie do mesmo gênero. Assim, toda árvore contém as mesmas características da espécie dada e sua particularidade permanece imutável. Já no gênero humano, tal particularidade se expressa sempre como particularidade social mediatizada pela unicidade e irrepetibilidade, convertendo-se num complexo mais complexo quando da assimilação da realidade social. Entretanto, a estrutura da sociedade capitalista em que vivemos converte os seres particulares em singularidades individualizadas, que sob o jugo do processo da alienação do trabalho, transforma-os em papéis sociais, descaracterizando sua unidade com o gênero humano e as possibilidades do desenvolvimento genérico da humanidade.

2.3 O trabalho e o processo de produção e reprodução da vida social: qual o lugar do Serviço Social?

O trabalho no modo de produção capitalista, fundamentado na sociabilidade das mercadorias produzidas para serem trocadas, não se realiza de forma a elevar as faculdades humanas e possibilitar o desenvolvimento pleno da humanidade em seu potencial criador. Ao contrário, toda a sociedade é dirigida para fundamentar esse processo e torná-lo o mais alienado possível. Embora a revolução burguesa tenha dado um salto ao desvincular as relações sociais dos homens de laços consanguíneos, todas as suas relações foram e são construídas pela troca das mercadorias, impossibilitando aos homens partilharem das riquezas construídas coletivamente pelo trabalho.

Nesse processo, todas as formas construídas por essa sociabilidade se assentam no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, tornando todas as relações sociais relações entre mercadorias, e sua troca como o patamar

mais elevado de sua sociabilidade. Isso, entretanto, conduz para garantir o processo da produção de forma contínua e ininterrupta; garantir o processo do consumo, produzindo e consumindo em maiores quantidades o que produziu, bem como criando novas necessidades sociais que possibilitem a renovação constante das mercadorias e seu consumo. Tal processo de renovação das mercadorias alimenta o processo da produção, reproduzindo ao infinito as relações de produção. O processo da produção não pode ser apartado do processo da reprodução; produção e reprodução da vida social têm uma relação intrínseca, embora diferenciados, mas representam uma unidade na sociabilidade capitalista. Para Marx (1978, p. 659),

Qualquer que seja a forma social do processo de produção tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação são simultaneamente as de reprodução.

Marx teve como objetivo desnudar as leis econômicas do movimento da sociedade moderna, regida sob o modo de produção capitalista, analisando como historicamente se constituiu em seu processo histórico de transformações, porque, para ele, “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1978, p. 17). Assim, ao analisar a sociedade capitalista desnudando seus nexos, possui um método de análise em que a totalidade, a teoria do valor trabalho-e a mediação, são fundamentais para compreender a lógica de seu pensamento, no entendimento da complexidade de sua análise da relação social capitalista. Isto se percebe em todo seu pensamento. Nesse processo, o que nos interessa no momento para compreensão do processo da reprodução é sua análise sobre a produção, o consumo, a troca e a distribuição. Marx (1982, p. 207) assim expõe o que representam esses elementos como determinantes e determinados, na totalidade da sociabilidade do capital:

Na produção, membros da sociedade adaptam (produzem, dão forma) os produtos da natureza em conformidade com as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção que o indivíduo participa na repartição desses produtos; a troca obtém-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota-parte que lhe é reservada pela distribuição; no consumo, finalmente, os produtos tornam-se objetos de prazer, de apropriação individual. [...] A produção surge como ponto de partida, o

consumo como ponto de chegada, a distribuição e a troca como meio termo que, por seu lado, tem um duplo caráter, sendo a distribuição o momento que tem por origem a sociedade e a troca o momento que tem origem o indivíduo.

Para Marx, a produção fornece o objeto, os materiais, mas não é somente os objetos que a produção cria, mas determina o caráter do objeto, porque o objeto não é um objeto em geral, mas determinado, devendo ser consumido de uma determinada maneira, mediatizado pela própria produção. Assim, a produção cria o sujeito consumidor. Cria não só um objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto, engendrando, portanto, o consumo. Para Marx (1978, p. 110), há uma identidade tripla entre produção e consumo:

1° Identidade imediata: a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora, consumo produtivo. A primeira como reprodução e a segunda como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira se referem ao trabalho produtivo e improdutivo; sobre o segundo, ao consumo produtivo e improdutivo;

2° Ambos parecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime por sua dependência recíproca; é um movimento pelo qual se relacionam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, exteriores entre si;

3° A produção não é imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente a produção não é somente um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido de que cada um dá ao outro seu objeto; a produção, o objeto exterior do consumo, o consumo, o objeto idealizado da produção; cada um ao realizar-se cria o outro.

Em sua análise sobre produção e distribuição, Marx também desvela o processo ao conceber seus elementos constitutivos, como: renda da terra, salário, juros e lucro como elementos constitutivos da produção. Segundo ele, juros e lucros enquanto formas de distribuição supõem o capital como agente da produção. Assim como um indivíduo que participa da produção como trabalhador assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção na forma de salário. Há uma articulação intrínseca entre distribuição e produção, como também na troca e circulação. A circulação é um momento determinado da troca e a troca um momento mediador entre a produção e a distribuição. Isso posto, o resultado é que a produção, o consumo, a distribuição, a troca e a circulação são processos que se imbricam intrinsecamente; são, portanto, elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade.

O processo da produção do capital é o processo de trabalho e sua valorização, que produz uma mercadoria movida pela apropriação dos capitalistas pela mais-valia. Tais mercadorias vendidas e consumidas engendram novas mercadorias para garantir o processo da produção capitalista. Assim,

[...] o processo da reprodução abrange tanto este processo direto de produção quanto a fase de circulação (compra e venda). Isto é, seu ciclo periódico, que se repete sempre de novo e constitui a rotação do capital. Considera-se assim o processo global. Em que cada ciclo do capital individual constitui apenas uma fração automatizada do capital social na sua totalidade (IAMAMOTO, 2008, p. 64).

Desenvolve-se, assim, um processo global de produção e circulação do capital total que abrange e converte o capital dinheiro em força de trabalho e meios de produção, o consumo produtivo, a circulação das mercadorias, e mais-valia, reproduzindo as classes capitalistas e trabalhadoras e o caráter capitalista da produção global, incluindo em sua expansão monopolista⁷ o fundo público⁸.

Em seu processo global, contraditório, a sociedade capitalista reproduz o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho e faz crescer assim a riqueza, como capital, alheio ao sujeito que a produz. O lado inverso da moeda é a pobreza, a indignância dos que não possuem os meios de produção, mas somente

⁷ O desenvolvimento do capitalismo substituiu o capital da livre competição pelos monopólios, conglomerados de capital de domínios de poucos capitalistas que subjugarão as colônias em busca de apropriação de matérias-primas e mão de obra barata. Inicia-se em princípios do século XX a fase a que Lênin denomina fase imperialista, desenvolvendo-se nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial; suas características essenciais são: concentração da produção e do capital em elevado grau, com a criação dos monopólios que passam a desempenhar papel essencial na vida econômica; fusão do capital bancário com industrial, com hegemonia do capital financeiro; exportação de capitais; presença de associação de capitais. O capital industrial não é a característica determinante dessa etapa do capitalismo, mas sim o capital financeiro e a vitalidade das grandes potências em suas aspirações de hegemonia. Essas potências traduzem a luta para “apoderar-se de territórios não tanto para si, mas para debilitar o adversário e quebrar sua hegemonia”. Contraditoriamente, o capitalismo de monopólio gera tendência à estagnação e à sua decomposição, sendo o Estado rentista, o Estado do capitalismo parasitário (IAMAMOTO, 2010, p. 102). Ver Mandel (1985), em sua análise sobre o processo dos monopólios pós Segunda Guerra Mundial, a que denominou de capitalismo tardio.

⁸ O Estado pós Segunda Guerra Mundial ganha em densidade representativa incorporando direitos sociais, advindos das lutas das classes trabalhadoras. Assim, passa a incorporar também as demandas dos trabalhadores, não mais como um comitê exclusivo da burguesia, como instrumento de dominação, mas como um jogo de forças sociais em disputa. Passa a se constituir como um lugar de utilização e distribuição da riqueza pública, tornado possível pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, através dos recursos denominados fundo público. Assim, esse fundo constitui a soma de valor retirada do investimento privado para o investimento público, ou para o consumo dos serviços fornecidos pelo Estado, gerando valor, pois tais recursos serão destinados aos gastos com a manutenção da força de trabalho, garantindo a hegemonia capitalista. Embora tais direitos não tenham se constituído como universais em todos os países capitalistas é impensável a formação do sistema capitalista contemporâneo sem a utilização dos recursos públicos.

força de trabalho. Contraditoriamente, esse processo faz germinar as resistências, as lutas que nascem negando os antagonismos de classe em uma perspectiva de construção de uma nova ordem para além do capital.

A reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção (força de trabalho em meios materiais de produção); ela envolve fundamentalmente contradições de classe, configurada na relação capital trabalho.

Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros – tanto aqueles em que a mais-valia é produzida quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 50).

Assim, qual é o lugar do Serviço Social nesse processo de produção e reprodução do capital? Como profissão advinda do processo da divisão sócio-técnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, na perspectiva de apreensão da dinâmica capitalista em sua totalidade. Seu processo histórico está imbricado nas relações sociais capitalistas em sua gênese e desenvolvimento; compreendê-lo é situá-lo na história da sociedade, decifrando os processos sociais que constituem essa especialização do trabalho, onde emergem os processos sociais que geram sua necessidade social, suas ações no âmbito das relações no campo do poder econômico e político e das relações de classe, e destas com o Estado. Enfim, compreender o Serviço Social nesse processo é apreender o jogo das forças sociais na sociedade capitalista contemporânea. Plasmar o Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas é compreender os fundamentos do Serviço Social inserido no universo crítico da história em seu universo cultural e político. Isto tenciona uma formação capaz de apreender uma leitura do exercício profissional capaz de entender as múltiplas relações sociais que o constituem, calcado em valores e princípios emancipatórios que orientarão as competências e habilidades necessárias ao seu processo de trabalho. Como afirma Iamamoto (2008, p. 27).

A leitura do trabalho do assistente social, no âmbito das relações sociais capitalistas, supera os influxos liberais, que ainda hoje grassam sobre as análises da “prática profissional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria suas necessidades e condiciona seus efeitos na sociedade. Nessas, os processos históricos são reduzidos a um contexto distinto da prática profissional que a condiciona externamente.

Pensar o Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais é entendê-lo como processo de trabalho especializado, como trabalho vivo, atividade do sujeito, no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. É apreender como se desdobram as relações desta sociedade e qual o lugar ocupado pelo trabalho, compreendendo as determinações e mediações postas ao trabalho profissional do Assistente Social, palmado por estas determinações na contemporaneidade. Nesse aspecto, é fundamental, para compreendermos o Serviço Social e o trabalho do Assistente Social no âmbito da reprodução das relações sociais capitalistas, o entendimento sobre formas assumidas pelos processos de trabalho nesta sociabilidade, a partir da análise de Marx, assim como a compreensão sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

2.4 Trabalho produtivo e improdutivo para pensar o Serviço Social como processo de trabalho

O processo de trabalho, segundo Marx (1975), é atividade com finalidade de criar valor de uso, apropriando os elementos naturais para satisfação de necessidades humanas, e condição necessária de intercâmbio material entre o homem e a natureza. Ao subornar o trabalho às condições do capitalismo, ou seja, à relação capital-trabalho, observamos dois fenômenos:

- (1) o trabalhador subordina sua força de trabalho ao capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista controla os meios de produção, a matéria-prima e o instrumental de trabalho, gastando somente o imprescindível para execução do trabalho. O produto do trabalho é propriedade do capitalista, e não do produtor imediato, o trabalhador.
- (2) o proprietário capitalista subordina a força de trabalho ao mero objeto de sua compra, como a qualquer outra mercadoria, e incorpora trabalho aos elementos mortos constitutivos do produto que também lhe pertence.

Para Marx (1982, p. 25), o trabalho é

[...] atividade vital do operário, a manifestação mesma de sua vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro a fim de se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, somente um meio de existência. Trabalha para viver. Ele sequer considera o trabalho como parte de sua vida, é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que ele, operário, adjudicou a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade tampouco é o objetivo de sua atividade. O que o operário produz para si mesmo não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói, mas uma pequena parte em forma de salário.

Essa é a lei da sociabilidade do capital, que para extração da mais-valia subjugua os trabalhadores ao processo de exploração capitalista da força de trabalho, cuja reprodução das relações sociais está fundada na riqueza construída e edificada pelo trabalho não pago.

As mudanças no capitalismo contemporâneo, objeto de análise do item seguinte, ocasionaram profundas alterações na organização dos trabalhadores, como também nas atividades produtivas, alargando o processo da reprodução capitalista para vários setores, não colonizado pela forma mercadoria. Ao mesmo tempo em que reedita formas passadas de trabalho, conferindo aos trabalhadores novos lugares na ordem do capital, submetendo-os à lógica da acumulação capitalista.

Para compreensão do caráter produtivo de tais atividades, realizadas sob o impacto das referidas mudanças, o centro do debate localiza-se em

[...] saber se novas atividades organizadas de modo capitalista, industrial, podem ser consideradas atividades produtivas, já que não produzem as mercadorias clássicas da fábrica fumacenta, e são, ao contrário, oferecidas como valores de troca em ambientes assépticos como os grandes hospitais privados que mercadejam com a doença ou em seitas religiosas – cujos templos lembram as grandes fábricas com plantas enormes anteriores às enxutas fábricas que, por operarem em rede, podem ser dispersas e fragmentadas não somente por múltiplos edifícios como também por diferenciados lugares do planeta – que juntas detêm considerável número de veículos de comunicação para a produção de jornais (valores de troca, próprios à satisfação da fantasia de um mundo divino) que são vendidos aos milhares em todo o mundo (GRANEMANN, 2009, p. 236).

No capítulo VI inédito d' *O Capital*, Marx discorre sobre o trabalho produtivo e improdutivo. Segundo ele, o capitalismo fez dos trabalhos existentes até então, todos trabalhos assalariados; contudo, nem todos são trabalhos produtivos. Como o fim imediato da produção capitalista é, por excelência, a produção de mais-valia, o

trabalho produtivo será aquele possuidor dessa mesma capacidade, como parte do processo da produção com a finalidade de valorização do capital. Portanto, é considerado produtivo um trabalhador que executa trabalho produtivo, gerador de mais-valia e que valoriza o capital.

O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua a ser produtivo, na medida em que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e valor de troca. Porém, o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, aquele trabalho que se representa em mercadorias, porém se considerarmos a mercadoria individual e aquele que, numa parte alíquota desta, representa trabalho não pago, ou se tivermos em conta o produto total aquele que, numa parte alíquota da massa total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, um produto que nada custa ao trabalhador (MARX, 1975, p. 109).

Segundo Marx, com o desenvolvimento da subordinação do trabalho ao capital, há um aparecimento de diversas capacidades de trabalho que cooperam, formam a máquina produtiva e participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação das mercadorias, como os engenheiros, os serventes, os capatazes, enfim, uma gama de trabalhadores participantes do processo de produção, envolvidos e subordinados à sua valorização, diretamente explorados pelo capital, e à ampliação do trabalho produtivo. Para Marx, é indiferente a função do trabalhador; embora o mesmo não esteja submetido diretamente ao trabalho manual, sua capacidade de trabalho está subordinada ao processo de autovalorização do capital. Interessa, para Marx se o possuidor da capacidade de trabalho a vende ao capitalista como trabalho vivo, adquirindo a força de trabalho para extrair mais-valia. Ao criar mais-valia, o trabalho se converte em valorizador do capital, conservando-o e ampliando-o enquanto riqueza para o capital.

Nesse aspecto, todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo. Ao resultado do trabalho dos trabalhadores assalariados, não produtivos, Marx denominou **trabalho improdutivo**, tendo em vista que a compra de trabalho para ser consumido como valor de uso, como serviço, e não como trabalho vivo, não se converte em fatores de capital.

O seu trabalho é consumido por causa de seu valor de uso, e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. O capitalista não o defronta como capitalista, como representante do capital; troca o dinheiro por seu trabalho, mas como rendimento, não como capital. O dinheiro aqui funciona como meio de circulação e não como capital (IAMAMOTO, 2008, p. 85).

O desenvolvimento da sociedade capitalista transformou todos os serviços em trabalhos assalariados, inclusive os trabalhos produtivos. Isso mascara a diferença entre tais serviços e os trabalhadores que os executam; e principalmente esconde e encobre o processo da mais-valia, convertendo o trabalhador produtivo em vendedor de serviços. O que converte o trabalho em trabalho produtivo é seu caráter útil, determinado como criador de valor de troca, mais-valia. Assim, não são as atividades determinadas que se enquadram em trabalho produtivo, mas o conteúdo determinado de trabalho, sua utilidade particular e o valor de uso em que se manifesta. Dessa forma, um trabalho de idêntico conteúdo pode vir a se constituir trabalho produtivo e improdutivo. É o caso do trabalho como o canto e do trabalho do mestre-escola (professor), como ressalta Marx (1978, p. 98):

[...] uma cantora que canta como pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende seu canto é uma assalariada, ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário, que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre-escola que é contratado por outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo.

Assim, para Marx, é fundamental a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, com a finalidade de desvelar o processo da acumulação, já que somente a troca por trabalho produtivo constitui a conversão da mais-valia ao capital. Nesse aspecto, todos os trabalhadores assalariados são trabalhadores que convertem seu trabalho ao processo de reprodução das relações capitalistas. A diferença reside no fato de a produção de capital ser produção de mais-valia e o trabalho por ele empregado ser trabalho produtor de mais-valia; já os improdutivos, realizam serviços pessoais que são trocados por renda, embora alguns destes produzam também mercadorias, que nunca são consumidas diretamente, mas suportes do valor-de-troca. O que determina o caráter do trabalho produtivo, portanto, é sua apropriação pelo capitalista que o emprega e ao realizá-lo repõe o capital variável produzindo mais-valia.

Iamamoto (2008) ressalta a importância do resgate da diferença entre trabalhos produtivos e improdutivos para desmistificar a concepção que considera trabalho como o que somente se expressa em coisas materiais e opera transformações imediatas na natureza. Marx, na teoria da mais-valia, explicita que o produto social do trabalho não necessariamente precisa ser material para ser

mercadoria, mas precisa ter valor de uso e valor de troca. Isso é fundamental para pensarmos hoje as transformações do capital contemporâneo que industrializa os serviços e os submete à lógica do processo de sua reprodução.

Como caracterizar os trabalhadores que trabalham na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos? Esses trabalhos não são trabalhos produtivos porque não estão subjugados às formas de empresas capitalistas privadas, mas aos princípios do direito público. Isso não vale, entretanto, para trabalhadores que trabalham em empresas estatais (que funcionam segundo as leis do capital), como os trabalhadores da Petrobrás, no Brasil.

O trabalho produtivo não produz somente mercadorias que satisfaçam às necessidades materiais, mas as chamadas necessidades imateriais, aquelas que satisfazem o espírito. As mercadorias têm seu valor de uso determinado pelas necessidades do espírito. Assim, o trabalho produtivo e improdutivo não depende do conteúdo e tipo de produtos, nem de sua utilidade e expressão material, mas sim de sua capacidade de produzir mais-valia para os capitalistas. Como analisa Iamamoto (2008), duas são as possibilidades de manifestações do capitalismo no campo da produção imaterial:

- a) A produção imaterial se traduz em mercadorias, em valores de uso que assumam uma forma distinta e independente dos produtores e consumidores, podendo ocorrer um intervalo entre produção e consumo, circulando neste tempo como mercadoria possível de ser vendida;
- b) A produção não é separável do modo de produzir (artistas, escritores, oradores, professores, médicos etc.). No âmbito dos serviços, a produção capitalista era reduzida a um grau mínimo, na época de Marx, apresentando-se de modo muito limitado, quando comparada com a produção material, algo distinto do que ocorre na atualidade, com o crescimento dos serviços, sob a órbita do capital (IAMAMOTO, 2008, p. 87).

Os Assistentes Sociais que trabalham na esfera estatal, na prestação de serviços sociais aos usuários, são considerados trabalhadores improdutivos. Isto não significa que o que fazem estes trabalhadores não seja trabalho útil, e nem que se materialize em coisas, porque sua forma de organização baseia-se no direito público, da esfera estatal que se organiza sob a arrecadação do fundo público, essencial no processo de reprodução da sociabilidade do capital. Assim, o que faz esse profissional, no desenvolvimento de suas atividades, configura-se como trabalho e um trabalho qualificado, quando sua atuação estiver ligada ao Estado, no âmbito de uma mediação importante nesse processo, que são as políticas sociais.

É com base nessa concepção, após profundas discussões e análises, que as novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, aprovadas em 1996 e centradas em três núcleos de fundamentação (núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional), superam os equívocos que desde o final dos anos 1970 e o início da década de 1980 vêm sendo discutidos no âmbito do que se configurou como prática profissional do Assistente Social, fundamentada na teoria social de Marx, tendo como marco o Congresso da Virada, em 1979.

As novas diretrizes⁹ articulam os aportes teórico-metodológicos, enfrentando as dimensões estratégicas do trabalho profissional do Assistente Social em suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, cujo objeto é decifrar as refrações da questão social no cotidiano da vida social. Nesse sentido, demarca-se a centralidade do trabalho no processo da produção e reprodução social. As diretrizes abordam o exercício profissional, a denominada prática profissional, como processo de trabalho e seu objeto de intervenção, as diversas expressões da questão social. Ao se abordar a prática como trabalho e o exercício profissional como processo de trabalho, defende-se a superação da visão focalista da prática, qualificando-a como trabalho especializado que se realiza por processos e relações de trabalho, em uma sociedade determinada pelo capitalismo

⁹ O processo de revisão e implantação curricular 98/2000 foi aprovado e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação como proposta das “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, em conformidade com a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Esse processo iniciou-se na XXVIII Convenção Nacional da ABESS, ocorrida em Londrina (PR), em outubro de 1993. Foi fruto da realização, para a sua construção, de cursos e oficinas (regionais e nacionais). Entre 1994 e 1996, foram realizadas 200 oficinas locais, 25 regionais e 2 nacionais (Cf. ABESS, 1997, p. 58). A interlocução estabelecida com o currículo de 1982 foi o ponto de partida necessário para se repensar a formação do Assistente Social. Mediante os impactos das transformações sociais à época, na sociedade brasileira, bem como para superar os limites postos no currículo de 1982, no que diz respeito a interligar as dimensões constitutivas da formação, ou seja, o rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, aproximando o profissional da realidade social. Vale destacar que essa proposta, referendada pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social em conjunto com a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, onde sofreu forte descaracterização. A forma final assumida pelas diretrizes no texto legal, homologadas em 4 de julho de 2001, descaracterizou a direção social da profissão no que se refere aos conhecimentos e habilidades preconizados. “Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado” (IAMAMOTO, 1998, p. 19).

periférico subordinado às condições sócio-políticas do capitalismo central, os centros hegemônicos do poder do capital.

Ao se falar em “prática profissional”, usualmente tem-se em mente o que o assistente social faz, ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional. A leitura predominante da prática é que ela não deve ser considerada isoladamente, em si mesma, mas pelos condicionantes, sejam eles internos – os que dependem do desempenho do profissional – ou externos, determinados pelas circunstâncias sociais, nas quais se realiza a prática do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p. 94).

Assim, transitar da prática profissional para o trabalho não significa somente uma mudança de nomenclatura, também de concepção, pois a prática é um dos elementos constitutivos do próprio trabalho, que necessita dos meios de trabalho, e a matéria-prima ou objeto onde incide a ação transformadora do trabalho. Por conseguinte, o trabalho profissional é partícipe de processos de trabalho que se organizam conforme as determinações políticas e econômicas que moldam o processo de acumulação capitalista na contemporaneidade. Compreender como esse trabalho se organiza e se estrutura na sociabilidade capitalista, em contexto de crise, sob as estratégias da reestruturação produtiva e hegemonia do capital financeiro, é nossa reflexão no próximo item.

2.5 As transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social brasileiro

O trabalho como atividade resultante do dispêndio de forças físicas que transforma a natureza em bens (materiais e imateriais) para satisfação de necessidades humanas e como elemento central de explicação ontológica do ser social continua na contemporaneidade, apesar das transformações contemporâneas, o centro da vida em sociedade.

O trabalho, na sociabilidade do capital, é o elemento fundamental de expropriação da mais-valia gerado pela força de trabalho, tendo em vista o processo de acumulação de capital. A venda da força de trabalho é a única alternativa do trabalhador “livre” para obter com seu trabalho uma existência, mesmo que precária, na sociabilidade capitalista.

Transformações contemporâneas no mundo do trabalho, no contexto da globalização mundial, sob a hegemonia do capital financeiro em aliança com o capital industrial, em franco processo da revolução tecnológica, com base na microeletrônica, desencadearam novas demandas e formas de trabalho, sob as novas necessidades do capital, associadas aos processos já existentes e à intensificação de sua precarização.

Os padrões de acumulação do pós segunda guerra, os chamados 30 anos gloriosos de expansão e acumulação do capital, sob a liderança do capital industrial e formas de organização do trabalho fordistas e tayloristas, estão hoje sendo subsumidas à hegemonia do capital financeiro e ao processo de reestruturação produtiva.

2.5.1 Taylorismo-fordismo, novas estratégias de organização do trabalho do capitalismo pós-guerra

As organizações tayloristas e fordistas, como estratégias de gestão e organização do trabalho pós Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, representaram ganhos de produtividade e crescimento econômico com reconhecimento do poder sindical dos trabalhadores.

A estratégia fundamental dessa organização do trabalho era pautada nos princípios da administração científica de Taylor,¹⁰ baseada no tratado que descrevia como a produtividade do trabalho pode ser aumentada, por meio da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas, segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.

O fordismo teve suas origens ainda no início do século XIX, em 1914, quando Henry Ford introduziu em sua fábrica de automóveis a carga horária de 8 horas de trabalho e a recompensa de cinco dólares aos trabalhadores da linha de montagem de carros, racionalizando velhas tecnologias incorporadas a uma detalhada divisão do trabalho associado ao crescimento monopolista do capital.

¹⁰ O pensamento de Taylor tinha uma longa ancestralidade, remontando ao pensamento dos experimentos de Gilbreth, na década de 1890, às obras de escritores da metade do século XIX, como Ure e Babbage, que, segundo Harvey, Marx considerava reveladoras (HARVEY, 1992, p. 121).

O que havia de especial em Ford e, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo era a sua visão seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema da reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética, uma nova psicologia, em um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Ford desejava estabelecer forte disciplina sobre os trabalhadores, no processo de linha de montagem com alta produtividade, aumentando sua renda para consumir os produtos produzidos em massa fabricados pelas corporações. Para tanto, era necessário a produção de um novo tipo de homem para incorporar os novos métodos de trabalho, um novo modo de sentir e viver, novas formas de coerção moral, novas formas de intervenção estatal.

As estratégias de controle da força de trabalho foram inauguradas com Ford em 1916, quando contratou Assistentes Sociais para irem aos lares dos trabalhadores a fim de ensinar-lhes novas formas de coerção moral e discipliná-los ao controle rígido do trabalho fordista.

[...] em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que “o novo homem” da produção de massas tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a própria existência foi um sinal dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer (HARVEY, 1992, p. 123).

A experiência fordista-taylorista será incorporada ao capitalismo central, como estratégia hegemônica de organização do trabalho, após a Segunda Guerra Mundial e o colapso da crise capitalista de 1929. Para sua hegemonia, como regime de acumulação e constituição de sua maturidade, seria necessário um novo processo de intervenção estatal. O Estado, em suas expansões regulatórias, incorporou a construção de políticas sociais universalistas, absorvendo despesas e infraestruturas necessárias para a produção e o consumo. Keynes será o economista que delineará as ideias de um Estado regulador capaz de controlar as crises econômicas do capital e, ao mesmo tempo, aliado com o fordismo, instituir um conjunto de políticas econômicas e sociais.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que exigia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma

combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa que garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1999, p. 125).

O período pós-guerra até o final dos anos 1970, hegemônico pelo fordismo, caracterizou-se por mudanças profundas não só na produção, mas no modo de vida total da sociedade. Sua hegemonia constituiu-se mais particularmente na Europa e no Japão, configurando-se como um esforço de guerra e possibilidade desse bloco capitalista garantir a autonomia nacional diante do poder norte-americano.¹¹ Tais mudanças irão ocorrer na padronização de produtos para o consumo de massas que exigirá uma nova cultura, uma nova estética, pautada nos princípios de uma racionalidade burocrático-técnica, com alianças com o movimento sindical, principalmente o sindicalismo europeu e o suporte do Estado social regulador. Ao Estado caberia, então, a concessão de políticas redistributivas que minorassem as desigualdades sociais, combatendo a exclusão daqueles que diretamente não recebiam os benefícios diretos do fordismo. Isso exigia uma contínua aceleração da produtividade do trabalho.

Os trabalhadores da centralidade fordista no capitalismo central constituíam hegemonicamente uma força de trabalho branca, masculina e fortemente sindicalizada, cuja base corporativa deixou de fora segmentos como as mulheres, bem como outros também considerados desprivilegiados. Tal situação irá provocar descontentamentos e insatisfações e gestará os movimentos da década de 1960 que pautarão as contradições sociais advindas do fordismo.

Esse padrão de organização da produção significou alguns avanços, principalmente no campo dos direitos sociais no mundo do capitalismo central. Nas periferias do capitalismo, como na realidade brasileira, a experiência fordista não se desenvolveu como no capitalismo central. Esse crescimento econômico produzido sob os áureos fordistas não incorporou as economias capitalistas

¹¹ Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos concentraram a hegemonia capitalista do poder econômico e financeiro mundial baseado no domínio militar. “O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agiria como banqueiro do mundo em troca de abertura de mercados de capital e de mercadorias das grandes corporações” (HARVEY, 1999 p. 131).

periféricas, que subordinavam suas economias aos interesses do capitalismo central; assim como gerou, também, insatisfação nas referidas economias (inclusive na economia brasileira).

Devem-se acrescentar os insatisfeitos do terceiro mundo, com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas, que na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira ativamente com o capital internacional. (HARVEY, 1999, p. 133).

No Brasil, periferia do capitalismo central, o fordismo se caracterizou como uma estratégia capitalista de desenvolvimento do capitalismo industrial sob as determinações e condições do capitalismo mundial, configurando o que Alves (2000) classifica como toyotismo restrito, que se caracteriza, segundo esse autor, até a década de 1960, como uma modernidade hipertardia. Somente após 1956, desenvolveu-se um complexo produtivo voltado para a indústria taylorista-fordista, originando-se um proletariado industrial moderno ligado às linhas de montagem. O crescimento da produção de bens duráveis fez emergir um proletariado industrial que contribuiu para a formação de um sindicalismo de classe. Forma-se, nesse período, uma classe média dedicada a produção dos “serviços”, subserviente ao capitalismo de fordismo “restrito”, sob um Estado ditatorial. Como analisa Alves (2000, p. 108),

O capitalismo industrial, sob a direção do estado desenvolvimentista, possui uma positividade histórica, não apenas do ponto de vista do capital, mas da perspectiva do trabalho: ele construiu um processo civilizatório, que assentou as bases materiais da modernidade, ainda que hipertardia, instaurando um outro patamar de industrialização e urbanização no Brasil.

Entre 1968 e 1973, o capitalismo brasileiro alcançou índices de crescimento econômico sob características desenvolvimentistas, o denominado “milagre brasileiro”, assentado na expansão do setor de produção de bens duráveis. O ABC paulista despontou como principal polo industrial de base vinculado ao taylorismo-fordismo e, contraditoriamente, forjou uma classe trabalhadora organizada, capaz de impulsionar as bases da democracia política, pautada na ditadura militar. O taylorismo-fordismo brasileiro foi impulsionado por um Estado ditatorial que restringiu as liberdades políticas da sociedade brasileira e, intensificou

a superexploração do trabalho, com jornadas prolongadas, intensificação do processo produtivo e tendência à depreciação salarial. Nesse período, o capitalismo central, sob o impulso de uma nova crise capitalista mundial em 1970, assentou as bases de um novo processo de produção cujos fundamentos foram pautados na reestruturação da produção para processos “flexíveis”. Assim, o processo da globalização dos capitais, demonstra a incapacidade histórica do fordismo-taylorismo conter as contradições impostas pela nova ordem do capital.

2.5.2 A reestruturação produtiva e suas repercussões no mundo do trabalho

O longo crescimento capitalista sob o fordismo-taylorismo, nos anos 1970, dá sinais de esgotamento nos países do capitalismo central. As principais causas de seu declínio foram configuradas na crise provocada, principalmente, pela queda da taxa de lucros; esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista; hipertrofia da esfera financeira, maior concentração do capital e crise do estado de bem-estar social (*welfare state*).

No entanto, a crise tem sua raiz maior na incapacidade secular do capital de manter sua produtividade com taxas de lucros satisfatórias para sua reprodução, o que fez migrar os capitais para as finanças; e na incapacidade das indústrias de transformação fordistas manterem uma taxa de lucro satisfatória ao processo de acumulação, configurando o que vários autores – Marx, Mandel, Mézaros, Harvey¹² apontam como crise estrutural do sistema capitalista.

¹² Na investigação de Marx, a explicitação das crises está relacionada com a lei tendencial da queda das taxas de lucro, expressão concreta das contradições no modo de produção capitalista e cuja equação pode ser resumida nos seguintes termos: a produção de mais-valia (quantidade de trabalho excedente materializado em mercadorias e extorquido no processo de trabalho) é apenas o primeiro ato do processo produtivo. O segundo ato é a venda dessas mercadorias que contém mais-valia. Como não são idênticas as condições de produção da mais-valia com as da sua realização, a possibilidade de descompasso entre esses dois momentos cria as bases objetivas para o surgimento das crises (MOTA, 2009, p. 52). Mandel (1990 apud MOTA, 2009, p. 53) fez uma incursão histórica sobre as crises capitalistas, destacando suas características e seu caráter cíclico, argumentando a necessidade de distinguir os fenômenos da crise, suas causas mais profundas e sua função no quadro imanente do modo de produção capitalista. Mézaros (2009, p.18) vai indicar que o sistema de capital, em sua particularidade capitalista, irá adentrar, após os anos 1970, em nova fase, superando os ciclos cíclicos de crises e adentrando em crise estrutural com *continuum* depressivo, mostrando-se longa, duradoura, sistêmica e estrutural. Isso demonstra, segundo o citado autor, a falência das experiências do século XX, sejam elas keynesianas pós-capitalistas, do tipo soviético e o Leste europeu, que embora tivesse como base a destruição do capital foi engolido pelo mesmo. A crise estrutural do sistema do capital, como um todo, que estamos experimentando nos dias de hoje, está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir, não somente o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todo o domínio da vida social, econômica e cultural.

As crises representam o desequilíbrio entre produção e consumo, comprometendo a essência do capital, que é transformar mais-valia em lucro e vendê-la para reiniciar seu processo de acumulação. Assim, mais mercadorias produzidas não são compradas e o processo de acumulação é afetado, porque é necessário o consumo, a venda para sua transformação em dinheiro que retorna ao processo do capital em sua reprodução na produção/circulação/consumo. Isso implica vários processos, como: redução de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, quedas de preços e salários, que atingem principalmente a classe trabalhadora, com o desemprego e seu empobrecimento generalizado. No entanto, os impactos da crise do capital se apresentam distintamente para trabalhadores e capitalistas:

[...] Para os capitalistas, trata-se de seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade, posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento de suas lutas e capacidade organizativa (MOTA, 2009, p. 55).

Diante do processo da crise, o capital passa a reelaborar estratégias de recuperação de seu ciclo reprodutivo para garantir sua dominação, que se materializa na criação de novas formas de produção de mercadorias, racionalizando as formas de trabalho vivo em trabalho morto, na intensificação de criação de tecnologias e novos métodos de gestão do trabalho. A técnica surge, então, como um fetiche, como condição para o progresso da humanidade, camuflando a fonte basilar de criação do valor: o trabalho vivo.

A estratégia capitalista consiste em aumentar a produtividade e reduzir os custos da produção, pautados na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, na gestão e organização do trabalho, bem como no processo de organização dos trabalhadores. Tais estratégias serão fundamentais para garantir uma cultura que solidifique os interesses do grande capital na consolidação de seus processos acumulativos. Assim, abandona-se o padrão keynesiano fordista e, em contraposição, cria-se um padrão de acumulação flexível.

A denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se

destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. Era a manifestação do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação”, que vigorou depois do pós-guerra, em vários países de capitalismo avançado, especialmente na Europa (ANTUNES, 1995, p. 33).

Novos padrões são incorporados ao processo de reorganização do capital, tanto na produção como no sistema ideológico e político de dominação, tendo o neoliberalismo como a expressão de uma nova forma de intervenção estatal, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.

No âmbito da produção, com a crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, inicia-se um novo ciclo produtivo, chamado toyotismo, a era da acumulação flexível. Esta representa o confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Surgem setores da produção inteiramente novos, com o incremento de inovações tecnológicas e uma nova modalidade de mundialização (globalização) dos capitais sob o domínio hegemônico do capital financeiro¹³. Novas formas de organização na produção, mais flexíveis, redundarão em transformações no mundo do trabalho e na organização industrial, onde o toyotismo desponta como estratégia da acumulação capitalista na era da flexibilização. O toyotismo, como analisa Antunes (1995, p. 56), diferencia-se do fordismo nos seguintes aspectos:

1. É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massas do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista.
2. Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo.
3. A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita o operário operar várias máquinas.

¹³ Segundo Harvey (1992, p. 155), “A acumulação flexível procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia. Isso significa que a potencialidade de formação e crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos. Boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente a esta capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá, de maneira que quase parece desprezar as restrições de tempo e de espaço, que costumam ter efeitos sob as atividades, matérias de produção e consumo”.

4. Tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.
5. Funciona como o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoque.
6. As empresas têm uma estrutura horizontalizada. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no interior da fábrica, no toyotismo esse índice desce para 25%, ampliando o processo da terceirização.

Essa nova estratégia do capital subjugou os trabalhadores a um ritmo acelerado de exploração do trabalho, com forte disciplinamento da força de trabalho, com a expropriação das atividades intelectuais de trabalho, advindo da maquinaria automatizada e informatizada, garantindo ao capital seu processo de acumulação e sua rentabilidade. Tal estratégia desencadeou transformações e metamorfoses no mundo do trabalho, representadas na desproletarização do trabalho fabril, sob forte diminuição da classe operária fabril da indústria tradicional. Segundo Antunes (2009), efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrente de formas diversificadas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços. O que observamos, segundo o referido autor, é uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais) e uma intensa desqualificação em ramos que outrora eram qualificados.

Aliado às transformações no mundo do trabalho mencionadas, amplia-se o leque de um conjunto de trabalhadores, dos serviços, terceirizados, subcontratados, enfim, da classe que vive do trabalho¹⁴ e ao mesmo tempo amplia a superpopulação excedente, com o desemprego estrutural. Marx (2005, p. 731), analisando a lei geral da acumulação capitalista, já observava que no curso da acumulação, com o processo da técnica aperfeiçoada, aumentaria o capital constante, reduzindo a quantidade de trabalho e ampliando cada vez mais a população trabalhadora supérflua.

Na periferia capitalista, especialmente na América Latina e no Brasil, as repercussões das mudanças estruturais no capitalismo contemporâneo sob a

¹⁴ Antunes (2001, p. 230) usa a expressão classe – que vive do trabalho – como sinônimo de classe trabalhadora (isto é, classe dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem da venda de sua força de trabalho), pretendendo enfatizar a centralidade do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, incluindo: 1. todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho produtivo como o improdutivo (de acordo com o sentido dado por Marx); 2. os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; 3. o subproletariado, proletariado precarizado, sem direitos, e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva e são postos em disponibilidade constante pelo capital, nessa fase de desemprego estrutural. A expressão exclui os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros.

mundialização dos capitais destroem suas já abaladas estruturas sociais, que não foram “beneficiadas” com o fordismo/keynesianismo. Assim, a precarização e o desemprego já existentes são aguçados com as transformações capitalistas, aliado ao Estado neoliberal que reduz os recursos públicos para os direitos sociais, estes já fragilizados, pois não houve intervenções estatais no âmbito das políticas sociais que configurassem um Estado garantidor de direitos universais. Aliás, os direitos no Brasil se originaram sob forte traço da inserção dos trabalhadores ao mercado de trabalho urbano, tendo direito os quem tinha a carteira de trabalho assinada pelo empregador.

A partir dos anos 1980, as corporações transnacionais, com grande poder econômico provocaram a reorganização do processo produtivo em escala mundial, buscando incessantemente explorar novas fontes lucrativas de investimentos, submetendo as economias periféricas aos seus interesses corporativos. Os governos desses países periféricos são subjugados aos ditames das agências multilaterais, como FMI e BIRD, que impõem suas condições de ajuste econômico neoliberal.

No referido período, o capitalismo brasileiro deixou ver as primeiras mudanças organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo dos serviços, embora se apresentasse timidamente em comparação às transformações no capitalismo central. Mas foi na década de 1990, com a ascensão dos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, que ocorreram as mudanças mais significativas, sob o impacto da reestruturação produtiva e do receituário neoliberal.

Combinam-se processos de downsizing das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade. Indicando que o fordismo ainda dominante, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2001, p. 232).

A tendência mundial é a adesão dos governos aos ajustes econômicos impostos pelas economias centrais, que fragiliza ainda mais o precário mercado de trabalho, bem como as resistências coletivas dos trabalhadores ao processo da

exploração capitalista. Até os governos de cariz mais popular, como o de Lula (2002-2010) e o de Dilma (2011 e em curso) no Brasil, governam sob os interesses do capital mundializado.

Diante das transformações no mundo do trabalho, que ocasionam uma crescente redução da capacidade de o mercado absorver força de trabalho, e do crescente desemprego estrutural, o trabalho ainda constitui a centralidade da vida em sociedade; o que representa a visão de autores como Offe, que analisam as transformações e colocam que o trabalho perdeu a centralidade objetiva de ser o catalisador da vida em sociedade. Como afirma Iamamoto (1998, p. 86),

Segundo Offe, acumulam-se indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais. A crescente heterogeneidade do trabalho assalariado (com relação a renda, a qualificação, estabilidade no emprego, reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidades de ascensão, autonomia, diferenciação de produção de bens e serviços, etc.), expressa também no mercado de trabalho e nas entidades dos trabalhadores, colocaria em cheque qualquer relevância do trabalho remunerado dependente, enquanto tal, na percepção dos interesses sociais, na autoconsciência e no comportamento institucional e político dos trabalhadores.

Realmente, há uma diminuição do trabalho fabril e um alargamento dos trabalhos no setor de serviços. O capitalismo sob o domínio do capital financeiro, em detrimento do capital produtivo, e que segundo Harvey (2002) coloca o capital mais propenso a crises,¹⁵ tem deixado às margens da sociedade parcelas significativas de trabalhadores que não têm inserção ou re-inserção no mercado de trabalho. Tal redução do emprego, associada às retrações do Estado com suas responsabilidades com os serviços sociais, configurados nos direitos sociais têm proporcionado o

¹⁵ A crise do capital configura-se como crise estrutural e, recentemente, em 2008 e 2009, passou a dar sinais de sua explosão sistêmica com a crise financeira que abalou os Estados Unidos, atingindo em 2009 os cinco continentes. Houve quebra de bancos e empresas, diminuição do ritmo de crescimento e aumento do desemprego. A crise agudiza as condições de vida dos trabalhadores (já fortemente abalados com os processos da reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas) e sua capacidade de inserção no mercado de trabalho. É uma crise de dimensões globais, atingindo os países do capitalismo central, como os EUA, os países europeus e a América Latina. Na América Latina, o resultado da crise global em 2010, junto com o processo de reestruturação e o neoliberalismo, criou 9 milhões a mais de pobres, e no Brasil, segundo o IBGE, 1,3 milhões de desempregados. Na Europa, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desemprego saltou de 6% para 8,4%, totalizando 13,7 milhões de desempregados. Segundo essa mesma organização, o desemprego mundial de 2009 totalizou 212 milhões e a precarização do trabalho atingiu, neste mesmo ano, 1,5 bilhões de pessoas, ou seja, 50,6% da população mundial (SANTOS, 2012, p. 143).

aumento da pobreza, da miséria de expressivos contingentes populacionais. É notório que o trabalho assalariado formal vem sendo reduzido, no entanto vem sendo aumentadas as formas precárias de empregos, subempregos, terceirizados etc. Vivemos em uma sociedade produtora de mercadorias regida pela lógica do capital, em que o trabalho tem uma centralidade, pois cria valores de troca e valores de uso. Só o trabalho cria valor, em sua dimensão concreta e abstrata; portanto, ele pode ser reduzido, mas nunca extinto, porque é fundamental para a lógica capitalista. Sem trabalho vivo, que produz mais-valor, a sociedade capitalista deixaria de existir.

Quando se fala da crise do trabalho, é absolutamente necessário especificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (como sugere Robert Kurz, 1992) ou se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, como elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1990; Habermas, 1989; Meda, 1997, entre outros). No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não é predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias? Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto (ANTUNES, 2001, p. 211).

Como criador de valor de uso, coisas úteis para a sociedade, e uma forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, o trabalho é ontologicamente a centralidade dos homens, criador da sociabilidade humana, elemento fundante do ser. Nesse sentido, o trabalho é ineliminável da vida social dos homens. O que podemos conceber é o fim do trabalho abstrato, com o fim da sociedade capitalista produtora de mercadorias, livre do trabalho estranhado, fetichizado, que aliena os homens de si, da natureza e dos outros homens.

2.5.3 O trabalho do Assistente Social na cena contemporânea

As mudanças no âmbito do trabalho já apontadas, alteradas a partir do padrão de acumulação que se iniciou no cenário internacional nos anos 1970 e, no Brasil, nos anos 1990, trará repercussões profundas ao mundo do trabalho (aumento do desemprego estrutural, da miséria, da terceirização, das subcontratações). No âmbito do Estado, o capitalismo central impõe suas receitas neoliberais conforme os parâmetros estabelecidos, seguindo o receituário dos organismos internacionais, como o BID e o Banco Mundial, que para a América Latina, a partir de 1989,

recomendam uma ampla reforma do Estado sob as bases neoliberais, capitaneadas pelo Consenso de Washington.¹⁶

Tais processos introduzem novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social,¹⁷ assim como nas formas, até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado, por meio das políticas sociais públicas e empresariais, dos movimentos sociais e sindicais e demais iniciativas da sociedade civil. Implicam radicais mudanças na divisão sócio-técnica do trabalho, afetando além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho. Atingem, assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho na sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 113).

O Serviço Social é uma especialização do trabalho e seu mercado se desenvolve nos marcos do padrão de produção fordista/keynesiano, quando o Estado amplia suas funções sociais, desenvolvendo as políticas sociais, mediação fundamental para o trabalho profissional. Assim, seu significado social só pode ser compreendido na sua inserção na sociedade, no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade de classes sociais em seu processo de reprodução. Reprodução compreendida como reprodução da vida material e espiritual que fazem parte da totalidade da vida social. Desse modo, o Serviço Social constitui-se como uma instituição inserida na sociedade, implicando, segundo Iamamoto e Carvalho (1995, p. 73) em dois aspectos fundamentais, indissociáveis e intrinsecamente dependentes:

- Como realidade vivida e representada *na* e *pela* consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional;
- Como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprime certa direção social ao exercício profissional,

¹⁶ O Consenso de Washington representou uma estratégia do capitalismo central nos anos 1990 para adequar as economias dos países da América Latina aos ditames neoliberais, pautada em três propostas principais: privatização dos serviços produtivos estatais, estabilização monetária, como meta suprema, e ajuste dos Estados, o que proporcionou a redução dos direitos sociais.

¹⁷ O Serviço Social brasileiro tem na questão social como base e objeto de sua atuação e fundação como profissão no âmbito da divisão sócio-técnica do trabalho. “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se cada vez mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 27). Para a referida autora, a questão social também é rebeldia, resistência de sujeitos que se rebelam diante das explorações do capital a que estão submetidos.

que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

O trabalho profissional do Assistente Social deve ser entendido nas dimensões objetivas e subjetivas, considerando as determinações sócio-históricas, polarizadas de interesses de classe em conjunturas determinadas. Os sujeitos profissionais incorporam em suas consciências o significado de seu processo de trabalho e a direção social, conferindo finalidades que irão expressar as respostas aos demandantes de sua ação, aos que vivem do trabalho. O Serviço Social vive, portanto, uma contradição: participa do processo de reprodução dos interesses de reprodução do capital como também suas respostas profissionais em suas estratégias políticas poderão reforçar os interesses das classes que vivem do trabalho.

Sua institucionalização enquanto profissão na sociedade capitalista e, em especial, na realidade brasileira, constitui-se em seus processos econômicos, políticos e sociais, na consolidação do capitalismo monopolista, em sua progressiva intervenção estatal. Legitima-se enquanto profissão como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado com o suporte da Igreja Católica para o enfrentamento da questão social posta a partir dos anos 1930, quando o Estado assumiu as tensões de classes com iniciativas regulatórias no âmbito do trabalho, criando a consolidação das leis do trabalho e um conjunto de políticas sociais, transformando a questão social em problemas de administração, desmobilizando a classe operária e regulando as tensões entre as classes sociais.

A formação dos Assistentes Sociais brasileiros, em sua gênese, será fundamentada no pensamento social da Igreja Católica, que compreende a questão social como questão moral, como problemas de responsabilidade individual dos sujeitos que a vivenciam, sob os fundamentos da Doutrina Social da Igreja, do ideário franco-belga e do pensamento de São Tomaz de Aquino (século XII, o tomismo e neotomismo). Após os anos 1940, o Serviço Social brasileiro sofreu influências do Serviço Social norte-americano, com suas propostas de trabalho conservadoras pautadas na teoria social positivista. O Estado será o grande impulsionador da profissionalização do Serviço Social.

O Estado vai impulsionando a profissionalização do Serviço Social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. Esta vinculação com as políticas sociais

vai interferir também no perfil da população alvo, para o qual se volta à ação do Serviço Social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado. É importante lembrar que a ação normativa e social do Estado brasileiro, que neste momento apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadora da idéia de um Estado humanitário e benemerente, tenderá se expressar nas décadas seguintes, através de políticas sociais inoperantes, que, reproduzindo a luta política mais geral da sociedade sem suas contradições e ambigüidades, se caracterizará por sua pouca efetividade social e por sua crescente subordinação a interesses econômicos (YASBEK, 2009, p. 13).

Essa realidade do trabalho profissional do Serviço Social pautado no conservadorismo terá vida longa, sendo questionado no final dos anos 1970, quando a sociedade brasileira clama pelas liberdades democráticas, exigindo abertura política e um amplo processo de democratização do Estado, questionando as políticas econômicas e sociais do estado ditatorial brasileiro.

O marco da mudança no Serviço Social brasileiro foi o Congresso da Virada, em 1979¹⁸. A década de 1980, para o Serviço Social brasileiro, foi determinante para mudança dos rumos teórico-metodológicos e ético-políticos na direção da teoria social crítica, tendo o marxismo como fundamento de seus aportes para pensar a profissão enquanto processo de trabalho e compreendê-la no processo de reprodução da sociedade capitalista.

Este projeto de profissão é hegemônico e historicamente datado. É fruto de um amplo movimento da sociedade civil, desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da carta constitucional de 1988, das pressões populares, que redundaram no afastamento do presidente Collor – em outras manifestações – que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os Assistentes Sociais não ficaram a reboque destes acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um de seus co-autores, co-participantes deste processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980 (IAMAMOTO, 1998, p. 50).

¹⁸ O Congresso da Virada foi um marco que representou o que Netto coloca como intenção de ruptura. Reuniram-se em São Paulo, em 1979, estudantes e Assistentes Sociais de todo o país, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Havia, assim, insatisfações de uma vanguarda de docentes e Assistentes Sociais que estavam questionando os rumos conservadores de adesão à ditadura, configurados nas discussões do conteúdo programático e nas homenagens a membros do poder ditatorial. Tal grupo realizou uma assembleia onde foram aprovadas algumas alterações na programação do congresso, como a mudança dos homenageados: não mais os dirigentes da ditadura militar, mas os trabalhadores que lutaram e morreram na luta pelas liberdades democráticas. A partir desse marco, houve mobilizações nacionais dessa categoria para a mudança curricular do curso de Serviço Social brasileiro, e construção de um novo código de ética, ambos na direção da teoria social crítica de Marx.

Nos anos 1990, o Serviço Social ganhou legitimidade acadêmica nas produções diversas no âmbito da pesquisa fundamentada na teoria social crítica, nas diretrizes curriculares de 1996; no exercício profissional, a construção da lei que regulamenta a profissão e o código de ética de 1993, enfim, consolidou-se um projeto profissional centrado na defesa universal das políticas sociais, na luta por direitos e da radicalização da democracia tendo como horizonte histórico a emancipação humana.

A profissão, com tais fundamentos teórico-metodológicos, será compreendida como socialmente determinada na história da realidade brasileira, como se formou e se desenvolveu nos marcos da sociedade capitalista, enquanto especialização do trabalho. Nesse sentido, um adensamento da história da sociedade e suas contradições sociais, ou seja, a compreensão da gênese das desigualdades postas na sociedade capitalista contemporânea sob a hegemonia do capital financeiro é a matéria-prima do trabalho profissional do Assistente Social.

Tendo um projeto profissional como base de sua atuação que lhe permite, segundo sua formação profissional pautada por princípios e valores éticos emanados do código de ética profissional, desvelar a sociedade do capital em que vivemos, em seus processos econômicos e sociais contemporâneos, que sob a hegemonia do capital financeiro tem proporcionado o aumento das desigualdades, o Assistente Social está submetido ao processo do capital, vivendo uma tensão permanente enquanto trabalhador assalariado. O assalariamento lhe impõem todas as formas de contratação impostas pela realidade em que vive e atua; estão submetidos às mesmas condições de desemprego, terceirizações e subemprego dos demais trabalhadores. Assim observamos os trabalhadores Assistentes Sociais da política de Assistência Social do município de Fortaleza, onde 100% dos que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) possuem vínculos de trabalho terceirizados por uma empresa que presta serviços de contratação de pessoal ao município.

Sendo os profissionais assalariados, sua inserção passa pelo processo de mercantilização de sua força de trabalho, ou seja, sua compra e venda de trabalho especializado aos empregadores estatais e privados. Seu trabalho situa-se, prioritariamente, no campo político-ideológico, pois é chamado a exercer funções de controle social e reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos mais

pauperizados da sociedade do capital. No entanto, pela sua relativa autonomia pode redimensionar esse trabalho, conforme o projeto profissional de sua formação, dando rumos sociais distintos em relação ao que é esperado por seus empregadores. Daí seu trabalho ser essencialmente político, atravessado por tensões e interesses de classes.

A dimensão política presente no trabalho profissional do assistente social abre a possibilidade de neutralizar a alienação da atividade para o sujeito que a realiza, embora não elimine a existência de processos de alienação que envolvem o trabalho assalariado. Este é experimentado como esforço e desgaste vital de energias para quem o realiza, uma vez que a força de trabalho é uma mercadoria inseparável da pessoa que trabalha. Apropriar-se da dimensão criadora do trabalho e da condição de sujeito, que interfere na direção social de seu trabalho, é uma luta a ser travada cotidianamente (IAMAMOTO, 1998, p. 99).

Assim, não existe uma identidade imediata entre o projeto profissional do Assistente Social e o seu trabalho assalariado, mas um campo de mediações construídas em uma perspectiva de elucidar as determinações histórico-estruturais objetivas que atravessam o exercício profissional, sob a lógica do capital em seu processo de produção e reprodução social, e encontrar potencialidades para impulsionar a luta por direitos, rumo ao processo da emancipação humana. Portanto, cabe ao sujeito profissional, como trabalhador assalariado em sua relativa autonomia, mobilizar suas práticas de resistência e luta que incidam nas mudanças dos processos cotidianos de trabalho, pois o projeto profissional do Assistente Social tenciona, em sua essência, a sociabilidade do capital, que contraditoriamente o atravessa.

No campo de mediações, uma em especial, a política social, fruto do desenvolvimento da sociedade burguesa e das tensões nela emergentes, atravessa o exercício profissional dos Assistentes Sociais, mas contraditoriamente não os molda completamente. Analisar historicamente como essas mediações se constituíram e as relações com a profissão é o conteúdo de nossa análise no capítulo posterior.

3 POLÍTICA SOCIAL: MEDIAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 Políticas sociais: origens, expansão no capitalismo tardio e sua crise contemporânea

Compreendemos as políticas sociais como as modernas formas de instituir bens e serviços sob a responsabilidade do Estado, que na era do capitalismo tardio configura-se como um espaço estratégico de intervenção da ordem burguesa. São respostas setorizadas e fragmentadas como formas de enfrentamento das expressões da questão social, posta pela ordem capitalista, pautada na exploração do trabalho humano, subjugado ao processo de exploração do capital.

O trabalho constitui-se nessa sociedade como única fonte de valor, mas, contraditoriamente, vem sendo reduzido em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, que através do avanço tecnológico, a partir da monopolização do capital, implica predomínio do trabalho morto pelo trabalho vivo, promovendo a expansão da superpopulação relativa¹⁹ em larga escala.

O surgimento das primeiras iniciativas de regulação estatal se deu na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo e da luta de classe, com as primeiras organizações dos trabalhadores que lutavam contra a exploração do trabalho, diante de jornadas de trabalho de até 16 horas diárias e condições de trabalho degradantes. Essa superexploração do trabalho desencadeou insatisfações no chão da fábrica, que no processo da luta de classe confrontou interesses contraditórios que impulsionaram a organização dos trabalhadores para exigir do Estado liberal a regulamentação da jornada de trabalho, o que Marx (1975) considerou importante luta, analisando que a regulamentação da jornada de trabalho significava uma importante vitória do trabalho sob o capital, embora a qualificasse como pífia.

Mas a intervenção do Estado, com a instituição de bens e serviços categorizados como direitos de responsabilidade estatal, encontra sua origem e

¹⁹ Marx (2005, p. 747), analisando a lei geral da acumulação capitalista no livro primeiro d' *O capital*, define a superpopulação relativa como sendo os trabalhadores desempregados, os parcialmente empregados e os segmentos do pauperismo, que denomina o rebotalho do proletariado, os que vivem no inferno da indigência.

desenvolvimento nos movimentos de massa social-democratas na transição do capitalismo concorrencial para monopolista, alterando a relação da classe burguesa com o Estado, que, após a Segunda Guerra Mundial, passa a ampliar a edição da legislação social.

3.1.1 Responsabilidade social nas sociedades pré-capitalistas

Segundo Boschetti (2006), nas sociedades pré-capitalistas, a responsabilidade do Estado para com a sociedade tinha como objetivo central a manutenção da ordem e a punição da vagabundagem. Para tanto, iniciativas de legislações sociais conjugadas com ações da caridade privada e ações filantrópicas constituíram as protoformas das políticas sociais, com destaque para as leis inglesas – antecessoras da Revolução Industrial –, quais sejam: Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (1563); Lei dos Pobres Elisabetanos (1531-1601); Lei de Domicílio; Speenhamland (1795); Lei Revisora dos Pobres (1834). Dentre estas, nossa atenção direciona-se, em particular, para a Speenhamland e para a Lei dos Pobres de 1834, por se configurarem protoformas das políticas sociais como hoje a concebemos e, especialmente, pela herança cultural e histórica e sua influência, ainda nos dias atuais, sobre a política de assistência social.

Em consonância com seus objetivos de punir, reprimir e forçar os pobres ao trabalho, tais regulamentações, conforme Castel (1998, p. 99) estabeleciam um código coercitivo do trabalho e seu caráter era não protetor, punitivo e repressivo:

Toda a história da Assistência se move por esta contradição. Apresenta e reitera a exigência da incapacidade de trabalhar para ter os benefícios dos auxílios, e também amiúde a adapta e a atrai [...] a interdição de eludir este imperativo do trabalho, recorrendo a ajudas de tipo assistencial (interdição aos carentes, de mendigar e, correlativamente, aos possuidores, de alimentar, através da esmola, a assistência aos indivíduos aptos para o trabalho.

Tais leis, em seu conjunto, garantiam aos pobres reclusos nas *workhouses* auxílios mínimos restritivos e seletivos; para o acesso a esses auxílios, fazia-se necessário a realização de atividades laborativas, sustentadas na concepção do dever moral e cristão da ajuda, e não do direito.

Dentre as leis destacadas, uma, em especial, merece destaque por sua ação menos repressora: a Speenhamland, instituída em 1795 na Inglaterra e espalhada a outras comunidades europeias, que, segundo Polanyi (2000), foi

responsável por impedir, durante o período de 1795 a 1834 (quando foi extinta a Speenhamland e criada a Lei dos Pobres de 1834), a criação de um mercado de trabalho livre. A Speenhamland estabelecia a concessão de abonos e, de acordo com tabela vinculada ao preço do pão, assegurava aos pobres uma renda mínima para sobrevivência, independente dos proventos recebidos pelo trabalho. Era o estabelecimento do “direito de viver” independente do trabalho realizado.

[...] em 06 de maio de 1795, numa época de grandes perturbações, os Juizes de Berkshire, num encontro no Pelikan Inn, em Speenhamland, próximo a Newbury, decidiram conceder, em aditamento aos salários, de acordo com a tabela que dependeria do preço do pão. Assim ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente de seus proventos. A famosa recomendação dos magistrados dizia: ‘quando o preço do quilo do pão de uma determinada qualidade custar um shilling, qualquer pessoa pobre e diligente terá 3 shillings por semana para seu sustento, quer ganho por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como abono proveniente do imposto dos pobres, e um shilling e 6 pences para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro de sua família. Quando o quilo do pão custar 1/6, 4 shillings por semana mais 1/10. A cada pence acima de 1 shilling no aumento do preço do pão corresponderão a 3 pences para ele e 1 pence para os demais’ (POLANYI, 2000, p. 100, grifos do autor).

Durante a vigência da lei, os pobres recebiam assistência mesmo quando estavam empregados, desde que seus proventos fossem menores que a renda familiar estabelecida na tabela da Speenhamland. Mas essa lei, do estabelecimento do “direito de viver”, causou polêmicas na emergente sociedade capitalista de trabalho “livre”. Uns achavam-na importante como proteção da mão de obra contra os perigos de uma sociedade de mercado, enquanto outros, os mais conservadores (incluindo-se aí a classe média, que ascendia ao poder), conclamavam que essa lei seria maléfica em uma sociedade de mercado, pois ninguém trabalharia por um salário se recebesse abonos sem nada fazer. Assim, as pressões conservadoras para destituir os abonos foram vitoriosas e demonstraram a impossibilidade de funcionamento de uma ordem capitalista com sistemas de salários subsidiados por fundos públicos. A Speenhamland, portanto, impedia a formação do mercado de trabalho competitivo, o que, segundo Polanyi (2000, p. 105,.) foi a razão de sua extinção, em 1834, e a instituição da Lei Revisora dos Pobres, em 1834:

A Poor Law de 1834 acabou com essa obstrução do mercado de trabalho; foi abolido o “direito de viver”. A crueldade científica deste decreto foi tão chocante para o sentimento público nos anos de 1830-1840 que os protestos veementes dos contemporâneos obscureceram o quadro aos olhos da prosperidade. É verdade que muitos dos pobres mais necessitados

foram abandonados à sua sorte quando se retirou a assistência externa, e entre aqueles que sofreram mais amargamente estavam os “pobres mercedores”, orgulhosos demais para se recolherem aos albergues, que se haviam tornado um abrigo vergonhoso.

Podemos atribuir a Speenhamland a responsabilidade, como ressalta Polanyi (2000), de impedir a constituição de uma sociedade de mercado competitivo? Segundo Boschetti (2006), isso talvez pareça exagero, mas os abonos representaram, ao contrário das outras leis que impuseram aos trabalhadores aceitar qualquer trabalho, o poder, embora restrito, para que esses trabalhadores “negociassem” o valor de sua força de trabalho.

3.1.2 Política social no Estado liberal

Após a decadência da sociedade feudal, ocorre um processo de discussão na sociedade de capitalismo nascente sobre qual seria o papel do Estado nessa fase da história. As discussões traziam a ideia de um mediador civilizador, capaz de controlar os desejos apetitosos dos homens, por isso Hobbes apontava que o homem é o lobo do homem, necessitando de um Estado que o controlasse em seu estado de natureza, para preservar a sua liberdade individual em favor de um soberano, do monarca absoluto. Os homens eram portadores de uma igualdade natural, competitiva e egoísta, que deveria ser dominada por uma ordem superior absoluta. Fazia-se necessário ter um Estado com o objetivo de assegurar a vida e a segurança em sociedade.

John Locke (1632-1704) afirmava que a necessidade do poder político (Estado) seria os corpos coletivos dos homens para o consentimento mútuo dos indivíduos, com o sentido de preservar a vida, a liberdade e a propriedade; enfatizava a necessidade de uma existência contratual jurídica, que somente o Estado teria condições de garantir.

Com a Revolução Francesa de 1789, marco de consolidação da burguesia nascente, há um processo de discussão do papel do Estado como uma criação dos ricos para preservação da desigualdade e da propriedade, e não do bem comum. Rousseau será o autor desse momento histórico, que rompeu com o impasse da desigualdade, colocando que o Estado tem de residir na vontade do povo, na cidadania, por meio da vontade geral. Para isso, a sociedade, em seu

conjunto, desenvolveria suas necessidades por meio da democracia direta. É a origem da democracia burguesa, consolidada nos poderes dos parlamentos.

No século XIX, a hegemonia burguesa criou as condições para a consolidação do pensamento antiestatal, presente em Adam Smith e Ricardo. Segundo esse pensamento, ao mercado é reservado o reconhecimento como mecanismo natural de regulação das relações sociais. Tais autores justificaram a sociedade burguesa em seu pensamento econômico, para garantir o individualismo, afirmando que a mão invisível do mercado regulava as relações sociais e econômicas, produzindo o bem comum. Esse pensamento, que dominou a sociedade burguesa liberal do século XIX até a segunda metade do século XX, quando o capitalismo tem sua grande crise econômica, produziu um antiestatismo pautado na ética do trabalho, que estabeleceu o mérito individual para potencializar as suas capacidades naturais. Daí decorre a ideologização do trabalho como o propiciador da capacidade de “vencer na vida”, e o seu não acesso por culpa individual de cada um. Essa lógica encobre a sociedade de classe, pautada na exploração do trabalho vivo e nas contradições sociais expostas nas desigualdades sociais produzidas pela sociedade capitalista. Nela, o Estado deveria ser mínimo para as necessidades sociais, e, como um mal necessário, garantir um corpo de leis consolidando a base legal para o estabelecimento do mercado livre. A máxima liberal traduzia-se na mão invisível do mercado, porque para Adam Smith a loucura das leis humanas não poderia interferir nas leis naturais da economia.

Assim, para os liberais, o Estado tinha como funções: a) defesa contra os inimigos externos (exércitos, polícia); b) proteção de todo indivíduo de ofensas dirigidas a outros indivíduos (direito civil); e c) provimento de obras públicas que não possam ser executadas pela iniciativa privada, ou seja, garantir a infraestrutura para o capital. Dessa forma, o Estado seria o garantidor da liberdade individual, da propriedade privada e do livre mercado.

Nesse ambiente liberal, solidificaram ideologias que justificaram a desigualdade social pela naturalização da miséria como condição inerente à natureza humana, destituída de seus elementos determinantes, quais sejam: a produção social da riqueza e sua apropriação por uma pequena parcela constituída pelos burgueses. Para essa ideologia, as necessidades sociais não devem ser satisfeitas, pois estimulariam o ócio e o desperdício, bem como desestimulariam o trabalho, gerando acomodação. Nesse aspecto, a política social deveria ser um

paliativo, cabendo ao Estado a assistência mínima aos pobres. Por isso, a Lei dos Pobres de 1834 perdurou como estratégia liberal durante toda sua vigência.

A ajuda aos pobres é marcada pela perspectiva moralizante, sob a qual estes são identificados como não merecedores e, ao mesmo tempo, como responsáveis por seu estado de miséria. Verifica-se, como ressalta Pereira (2008), a influência de Malthus, a partir de seu *Ensaio sobre o princípio da população* (*Essay on the principle of population*), publicado em 1798, cuja síntese pode ser traduzida na afirmação de que a produção de alimentos cresceria em progressão aritmética de razão 1 (1, 2, 3, 4, 5...), enquanto a população cresceria em progressão geométrica (1, 2, 4, 16...). Isso significava que, para Malthus, os pobres procriam sem controle, podendo gerar aumento da pressão por alimentos e, conseqüentemente, comprometer os meios de subsistência para todos. Para prevenir tal situação, Malthus pregava o controle da natalidade, a partir da abstinência sexual entre os pobres e retardamento das uniões matrimoniais. Para ele, tampouco o Estado deveria conceder ajudas institucionais, pois as mesmas estimulariam os casamentos precoces, propiciando o aumento da população. Como afirma Pereira (2008, p.72),

ao pobre restava a submissão a três grandes injunções: ser um bom cristão e praticar total abstinência sexual, até ter condições financeiras para contrair casamento; aprender com os ricos a ser previdente e prudente; e não mais depender das ajudas institucionais, pois elas traziam mais problemas que soluções [...] impediam que o pobre tivesse medo da miséria, já que contava com auxílios paroquiais; diminuíam a oferta de força de trabalho, pois o pobre sendo amparado em sua Paróquia, não procurava emprego em outras. Além disso, Malthus não via com bons olhos a distribuição gratuita de alimentos em albergues, porque isso desviava mantimentos dos que trabalhavam para se sustentar, e, em casos de escassez, poderia aumentar os preços dos produtos.

Assim, a proposta do Estado liberal para atender aos pobres, era deixá-los à sua própria sorte e sem garantias de direitos por parte do Estado, agora concentrados nas grandes cidades, já que a indústria moderna nasceu da transformação constante da classe trabalhadora em desempregados ou parcialmente desempregados, que, segundo Marx (2005, p. 738),

Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar a sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural.

A assistência aos pobres nessa fase da história deu-se por meio da Nova Lei dos Pobres, de 1834, que revogou a Speenhamland Law e estabeleceu a assistência interna aos pobres inválidos nos albergues, assim como implementou os trabalhos forçados, em troca de alimentos, para os pobres válidos. Associa-se, então, a partir desse período, a relação do auxílio material aos pobres à troca pelo trabalho; e dissocia-se do Estado essa responsabilidade, passando à filantropia, sob a organização das paróquias. É a vitória do credo liberal que deixará os pobres trabalhadores e os sem trabalho aos imperativos da ordem capitalista sob a dominação do mercado. Em Pereira (2008, p. 76), com base em Friedlander, localizamos as principais recomendações contidas em relatório produzido por uma Comissão Real com a finalidade de investigar a gestão da Lei dos Pobres:

a) abolição do abono salarial parcial previsto pelo sistema Speenhamland; b) internação nas Workhouses (então recuperadas) de todos os solicitantes de assistência que fossem capazes de trabalhar; c) prestação de assistência externa apenas aos incapacitados para o trabalho: enfermos, idosos, inválidos e viúvas com filhos pequenos; d) centralização administrativa das atividades assistenciais das várias Paróquias, transformando-as em uma Unidade da Lei dos Pobres; e) aplicação do princípio da menor elegibilidade, que consistia em fazer com que as condições de vida dos beneficiários da assistência pública fossem menos atraentes e confortáveis do que as condições de vida dos trabalhadores pior remunerados; e f) estabelecimento de uma Comissão Central de controle da Lei dos Pobres, nomeada pelo rei.

No entanto, a Nova Lei dos Pobres, de 1834, não atendeu às demandas da pobreza crescente, seja porque sua lógica consistia em liberar a força de trabalho para o capital, seja porque o capitalismo, em sua lógica de exploração do trabalho vivo e aceleração da mais-valia, proporciona a acumulação crescente de capitais, à medida que aumenta a superpopulação relativa. A acumulação capitalista produz sempre uma população supérflua, para sua necessidade de expansão, tornando-a excedente. É o exército industrial de reserva que Marx (2005, p. 740) considera como uma reserva disponível para o capital, criado e mantido pelo capital..

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso de acumulação de capital.

Assim, a pobreza e a miséria aumentam à medida que a riqueza prospera no capitalismo. Dessa contradição percebida pelos trabalhadores, nascerão as

primeiras lutas pela redução da jornada de trabalho extenuante. Assim, a Lei dos Pobres, de 1834, foi uma resposta do capitalismo, contrário às intervenções estatais dos abonos para a proteção aos pobres trabalhadores e não trabalhadores. Polanyi (2000, p. 118) observa que durante a vigência da Speenhamland tratava-se do povo “como de animais não muito preciosos, agora, esperava-se que ele se cuidasse sozinho”, com as desvantagens da sociedade capitalista liberal, um homem sem lar na sociedade’. Marx (2005, p. 759) observa os tratamentos bárbaros dados aos pobres nas casas de trabalho inglesas:

Os tratamentos bárbaros infligidos aos indigentes, contra os quais clamou a imprensa inglesa (Times, Pall Mall Gazette, etc.) nos últimos anos, vêm de velha data. Em 1844, F. Engels verifica as mesmas atrocidades seguidas dos mesmos clamores passageiros e hipócritas de uma literatura de sensação. Mas o terrível acréscimo de óbitos por fome em Londres, na última década, demonstra incontestavelmente o horror crescente dos trabalhadores pela escravatura do asilo de trabalho para os pobres, a casa de trabalho (workhouses), essa penitenciária da miséria.

Essa assistência mínima aos pobres, nas casas de trabalho criadas a partir da Revisão da Lei dos Pobres, de 1834, era a resposta do Estado liberal à pobreza crescente, que Marx denominou superpopulação relativa (cada trabalhador faz parte dela, durante o período do desemprego ou do emprego precário) e que cresce cada vez mais, com o crescimento da riqueza socialmente produzida, como uma contradição própria da lei de acumulação capitalista. Desta irão emergir, por parte da classe trabalhadora, insatisfações que configuram processos organizativos de lutas na absorção pelo Estado das demandas dos trabalhadores, sendo a luta pela regulamentação da jornada de trabalho a primeira delas.

3.1.3 Política social pós Segunda Guerra Mundial: a construção do *Welfare State*

A construção do Estado social, que abrandou os princípios liberais e passou a regular as relações sociais, construindo um processo de garantia de direitos, por meio da ampliação dos investimentos em políticas sociais, é uma experiência recente na história.

Tais políticas sociais constituíram não somente um tipo de regulação estatal, mas um processo político contraditório, permeado de interesses de classes. Seu apogeu e consolidação deu-se em um contexto histórico cujas principais influências foram: a) crescimento do movimento operário, que se organizou pela

regulamentação da jornada de trabalho e, sob a influência das ideias marxistas, lutou para livrar o trabalho de seu processo alienante, próprio da sociabilidade do capital²⁰; b) influência da Revolução Socialista Russa de 1917, que mostrou à humanidade ser possível a construção de uma sociedade não capitalista; c) mudanças no mundo da produção, com o estabelecimento do fordismo, que proporcionou maior poder coletivo dos trabalhadores com acordos coletivos e ganhos de produtividade para os trabalhadores fabris²¹; d) efeitos da crise capitalista de 1929-33, quando as elites reconheceram através da crise os limites do capitalismo liberal em organizar a sociedade sem colocar em cheque a estrutura social do capital, pois as lutas dos trabalhadores pela socialização da riqueza que culminaram com a Comuna de Paris de 1848²² até a Primeira Guerra Mundial foram decisivas para que o capitalismo percebesse a impossibilidade de neutralizar as lutas classistas via processos coercitivos e repressivos; e) concentração e monopolização do capital, o Estado se transforma para atender ao processo de constituição do capitalismo tardio. Sobre este último aspecto, iremos nos deter com mais ênfase, por entendermos que o Estado no capitalismo monopolista deixa de ser puramente liberal e passa a ampliar suas funções sociais, tendo em vista garantir a dominação burguesa. Como ressalta Netto (2001, p. 35),

[...] o giro que a organização monopólica da sociedade burguesa conferiu ao enfrentamento das refrações da questão social deriva da contínua sistemática estratégica intervenção estatal sobre elas [...] ampliou-se e se tornou mais complexa a estrutura e o significado da ação estatal. Tal giro feriu efetivamente a programática liberal que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo em seu período precedente e que se cristalizou como uma das mais pragmáticas e resistentes construções ideológicas da burguesia. No entanto, incorpora o substrato individualista da

²⁰ Mézaros (2009, p. 76), em sua análise do significado para além do capital, coloca que Marx deu o nome de *O Capital* à sua obra, e não capitalismo, por entender que este é uma forma particular do capital em seu desenvolvimento industrial, enquanto o capital é anterior ao desenvolvimento do capitalismo industrial: “Capital é uma categoria histórica, dinâmica, e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital monetário, mercantil, etc. – vários séculos antes de a formação do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar. De fato Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra, até finalmente o capital industrial se tornar a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente definir a fase clássica da formação capitalista”. Assim, para Mézaros, a construção de outra formação histórica, libertadora, socialista, consiste em avançar para além do capital, atacando todas as formas de dominação da sociabilidade do capital.

²¹ O fordismo – inclusive sua repercussão na realidade brasileira – já foi abordado no primeiro capítulo desta tese, quando analisamos as estratégias capitalistas com repercussões no mundo do trabalho após a Segunda Guerra Mundial.

²² A Comuna de Paris, fundamentada na primeira internacional comunista, foi a primeira revolução proletária vitoriosa ocorrida em Paris, em fevereiro de 1948.

tradição liberal, ressitando-o como elemento subsidiário no trato das seqüelas da vida social burguesa.

Mandel (1985) ressalta que o Estado burguês é possuidor de três funções: criar as condições gerais da produção, impossíveis de serem reguladas pelos capitalistas individuais; reprimir os movimentos das classes trabalhadoras através do exército, da polícia do sistema judiciário e penitenciário; integrar as classes dominadas através da ideologia dominante que as impossibilita de perceber a exploração do sistema. Segundo o referido autor, os primeiros marxistas que analisaram as posições repressivas do Estado foram Lukács e Gramsci, que se debruçaram sobre a função integradora, colocando que o Estado não poderia usar apenas a repressão, sob pena de conviver em guerra civil permanente, por isso a importância de suas funções integradoras, que se constituem no processo da reprodução da ideologia, composta pela educação, cultura e comunicação. Ao Estado caberia possibilitar a mediação entre a estrutura e a infraestrutura. Tal mudança tem origem na transição do capitalismo imperialista para o monopolista, que gerou superacumulação crescente de capitais nas metrópoles, dividindo o mundo em domínios coloniais sob a influência das potências imperialistas, aumentando as despesas armamentistas para defesa dos interesses específicos de cada potência e ao mesmo tempo ser fonte de acumulação de capitais. Mandel (1985) ainda ressalta duas importantes funções do Estado na era dos monopólios, que reforçam seu papel integrador: ampliação do sufrágio universal, proporcionando a ilusão da igualdade formal e encobrindo a profunda desigualdade econômica da sociedade capitalista, e ampliação da legislação social. Mandel (1985, p. 338) destaca também outra característica dessa época:

uma ampliação geral da legislação social que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela super-exploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma porcentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do estado do capital monopolista.

A intervenção estatal, como hoje a concebemos, teve sua origem depois da Segunda Guerra Mundial, quando o Estado na era dos monopólios, sob as determinações estruturais do capital, abandonou e se distanciou das velhas intervenções laissezfairianas e se transformou em moderno Estado interventor, com ampliação do orçamento público destinado às políticas sociais, passando a assumir responsabilidades com o bem-estar dos cidadãos. Para essa nova concepção, dominante principalmente no mundo europeu, houve um processo estratégico de dominação burguesa, que combinou igualdade com capitalismo, aliado ao fordismo com o quase-pleno emprego. Configurou-se uma nova concepção sobre a interferência do Estado na economia, cujo expoente maior em sua defesa foi Keynes.²³

Para Keynes, um mercado não regulado, sem interferências do Estado, decorreria um crescimento econômico lento, proporcionando o não aproveitamento dos meios produtivos, gerando máquinas ociosas e desemprego; conseqüentemente, a sociedade capitalista cairia em descrédito. Contrário à lei de Say (1769-1832), cuja máxima era de que toda oferta cria uma demanda, que coloca os mercados em equilíbrio pelo movimento de uma “mão invisível”, contudo, Keynes não questiona o sistema capitalista, na medida em que o Estado, como agente, deve assegurar o equilíbrio ao mercado. A mesma lei foi refutada por Marx, que, diferentemente de Keynes, o fez questionando em sua obra as contradições internas do modo de produção capitalista. Como analisa Pereira (2008, p. 91),

Keynes argumentava que tal equilíbrio somente seria assegurado se um agente externo ao mercado regulasse variáveis chaves do processo econômico. Esse agente seria o Estado (a máxima autoridade pública) e as variáveis a “propensão ao consumo” e o “incentivo ao investimento”, de acordo com a seguinte lógica: o Estado teria o dever (e não somente a opção) de intervir na economia a fim de garantir o alto nível de demanda agregada (conjunto dos gastos dos consumidores, investidores e do poder público) por intermédio de medidas macroeconômicas, que incluíssem a um aumento da quantidade da moeda, a repartição de rendas e o investimento público suplementar.

²³ John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês, como destaca Boschetti (2006, p. 84), “era uma figura pública dividida entre o apego e a crítica à herança conservadora vitoriana, chegando a certa irreverência na juventude quando se aproximou do Bloomsbury Group, um grupo de intelectuais, poetas e militantes que defendiam idéias libertárias, dentre eles a conhecida escritora Virginia Woolf”. Na maturidade, tornou-se “um homem público e de negócios – chegando a ser negociador do Tratado de Versalhes pelo governo Inglês e presidente do Banco Central –, afastando-se de perspectivas mais radicais” e colocando-se como defensor do estado regulado, de quem passou a ser seu expoente teórico máximo.

Para Keynes, cabe ao Estado estabelecer medidas para manutenção do equilíbrio econômico, de modo a diminuir os impactos de crises. Para isso, deve lançar mão de um conjunto de políticas sociais e econômicas que garantam o pleno emprego e um conjunto de benefícios e direitos com vistas a gerar maior igualdade social e, ao mesmo tempo, demanda efetiva. Ou seja, como afirmam Behring e Boschetti (2006, p. 85): “disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento”.

Gough (1982) e Pierson (1991) ressaltam que a experiência de expansão no campo de bem-estar – denominado estado de bem-estar ou *Welfare State* – resultou, entre outros fatores, de um acordo político pós Segunda Guerra, entre representantes do capital e do trabalho, por meio do movimento operário organizado, assim como de uma estrutura estatal mais intervencionista, como afirma Gough²⁴ (1982, p. 150), gerando a “harmonização de seus interesses em competição” (PIERSON, 1991, p. 13), denominado consenso do pós-guerra.

Tal consenso proporcionou o que Mandel (1985) observou como característica da era do capitalismo tardio, ressaltando a expansão do sufrágio universal e a ascensão ao poder de partidos social-democratas na Europa, que instituíram legislações sociais mais universalistas.

Pierson (1991), analisado por Pereira (2008) e Boschetti (2006), ao estabelecer uma periodização relativa ao crescimento do estado de bem-estar, resalta a inexistência de um padrão uniforme, tendo em vista a sua variação entre diferentes fases, diferentes desenvolvimentos e diferentes países. Contudo, considera a possibilidade de generalização quanto às características identificadas no período posterior a 1945 até metade dos anos 1970 como “idade de ouro do *Welfare State*”, quais sejam:

- a) Expansão do orçamento social em quase toda a parte. Se em 1914 a média de gastos, em sete países, era de 3% do PNB, por volta de 1940, quase todos ultrapassaram 5%, ficando entre 10% e 20% no início de 1950, e ultrapassando 25% na metade dos anos 1970;

²⁴ GOUGH, I. **Economia política del estado del bienestar**. Madrid: Blume Ediciones, 1982; e resumo preparado por Potyara Amazoneida Pereira, a partir da tradução do texto original de: PIERSON, C. **Beyond the welfare state**. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 102-140.

- b) Mudança no perfil demográfico dos países europeus, com a ampliação da população idosa e, conseqüentemente, das demandas por serviços e gastos, principalmente na área da previdência e saúde;
- c) Crescimento sequencial e programas sociais, destacado por Pierson (1991) a partir de três padrões: i) relacionado aos programas: medidas inicialmente direcionadas à compensação por acidente de trabalho, seguidas pelo seguro doença e invalidez, pensões e aposentadorias, e seguro desemprego; ii) quanto à cobertura: inicialmente limitada aos trabalhadores de indústrias estratégicas ou de ocupações perigosas, depois generalizada a todos os trabalhadores industriais, em seguida aos trabalhadores rurais, aos dependentes, aos segurados, autoempregados, até alcançar toda a população; iii) quanto à expansão: guiadas por amplo critério de elegibilidade e generosos benefícios, também passaram de provisões voluntárias para compulsórias.

Como analisa Boschetti (2006, p. 93), essas são políticas sociais mercadorizáveis, de origem nos seguros bismarckianos²⁵, baseadas na lógica do seguro, e políticas não mercadorizáveis, regidas sob a lógica da universalidade, com critérios mais amplos para seu acesso.²⁶

²⁵ O modelo bismarckiano constituiu-se como um sistema de seguros sociais iniciado na Alemanha de Otto von Bismarck, em 1883, com o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório, seguido da lei de acidentes de trabalho (1884), seguro invalidez e velhice (1889) e o seguro específico de condições de trabalho (1889-91), entre outras legislações, assemelhando-se aos seguros privados, cuja cobertura destina-se ao trabalhador e sua família. O acesso era condicionado a uma contribuição prévia e o valor das prestações era proporcional à contribuição efetuada. No que se refere ao financiamento, os recursos eram provenientes das contribuições diretas de empregados e empregadores, com base na folha de salário. A gestão dos seguros dava-se por meio de seus contribuintes – empregadores e empregados –, e eram organizados em caixas por tipo de risco social, como: caixas de aposentadorias, caixas de seguro saúde, e assim por diante (BOSCHETTI, 2006, p. 66).

²⁶ Após a Segunda Guerra Mundial, todos os países capitalistas instituíram processos de regulação social, mas como a sociedade é histórica e contraditória cada país tem seu processo histórico peculiar de lutas por direitos. Mesmo na Europa, e em outros países do capitalismo central, tais regulações não se deram uniformemente, pois processos de luta e jogo de forças políticas são distintos em cada realidade. Alguns Estados tiveram suas políticas sociais mais universais, outras com cunho mais voltado ao mérito, e outras mais liberais. Assim, vários autores passaram a estudar o *Welfare State*; por meio dos estudos comparados fizeram classificações, sendo a mais conhecida e citada a de Andersen (1991 apud PEREIRA, 2008, p. 188). Considera este autor que existem diferentes espécies de *Welfares*, construindo a seguinte tipologia: há três mundos de bem-estar capitalistas onde a política social assume papel ativo: o liberal, o conservador-corporativo e o social-democrata. No regime liberal, o domínio se faz pelo mercado. Não se admite o conceito de direitos pelo simples fato de ser membro da sociedade, mas seu acesso pelos indivíduos deve corresponder a uma contrapartida: o desempenho do trabalho. A lógica é o Estado garantir o mínimo de bem-estar,

O que marca o *Welfare State* pós Segunda Guerra é a superação da lógica securitária, de perspectiva bismarckiana, restrita aos trabalhadores regulamentados em seus contratos de trabalho, e a incorporação de um conceito ampliado de seguridade social, que tem sua origem a partir do *Relatório de Beveridge*, publicado em 1942, na Inglaterra, apoiado na teoria da cidadania, sistematizada por Marshall, em 1949.

O *Relatório de Beveridge*, elaborado por um comitê coordenado por William Beveridge, propôs uma revisão do sistema de proteção social existente na Grã-Bretanha. Como analisa Pereira (2008), sua maior inovação consistiu em sua abrangência nacional, de caráter unificado, e, ao lado do eixo contributivo, ser acrescido um distributivo, como também a eliminação dos testes de meio para acesso à assistência social. A concepção do direito passou a ser uma característica de suas políticas sociais.

A concepção de segurança social apresentada no referido relatório diz respeito à “garantia de um rendimento mínimo que deve estar associado a providências capazes de fazer cessar, tão cedo quanto possível, a interrupção dos salários” (BEVERIDGE, 1943, p. 189). O Plano de Segurança Social propunha-se à “emancipação da miséria” e envolvia três proposições: subsídios para a infância, serviços nacionais de saúde e reabilitação, e manutenção do emprego (BEVERIDGE, 1943, p. 237).

Constituiu-se de um amplo programa unificado de seguro social, ou seja, de políticas amplas, para além do seguro aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho regulado, que, juntamente com o receituário keynesiano, ancorou a estrutura das políticas sociais do *Welfare State*, principalmente do mundo europeu nos 30 anos gloriosos de crescimento econômico do capital sob a hegemonia

somente àqueles comprovadamente indigentes. Enquadram-se como liberais os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. Pereira (2008) observa que nesse tipo de regime a política social não está a serviço da desmercantilização e gera um dualismo político de classe entre os que são atendidos pelo mercado e outros, pior atendidos pelo Estado. No regime conservador corporativo, o forte não é propriamente a lógica do mercado e a mercadorização da política social, mas a subordinação dos direitos de cidadania ao *status quo* que preserva tradicionais diferenças de classes e *status*. Tais *Welfare States* têm sua origem em regimes autoritários ou pré-democráticos, os quais usam a política social para desmobilizar os trabalhadores. Enquanto o liberal subsidia o mercado, o conservador subsidia outras instituições, como a Igreja e organizações voluntárias. São países que se enquadram nesse regime: Áustria, França, Alemanha e Itália. No regime social-democrata, o Estado é o principal agente da provisão social, assegurando por meio da política social apoio universal aos cidadãos e a participação de todos no sistema de seguridade social. São exemplos a Suécia, a Dinamarca e a Noruega. Pereira (2008, p. 190-191) ressalta que essas tipologias vêm sendo gestadas desde 1940 nos países capitalistas, isolados ou associados, e, no entanto, o que vem dominando na crise capitalista é o modelo de regime liberal.

keynesiana-fordista. Seus princípios fundamentais foram: responsabilidade estatal para garantia das condições de vida dos cidadãos, pautado, o Plano Beveridge: programa unificado de serviço social ou a responsabilidade estatal no pleno emprego, na prestação pública de serviços sociais universais (educação, segurança social, assistência médica e habitação) e no conjunto de serviços sociais pessoais; a universalidade dos serviços sociais; e a implantação de uma rede de segurança de assistência social (BOSCHETTI, 2006, p. 94). Esses mesmos princípios exerceram influência sobre a estruturação dos regimes de proteção social em todo o mundo.

No Brasil, as políticas sociais não acompanham o tempo histórico dos países do capitalismo central, e suas especificidades, de país dependente e periférico, serão analisadas em item posterior, ainda que já tenhamos adiantado sobre a importância de iniciar a discussão em torno da construção tardia da seguridade social brasileira. Tal conceito somente entrará na legislação brasileira em 1988 e, se comparado à proposta beveridgiana, podemos afirmar que a seguridade social brasileira é bastante acanhada, tendo em vista que é composta somente pelas políticas de previdência, saúde e assistência social, lócus especial de intervenção do trabalho do assistente social, que constitui objeto de análise desta tese. As três políticas, ainda que idealizadas em uma concepção ampliada, considerando a inexistência até então de concepção semelhante, não foram unificadas em um complexo de seguridade social, funcionando separadamente, e tampouco partilham planos e projetos comuns. Mesmo essa proposta acanhada sofrerá recuos significativos com a reforma neoliberal do Estado brasileiro pós anos 1990, estendendo-se aos dias atuais.

Outra concepção determinante na estruturação do *Welfare State* é a teoria da cidadania, construção de Marshall (1967) em 1949 que comporta em sua análise a noção dos direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são os direitos necessários à liberdade individual, tais como: direito à propriedade, direito de ir e vir, de religião, de concluir contrato, de liberdade de pensamento, cujas institucionalizações são efetivadas nos tribunais de justiça. Os direitos políticos consistem no direito de votar e ser votado, direito a ter sindicalização e filiação a partidos políticos. E os direitos sociais referem-se ao direito que cada ser humano tem a um mínimo de bem-estar econômico e à participação na riqueza social, possibilitando o acesso aos bens e serviços garantidos pelo Estado. Tal concepção, segundo Marshall (1967), compõe a sociedade burguesa, dando uma caracterização

convencional ao tema, à medida que a cidadania se refere a um *status* que os membros de uma comunidade possuem e que os iguala em relação aos seus direitos e deveres formais. Nesse aspecto, a cidadania não é predominantemente somente de direitos políticos, mas comporta elementos dos direitos civis e sociais, modificando o sistema de classes.

Barbalet (1989) reconhece a originalidade quanto à abordagem da cidadania em Marshall (1967), no entanto elabora contundente crítica à sua concepção, ressaltando os limites estruturais de Marshall. Sua análise parte do princípio de que a generalização da cidadania no Estado Moderno, construída no âmbito formal a partir de que todos são iguais perante a lei, mantém intocada a sociedade de desiguais capitalista. Em uma sociedade gerida pela troca das mercadorias, exploração do trabalho e composta de classes sociais antagônicas é impossível o exercício pleno das capacidades de cada indivíduo. Para o autor, a crítica marxista ao conceito formal da igualdade na sociedade capitalista é conduzida pelos limites próprios da lógica capitalista da desigualdade. Assim, Marx não depõe contra os alcances da cidadania moderna, considerando-a um grande passo a frente, mas seus limites residem em sua incapacidade de alcançar a emancipação humana, tendo em vista que tal emancipação só é possível com uma revolução social capaz de superar as bases classistas das desigualdades.

Boschetti (2006, p. 102-103) também analisa as críticas de Barbalet (1989) à Marshall, no que diz respeito à relação da cidadania com a política social. Para Barbalet (1989, p. 106), “os direitos sociais e a política social são analiticamente bem distintos, e a relação empírica entre os dois não é direta”, até porque a política social necessariamente não expressa direito social e tampouco se pode esperar que este auxilie na compreensão sobre o desenvolvimento e a função dos serviços sociais. Como destaca Boschetti (2006, p. 102), “a política social é o centro de um conflito de classe e não apenas um meio para diluí-lo ou desfazê-lo”. Acompanhando a análise da autora, vemos que o aspecto destacado remete a outro, no que diz respeito à possibilidade de contradições entre a formulação/execução dos serviços sociais e a efetivação de direitos, tendo em vista o elevado grau de seletividade no âmbito da elegibilidade institucional e a perspectiva do direito social.

Nesse sentido, para Barbalet (1989, p. 107), a afirmação de que os direitos sociais podem ser direitos de cidadania exige uma análise crítica, por três

motivos: 1) enquanto os direitos de cidadania são direitos de participação em uma comunidade nacional, os sociais podem ser um meio para alcançá-la, mas não a constituem; 2) enquanto os direitos de cidadania são universais, os sociais são significativos quando substantivos e, como tal, estes não podem ser universais; 3) os direitos sociais estão sempre condicionados à existência de infraestrutura administrativa e profissional, o que lhes caracteriza mais como oportunidades condicionadas do que como direitos. Nas palavras de Barbalet (1989, p. 114), considerando o significado dado por Marshall à palavra cidadania, “os direitos sociais nunca podem ser mais do que direitos secundários de cidadania”.

Ainda que elabore diversas críticas ao tratamento dado por Marshall à cidadania e à classe social, Barbalet (1989, p. 165) admite que “ainda não há nada que possa ser descrito como uma teoria da cidadania”. Por isso, Boschetti (2006) recomenda a qualificação da relação entre cidadania e direito social na perspectiva de ampliação da política social.

A Europa do século XIX debateu-se politicamente entre duas posições antagônicas, com relação ao conceito de cidadania: a) as desigualdades tornaram-se irrelevantes para a qualidade dos membros do *status* do cidadão e b) outra em que contestava seus limites, colocando que as desigualdades só seriam superadas por meio de uma revolução social²⁷.

Os trabalhadores lutaram por seus direitos: formação dos sindicatos, melhores salários e direitos sociais, amenizando os efeitos das desigualdades. No entanto, os acordos de classe conduzidos pelas organizações dos trabalhadores, que garantiram a universalidade dos direitos de cidadania principalmente nos países europeus, nos anos de ouro (1945-65) do crescimento econômico, conduzidos pela estratégia fordista, tiveram seu declínio com a crise capitalista do final dos anos 1960.

A reestruturação ocorreu no mundo do trabalho com novas propostas produtivas, já discutidas em capítulo anterior. No âmbito estatal, a estratégia foi marcada pelo retorno do ideário liberal sob novas roupagens, denominada

²⁷ Luxemburgo (1986), marxista polonesa, opõe-se ao pensamento de Edouard Bernstein, defensor da social-democracia, que sinteticamente defende a luta diária pelas reformas do Estado burguês como possibilidade de melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, e, principalmente, como estratégia para abolir o sistema salarial. Para Luxemburgo (1986, p. 23), “Toda sua teoria visa uma única coisa: conduzirmos ao abandono do objetivo último da social-democracia, a revolução social e, inversamente, fazer da reforma social, simples meio da luta de classes, o seu fim último”.

neoliberalismo; com ela, novas posições e estratégias político-econômicas sobre a responsabilidade estatal para com a sociedade.

3.1.4 O neoliberalismo e a política social

Distinto do liberalismo clássico do século passado, o neoliberalismo nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte. Constituiu-se como uma reação teórica e política contra o estado intervencionista e de bem-estar, cujo expoente teórico maior foi Friedrich Hayek (1944) e seu livro *O caminho da servidão*. Hayek defendia que o novo igualitarismo, promovido pelo estado de bem-estar, destruiria a liberdade dos cidadãos e impossibilitaria a concorrência dos mercados e a prosperidade de todos. Mas essas ideias não tiveram eco em uma conjuntura de hegemonia keynesiana. Trinta anos foram necessários para a retomada do pensamento neoliberal de Hayek por Milton Friedman, em 1970.

Seu favorecimento se deu pela crise capitalista do final dos anos 1960, com a queda das taxas de lucro sob a hegemonia do capital financeiro, que ocasionou forte deslocamento do trabalho vivo sob o trabalho morto e a aceleração do avanço tecnológico, favorecendo a perda da importância do trabalho e sua função integradora, proporcionada pelo fordismo-taylorismo. Essa conjuntura de crise abalou a estrutura fordista-keynesiana, colocando em cheque as políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social, fazendo prosperar o avanço das ideias neoliberais. Os Estados capitalistas em crise de superprodução se veem com dificuldades de contê-la e iniciam programas de austeridade, com reformas estruturais que, no mundo do trabalho, se afirmam com a reestruturação produtiva, sob a acumulação flexível, o que já foi amplamente problematizado no capítulo anterior. No âmbito do Estado, a resposta capitalista à crise do capital será o neoliberalismo, que se caracterizará como alternativa ao Estado Social em crise, desde o final dos anos 1960. A crise fiscal do Estado Social será sua aparência fenomênica justificando o déficit por meio do subsídio ao investimento, à produção e ao consumo, que geraria, segundo os monetaristas, a inflação. Gera-se, então, uma cultura antiestadista, reforçada pela ideia de um estado causador da crise, alimentador de uma grande burocracia ineficiente, protetor dos trabalhadores sindicalizados, e para cobrir as políticas sociais arrecada altos impostos.

Os neoliberais sustentam que o intervencionismo é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E para completar imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo é uma violação à liberdade econômica, moral e política que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 1997, p. 162).

Para os neoliberais, é necessário fomentar a competição e o individualismo, combatendo o igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar, eliminando a intervenção do Estado na economia, em suas funções de planejamento como agente condutor direto, para isso lançando mão das privatizações e da desregulamentação das atividades econômicas. Fomentam a necessidade de combater o igualitarismo acentuando a desigualdade como o motor da sociedade, fonte geradora da competição entre os indivíduos no mercado. No entanto, diferente dos liberais clássicos, os neoliberais defendem um Estado forte para garantir um marco legal capaz de criar as condições ideais da expansão do mercado capitalista. Já no âmbito das políticas sociais, defendem a privatização dos serviços, cortes nos gastos sociais, eliminação de programas e benefícios universais e concentração de recursos focalizados nos grupos em situação de pobreza absoluta.

Os primeiros governos a implementar medidas neoliberais foram: Margaret Thatcher²⁸, em 1979, na Inglaterra; Reagan, em 1980, nos EUA; e Kohl, em 1982, na Alemanha. Na América Latina, o pioneirismo ocorreu em 1970, no

²⁸ Em 8 de abril de 2013, morreu a ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, que governou a Inglaterra de 1979 a 1990. Por meio de jornais de circulação nacional e regional, como: *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Correio Brasiliense* e *O Povo*, bem como dos jornais televisivos, foi possível observar sua aclamação, pela imprensa burguesa, como a grande mulher defensora da liberdade e da democracia, cujas ideias influenciaram o mundo inteiro. Também reforçaram sua influência na derrocada do comunismo, colocando esse fato como importante para a consolidação das liberdades democráticas. Em comunicado, Tony Blair, ex-primeiro-ministro britânico e sucessor de Thatcher, ressaltou: "Muito poucos líderes conseguiram mudar não só o panorama político de seu país, mas do mundo inteiro". (Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2013/04/08/blair-descreve-thatcher-como-figura-imponente-e-com-impacto-global.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2013). Algumas das mudanças realizadas por Thatcher se mantiveram, "pelo menos em certos aspectos", quando ele se tornou primeiro-ministro, em 1997, e também foram imitadas por "governos de todo o mundo". Implementou um projeto de redução da intervenção do Estado na economia e cortou gastos sociais, seguindo um liberalismo estrito. (Fonte: *Folha On Line*, 8 de abril de 2013).

Chile, com Pinochet. O neoliberalismo chileno foi experimentado sob a abolição da democracia com a instalação da ditadura, que proporcionou desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, privatização dos serviços públicos e concentração de renda aos ricos.

A partir das referidas experiências, a ideologia expandiu-se para todos os países do mundo, que passaram a implementar medidas neoliberais, consolidando sua hegemonia. E o que fizeram esses governos? Anderson (1995) aborda que Thatcher foi a experiência pioneira e todos os governos, inclusive os social-democratas, assim como os que se proclamavam de esquerda, passaram a implementar medidas neoliberais, principalmente no mundo europeu, depois se espalhando em todo o continente. Segundo Anderson (1995), esses governos, notadamente, contraíram dívidas e emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram os impostos sobre as fortunas, impuseram legislações antissindicais, privatizações e cortaram gastos sociais. Marcadamente, a ideologia neoliberal triunfou ao se constituir como a única alternativa possível, diante da crise capitalista e com suas propostas antiestatistas, agudizando a desigualdade social.

O Estado Social pós Segunda Guerra, sob a hegemonia keynesiana beveridgiana, garantidor de acesso às políticas universais, cedeu lugar sob o neoliberalismo a uma estratégia que se denominou, no mundo europeu, de Estado pluralista de bem-estar ou *welfare mix*. A idéia é de um Estado que não seja o garantidor exclusivo de Bem-Estar, mas faça associação entre o mercado, a família, o indivíduo e as organizações voluntárias, como agentes possibilitadores de bem-estar. Bering (2004) resgata a origem do termo e o significado do *welfare mix*, ou pluralismo de bem-estar; identifica, a partir de estudo documental realizado por Abrahamson (1995), a orientação consensual por parte da ONU, da OCDE e da União Europeia quanto à constituição de uma política social, que, em síntese, consiste na

cooperação de vários setores sociais para a realização do bem-estar dos cidadãos – os governos, o setor privado, as organizações voluntárias, a comunidade e a família. A preocupação das referidas instituições localizava-se no “perigo” às sociedades democráticas, representado pelos “socialmente excluídos”. Com a coesão social ameaçada pelas mudanças estruturais, fazia-se necessário uma co-responsabilidade e parceria entre estes segmentos, para seu enfrentamento (BEHRING, 2004, p. 167).

Pereira (2004) considera que a proposta contraria a concepção social de seguridade beveridgiana, após ter conseguido extrapolar o âmbito do seguro e

incorporar também os não segurados, e hegemoniza o modelo bismarckiano, centrado no seguro aos que estão no mercado de trabalho. Nesse sentido, o pluralismo de bem-estar não representa somente uma estratégia de reforma do Estado no trato com as políticas sociais, mas também uma mudança substancial de concepção da proteção social do mundo pós-guerra.

Para Pereira (2004, p. 145), o chamado pluralismo de bem-estar vem sendo usado como “eufemismo das políticas sociais de corte neoliberal”. Afirma a autora que

Seu propósito de ser mais eficiente que o estado social de pós-guerra não condiz com o abandono de medidas de quase pleno emprego e com o aumento substancial do desemprego, ocorrido na sua gestão. E mais, não condiz com os cortes nos programas públicos, com a focalização das políticas sociais na extrema pobreza, com a proliferação de empregos com baixos salários, com a quebra dos direitos sociais edificados há mais de um século, com as alterações dos impostos em favor dos mais abastados e com o aumento da pobreza e da desigualdade social.

Assim, as propostas neoliberais foram e continuam sendo extremamente danosas aos direitos sociais, que estão sendo solapados sob a ideologia da focalização e o abandono da universalidade, sob o discurso de que políticas universais desequilibram o orçamento fiscal, desperdiçam recursos e não alcançam os mais pobres em sua atenção. Essa tem sido a tendência atual das políticas sociais: a focalização nos mais pobres, a solidariedade, a ajuda mútua, o voluntariado, o empreendedorismo, em detrimento do direito, fazendo com que o protagonismo do Estado na gestão e provisão das políticas sociais seja transferido para outros setores.

Pereira e Stein (2010) ressaltam que o termo focalização – tradução do vocábulo inglês *targeting* ou *target-oriented* –, usado nos Estados Unidos e na Europa, principalmente na Inglaterra de Margaret Thatcher, considerava a pobreza como absoluta, derivando daí suas estratégias de combatê-la via redução do papel do Estado, apelando à solidariedade dos mais ricos, dando ênfase à família e ao mercado, aceitando a desigualdade como natural ao sistema e, principalmente, segundo as citadas autoras, desviando-se

do compromisso da política social para com a satisfação das necessidades sociais – devido ao caráter complexo e multideterminado destas necessidades – e adoção de soluções técnicas e pontuais, tidas como inovadoras, aparentemente neutras e facilmente controláveis (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 111).

Levando-se em consideração que na América Latina nunca tivemos um Estado de Bem-Estar Social como no mundo europeu, com políticas sociais hegemônicas pelo princípio da universalidade²⁹, sob a proposta Beveridgeana de seguridade social, o neoliberalismo nessa região, sob a hegemonia focalista, aguça as desigualdades sociais com as estratégias discriminatórias de atenção aos pobres, por meio de política social cuja atenção está centrada na pobreza absoluta. Tal estratégia reflete a influência dos organismos internacionais que impõe aos Estados do capitalismo periférico suas propostas e estes, sob o domínio do capitalismo internacional, são dóceis aos apelos do Fundo Monetário Internacional, sob a ideologia de que a focalização é mais democrática, racional, e não desperdiça os escassos recursos. Na realidade, sob a ótica da focalização neoliberal subjaz a concepção de política social como paliativa e alívio da pobreza, e não como uma mediação importante na construção dos direitos sociais, que, por serem públicos, deveriam ampliar e contribuir no processo de redução das desigualdades advindas da sociabilidade capitalista.

Assim, a tendência atual consiste em ignorar as políticas sociais de orientação universalista em favor da focalização, em especial na particularidade brasileira, onde ela representa um retrocesso às diretrizes democráticas frente às conquistadas e presentes na Constituição de 1988. Compreender a particularidade do capitalismo brasileiro é fundamental para acompanharmos o percurso histórico das políticas sociais nesta realidade, em particular o da política de Assistência Social, lócus do trabalho profissional dos Assistentes Sociais pesquisados.

3.2 Políticas sociais na particularidade histórica brasileira

As particularidades do capitalismo brasileiro serão compreendidas em uma perspectiva de totalidade, em que se considera o processo mundial de acumulação capitalista, para desvelar o modo como o mesmo se consolidou no

²⁹ Stein e Pereira (2010, p. 117) colocam que, ao contrário do discurso oficial neoliberal, há mais riscos de fracassos e irracionalidades nas políticas sociais focalizadas do que nas universais, tendo em vista que as primeiras caracterizam-se por: a) dissociação do objetivo de ampliação da cidadania aos mais pobres; b) problemas estruturais transformados em faltas morais estigmatizantes; c) oferta de benefícios e serviços de baixa qualidade; d) políticas sociais despolitizadas e transformadas em medida técnica e/ou engenharia associada à eficácia governamental; e) funcionam como armadilhas da pobreza porque não liberam os pobres da situação de privação; f) deixam desamparados grupos sociais não focalizados, porém suscetíveis ao empobrecimento; g) sua função de controlar os não merecedores nos grupos selecionados a torna mais dispendiosa do que as políticas universais.

Brasil. Dele fazem parte distintos momentos de expansão e estagnação, porém parte de uma unidade, inscritos na totalidade da vida social. A sociedade capitalista, para garantir sua autorreprodução, desenvolve-se de forma desigual e, ao mesmo tempo, combinada. No entanto, para o processo de sua reprodução, é necessário a existência de países que se mantenham em patamares inferiores de produtividade em comparação com os países de capitalismo central e com os países que se mantenham como produtores de matérias-primas, que serão os consumidores dos produtos tecnológicos da produção central. Esse processo, segundo Mandel (1985), agudizou-se com a transição do capitalismo imperialista ao monopolista, pois o surgimento dos monopólios gerou uma tendência para a superacumulação de capitais³⁰ nas metrópoles e sua propensão a exportar capitais, dividindo o mundo em domínios coloniais, sob o controle das potências imperialistas.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro dar-se-á com particularidades diferenciadas do capitalismo central. A primeira diferença reside na forma como a sociedade brasileira consolidou seu processo de colonização. Seguindo as análises de Prado Jr. (1991), Ianni (1989, 1992), entre outros, Behring e Boschetti (2006) destacam aspectos e sentidos da colonização brasileira articulada à dinâmica do capitalismo mundial com os movimentos internos da economia brasileira, que se destaca pela exportação de matérias-primas à metrópole.

O processo de colonização, entre os séculos VI e XIX, serviu à acumulação originária de capital nos países centrais. Os períodos imperiais e da república não alteraram significativamente essa tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora se modifiquem historicamente as condições dessa relação. Assim, para Prado Jr. (1991), a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um sentido geral da formação brasileira: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos (IANNI, 1989 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 72)

Uma característica marcante na constituição histórica da cultura brasileira no período colonial foi a forma de as elites subjugar o trabalho à modalidade

³⁰ Mota (2008), analisando a distribuição das riquezas no mundo, a partir de pesquisa divulgada pela ONU, constata que as mesmas estão assim distribuídas: “2% dos adultos que habitam a terra detém 50% de toda riqueza, ao passo que cabe aos 50% de adultos mais pobres somente 1% dela”. Essa riqueza, segundo dados utilizados pela autora, “está fortemente concentrada na América do Norte, Europa e nos países de alta renda da Ásia e do Pacífico [...] que detém, juntos, quase 90% das riquezas do planeta”. Destaca, ainda, a partir de Mello (1999 apud MOTA, 2008, p. 22), que “os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global”, enquanto os moradores do hemisfério sul, representando 58% da população mundial não detém 5% da renda total do planeta.

escravista, carregando todo o preconceito e desqualificação da mão de obra escrava. Nosso capitalismo, em seus primórdios, diferencia-se do capitalismo europeu por usar o escravismo como relação dominante de exploração do trabalho em detrimento da mão de obra livre dos países de capitalismo central.

A dependência da colônia brasileira em relação a Portugal e o escravismo que perdurou até 1888 marcaram a cultura do não direito, pois os escravos eram objeto de posse de seus senhores, destituídos de qualquer direito, inclusive os direitos civis, historicamente defendidos e construídos pela sociedade burguesa. Essa marca histórica de constituição do capitalismo brasileiro aliada à forma da grande propriedade do latifúndio estabeleceu uma relação de dependência dos escravos e outros trabalhadores que viviam sob a dependência dos senhores proprietários coronéis, cujas normas eram estabelecidas pelos mesmos senhores. Originou-se dessas relações a ideologia do favor, da dependência pessoal, do compadrio, estabelecendo o que Schwarz (2005) observou na realidade brasileira: o favor como mediação quase universal nas relações sociais estabelecidas; marca ainda presente nas relações sociais atuais, inclusive na relação da sociedade com os direitos sociais.

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, assegurada pela força. Esteve presente por parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é nossa mediação quase universal (SCHWARZ, 2005, p. 65).

Nem a independência de 1822, onde o poder teve a possibilidade de ser exercido para fora, organizando-se a partir de dentro, coexistiram elementos conservadores de preservação da ordem que impossibilitaram a formação de um Estado-Nação, conservando uma ambiguidade entre o liberalismo formal e o patrimonialismo como prática para conservar os privilégios das elites.

A independência, conforme Ianni (1996, p. 13), o Brasil não conseguiu entrar no rumo da história, herdando e não rompendo com o trabalho escravo, bem como a existência da república, com a possibilidade de garantias democráticas. O que verificamos foi a continuidade de um modelo agroexportador, com mão de obra dominada pelo trabalho escravo e forte concentração do poder econômico e político.

Assim, para Ianni (1996, p. 14), “o modo como se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, às estruturas sociais herdadas do colonialismo”.

A independência criou as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, do que decorre uma não equiparação entre a autonomização econômica e a autonomização política. Criou-se uma *situação de mercado*, em acordo com possibilidades e limites sócio-econômicos e culturais de expansão do mercado interno, numa economia voltada para a exportação. Nessa nova situação tem-se uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro e uma economia produzindo para fora e consumindo de fora [...] A heteronomia, portanto, é a marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. Até porque, se há uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual “processava-se sob forte identidade de interesses e, até sob laços profundos de lealdade e de simpatia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 75-76)

As políticas sociais no Brasil não estão isentas dessas mesmas marcas culturais históricas da formação brasileira, determinadas pelas elites subordinadas ao capitalismo internacional, aliado à ideologia do favor, do compadrio, do clientelismo, que mediatizaram e mediatizam as relações sociais, sendo a construção dos direitos sociais algo distante da sociedade liberal nascente, onde os sujeitos não se sentiam parte constitutiva dos mesmos, mas como algo externo, que lhes chega por meio de favores dos senhores.

Essa lógica ainda é presente na realidade atual e identificada por Assistentes Sociais entrevistados para este trabalho de pesquisa. Eles ressaltaram as dificuldades encontradas no cotidiano profissional em sua relação com os usuários e, destes, compreenderem que os direitos não são dádivas dos governantes. Ressaltaram também que disseminar a lógica do direito não é algo simples e fácil, tendo em vista as práticas políticas dos vereadores dos bairros, quanto à tutela do eleitorado por meio do clientelismo, do favor, ao acessar os direitos. Tal situação tem colocado em conflito as relações entre o Centro de Referência da Assistência Social e as lideranças políticas dos bairros.

Mandel (1985) analisa essa contradição posta pelo capitalismo monopolista, ou seja, a emergência e importância que se constituiu nessa fase da democracia representativa, reforçando cada vez mais a ilusão da igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor. Para o citado autor, o parlamento burguês se ampliou e incorporou os partidos de massa da classe trabalhadora, dissimulando a

desigualdade política advinda da profunda desigualdade econômica entre as classes da sociedade burguesa. Essa contradição tem se reforçado na era neoliberal.

Outra marca histórica da formação social brasileira apontada por Behring e Boschetti (2006), e que também impactou no desenho das políticas sociais, é a distância entre a norma legal e a norma prática, que coexistem com as formas arcaicas do favoritismo. Contemporaneamente, sob hegemonia neoliberal, tais marcas são agudizadas com o processo da focalização e os testes de meios, incompatíveis com a lógica do direito presente na Constituição brasileira de 1988.

Razões históricas dessa incongruência podem ser compreendidas no trabalho de Vieira (2004), quando este afirma que “entre os brasileiros na época colonial, nem existia texto³¹ seguro”. A inexistência de texto, seguro ou não, somada ao arbítrio dos senhores locais, desde o período colonial, permite ao autor a seguinte afirmação:

aqui se firmou o princípio do privilégio, e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade. Basta passar os olhos nas Constituições e nas legislações para concluir que aqui se firmaram o latifúndio sem investimento, a utilização irracional e injusta da riqueza, a regalia dos militares, o assistencialismo, a caridade dos poderosos e particularmente o favor, uma das chaves da corrupção (VIEIRA, 2004, p. 77).

Ortiz (2010) também se apoia em Vieira (2004) para analisar a emergência das políticas e dos serviços sociais na era dos monopólios. Ao observar as razões históricas dos privilégios com relação às legislações, ressalta que sua efetividade está diretamente ligada à vantagem dela decorrente, configurando o velho ditado: “aos amigos tudo, aos inimigos, a lei” (ORTIZ, 2012, p. 70).

[...] em muitos países latino americanos, como no caso brasileiro, havia uma ausência ou expressiva subordinação da legislação, quando esta era capaz de inibir determinados abusos. Em outros contextos, sua aplicação envolvia algum interesse específico. Assim, mesmo quando a lei existia, sua efetividade dependia diretamente do grau de vantagem que ela poderia conceder em determinada situação, resguardando-se, então, a velha perspectiva de que “aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei” (ORTIZ, 2010, p. 70, grifos do autor)

As características presentes na formação histórica do capitalismo brasileiro irão impactar na origem e na constituição das políticas sociais no Brasil, verificando-se o descompasso histórico de sua origem com as experiências do

³¹ Vieira (2004, p. 76) refere-se ao texto das *Ordenações Filipinas*, publicado em 1603, que foi a base para a legislação da Colônia, como também orientou o Direito Civil, até 1916, ano em que teve origem o primeiro Código Civil brasileiro.

capitalismo central, onde a radicalização do movimento operário conseguiu pautar a regulamentação do trabalho como possibilidade de alargar os direitos trabalhistas “impossíveis” na proposta do Estado liberal.

Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição de classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestação objetiva de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão, e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 78).

Somente a partir de 1930, ocorrerá no Brasil um gradual processo de substituição do modelo agroexportador para o fortalecimento da atividade industrial, verificando-se a dependência da metrópole presente também no modelo agroexportador, caracterizando a subalternidade brasileira à economia do capitalismo internacional. No entanto, o crescimento do setor industrial só ocorrerá na primeira metade dos anos 1950, quando passa a ser reconhecido como base da economia brasileira, tendo em vista a inexistência das condições econômicas estruturais para seu desenvolvimento até então. Ou seja: primeiro, faltavam as condições estruturais de investimentos na infraestrutura nos campos da energia e da siderurgia; segundo, não havia um mercado consumidor que possibilitasse a expansão dos produtos industriais, já que a população estava dispersa no campo, desarticulada com a falta de transportes; terceiro, a concorrência com os produtos industrializados vindos da metrópole impossibilitava o desenvolvimento de uma indústria. Esse quadro muda a partir da entrada do século XX, durante a Primeira Guerra Mundial, considerando que a importação dos produtos manufaturados advinha dos países em conflito, caindo em declínio logo após o fim dessa guerra e reascendendo no período da Segunda Guerra Mundial, para se tornar significativo nos anos 1950.

Foi no processo de expansão da indústria, a partir da primeira década do século XX, que se verificaram as primeiras lutas de trabalhadores, sob a forte influência dos imigrantes³², principalmente dos europeus, que trouxeram a

³² Carvalho (2009) enfatiza que durante o século XIX, até a Primeira Guerra Mundial, o imigrante foi bem-vindo e subsidiado pelo governo brasileiro, como mão de obra para as lavouras cafezeiras, em substituição da mão de obra escrava. Depois da guerra, passou a ser visto como agitador e corruptor do operário nacional. Para coibir os estrangeiros dos postos de trabalho na indústria foi elaborado um

experiência de organização sindical e política com forte conteúdo anarquista pela regulamentação da jornada de trabalho. O direito de organização sindical foi reconhecido em 1907; em 1911, a jornada de trabalho foi reduzida para 12 horas diárias.

No campo das políticas sociais, os períodos da Colônia e da República foram extremamente tímidos com relação às legislações sociais. A questão social era enfrentada pelas elites como caso de polícia. Segundo Behring e Boschetti (2006), foi somente no ano de 1888 que se deu a criação da Caixa de Socorros em cada uma das estradas de ferro do Império; e, em 1889, os funcionários da imprensa nacional, os ferroviários e os trabalhadores do Ministério da Fazenda conquistaram o direito a pensão. Em 1891, a primeira legislação para a infância no Brasil (Decreto nº 1.313) foi destinada à regulação do trabalho infantil, porém não foi cumprida. Apontando o descompasso, já citado, entre o legal e o instituído, permanecendo ainda hoje, tais características, na realidade brasileira. Conquistou-se, pelo processo de luta, a incorporação dos direitos na legalidade burguesa, mas tal legalidade não foi suficiente para garantir sua efetivação. Em 1919, foi regulamentada a Lei dos Acidentes de Trabalho, contudo, somente após o ano de 1923, com a criação da Lei Eloy Chaves, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), o embrião da formatação das políticas sociais brasileiras, cujo destino teve origem nos sujeitos estratégicos para a acumulação de capitais, os trabalhadores da linha da produção predominante da economia brasileira. As CAPs eram destinadas aos trabalhadores estratégicos da economia agroexportadora, como os ferroviários e os marítimos, caracterizando o já citado formato excludente que deu origem às políticas sociais brasileiras, destinadas, prioritariamente, aos trabalhadores ligados diretamente ao processo da produção e circulação das mercadorias, da economia baseada na exportação de matérias-primas.

Em 1930, especialmente depois da crise de 1929 do capitalismo mundial, a economia brasileira sofreu os influxos internacionais, paralisando a economia cafeeira e colocando desafios para as elites enfrentarem esse novo momento histórico. Houve uma nova reconfiguração das elites no poder e novas estratégias

dispositivo legal, em 1931, que obrigava as empresas a contratar um mínimo de dois terços de operários nacionais, e, em 1934, o governo introduziu restrições à imigração estrangeira ao mesmo tempo em que incentivou a migração interna do Norte e Nordeste para o Sul do Brasil. Entre 1920 e 1940, a diferença entre quem saiu e entrou em São Paulo foi de 432.862 pessoas. Isso mudou a composição da classe operária, que deixou de ser predominantemente estrangeira.

produtivas foram articuladas, como o setor industrial e o setor de serviços, mudando a relação campo-cidade e o formato dos direitos sociais.

O advento da crise de 1929-1932 teve como primeira repercussão no Brasil uma mudança na correlação de forças no interior das classes dominantes, mas também trouxe conseqüências significativas para os trabalhadores, precipitando os acontecimentos na efervescente sociedade brasileira daqueles tempos. Estamos falando da chamada “Revolução” de 30. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 104, grifos das autoras).

No entanto, sobre a possível “Revolução”, as autoras acompanham o posicionamento de Fausto (1975), no sentido de questionar tal ocorrência. Afirmam, então, que não houve uma revolução porque as elites agroexportadoras que detinham o poder econômico, com a crise do capital, eram as que tinham estrutura de participar economicamente da diversificação dos produtos, como os produtores de carne do sul do país. Foram essas elites, conjugadas com os líderes da Coluna Prestes e demais setores, que apoiaram Getúlio Vargas no poder. Esse jogo de forças ambíguas apoiou o Governo, que também governou ambigualmente, garantindo a força das elites cafeeiras e apoiando os industriais; para os trabalhadores, instituiu uma gama de direitos, cujas características preservavam o clientelismo, o patrimonialismo e o favoritismo, beneficiando a cultura do não direito.

Vargas esteve à frente de uma ampla coalização de forças em 1930, que a historiografia caracterizou como um Estado de compromisso, e que impulsionou profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileira. Os primeiros sete anos foram marcados por uma forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização. De certa forma a Constituição de 1934 expressa as tendências e contra tendências desse período. Mas a radicalização [...] do movimento tenentista, a chamada Intentona Comunista, em 1935, o crescimento do integralismo – o movimento fascista brasileiro [...] alteraram a situação do pacto de compromisso inicial, e, em 1937, instaura-se a ditadura do Estado Novo, com Vargas à frente (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 105).

As primeiras regulamentações do período varguista foram as ações com relação à regulamentação do trabalho, sendo criado, em 1930, o Ministério do Trabalho, e, em 1932, a Carteira de Trabalho, que será o documento de acesso aos direitos sociais, instituídos aos trabalhadores com inserção no mercado de trabalho regulamentado, caracterizando, assim, a natureza corporativa das políticas sociais brasileiras, não incorporando o modelo beveridgiano dos países europeus de acesso universal aos direitos.

Pereira (2002) ressalta que o Brasil possui características próprias de sua dependência econômica em sua relação com os países do capitalismo central e sua cultura, que se expressam na particularidade histórica do padrão de proteção social brasileiro: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de serviços e benefícios; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. Isso, para a citada autora, faz o Brasil, com relação às políticas sociais, configurar-se como um misto de elementos presentes na tipologia de Estado de Bem-Estar elaborada por Esping-Andersen, tais como: intervenções seletivas, próprias dos modelos liberais; intervenções autoritárias e desmobilizadoras, próprias dos modelos conservadores; e políticas universais e não contributivas, como nos modelos sociais-democratas. Seguindo essa análise, Pereira (2002) faz uma classificação periódica das características presentes em cada período histórico, observando como as políticas sociais se constituíram.

Vargas governou de 1930 a 1945 e de 1937 a 1945, sob governo ditatorial, período em que há ampliação dos direitos sociais, embora ainda restritos aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho sob a regulação da carteira de trabalho. Tal característica, presente na realidade brasileira, foi também observada no período ditatorial de 1964 a 1979. Segundo Pereira (2002), os motivos que justificam tal tendência foram expressos na estratégia dos governos de mostrar serviços à população, para encobrir sua ação interventora e a dureza do regime de exceção; distribuir bens para não distribuir poder.

A Era Vargas foi caracterizada como a era dos direitos, onde estes, relacionados ao trabalho e à previdência, foram os pilares de sua criação, vejamos: consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943; criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930; criação da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, em 1932; criação do imposto sindical e instituição do salário mínimo, em 1940; instituição da jornada de 8 horas de trabalho no comércio e na indústria, regulamentando o trabalho feminino, proibindo a jornada noturna para as mulheres e salários iguais para homens e mulheres, em 1932; regulamentação do trabalho dos “menores”, em 1932; criação da carteira de trabalho, em 1932; regulamentação do direito de férias aos comerciários, bancários e industriários, em 1934. No âmbito das políticas sociais, a tônica foi os direitos previdenciários, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPB).

Em 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM); em 1934, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários e dos Comerciantes (IAPB e IAPC, respectivamente); em 1936, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Transporte e Carga (IAPETEC) e Industriários (IAPI); em 1938, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores da Estiva (IAPE); e, em 1938, o Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE).

Paulatinamente, foram incorporados todos os trabalhadores urbanos, e deixados de fora do sistema os trabalhadores autônomos e empregados domésticos, bem como os trabalhadores rurais, que na época representavam a maioria da população e que somente foram incorporados ao sistema previdenciário no ano de 1973, reforçando a característica do sistema de proteção social brasileiro sua tendência bismarckiana, do não direito universal, mas o direito como privilégio àqueles trabalhadores urbanos regulamentados.

Em toda essa legislação houve um grande ausente: o trabalhador rural. A extensão da legislação ao campo teve que esperar os governos militares para ser implementada. Esse grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles as legislações protetoras dos direitos dos trabalhadores. O receio de atingir a classe média urbana pode também ter influenciado o esquecimento dos trabalhadores domésticos. Quanto aos autônomos, talvez não apresentassem naquele momento problemas políticos nem econômicos que justificassem preocupação do governo em cooptá-los e controlá-los (CARVALHO, 2009, p. 123).

Assim, as políticas sociais desse período histórico se caracterizaram como direito restrito aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho regulado. Os recursos dos IAPs provinham dos trabalhadores, do governo e de empresários, e cada um deles, dependendo da força política e econômica, concedia aos seus usuários políticas mais abrangentes de aposentadorias, política de saúde, com auxílio médico-hospitalar e, inclusive, políticas habitacionais com a construção de conjuntos habitacionais, como foi o caso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Tais institutos permaneceram enquanto política social por categorias profissionais até o ano de 1965. Em 1966, sob o regime ditatorial, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), priorizando-se a padronização da assistência médica e previdenciária para todos os trabalhadores urbanos sob o regime de trabalho inscrito na carteira de trabalho.

Esse período histórico sob o domínio populista, com laivos desenvolvimentistas, como observa Pereira (2002), representou uma relação ambígua entre governo e população e se estendeu até 1964, ano do início da ditadura brasileira sob o governo tecnocrático militar. O populismo avançou no âmbito dos direitos, mas reforçou a dependência perante os líderes no poder que os antecipou, embora tenha havido lutas dos trabalhadores para seu acesso. Tais lutas eram encobertas pelo poder, sob o manto da gratidão e da lealdade ao pai dos pobres.

No âmbito assistencial, para aqueles que não estavam inseridos no mercado regulado, Vargas criou a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), em 1943, e o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938³³, embriões da política assistencial brasileira. O Conselho Nacional de Assistência Social teve, entretanto, um papel restrito, nunca se configurou como órgão ativo na execução de política social, funcionando como manipulador de verbas e subvenções, sob a forte influência clientelista do poder populista, cabendo à LBA a execução dos serviços assistenciais. Iamamoto (1986) observa que o CNSS destacou-se como marco de preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas.

A Legião Brasileira de Assistência Social, criada em 1942 como uma iniciativa do governo para apoiar as famílias dos pracinhas mobilizados para o esforço de guerra, foi reconhecida por meio do Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, como órgão de colaboração com o Estado nos serviços de Assistência Social.³⁴

³³ O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) foi criado em 1938, junto ao Ministério da Educação e Saúde, como órgão consultivo do governo e das entidades privadas. Entre suas funções, destaca-se a função geral: Utilização das obras mantidas pelos poderes públicos, pressupondo sua utilização, “quer pelas entidades” assistenciais privadas, para o fim de diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria ou oriunda de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam- Tem como funções específicas: realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem desenvolvidas pelo governo; opinar sobre a concessão de subvenções governamentais às entidades privadas (IAMAMOTO, 1986, p. 256). O CNSS foi extinto em 1993, quando da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93. O papel de conceder subvenções às entidades privadas ou filantrópicas que executam trabalhos assistenciais ainda continua no âmbito da política de Assistência Social, por meio dos conselhos nacional, estadual e municipal de Assistência Social.

³⁴ Quanto ao financiamento das ações assistenciais da LBA, a legislação estabelecia o recolhimento de 0,5% dos salários de contribuição dos segurados dos IAPs e valor equivalente dos empregadores. Posteriormente, o Decreto-Lei nº 8.252, de 29 de novembro de 1945, suprimiu a contribuição de empregados, a que se refere o art. 2º, alínea "a", do Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942,

Organizada em uma estrutura com atuação em todo território nacional, ela foi ampliando paulatinamente seu leque de atuação, passando a atender não só as famílias dos convocados de guerra e tornando-se a principal ação do governo na área assistencial. Iamamoto (1986, p. 258) destaca que a atuação da LBA foi de grande impacto para a reorganização e o incremento do aparelho assistencial privado, inclusive repassando verbas vultosas para ampliação das obras assistenciais particulares. Também teve papel desempenhado como apoio ao progresso do Serviço Social, colaborando com a formação profissional, a partir de um sólido apoio às escolas especializadas existentes. Como analisa Iamamoto (1986), as referidas escolas foram mobilizadas desde o início para implantação e programação dos serviços dessa instituição. A autora ressalta que a LBA também subsidiará tais escolas por meio “da ampliação de suas instalações, expansão dos cursos normais, realização de cursos extraordinários e de pesquisas e inquéritos sociais, publicação de trabalhos técnicos, etc.”, suprimindo, assim, a demanda de trabalhadores habilitados por aquela formação técnica especializada. Tem papel significativo na criação de novas escolas de Serviço Social, nas capitais de diversos Estados, geralmente em convênio com os movimentos de ação social a ação católica

A formatação das políticas sociais brasileiras, com as características já apontadas, dominará o cenário histórico até a ditadura militar, pós-64, que sob a proposta de extinguir o governo populista e o comunismo, associados aos interesses do capitalismo internacional e nacional, as elites instalam o golpe militar, com o objetivo de restabelecer a ordem social burguesa, extinguindo as liberdades democráticas.

Vivia-se no Brasil pós-64, no plano econômico, o que se denominou fordismo à brasileira, já analisado no segundo capítulo desta tese, sob a ampliação

permanecendo uma cota dos empregadores e outra da União (ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8252.htm>), cabendo ao Congresso Nacional a votação de verbas específicas para o órgão. De acordo com seu estatuto, constituíram objetivos básicos da LBA: “executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social; prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo; trabalhar em progresso pelo Serviço Social no Brasil” (IAMAMOTO, 1986, p. 257). Essa instituição terá vida longa como principal órgão executor e subsidiador da Política de Assistência Social no Brasil, marcada, também, pela cultura clientelista, paternalista, na execução de suas atividades, associada às instituições privadas, cujo financiamento manteve até sua extinção em 1990. Outra característica da mesma foi ser sempre presidida pela primeira-dama do país, instalando na cultura assistencial do damismo.

da indústria de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, o que propiciou o consumo das classes médias, ampliando o mercado interno. Observamos um salto econômico sob a gerência ditatorial com a internacionalização da economia brasileira. O capital mundial, com a crise no final dos anos 1960, buscou novos mercados para os bens da produção fordista e o Brasil representou essa possibilidade de crescimento.

A ditadura reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, de natureza claramente monopolista, reconfigurando neste processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sob forte controle as forças do trabalho que despontavam (NETTO, 1991, p. 56).

Nesse processo de perdas das liberdades democráticas, a estratégia da ditadura foi buscar adesão e legitimidade da sociedade, por meio da ampliação dos direitos sociais. A política da Previdência Social sofreu ampliação de sua cobertura, primeiramente criando-se, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e extinguindo-se os IAPs. Isso tem um significado histórico para as políticas sociais, porque se unifica a política previdenciária para todos os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho regulado, além de ampliar a cobertura, ampliando os direitos para os trabalhadores domésticos em 1973, bem como a incorporação dos autônomos, sob pagamento das contribuições previdenciárias. Cria-se, neste âmbito, a renda mensal vitalícia, em 1973, para aqueles trabalhadores maiores de 70 anos de idade e para os inválidos que tenham sido trabalhadores autônomos e domésticos ou já tenham contribuído para a Previdência e encontram-se incapacitados para o trabalho ou que não exerçam atividade remunerada. Era uma renda de meio salário-mínimo, diferenciada das aposentadorias e pensões previdenciárias contributivas³⁵. Para os trabalhadores rurais foi criado o Estatuto da Terra, em 1964, em resposta às lutas camponesas, e, em 1971, o FUNRURAL (Fundo do Trabalhador Rural), executor do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, que consistia na prestação dos seguintes serviços: sociais, assistência

³⁵ A Renda Mensal Vitalícia para idosos e inválidos foi extinta em 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), quando se criou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e manteve-se sua operacionalização por meio da Previdência Social, no Instituto do Seguro Social (INSS). O BPC é uma renda de um salário-mínimo destinada a idosos com 65 anos de idade e inválidos cuja renda familiar *per capita* corresponda a ¼ do salário-mínimo.

médica e odontológica, aposentadoria por velhice e por invalidez e pensão, no valor de meio salário-mínimo, aos trabalhadores rurais e seus dependentes.

No âmbito da política do trabalho foi criado, em 1966, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que extinguiu a estabilidade no emprego e serviu para o financiamento de moradias para as classes médias através do Banco Nacional da Habitação (BNH), cuja criação também foi nesse período. Também em 1966, no tocante às políticas para as crianças e para os adolescentes pobres, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, instituição nacional e estadual, FUNABEM e FEBEMS.

Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, congregando o SIMPAS, criado em 1977, que desmembrou o INPS em três instituições: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Instituto de Arrecadação Financeira da Previdência Social (IAPAS) e o INPS, que seria o órgão concessor dos benefícios previdenciários. O Ministério da Previdência e Assistência Social, criado em 1974, congregou o SIMPAS, a LBA, a FUNABEM e a CEME (Central de Medicamentos), também criada nesse período. A LBA foi, durante todo o período ditatorial até sua extinção em 1995 através da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, a instituição que gestava a política assistencial brasileira, onde prevaleciam as subvenções às entidades privadas conveniadas para a execução dos serviços sociais.

A era ditatorial, que Pereira (2002) denomina tecnocrático-militar, ampliou consideravelmente as políticas sociais e o papel do Estado na sociedade³⁶, mas os direitos eram fortemente centralizados na União, estrategicamente gestados sob o controle dos instrumentos técnicos e burocráticos, com direção política autoritária e, em consequência, esvaziamento da participação da sociedade no planejamento e

³⁶ No âmbito da educação o objetivo era o conhecimento técnico, incentivando a formação voltada ao trabalho urbano industrial, com a incorporação das técnicas de gestão do modelo fordista e a erradicação do analfabetismo com a criação do MOBREAL. Com enfoque no planejamento, a ditadura criou diversas medidas técnico administrativas, onde, segundo Pereira (2002, p. 139), a política social esteve submetida ao critério da rentabilidade econômica. Entre as de maior relevância destacam-se: Programa de Desenvolvimento para o Nordeste; Reformulação dos mecanismos financeiros para a habitação (SFH); Ação Sanitária para o Nordeste; Nova sistemática do Plano Nacional de Saneamento; Unificação do PIS com o PASEP; Criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSUs); Plano básico de Ação Sanitária para a Amazônia; Organização das ações de vigilância Epidemiológica, estabelecimento do Sistema Nacional de Transporte Urbano; Programa nacional de alimentação e nutrição, (PRONAM); Programa de saneamento ambiental; Programa de interiorização das ações de saúde e saneamento no Nordeste, (PIASS); Programa de saúde materno infantil, (PSMI); Sistema Nacional de Emprego (SINE); Programa Nacional de desenvolvimento de comunidades Rurais (PRODECOR).

gestão destas políticas; favoreceu aos governos militares como mecanismo de adesão das classes médias a suas propostas centralizadoras e repressivas aos movimentos sociais, pois a sociedade brasileira viveu de 1964 a 1985, sob restrição dos direitos civis e políticos.

Sob a influência da crise internacional do capital, a ditadura, no final dos anos 1970, apresentou sinais de esgotamento, em função dos impactos da economia internacionalizada burocrática, sob a gestão do fordismo à brasileira. Reascenderam os movimentos pela democratização do Estado, contraditoriamente sob a liderança do movimento sindical, que o fordismo à brasileira concentrou no ABC paulista. Economicamente, a era do milagre brasileiro de crescimento econômico se esvaiu com o crescimento do endividamento externo, o aumento do processo inflacionário³⁷, que repercutiu na década de 1980 como a década perdida, de crescimento econômico negativo.

Os anos 80 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico. O recrudescimento do endividamento externo e suas conseqüências são dados fundamentais para entender o ocaso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo do virtuoso milagre. Na entrada dos anos 80, tem-se uma dificuldade de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição da renda, não só no Brasil, mas na América Latina (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 138).

A crise econômica, com grande impacto social, impulsionou os movimentos sociais na luta pela redemocratização do Estado brasileiro, mas a elite brasileira hegemonizou a transição, não deixando eclodir uma vontade popular que fosse capaz de fazer transformações estruturais, com distribuição de poder e renda. Apesar disso, os movimentos foram fundamentais para a conquista da Constituição brasileira de 1988, que introduziu vários avanços na área social, constituindo-se uma arena de disputas entre projetos distintos, por isso as conquistas constitucionais foram complexas, e, por muitas vezes, contraditórias.

³⁷ Uma das tendências da era do capitalismo monopolista, e presente até hoje, é a presença da inflação como realidade permanente na sociedade. Segundo Mandel (1985), a causa principal é o papel da indústria armamentista, que ocupa hoje uma renda comparativa ao sistema industrial produtivo. A indústria armamentista não produz mercadorias suplementares capaz de reabsorver o poder aquisitivo criado, mas gera lucros como as demais. Esse papel da indústria armamentista, que não produz bens para o consumo, eleva o aumento da demanda por produtos com relação à oferta, gerando a inflação. Outra causa também importante, e causadora da inflação permanente, é o controle exercido pelos grandes monopólios sobre os preços dos produtos.

A constituinte foi um projeto duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional representou a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “constituição cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...], a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias e na ordem econômica (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 141-142).

Dentre os avanços constitucionais³⁸, a seguridade social brasileira de inspiração Beveridgeana foi construída na legalidade com 40 anos de atraso, se comparamos com a experiência vivenciada por países do capitalismo central europeu, cuja construção pós Segunda Guerra Mundial efetivou políticas sociais contributivas, mercadorizáveis e políticas desmercadorizáveis, universais e como direito social. A Constituição de 1988 articulou as políticas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde, como políticas sociais de seguridade social, onde a política de Assistência Social, pela primeira vez na realidade brasileira, foi reconhecida como política de direito. Mas tais direitos foram questionados e estrategicamente destituídos nos anos 1990, com a inserção tardia no Brasil de estratégias neoliberais, que permanecem hegemônicas em nossa realidade. Vamos nos deter mais neste processo ao analisarmos os aportes históricos da política de Assistência Social como política de seguridade social brasileira. Porém, é fundamental analisarmos como os profissionais, Assistentes Sociais, historicamente se relacionaram com a política social e quais as concepções presentes nos diversos momentos históricos de construção do seu projeto profissional, considerando a política social como importante mediação do exercício profissional, compreendido como processo de trabalho.

³⁸ Os avanços constitucionais de 1988 com relação aos direitos sociais foram significativos. Na área da Política de Seguridade Social, construiu-se a saúde como política universal, com a criação em 1990 do Sistema Único de Saúde, de natureza pública e universal. Na área da Previdência Social, ampliaram-se os direitos para os trabalhadores rurais com idade diferenciada dos trabalhadores urbanos para acesso a aposentadorias, e a determinação de que nenhum benefício pode ter valor inferior a um salário-mínimo. Na área da Assistência Social, foi criado o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e deficientes, conforme previsto no art. 203 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Na área da Política da Criança e da Adolescência, possibilitou-se a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, bem como a criação dos conselhos deliberativos paritários de políticas sociais. Apesar de representar avanços, suas regulamentações, pós anos 1990, vão encontrar resistências em uma conjuntura neoliberal adversa aos direitos sociais, acentuando a marca histórica dos direitos sociais no Brasil: a distância entre a determinação legal e sua efetivação na realidade.

3.3 A política social como importante mediação no processo de trabalho do Assistente Social

A profissionalização do Serviço Social deu-se a partir da crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de reprodução e regulação social, tendo as políticas sociais públicas como mediação fundamental para o trabalho profissional do Assistente Social.

No entanto, a relação do Serviço Social com as referidas políticas foi marcada por históricas contradições, tendo em vista que, por vezes, uma postura de ignorar seus fundamentos teóricos e conceituais das políticas sociais, portanto, sendo funcional à ordem e, por outro, negando-a, como uma importante mediação do exercício profissional. Assim, foi no contexto de criação do projeto ético-político profissional, que tem sua gênese no que se denominou Congresso da Virada, em 1979, que as políticas sociais passaram a ser analisadas nas abordagens teóricas sob perspectiva crítica, podendo incidir nas estratégias profissionais.

Analisar a relação histórica entre as políticas sociais e o Serviço Social brasileiro, a concepção teórica presente nessa relação como as referidas políticas sociais foram abordadas no âmbito do seu projeto ético-político, é fundamental para compreendermos a forma de inserção do trabalho profissional na política de Assistência Social e, fundamentalmente, como os profissionais concebem a política social e, especificamente, a Assistência Social, pois tal visão desembocará nas ações profissionais do exercício como processo de trabalho.

3.3.1 Análise histórica da relação do Serviço Social com a política social

A conexão entre política social e Serviço Social está presente na própria institucionalização da profissão, surgida a partir da intervenção estatal pela via da modernização conservadora presente no projeto político getulista dos anos 1930. O Estado impulsiona a profissionalização dos Assistentes Sociais por meio de um mercado de trabalho nacional, posto pela política social³⁹ nesse período, com a

³⁹ Conforme Netto (2001, p. 30), a política social só terá uma intervenção contínua na era do capitalismo monopolista. “E a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da questão social, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da

criação, em 1942, da Legião Brasileira de Assistência (LBA); dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e do SESC, SENAI, SESI. A contradição fundamental residia na ausência de problematização na formação profissional e nos debates da categoria sobre a temática da política social, muito embora, como ressalta Netto (1991), esses profissionais fossem executores terminais das políticas sociais.

A introdução da política social como temática nas pautas profissionais do Serviço Social Brasileiro (BEHRING; BOCHETTI, 2006) se dá nos anos 1970, em plena ditadura militar, com o viés característico desse período: tecnocrático, com ênfase no planejamento e nos programas sociais.

As políticas sociais brasileiras têm sua origem no Estado getulista, período da gênese e da institucionalização do Serviço Social, com características ainda hoje presentes: a cultura do não direito, do clientelismo, paternalismo; destinadas, prioritariamente, aos trabalhadores urbanos inseridos no processo de regulação salarial. É o caso dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS), que se destinavam a categorias específicas e não eram responsáveis somente pela política previdenciária, mas também pela política habitacional e de saúde. Assim, os trabalhadores rurais, a maioria da população brasileira, e os trabalhadores urbanos sem carteira assinada não tinham qualquer tipo de proteção social. O Estado, estrategicamente, irá atender à questão social⁴⁰ posta pelo processo de urbanização e crescimento das classes sociais urbanas, através de políticas sociais que viabilizem a reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades.

A ampliação das políticas sociais para outros sujeitos, aqueles não inseridos no mercado formal de trabalho, somente se reverteu no período da ditadura militar, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando os IAPS foram unificados, dando origem ao INPS (1967), e, em 1971, com a criação do

sociedade burguesa madura e consolidada". Através da política social, o estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da questão social de forma a atender as demandas da ordem, conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso varáveis, mas operantes.

⁴⁰ Por questão social entendemos o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a questão social está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21). Ou, como ressaltam lamamoto e Carvalho (1983, p. 77), "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o operariado e a burguesia".

FUNRURAL, uma espécie, mesmo precária, diferenciada dos trabalhadores urbanos, de um tipo de aposentadoria rural, no valor de meio salário-mínimo, devida aos trabalhadores rurais e a incorporação dos autônomos e empregados domésticos como segurados da previdência social. Vale ressaltar que as políticas sociais brasileiras não nasceram sob o princípio da universalidade. Sua ampliação se deu em períodos ditatoriais tanto no Estado Novo (1937 a 1945) como no período da ditadura militar (1964-1979), sob forte centralização política, ausência da participação social dos trabalhadores em sua gestão e planejamento, configurando-se mais uma proposta do Estado para proporcionar a adesão das classes subalternas ao Estado ditatorial.

Foi a partir dos anos 1970 que o Brasil acelerou o processo de urbanização e industrialização, intensificação do fordismo, para alargar as bases de acumulação do capital, criando uma classe média consumidora, modernizando a agricultura, ampliando o setor de serviços e estruturando um conjunto de políticas sociais, com o objetivo de humanizar as relações sociais do capitalismo e integrar a política social à economia. Tal proposta consistia mais em abrir novos espaços para a expansão do capital do que caminhar na direção do bem-estar da população. Nessa conjuntura, os Assistentes Sociais se organizaram para rever sua metodologia e sua teoria com a finalidade de adequá-las às políticas sociais da ditadura militar.

Foi no primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, ocorrido na cidade de Araxá, em março de 1967, que os Assistentes Sociais formularam sua concepção sobre a política social, assim apresentada no Documento de Araxá (1967, p. 70-71):

Conceito de Política Social: esta consiste numa tomada de posição face aos problemas de subsistência, desenvolvimento harmonioso do homem (indivíduos, grupos e comunidades), segurança e equilíbrio sociais, consubstanciada em um sistema e num instrumental técnico-administrativo para sua efetivação. Neste sentido cabe ao Serviço Social contribuir para o equacionamento dos problemas de bem-estar social (em suas dimensões locais, regionais e nacionais) e a formulação de diretrizes da política social.

É, portanto, no referido Documento de Araxá (1967) e no de Teresópolis (1970), que encontraremos as primeiras abordagens teóricas do Serviço Social com relação à temática da política social, basicamente permeado da visão tecnocrática e pragmática, funcionalmente benéfica à ordem burguesa ditatorial, formulação denominada por Netto (1991) de modernização conservadora. Tais formulações têm

no funcionalismo sua fundamentação teórica, com base em Emile Durkheim (1895), cuja proposta metodológica consiste em tratar os processos sociais como coisas naturais, assim como analisar os fatos sociais como exteriores ao sujeito. Os fenômenos sociais são concebidos como elementos em si mesmos e o todo como soma das partes. A sociedade é composta de combinações diferenciadas de uma sociedade original, como nas espécies biológicas. Assim, é natural a agregação e o equilíbrio, sendo seus anversos um processo de anomia. A esses processos de desagregação e desequilíbrio, o trabalho do Assistente Social e da política social são fundamentais para restabelecer a ordem natural. Tal concepção esteve presente na literatura do Serviço Social até o início de 1982, quando da reformulação das diretrizes curriculares da formação profissional dos Assistentes Sociais e da construção do código de ética profissional de 1986.

O Serviço Social levou quase três décadas para identificar seu vínculo estrutural com as políticas sociais. No entanto, a concepção crítica sobre as políticas sociais dar-se-á somente em 1985, com a introdução do pensamento de Gramsci, quando será criticada a visão meramente instrumental do Estado⁴¹ e a teoria do engodo, que restringia a política social como estratégia do Estado burguês para dominação/cooptação dos trabalhadores e obter a docilidade do movimento operário popular, configurada na concepção de Althusser, que exerceu influência sobre o movimento de reconceituação do Serviço Social, de sua aproximação com o pensamento marxista de viés estruturalista. Sua visão monolítica do aparelho estatal influenciou os Assistentes Sociais a partir da leitura do Estado somente por sua função repressora, onipresente, cuja dominação exerce sobre os sujeitos não contemplando as alternativas de lutas e contradições presentes na realidade. Assim, as instituições burguesas estatais, e aí as políticas sociais, seriam um engodo do Estado burguês para exercer sua dominação. Não restariam alternativas e possibilidades ao trabalho profissional nas instituições, restando ao Serviço Social

⁴¹ A concepção de Estado em Gramsci será fundamental para a análise das políticas sociais como uma relação de forças sociais em confronto na luta permanente das classes trabalhadoras por direitos na conquista da contra-hegemonia. Em Carnoy (1988), encontramos que “O grupo dominante exerce a hegemonia através da sociedade civil e a dominação direta através do Estado e do seu governo jurídico. A classe dominante conquista o consentimento para a sua dominação social através da hegemonia na sociedade como um todo, porém exerce a dominação através do controle dos aparelhos coercitivos do Estado. O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com a qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa. O Estado é a sociedade política mais a sociedade civil, a hegemonia armada de coerção” (CARNOY, 1988, p. 99).

crítico somente a participação nos movimentos sociais como alternativa. Essa visão deslocou o Serviço Social do trabalho profissional e o equiparou à militância política, que repercutiu no Serviço Social brasileiro na construção do código de ética de 1986, sendo revisto este equívoco em 1993.

A era ditatorial gerou a maior concentração operária no ABCD paulista, com a introdução do fordismo à brasileira, acirrando as contradições sociais e impulsionando a radicalização da questão social. Nesse aspecto, surgiu um movimento social organizado, liderado pelas grandes greves do ABCD paulista, que impulsionou a contestação ao regime militar, aliado a outros movimentos de base social contestadores da ordem, como os movimentos urbanos, estudantis. Emergiu uma sociedade civil complexa, uma classe trabalhadora organizada com uma agenda de luta por uma sociedade democrática de direitos, materializada na Constituição de 1988. Uma parcela dos Assistentes Sociais passou a participar desses movimentos sociais, que Netto (1991) denominou de uma identidade política com os de baixo. Foram esses profissionais que impulsionaram a crítica à ditadura militar no Congresso da Virada, em 1979. Isso impulsionou uma revisão crítica nos fundamentos do Serviço Social brasileiro conservador, materializado na revisão curricular de 1982 e posteriormente na construção do código de ética, em 1986, e sua revisão, em 1993. Esse cenário político foi a base de construção do projeto ético-político profissional do Assistente Social, que teve como fundamento a teoria social crítica, abordando a sociedade capitalista em suas contradições, tendo o trabalho como fundamento na construção dos sujeitos sociais, percebendo como o mesmo se constitui como forma de exploração e alienação e, ao mesmo tempo, como gerador de mais valor, construindo as riquezas na sociedade capitalista, constituída de classes sociais antagônicas.

Qual será então o lugar da política social nesse projeto profissional? Pensar e problematizar a política social no âmbito do projeto ético-profissional do Serviço Social é compreendê-la como resultado de relações complexas e contraditórias na relação entre o Estado e a sociedade que se constitui de classes sociais antagônicas, onde a classe que vive do trabalho luta contra sua exploração. Assim, a luta por direitos é uma das possibilidades para alargar a sobrevivência da classe trabalhadora, nessa sociedade tão desigual. No entanto, é necessário compreender seus limites, em uma ordem burguesa dominada pela hegemonia do pensamento liberal; e, principalmente, compreender sua impossibilidade de

assegurar igualdade e justiça em uma sociedade estruturalmente organizada pelas desigualdades e promotora de mais desigualdades.

Behring e Boschetti (2006) ressaltam a necessidade de se superar as visões unilaterais presentes nas abordagens das políticas sociais, quais sejam: as visões pluralistas inspiradas no pensamento de Weber que, sob o irracionalismo tecnocrático, discutem a eficácia e sua eficiência sem questionar a sua impossibilidade de conceder igualdade e justiça em uma sociedade de classes; e também algumas visões, no campo do marxismo, que empobrecem a complexidade das políticas sociais, sendo restritas e unilaterais, por concebê-las como funcionais à ordem ou como estratégias únicas do Estado burguês, para responder às demandas sociais. No plano econômico, a visão é reduzir os custos da reprodução da força de trabalho; no plano político, como mecanismo de cooptação e legitimação da ordem burguesa.

Pode-se questionar: como os Assistentes Sociais a concebem? Em entrevistas realizadas com Assistentes Sociais que atuam nos CRAS de Fortaleza, todas afirmaram conceber a política social como um direito que contribui para minimizar as desigualdades advindas com a forma de estruturação da sociedade capitalista, mas não para eliminá-las. No entanto, podemos localizar a função paliativa, como pode ser constado nos relatos seguintes:

“Política Social pra mim é a materialização de um direito, de um direito que é obrigação do Estado” (Assistente Social nº 2).

“É todo projeto, programa, todo trabalho, atividade, seja lá o que for, voltado para uma demanda específica da sociedade. Sua função é diminuir ou minimizar todas as questões que já são advindas aí da questão do capitalismo, mesmo. Aí vai a questão da pobreza, da educação, da saúde” (Assistente Social nº 1).

“Eu vejo como um direito, mas a política social é muito restrita” (Assistente Social nº 5).

“É um direito que se encontra na realidade que vivemos, como um paliativo” (Assistente Social nº 10).

“Ainda temos muito que avançar para a política social, que é um direito, ser de qualidade para todos” (Assistente Social nº 14).

“Para mim, Política Social primeiro deve ser algo construído com a participação dos usuários, o que não é hoje. Deve ser. Na prática, o que a gente vê é uma centralização do poder e direcionamento. Na Política de Assistência, eu acredito que seja isso mais democrático. Nós temos as conferências, a gente foca, sensibiliza os usuários para estarem participando e expressando as deliberações” (Assistente social nº 11).

Os depoimentos chamam a atenção sobre a necessidade da participação dos usuários no planejamento das políticas sociais, algo bastante frágil na conjuntura em que vivemos, apesar de a Constituição de 1988 ser a única que prevê tal participação. Aspectos da cultura brasileira presentes na forma de inserção às políticas sociais brasileiras, como o clientelismo, o patrimonialismo, já analisados, se não impedem, pelo menos dificultam a inserção aos direitos dos usuários, assim como sua participação.

“Pois, para ser efetivada uma política, é preciso a participação nela. Ela [população] enquanto cidadã, que vivencia necessidades práticas do cotidiano, ela pode estar colaborando sim! Então a política social na minha concepção deve ser elaborada em conjunto. É algo que deve ser elaborado em conjunto de uma forma bem democrática. Publicizada, porque às vezes não é publicizada como deveria ser” (Assistente Social nº 12).

“Eu acho muito fragilizada, até pelo próprio conhecimento dos usuários. Que têm menos conhecimento e conhecimento é poder” (Assistente Social nº 8).

“O que acontece, essa política que vai ser elaborada, às vezes ela não é social. O termo social para mim me remete a algo democrático. Quando eu falo em política social, é algo que deve ser elaborado em conjunto. Eles quem vão normatizar e tudo, mas que a população tenha direito e ela passe a ser estimulada para participar do processo de forma mais concreta. De forma mais consciente daquilo que está fazendo e não ser manipulada” (Assistente Social nº 5).

Pensar a política social como totalidade, inscrita na realidade capitalista, no processo da produção e reprodução social, é considerar as contradições postas pela sociedade; o processo histórico de seu surgimento a partir das expressões da questão social. Isso nos possibilita pensá-las não como fatos em si, mas como partícipes do movimento contraditório da realidade, que se expressa na unidade dialética entre fenômeno e essência. É nessa perspectiva que analisaremos a política de assistência social e, nela, o trabalho do Assistente Social, considerando a estrutura e a conjuntura dos processos políticos contraditórios que permeiam a realidade do capitalismo brasileiro.

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O SUAS E AS CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA LÓGICA FOCALISTA

4.1 Política de Assistência Social: o Sistema Único de Assistência Social, contradições de uma expansão focalizada

A política social no Brasil, em especial a política de Assistência Social, configura-se como expressão do processo histórico da questão social⁴² no Brasil e as suas formas de enfrentamento pelo Estado brasileiro. Em geral, tais políticas apresentaram-se historicamente fragmentadas, focalizadas e setorializadas, configuradas como respostas multifacetadas à questão social no capitalismo, expressão da relação capital e trabalho.

Já abordamos como historicamente tais políticas se concretizaram na nossa realidade de capitalismo dependente, bem como seus momentos históricos conjunturais e sua especificidade, marcada pela singularidade da cultura brasileira. Cabe agora analisarmos a Assistência Social a partir da Constituição brasileira de 1988, quando se constitui, pela primeira vez, como política social, compondo a seguridade social brasileira, assim como sua regulamentação pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93), a construção da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e o SUAS, que constroem as diretrizes, objetivos e princípios dessa política.

4.2 Assistência Social na Constituição de 1988 e a LOAS

No Brasil, as políticas sociais tiveram origem no populismo getulista e nasceram sob a égide da regulação a partir da inserção no mercado de trabalho, possibilitando somente o acesso discriminado a recursos e serviços sociais. Políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis e

⁴² A questão social é aqui apreendida “enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

reproduzindo a desigualdade social brasileira. Essa é a marca da origem das políticas sociais; além de conservar e fundamentar uma cultura do não direito, clientelista, são favorecedoras da acumulação da riqueza e da miséria social. Tais relações clientelistas baseiam-se em relações de lealdade, onde os indivíduos subalternizados aparecem como inferiores e sem autonomia. Nega, portanto, a identidade social e oculta o pertencimento de classe, o conflito, e legitima a dominação.

Contra essa modalidade de política, os movimentos sociais mobilizados após a ditadura militar tentam inscrever pela primeira vez no Brasil, na Carta Constitucional de 1988, a noção de direitos sociais, financiados pelos próprios trabalhadores, pela metamorfose do excedente, da mais-valia e do lucro. Nessa conjuntura, de discussão e efervescência da mobilização da sociedade, é que se instaurou uma nova era constitucional das políticas sociais brasileiras. O grande avanço configurou-se no âmbito da ordem social, criando-se a seguridade social, compreendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência social e à assistência social. A saúde, conforme o art. 196 da Constituição de 1988, é direito de todos e dever do Estado; a Previdência atende a quem contribui previamente, com os descontos nos salários dos trabalhadores e a Assistência Social é prestada a quem necessitar, independente do salário recebido. Sua grande inovação é ser pela primeira vez assumida pelo Estado como política pública.

A Seguridade Social assim compreendida inova na concepção de gestão das políticas, nas formas de financiamento e controle social. Concepção que fundamentou o *welfare state* nos anos 1940 a 1970, nos países de capitalismo central, oriunda do plano Beveridge, que ampliou os direitos sociais e o universalizou, colocando o Estado como garantidor de sua primazia e desfocando os direitos da ótica do seguro. Assim, a Seguridade Social brasileira nasceu tardiamente, enquanto nos países centrais começou a ser gestada a crise do modelo fordista-keynesiano, com fortes reveses em sua concepção originária, com o retorno do ideário liberal, sob a hegemonia neoliberal.

Pereira (2000) analisa a Seguridade Social brasileira como uma concepção restrita e acanhada, se comparada com o modelo beveridgiano, constituído de um programa amplo de segurança social, englobando a saúde, a assistência social, a reabilitação, a pensão às crianças, o treinamento profissional e

a sustentação no emprego. No Brasil, a Seguridade engloba somente três políticas não unificadas, funcionando isoladamente, não agregadas a uma mesma instituição e nem partilhando planos e projetos comuns. Ganha hegemonia, segundo a autora, a concepção de seguridade como seguro, ficando as políticas não contributivas como apêndice da previdência social, configurando um sistema híbrido, não integrador das vertentes contributivas e distributivas.

A lógica da Seguridade Social brasileira sob a ótica hegemônica pelo seguro gerou alguns paradoxos, segundo Boschetti (2003). O primeiro deles, e presente até hoje, é a ausência de um Ministério da Seguridade Social e a existência, em cada uma das políticas de fundos orçamentários próprios, de conselhos e conferências, também distintos, contribuindo para sua desarticulação.

Essa combinação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada seguridade social, de caráter universal, redistributiva, pública, com direitos amplos e fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro e a lógica da assistência, e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade social fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência (BOSCHETTI, 2003, p. 74).

Isso se agravou no processo de regulamentação, quando se perdeu a referência de que plano de benefícios, plano de custeio, Lei Orgânica da Saúde e Lei Orgânica da Assistência Social são partes de um todo integrado, chamado Seguridade Social brasileira. Isso decorre da conjuntura neoliberal, que nos anos 1990 ganhou hegemonia, tencionando a privatização e focalização das políticas de seguridade social.

A partir da década de 1990, a realidade brasileira foi hegemônica pela conjuntura neoliberal, que representou a desconstrução dos direitos sociais, o retorno do predomínio da lei do mercado, a redução do Estado, a desorganização das políticas sociais e a desregulamentação das relações de trabalho. A redução do Estado se deu com a crescente privatização das empresas e serviços estatais, redução dos recursos governamentais e, conseqüentemente, transferência da responsabilidade estatal para a sociedade civil.

Nessa ambiência neoliberal, o Brasil também teve sua inserção apenas na década de 1990, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs aos

países da América Latina, através do Consenso de Washington, o ajuste das economias às estratégias neoliberais com propostas de redução do Estado, atingindo as políticas com cortes nos gastos sociais a fim de eliminar o déficit público e privatizações das empresas estatais. No Brasil, foi no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998/1999-2002) houve uma maior adesão às propostas neoliberais, privilegiando as políticas econômicas de ajuste fiscal e monetário em detrimento das diretrizes conquistadas na Constituição de 1988, impactando na desarticulação da Seguridade Social brasileira.

Foi com FHC, portanto, que ocorreu a maior incompatibilidade entre a agenda governamental e os direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Ao privilegiar políticas monetárias cambiais e fiscais implícitas no seu plano real, em detrimento de uma política econômica socialmente referenciada, onde o Brasil voltou a ostentar elevados índices de desemprego formal, de achatamentos de salários, de aumento da carga tributária, de privatização do patrimônio público, de desfinanciamento das políticas sociais, de repúdio à política de Assistência Social, cujas funções passaram a ser transferidas para o setor voluntariado da sociedade, reeditando-se, assim, o velho assistencialismo. E uma prática deste governo que mais penalizou as políticas de seguridade foi a transferência de receitas dessa área, constitucionalmente garantidas, para o setor econômico, por meio da DRU (Desvinculação dos Recursos da União) associada ao intento de reduzir a seguridade a mero seguro (PEREIRA, 2012, p. 743).

Nesse cenário, o ajuste neoliberal armou uma arquitetura destrutiva, configurada no desmonte dos direitos sociais, no desemprego, na precarização do trabalho; o que, em consequência de sua política social e econômica, fez agravar a questão social, aumentando o número de sujeitos sociais destituídos de direitos. A democracia conquistada pós-ditadura militar com graus crescentes de participação e conquista de direitos, inscritos na Constituição de 1988, parece, nos anos 1990, fragilizada:

[...] Gesta-se um clima de desencanto com a democracia, que no Brasil do ajuste parece não ter cumprido sua promessa de uma sociedade melhor, com melhores condições de vida para a população. Toda promessa de salvação via democracia, posta nas lutas e movimentos sociais dos anos 80. A população refugia-se, então, na vida privada. Difunde-se o individualismo. Fragiliza-se o coletivo. Assim, esta lógica mercantil atinge o espaço público, obstaculizando, dificultando o exercício da participação dos cidadãos. Dentro de uma perspectiva liberal, a elite dirigente, em nome de uma suposta governabilidade, desqualifica e esvazia os movimentos de resistência (CARVALHO, 2001, p. 2).

No âmbito da política de Assistência Social no governo FHC, seu esforço foi para que esta política não fosse regulamentada como política de direito, e em

destrimento à sua regulamentação criou o Comunidade Solidária⁴³, programa assistencial presidido pela primeira-dama, fortalecendo o primeiro-damismo, cultura presente nas políticas assistenciais brasileiras, carregadas pelo clientelismo, pelo paternalismo. Tal proposta solidificou a concepção assistencial histórica dominante no Estado brasileiro, de concessão de bens e serviços sob as ações voluntárias e filantrópicas, sob a ótica estatal de estabilização das relações sociais. Yasbek (1995) ressalta que é o assistencial que estabelece os parâmetros meritocráticos para o acesso aos benefícios e recursos estatais pelas classes subalternas⁴⁴. No entanto, a contradição reside, pois as classes subalternas também lutam por seus interesses de classe. Nesse processo de lutas, há conquistas e perdas, que, dependendo do jogo de forças sociais, serão mais ou menos amplas, incorporando os direitos dos que vivem do trabalho. Assim foram as conquistas e perdas presentes nas regulamentações sociais da política de Assistência Social.

As regulamentações jurídicas e políticas que materializam hoje a política de Assistência Social, ora problematizada, foram conquistas da Sociedade Civil. Após a Constituição de 1988, foi assegurado espaço para concretizar sua participação na implementação e controle das políticas sociais, por meio dos Conselhos de Política e dos Conselhos de Direito, como partícipes desse processo.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 7 de dezembro de 1993, concretizou a regulamentação da Assistência Social como política de seguridade social, a última entre as três, já antecipada pela regulamentação da Previdência e da Saúde, em uma conjuntura adversa aos direitos, por ser contraditória em seus princípios e diretrizes e, ao mesmo tempo, apontar para inovações importantes. A

⁴³ O Comunidade Solidária foi instituído pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, no primeiro dia da posse de FHC, ainda em seu primeiro mandato. Caracterizou-se como um programa de ações pontuais, com ênfase nos bolsões de pobreza, direcionado aos indigentes, à pobreza extrema. “Nesta Medida Provisória, que é proposta à margem da LOAS, o governo apresenta o programa como a principal estratégia de enfrentamento da pobreza no país e reitera a tradição nesta área que é a fragmentação e superposição de ações. Esta pulverização mantém a assistência social sem clara identificação como política pública e é funcional ao caráter focalista que o neoliberalismo impõe às políticas sociais na contemporaneidade. Ao repartir e obscurecer em vários ministérios as atribuições constitucionais previstas para a assistência social, a MP contribui para fragilizá-la como direito de cidadania e dever do Estado” (YASBEK, 1995, p. 14).

⁴⁴ Classes subalternas aqui compreendidas na perspectiva gramsciana, caracterizada por Yasbek (1995, p. 18) como as classes demandantes das políticas assistenciais. Segundo a referida autora, “A subalternidade diz respeito à ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e direção. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. No entanto, há um processo de enfrentamento e busca de superação da subalternidade, observadas nos movimentos sociais, nas lutas políticas e nas práticas cotidianas de resistências ao processo de dominação. Isso na coletividade cria uma consciência política de sujeitos políticos portadores de um projeto de classe”.

primeira delas é a primazia de sua condução ser estatal. Somente o Estado pode assegurar as diretrizes de sua gestão e financiamento, como direito social não mercadorizável, ou seja, não se submetendo à lógica do mercado. Isso significa que a política de Assistência Social, na perspectiva da LOAS, transita do assistencialismo, do favoritismo, para o campo da política social. Prevê benefícios e serviços. Entre os benefícios, o BPC, benefício de prestação continuada, relacionado à garantia de um salário-mínimo aos deficientes e aos idosos que tenham renda *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo; e os benefícios eventuais⁴⁵, principalmente o auxílio natalidade e funeral que tardaram a ser regulamentados; no caso do município de Fortaleza, o mesmo somente ocorreu em 2010.

Apesar das inovações dessa lei orgânica, ela transita em uma perspectiva dúbia entre a universalidade e a focalização. Prescreve direito, sinaliza a uma política de prover mínimos sociais e atender às necessidades básicas, mas o limita a um corte de renda que considera somente a pobreza extrema, vinculada, portanto, a garantias de mínimos para a sobrevivência, incapaz, portanto, de reduzir as desigualdades sociais da sociedade brasileira.

Definida como política que deve prover mínimos sociais a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas (artigo 1º), mas regida pelo princípio da universalização dos direitos sociais (artigo 4º), a assistência social defronta-se permanentemente como o binômio seletividade versus universalidade. Muitas interpretações limitadas equivocadas destas orientações levam a restringir os direitos assistenciais ao mínimo necessário para a sobrevivência humana, focalizando-os em segmentos e parcelas da população tidas como vulneráveis (em geral aqueles segmentos e parcelas inaptos ao trabalho: crianças, idosos, portadores de deficiência). Neste caso a Assistência assume caráter absolutamente seletivo e a focalização acaba estimulando o jogo da discriminação positiva, estigmatizando e excluindo usuários a quem o direito deveria estar sendo assegurado. Esta interpretação da seletividade é orientada por uma perspectiva que alia assistência a pobreza absoluta, limitando-a a ações minimalistas, em geral pontuais, assistemáticas, descontínuas e inócuas do ponto de vista da redução das desigualdades (BOSCHETTI, 2003, p. 83).

⁴⁵ Sua disposição por meio do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, estabelece em seu art. 1º, § 2º, que “A concessão e o valor dos auxílios por natalidade e por morte serão regulados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS”. Posteriormente, recebeu atenção do Conselho Nacional de Assistência Social que, por meio da Resolução nº 39, de 9 de dezembro de 2010, dispõe sobre o processo de reordenamento dos referidos benefícios eventuais.

4.3 A construção da política de Assistência Social e o SUAS

A Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada em uma conjuntura desfavorável aos direitos, onde emergem modernas práticas filantrópicas, que os despolitizam e corroboram para a descaracterização da universalidade das políticas sociais, ficará mais de uma década sem o processo de construção da política de Assistência Social. Somente em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada no DOU de 28 de outubro de 2004. Refletindo deliberação expressa da IV Conferência Nacional de Assistência Social, propõem-se a materializar as diretrizes da LOAS e os princípios da Constituição de 1988, que asseguram a Assistência Social como política de direito, inscrita na seguridade social brasileira, apresentando como objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;

Contribuir para a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando ao cesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS, 2004, p. 27)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui hoje uma rede de proteção social organizada, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004), em proteção social básica e proteção social especial, capilarmente presente em todo o território nacional. A Proteção Social Básica apresenta-se como capaz de prevenir situações de risco e vulnerabilidade através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

A proposta da PNAS-SUAS define como público usuário da política,

Cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagens pessoal resultantes de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas

de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Tais usuários são caracterizados pela fragilidade de seus vínculos familiares e de pertencimento comunitário, e também pelas condições de extrema pobreza que não residem somente na falta de condições materiais de existência biológica, mas também nas carências de direito, advindas da forma de estruturação econômico-política da sociabilidade do capital. Para Yasbek (2010), isso representa uma novidade na PNAS, na perspectiva de superação da fragmentação nas abordagens que segmentam os usuários em idosos, crianças, adolescentes etc. No entanto, a referida autora sinaliza uma ausência na PNAS: a condição de classe desses usuários.

Uma ausência nesse conjunto de necessidades apontadas pela PNAS é a condição de classe que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários da Assistência Social. Ou seja, é preciso situar os riscos e vulnerabilidades como indicadores que ocultam/revelam o lugar social que ocupam na teia constitutiva das relações sociais que caracterizam a sociedade contemporânea (YASBEK, 2010, p. 41).

Vulnerabilidade social e risco são duas categorias que qualificam a situação social dos usuários da Política Nacional de Assistência Social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas e de gênero ou por deficiências, entre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

As referidas categorias merecem a atenção de Iamamoto (2010), que, analisando sua imprecisão conceitual, conforme se apresentam nas políticas de seguridade social brasileira, localiza o uso das categorias, risco e vulnerabilidade, pelos apologistas da “terceira via”, sendo incorporados nas políticas recentes, como novos, porém, despolitizando assim, a razão estrutural da pobreza e a classe social que vive do trabalho. Salienta ainda “a boa acolhida e a *incorporação pelo Banco Mundial das questões de vulnerabilidade nos debates sobre a pobreza na sua abordagem do manejo dos riscos*” (IAMAMOTO, p. 7, grifos da autora).

Assim, para Iamamoto (2010, p. 7, grifos da autora), “uma dupla *dimensão no alívio da pobreza extrema* afirma-se na ‘sociedade de risco’ e na

criação de redes de segurança social para a proteção da subsistência básica e a promoção de aceitação do risco”. Argumenta ainda a autora que

Em decorrência, tem-se a necessidade de “empoderar” as pessoas que vivem a pobreza crônica, nelas desenvolvendo potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis do mercado, com base no acesso crescente a *uma gama de ativos*. E, ao mesmo tempo, estimular uma atitude empresarial de aceitação dos riscos, a exemplo do plantio de novos cultivos comerciais que geram mais renda para os agricultores, mas podem ser vulneráveis ao mau tempo e às flutuações dos preços. Em outros termos, a superação da pobreza está na inserção ativa dos pobres na lógica do mercado. A *noção de sociedade de risco* expande-se às várias áreas de conhecimento na leitura de diferentes fenômenos, como: a segurança pública com a criminalização da pobreza, a epidemiologia, a sociologia, o Serviço Social etc. (IAMAMOTO, 2010, p. 7, grifos da autora).

4.4 Eixos estruturantes presentes no Sistema Único de Assistência Social

Como eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social, também se apresentam de forma dúbia, que, por vezes, representam um avanço, mas dentro do contexto estrutural poderá se constituir em responsabilização dos próprios usuários por seus problemas; isso está presente na interssetorialidade, na territorialidade e na matricialidade familiar.

A PNAS aponta como eixos estruturadores da política, juntamente com a interssetorialidade, a territorialização e a descentralização. O texto da PNAS considera que a operacionalização de forma interssetorial pressupõe alterar a forma de articulação das ações, mudanças na cultura e nos valores da rede socioassistencial, das organizações gestoras e das instâncias de participação (MDS, 2004, p. 44). Ou seja, implica repensar a política, contemplando sua “diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do potencial de usuários que dela possam necessitar” (MDS, 2004, p. 45).

Pereira (2011, p. 2) alerta sobre os diversos significados e aplicabilidades do termo interssetorialidade, recomendando, portanto, que a mesma seja pautada “pela perspectiva dialética, e não linear, ou meramente agregadora”, descobrindo a importância de seus vínculos orgânicos com demais fenômenos e processos. No caso da Assistência Social, Pereira (2004, p. 59) ressalta a natureza interdisciplinar e interssetorial da Assistência Social, o que a credencia como a “mais afeita a estabelecer interfaces com outras políticas na perspectiva da universalização do atendimento às necessidades sociais e enfrentamento das desigualdades”. Contudo,

Pereira (2011, p. 17) chama a atenção para o fato de que a interssetorialidade não pode ser vista como uma “estratégia técnica, administrativa ou simplesmente gerencial”, pois ela consiste em um processo de natureza política, que envolve interesses competitivos e jogo de poderes. Nesse sentido, torna-se fundamental a articulação das ações desenvolvidas nos CRAS e CREAS, considerando as particularidades das diferentes políticas sociais no enfrentamento das diversas necessidades sociais dos usuários, devendo ser incorporada tanto pelos gestores como pelos sujeitos profissionais em seu cotidiano, como também sugere Yasbek (2010, p. 40):

A interssetorialidade supõe também a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado.

No entanto, pelo cenário de precarização e focalização das políticas sociais na realidade contemporânea, a interssetorialidade fica comprometida, sendo apontadas, pelos profissionais Assistentes Sociais, dificuldades em sua operacionalização cotidiana, como pode ser constatado:

A Interssetorialidade é um princípio da política de assistência social muito difícil de ser operacionalizado. Os usuários têm uma infinidade de carências de direitos que dificilmente será atendida pelas políticas sociais, como educação, trabalho, saúde, habitação e outras que estão também sucateadas, sem recursos que atendam estes usuários (Assistente Social dos CRAS Fortaleza).

Existem muitas dificuldades na interssetorialidade: uma é a falta de articulação política dos gestores e também a própria localização das unidades de atendimento das políticas estarem distantes do território (Assistente Social dos CRAS de Fortaleza).

Tais dificuldades refletem a conjuntura de não ampliação orçamentária das políticas sociais e priorização dos programas de transferências de renda, conferida pela tendência à focalização. Sem a ampliação orçamentária para as outras políticas sociais, os profissionais terão dificuldades no processo da interssetorialidade, ficando a mesma reduzida e restrita a um desejo.

Outra dimensão presente na PNAS é a territorialidade, que orienta para o planejamento das ações territorialmente, na tentativa de superar a fragmentação das ações e possibilidade de planejar a rede de serviços nos territórios marcados pelo o

que a Política denomina vulnerabilidade e riscos sociais, justificada pela lógica da proximidade dos cidadãos sem seus lugares de moradia para a prestação de serviços. Nessa concepção, os CRAS e CREAS estarão prestando seus serviços nas áreas de maior grau de pobreza, nos municípios brasileiros.

O desafio consiste em potencializar os territórios em espaços de construção de direitos para que sejam providos de recursos públicos que atendam às demandas dos sujeitos, reconhecidos por seu pertencimento à cidade, rompendo com estigmas de espaços homogêneos de pobreza, caracterizados pela violência, pelo medo, produzidos pela desigualdade que se expressa nas transformações urbanas.

São conhecidos os efeitos sociais da segregação e da guetificação dos territórios, que impedem a convivência entre grupos e classes sociais heterogêneos e os diferentes usos e “contra usos” da cidade. São processos que contradizem os valores da universalidade, heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que fundamentam a construção de espaços públicos democráticos. Neste sentido, também a participação popular pode assumir um caráter social restrito, pontual e instrumental se ficar circunscrito aos territórios de proximidade dos serviços socioassistenciais, podendo levar a despolitização e isolamento de grupos sociais, distantes da inserção crítica e ativa que devem ter na esfera pública da cidade e nas relações sociais mais amplas (YASBEK, 2010, p. 17).

É fundamental compreender que as desigualdades presentes nos territórios, embora possuam singularidades, devem ser vistas a partir da totalidade da vida social, nos processos políticos estruturais de precarização do trabalho, de fragmentação das políticas sociais, das estratégias governamentais, aliadas ao grande capital, do atendimento precário aos pobres e extremamente pobres ou em pobreza absoluta, com baixa cobertura das políticas e programas sociais.

Outro eixo presente na Política de Assistência Social que também traz muitas ambiguidades, impactando no trabalho profissional, é a matricialidade sócio-familiar, cujo foco das políticas sociais estão concentradas nas famílias. Isto representa um avanço no sentido de não pensar as ações no âmbito individual, e sim nas necessidades do núcleo familiar. A política, inclusive, inova na concepção de família, ampliando a concepção patriarcal, dominante nas estruturas sociais burguesas, principalmente na legalidade judiciária. É preponderante retomar, como sugere a PNAS,

que as novas feições da família estão, intrínseca e dialeticamente, condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, as transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que

seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de embricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (PNAS, 1994, p. 41).

A PNAS reconhece, assim, como família, além da tradicionalmente conhecida, com mãe, pai e filhos, os novos arranjos familiares monoparentais. Nesta forma, os serviços destinados às famílias em seus diversos rearranjos serão prestados nas unidades dos municípios nos centros de Referência da Assistência Social (CRAS), cujo programa nacional que implementa tais ações é o PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias).

Mioto (2004) ressalta que há uma tendência contemporânea da abordagem familiar compor o contexto das políticas sociais, podendo significar regressões na culpabilização das famílias pobres por seus problemas, reeditando práticas profissionais conservadoras de abordagens em “famílias desestruturadas”, em padrões de normatividade e funcionalidade na perspectiva de controle social dos comportamentos morais, portanto, sem inserir a família na totalidade da vida social. Quanto a este aspecto, não conseguimos visualizar nas indagações realizadas aos profissionais dos CRAS uma posição conservadora sobre família. Inclusive, foi o âmbito dos valores que mais mereceu destaque nas falas dos profissionais, questionamentos críticos sobre os valores conservadores patriarcais reinantes na estrutura social que vivemos. Esse aspecto será destacado no capítulo seguinte.

Da abordagem realizada sobre a Política de Assistência Social, destacando seus eixos estruturadores, fazendo uma análise crítica dos mesmos, é fundamental pensarmos em que conjuntura tal política foi pensada e quais concepções que, de uma forma geral, fundamentaram e fundamentam as políticas sociais, em especial a Assistência Social. Tais fundamentos estão internalizados no que se convencionou neodesenvolvimentismo, que abordaremos no item seguinte.

4.5 O neodesenvolvimentismo e a política de Assistência Social

Necessário se faz compreender em que conjuntura social e econômica está se desenvolvendo a construção do Sistema Único de Assistência Social, sob o

que se denominou de neodesenvolvimentismo, a partir do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), continuando no governo atual, da presidente Dilma Rousseff, onde se verificou aumento das taxas de crescimento econômico; no entanto, os indicadores sociais tiveram um acréscimo muito tímido.

Gonçalves (2012), com base em análise de dados do Banco Mundial e da CEPAL, conclui que no período de 2000 a 2009 houve redução das desigualdades na América Latina, ainda que o Brasil continue apresentando índices elevados quando comparado com os padrões internacionais. Analisando os dados do Banco Mundial no início do século XXI e levando em conta o coeficiente de Gini⁴⁶, 104 países tinham 39,2; e os países latino-americanos, 51,7. Isso demonstra que apesar de ter reduzido a desigualdade, o Brasil continua constando, de 2000 a 2009, segundo dados do Banco Mundial e CEPAL, na relação dos países mais desiguais da América Latina, embora tenha havido tendência de queda na desigualdade da renda no Brasil no governo Lula, saindo da quarta posição no *ranking* mundial dos países mais desiguais para a quinta posição. No entanto, esta subida não significou uma redução significativa da desigualdade, é o que demonstra o IDH e o PNUD de 2010. Segundo o IDH e o PNUD de 2010, a desigualdade de renda permanece elevada: 1% dos brasileiros detém 50% da renda total dos mais pobres.

Vem se verificando como estratégias político-econômicas dos governos petistas a manutenção do ideário neoliberal, colocando em movimento o receituário do Consenso de Washington, configurado no superávit primário, no câmbio flutuante e nas metas inflacionárias.

Castelo (2012) observa que a tese do neodesenvolvimentismo é defendida por Aloizio Mercadante, economista e ministro da Educação do governo Dilma, e um dos intelectuais do Partido dos Trabalhadores; bem como pelo economista Marcio Pochmann, ex-presidente do IPEA. Para Mercadante, há um novo processo em curso no Brasil, iniciado a partir do governo Lula, quando foi

5 Segundo documento do IPEA, "O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda." (Fonte: <<http://www.ipea.gov.br/desafios>>).

possível incorporar milhões de brasileiros ao consumo de massa e universalizar as políticas sociais básicas. Pochmann (2010) também ressalta que a economia dos governos petistas, de Lula e Dilma, caracterizam-se por marcar uma transição do modelo de economia neoliberal para o social desenvolvimentista. Segundo o autor, isso se deu por estar em curso um novo padrão de acumulação que congrega crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), aliado ao que o mesmo autor observa com relação às políticas sociais, ou seja, aumento dos gastos com previdência, assistência, fazendo parte do choque distributivo o aumento do seguro-desemprego, abono salarial e expansão do crédito para pessoas físicas. Castelo (2012) assim analisa as teses destes dois intelectuais no novo desenvolvimentismo:

À vista do exposto por Mercadante e Pochmann, afirma-se que a interrupção ou abandono do neoliberalismo no Brasil teria ocorrido por meio de uma transição progressiva e pactuada, ocultando com quem esse pacto foi feito. Vale dizer, o pacto foi selado com as novas e antigas classes dominantes (capital financeiro e suas novas frações rentistas e o agrobusiness) que participam do bloco de poder em posição de destaque, como a presidência do Banco Central, ministérios e autarquias, para garantir a governabilidade do país conforme a lógica dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores (CASTELO, 2012, p. 627).

Com o balanço do neoliberalismo no mundo, e em especial na América Latina, e nos movimentos sociais que se insurgiram contra o aumento das desigualdades, o aumento do desemprego estrutural da pobreza, a absoluta e relativa precarização das relações trabalhistas e a privatização das políticas sociais, cuja origem se encontra em suas propostas, surgiram novas estratégias da classe burguesa para manter a hegemonia capitalista.

A proposta foi “abrandar” ideologicamente o neoliberalismo com uma farsa social, denominada social-liberalismo, que se insurgiu como revisão ideológica do neoliberalismo, agora como liberalismo com desenvolvimento humano. Parecia, segundo Castelo (2012), que as classes burguesas tinham tomado consciência social da degradação promovida pelo neoliberalismo no mundo do trabalho, promovendo um sincretismo de intervenções pontuais do Estado e do terceiro setor nas expressões das desigualdades, sem tocar na estrutura que fundamenta o

capitalismo. Para os intelectuais do social-liberalismo, o mercado continuaria sendo o regulador das relações sociais de produção. Tais teses se configuraram em propostas governamentais, cujos expoentes principais foram: o socialismo burguês da terceira via (Anthony Giddens), o pós-consenso de Washington (Jonh Williamson), e a nova questão social (Pierre Rosanvallon). Tais abordagens constam dos fundamentos teóricos onde estaria presente o neodesenvolvimentismo, sendo segundo Castelo (2012), uma força auxiliar e subalterna no bloco do poder dirigido pelos intelectuais do social-liberalismo.

Para Sampaio (2012), o neodesenvolvimentismo brasileiro, em busca da terceira via, concilia os “aspectos positivos” do neoliberalismo, ou seja, seu compromisso com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, alianças com o capitalismo internacional e aspectos do velho desenvolvimentismo, comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social, partindo da premissa de que o crescimento econômico é a chave para se enfrentar as desigualdades.

Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão ultra light da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia (SAMPAIO, 2012, p. 680).

Para Sampaio (2012), há uma diferença entre o desenvolvimentismo, enquanto proposta da CEPAL nos anos 1960, que representava a crítica da ordem e apostava em mudanças estruturais que possibilitassem conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional sob reformas estruturais que abrandassem os efeitos do capitalismo na periferia do sistema, com o neodesenvolvimentismo, que, segundo este autor, não passa de uma apologia tosca da ordem burguesa. Os neodesenvolvimentistas são entusiastas da ordem do capitalismo rentista, do agronegócio, enfim, da estabilidade da ordem. No entanto, o mesmo cumpre uma função integradora como arma ideológica, contrário ao neoliberalismo, mas não rompendo com a sua base econômica estruturante e reforçando o mito do crescimento econômico com igualdade, iludindo as massas com tais discursos.

Nesse sentido, fazemos a seguinte indagação: qual é a sua proposta para as políticas sociais, qual é o lugar da política de Assistência Social neste modelo neodesenvolvimentista?

A nosso ver, não há incompatibilidade entre a proposta neoliberal com relação aos direitos sociais e a proposta brasileira neodesenvolvimentista. Permanecem os processos estratégicos neoliberalizantes com relação às políticas sociais, não havendo rupturas, mas o aprofundamento desta ordem. Pereira (2012, p. 748) aborda as tendências hoje presentes na realidade brasileira, com relação às políticas sociais, e ressalta: direitização da política social, pelo imperativo do receituário neoliberal, monetarização da política social; laborização precária da política social; descidadanização da política social, à margem da participação social. Tais tendências se veem refletidas *na* e *pela* Política de Assistência, principalmente a que se refere à monetarização, cujo objetivo é transformar os pobres em cidadãos consumidores, compradores de produtos a prazo, já que aos possuidores do cartão do Programa Bolsa Família⁴⁷ é garantida uma renda mínima de subsistência. Os usuários do PBF constituem-se no público-alvo da política de Assistência Social cujas demandas são atendidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Há, entretanto, um paradoxo que se reflete em todas as demandas por direitos da política de Assistência Social: a centralidade no uso da focalização nos extremos pobres. Assim, a política termina por não abranger em sua totalidade os que dela necessitam, como prevê a LOAS, Lei nº 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993.

É importante problematizar a concepção de Assistência Social assumida pelos protagonistas e defensores da Assistência Social enquanto direito social, portanto, como política social pública. Nesse aspecto, a concepção é aquela que tenciona contraditoriamente a própria lógica de acumulação capitalista porque contraditoriamente protege os desiguais. Nessa tensão entre forças sociais distintas, podemos vislumbrar, segundo Pereira (1996, p. 40):

⁴⁷ O Programa Bolsa Família tem uma abrangência significativa, atingindo, em 2009, 12.370.915 de famílias brasileiras, cobrindo 90% das famílias pobres que estão no perfil do Bolsa, cuja renda estimada é de R\$ 140,00. Em 2012, esse número subiu para 13.394.983 famílias, cobrindo 58,47% da demanda cadastrada para o programa em 22.907.554. Em setembro de 2013 o Bolsa Família atendeu 13.841.665 famílias com o valor médio de R\$ 152,35. Na cidade de Fortaleza-CE, esse número correspondia, em setembro de 2013, a 196.524 famílias que receberam o valor médio de R\$ 137,30 (Disponível em: <www.mds.gov.br>).

[...] é possível vislumbrar duas modalidades de assistência social no modo de produção capitalista, embora uma seja o reverso da outra: uma, *stricto sensu*, capturada e fortemente manipulada pelos imperativos da rentabilidade econômica e, por isso, esvaziada de sua identificação com a justiça. Tal assistência é a negação dos valores defendidos pelo princípio da atenção às necessidades sociais, já que nem sequer tem garantias legais e institucionais que criem barreiras ao domínio crescente da acumulação sobre a equidade [...] É o que muitos chamam de assistencialismo por sua estreita associação com a noção de pobreza absoluta e com formas emergenciais de atendê-la; outra, *latu sensu*, que por estar respaldada tanto no movimento da sociedade quanto em garantias legais, integra efetivamente o projeto político das demais políticas de proteção social. Além disso, constitui a feição verdadeiramente social das políticas de bem-estar capitalistas por não descartar o pobre e impor limites à compulsão dessas políticas à elitização e à injustiça.

Na era neoliberal, neodesenvolvimentista, em que vivemos, qual dessas concepções estão hegemonicamente prevalecendo? A nosso ver, a seguridade, como um arcabouço integrado de políticas da saúde, previdência e assistência,] nessa conjuntura uma posição de se confrontam entre si, formando o que Mota (2008) destaca como uma unidade contraditória na medida em que na política de saúde e previdência amplia-se a mercantilização e a privatização, e, conseqüentemente, restringe o acesso aos benefícios; enquanto na assistência se amplia, como um novo fetiche de enfrentamento à desigualdade, focalizando os segmentos mais pobres, com centralidade para os programas de transferência de renda.

Nesse contexto, a burguesia brasileira subordina o Estado a seus interesses de classe, utilizando a proteção social como mais um nicho de mercado. Assim, segundo a autora, a tendência contemporânea, apesar da construção do Sistema Único de Assistência Social, é a privatização e assistencialização da proteção social, instituindo-se o cidadão consumidor e o cidadão pobre.

Assim, o que assistimos nesse momento é a hegemonia de uma tendência já abordada por Pereira (1996, p. 41-42), legitimando a concepção da assistência social *stricto sensu*, cujas características apresentadas por esta autora destacam-se por sua vocação “para o problema individual do despossuído, [...] cujo mínimo vital se vê ameaçado ou já atingiu níveis profundos de deterioração”; pela “função de manter a sobrevivência de vítimas terminais da supremacia do princípio da rentabilidade econômica sobre o da atenção às necessidades sociais”; por dedicar-se à especificidade de uma “clientela-limite e ser inespecífica no atendimento”, fazendo de tudo um pouco; por ser contingencial, eventual, incerta e dependente

dos azares do processo de acumulação; por ser “distributiva (e não redistributiva), pois seus gastos com os pobres não implicam no jogo de soma zero”, onerando os assalariados que são os que assumem o ônus das políticas de bem-estar.

A tendência acima destacada se acentua à medida que, nos dias atuais, presenciamos a continuidade da lei de responsabilidade fiscal, criada em 2001, que assegura o corte dos gastos sociais em nome da austeridade, para cumprir os compromissos com o mercado financeiro e sustentar a política econômica neoliberal, como é o caso do orçamento da seguridade social brasileira, em que há um mecanismo de retirada de seu orçamento, chamado Desvinculação de Receitas da União (DRU)⁴⁸, como bem observa Behring (2008, p. 163):

[...] Na verdade, mecanismos da atual política econômica como a DRU, entre 2002 e 2004, retiraram cerca de 45,2 bilhões de reais da seguridade, e apenas em 2006, 33,8 bilhões, segundo Boschetti (2006). Há um crescimento dos recursos para a seguridade, que se manteve variando entre 10% a 11% do PIB entre 2000 e 2005, o que tende a cair com a mudança da base de cálculo do PIB. Internamente há um crescimento da alocação de recursos na assistência social, que diz respeito aos benefícios e programas de transferência de renda, mas apenas 58,6% dos recursos são geridos pelo FNS, já que o programa Bolsa família fica fora do fundo, apesar de se localizar na função assistência. Do que fica no FNAS, 92% foram para os programas de transferência de renda e 8% para os demais programas (2006) – essa relação, segundo estudo de Boschetti ficou em: 90,9% e 9,1%, em 2007, e 91, 6% e 8,4%, no PL para 2008 [...].

Essa realidade estrutural atinge também as instancias locais, como os municípios brasileiros, e impacta sobremaneira a política de assistência social, como poderemos ver a partir da experiência no município de Fortaleza..

Ao analisar os recursos do FNAS, relativos ao exercício de 2010 (BRASIL, 2010), constata-se que sua destinação aos benefícios de transferência de renda (Bolsa família, BPC e renda mensal vitalícia) foi equivalente a R\$ 525.702.862,00, de um total de 534.721.999,02 repassados no ano 2011, do governo federal ao município de Fortaleza. Chama a atenção que o PAIF (Serviço de Proteção Básica às Famílias), neste mesmo ano, obteve o valor de R\$ 1.878.300,00, correspondente. Esses dados demonstram a centralidade dos

⁴⁸ A DRU dá mais liberdade para o governo distribuir os recursos das contribuições sociais. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo desvincular até 20% das receitas das contribuições sociais – excetuando as previdenciárias – para o orçamento fiscal. A partir de então, esses recursos podem ser usados, por exemplo, para o pagamento de juros da dívida (Fonte: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>).

recursos federais à transferência monetária e ainda incipiente destinação a programas complementares a essa política, como o PAIF e outros serviços executados nos CRAS, que tiveram menor alocação de recursos; observamos, *a priori*, as dificuldades com que estas unidades sobrevivem, sendo mantidas quase exclusivamente com recursos próprios dos municípios. Da mesma forma, observamos a dimensão das desigualdades das grandes metrópoles, e os riscos e contradições dessa tendência hegemônica contemporânea da centralidade das políticas nos programas de transferência de renda, ao mesmo tempo em que outros setores/programas/serviços da política de Assistência Social são menosprezados. Vejamos como ela se expressa no município de Fortaleza, alvo de atenção no próximo item.

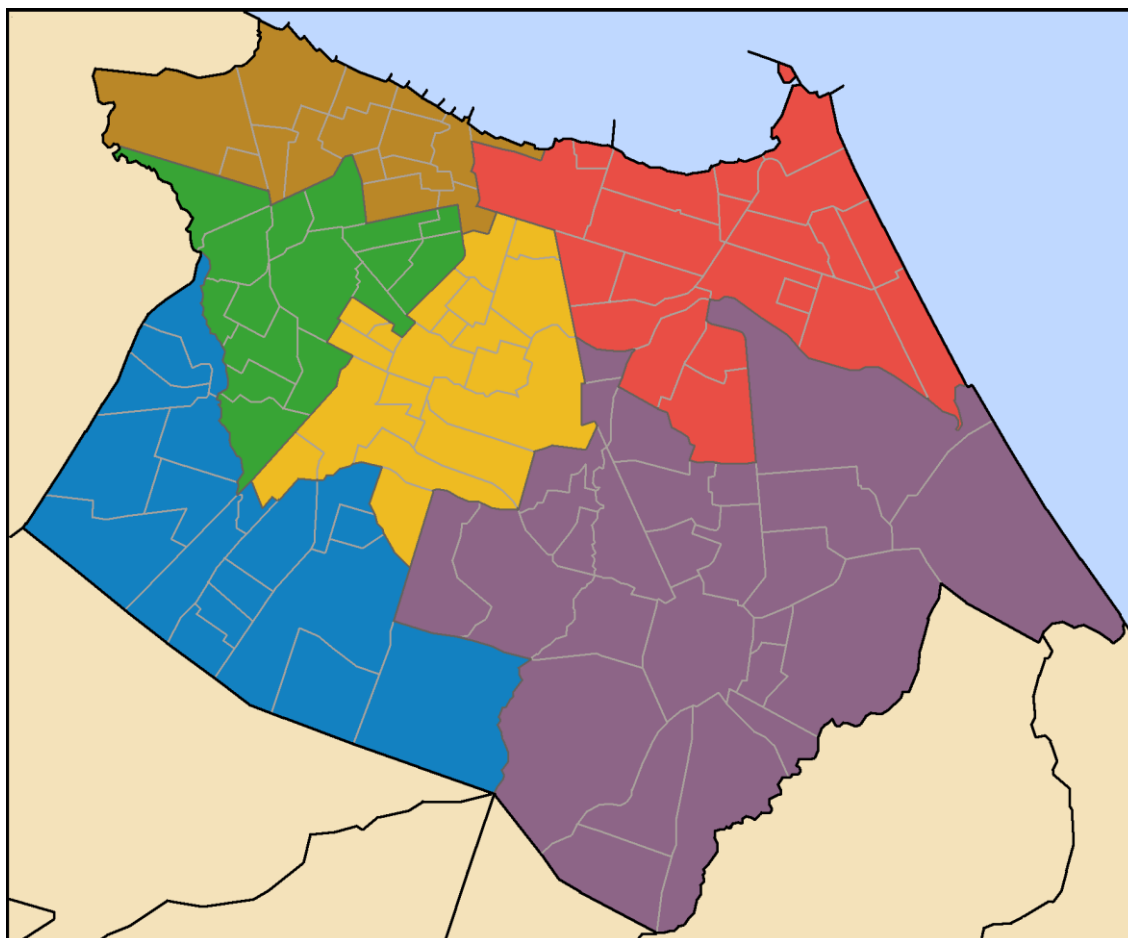
4.6 A política de Assistência Social no município de Fortaleza e os CRAS

4.6.1 Caracterização do município de Fortaleza

Fortaleza é a capital do estado do Ceará, composta por 119 bairros⁴⁹, distribuídos administrativamente, desde 1997, em seis Regionais, conforme mapa da cidade de Fortaleza. É também o lugar de referência e sede dos CRAS, assim como o lócus do trabalho dos Assistentes Sociais pesquisados.

⁴⁹ Bairros por Secretárias Executivas Regionais: **Regional I (15)**: Alagadiço, Álvaro Weyne, Arraial Moura Brasil, Barra do Ceará, Carlito Pamplona, Cristo Redentor, Farias Brito, Floresta, Jacarecanga, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Monte Castelo, Pirambú, Villa Ellery e Vila Velha; **Regional II (21)**: Aldeota, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, De Lourdes, Luciano Cavalcante, Dionísio Torres, Guararapes, Joaquim Távora, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauapé, Varjota, Vicente Pinzon; **Regional III (16)**: Amadeo Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bela Vista, Bonsucesso, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jóquei Club, Padre Andrade, Parque Araxá, Parquelândia, Pici, Presidente Kennedy, Quintino Cunha e Rodolfo Teófilo; **Regional IV (20)**: Aeroporto, Benfica, Bom Futuro, Couto Fernandes, Damas, Demócrito Rocha, Dendê, Fátima, Gentilândia, Itaóca, Itaperi, Jardim América, José Bonifácio, Montese, Pan-Americano, Parangaba, Parreão, Serrinha, Vila Pery e Vila União; **Regional V (18)**: Bom Jardim, Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibau, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Vila Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Parque Presidente Vargas, Parque Santa Rosa, Parque São José, Planalto Ayrton Senna, Prefeito José Walter e Siqueira; **Regional VI (29)**: Aerolândia, Alto da Balança, Ancuri, Barroso, Cajazeiras, Cambeba, Castelão, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras, Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajeru, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar, Lagoa Redonda Sapiranga, Mata Galinha, Messejana, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Paupina, Pedras, Sabiaguaba e São Bento (Fonte: Prefeitura de Fortaleza. Elaboração: IPECE).

MAPA DA CIDADE DE FORTALEZA-CE



Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2012. Legenda: **Regional I**, **Regional II**, **Regional III**, **Regional IV**, **Regional V**, **Regional VI**.

A cidade, organizada em seis regionais, possui área de 315 km², com população, segundo dados do IBGE de 2010, de 2.452.185 habitantes e densidade demográfica de 7.819 habitantes por km², sendo também a cidade brasileira mais densamente povoada, com índice de urbanização de 86,53%. Isso reflete a intensa migração dos habitantes do estado do Ceará para sua capital, Fortaleza; tendência que vem se observando desde os anos 1960. Várias são as causas desse intenso processo migratório, duas delas são de raízes estruturais, como a alta concentração fundiária no estado, e a falta de investimento público para convívio com as secas, próprias do clima semiárido, seco e quente e com distribuição de chuvas irregulares, chegando a média inferior às demais regiões do Brasil, onde o estado do Ceará tem 86,8% de seu território nessa ambiência climática.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Fortaleza, segundo dados do IBGE (2010), era de R\$ 37.106.309.000, ocupando a 9ª posição no Brasil e a 1ª no Nordeste, sendo que sua renda *per capita*⁵⁰, equivalente a R\$15.161,47, e se considerado o PIB por pessoa, é a menor do Brasil, equivalendo a R\$ 2.223,00. Fortaleza é detentora de 53% do PIB de todo o estado do Ceará, que em 2010, segundo IBGE, era de R\$ 74,94 bilhões. Suas atividades econômicas são predominantemente os serviços e a indústria, com o setor de serviços perfazendo 78% do total dessas atividades.

Aliado ao crescimento do PIB, Fortaleza é capital mais desigual do Nordeste, com 0,786 de IDH⁵¹ (PNUD, 2000). Mas um dado nos chamou atenção no final do ano de 2012, oriundo da Organização das Nações Unidas (ONU): o relatório *State of the World Cities*, cujos dados evidenciam Fortaleza como a quinta cidade mais desigual do mundo, com pior distribuição de renda, onde 7% dos mais ricos se apropriam de 26% da renda total do município. Dez bairros com menor renda média por habitante estão concentrados na Regional VI, cuja renda é de R\$ 239,25 para o mais pobre – o Conjunto Palmeiras –, e os dez bairros mais ricos, com renda de R\$ 3.659,54 para o mais rico – o Meireles. Ainda esse relatório aponta 134.000 pessoas vivendo na extrema pobreza, com menos de R\$ 70,00 por mês. Segundo o Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza tem 40,11% da população vivendo em situação de pobreza, com renda *per capita* de ½ s.m. Os dados educacionais, conforme o Censo de 2010 do IBGE, apontam que 50% dos analfabetos da cidade estão concentrados nos bairros da Regional V e VI⁵², bairros considerados os mais pobres da cidade.

A violência no município é apontada com dados consideráveis, cuja raiz estrutural reside na extrema desigualdade. Fortaleza é a capital, dentre as 50 metrópoles analisadas, segundo relatório do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal – uma organização não governamental (ONG)⁵³ sediada no

⁵⁰ A renda *per capita* é um indicador que consiste em avaliar o grau de desenvolvimento econômico e social de um país ou região consistindo na soma de todos os rendimentos salariais de toda a população dividido pelo número de habitantes.

⁵¹ O IDH é calculado com base nos indicadores de educação (taxas de alfabetização e matrícula), renda (PIB *per capita*) e longevidade.

⁵² Dados extraídos do Relatório de 2011, do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais do Estado do Ceará (IPECE).

⁵³ Dados extraídos do jornal *O Povo*, em 01/03/2013.

México que, desde 2002, analisa políticas públicas, impunidade, narcotráfico, sequestro e segurança, indica como a 13ª cidade mais violenta do mundo.

No Brasil, é a quarta cidade com maior número de homicídios, aumentando em 47% os crimes de 2011 a 2012. O medo se instala na população de um modo geral, pois em dez anos subiu em 80% o número de homicídios na cidade, aumentando as alternativas individualistas da classe média e alta em buscar segurança pessoal particular em empresas de vigilância eletrônica.

Nem mesmo os equipamentos sociais públicos são isentos da violência na cidade. No processo da pesquisa com os Assistentes Sociais dos CRAS, houve relatos de vivência dos profissionais, como assaltos constantes. Na segunda visita, no processo da observação direta e entrevista com o Assistente Social, a mesma teve de ser realizada na sede da Regional, pois o guarda do CRAS havia sido baleado com uma bala perdida, e em protesto tinham fechado o equipamento para discutir com que estratégias o poder público garantiria a segurança no trabalho dos profissionais. Dois dias depois o CRAS reabriu.

4.6.2 Política de Assistência no município de Fortaleza

A implementação da Política de Assistência Social em Fortaleza, como ação da política municipal, data dos anos de 1970, quando da criação da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), órgão responsável pela gestão dessa política durante 15 anos. A referida fundação desenvolvia ações de cunho assistencialista, com doações de auxílios materiais às famílias pobres da cidade. Em finais dos anos 1980, a FSSF foi extinta e foi criada a Superintendência do Serviço Social de Fortaleza, com as mesmas atividades e dotadas de autonomia administrativa e financeira por ser ambas de natureza autárquica. A superintendência foi responsável pela gestão da Política de Assistência até 1990, quando o então Prefeito Juracy Magalhães, que governou a cidade de 1990 a 1993 e de 1997 a 2004, criou a SETAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social) e, no segundo mandato, em 1997, realizou uma reforma administrativa, na qual extinguiu a fundação e criou uma secretaria que unificava as áreas da Educação e da Assistência Social, perdendo a Assistência autonomia administrativa e financeira, reduzindo-se a uma coordenadoria de Assistência e Trabalho.

Esse processo gerou manifestações da categoria dos Assistentes Sociais, trabalhadores da SETAS contrários à sua extinção, mobilizados pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS-CE). Contudo, o governo se demonstrou insensível, não havendo negociação entre as partes, e a reforma foi aprovada na Câmara Municipal em sua integralidade. Em 1998, o mesmo prefeito criou uma coordenadoria específica da Assistência Social, ligada à Secretaria de Educação do município, assim permanecendo até a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), em 2007, sob forte articulação do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Regional de Serviço Social e do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará.

No ano de 2005, a gestão da cidade de Fortaleza passou a ser liderada por Luizianne Lins, representante do Partido dos Trabalhadores, que assumiu um compromisso político de criar a Secretaria de Assistência Social, em consonância com a intensa discussão que ocorria no país, no processo de construção da Política Nacional de Assistência Social, no então governo Lula.

A proposta da gestão se apresentava como perspectiva de ruptura com a forma de organização política da gestão anterior, marcadamente clientelista. Em 2007, foi criada a Secretaria de Assistência Social através da Lei Complementar nº 39, de 10 de julho de 2007, publicada no *Diário Oficial* do município, em 13 de julho de 2007. Sua estruturação acompanha a estrutura da proteção social prevista na Política Nacional, ou seja: com as coordenadorias de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Coordenação do Cadastro Único/ Bolsa Família, Coordenadoria de Gestão do SUAS, Coordenadoria Administrativo-financeira e o Gabinete da Secretaria.

Vários equipamentos sociais foram implantados neste período desde o início da referida gestão, como três Centros de Referência Especializados (CREAS), o Centro de Atendimento à População de Rua (Centro-Pop), a Casa de Passagem. Com relação à Proteção Social Básica, ocorreu a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), passando de 8 para 24 unidades, distribuídos nos bairros mais pobres de Fortaleza. O quadro de trabalhadores foi ampliado, passando de 200 trabalhadores no ano de 2002 para 1.265 profissionais⁵⁴ em 2012, dos quais 369 são profissionais de nível superior, destes, 150 são

Assistentes Sociais, entre os quais, apenas 38 são profissionais servidores concursados, representando 25%. Este dado, no entanto, nos chama atenção e deixa ver que o vínculo precário de trabalho pode comprometer os serviços da política, pois são profissionais terceirizados. Nesse caso, a gestão municipal não acompanhou a orientação da Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos, no que diz respeito à realização de concursos públicos. Com diversas contradições próprias, advindas da estrutura da sociedade pautada na mundialização do capital em crise, e suas políticas sociais neoliberalizantes, focalizadas na pobreza extrema, a construção da SEMAS representou um esforço na construção da política de Assistência Social como um direito, em uma cidade marcadamente desigual.

O referido esforço pode ser identificado no reconhecimento de Assistentes Sociais que participaram do processo de pesquisa, pois a compreendem como um avanço. No entanto, pontuam as fragilidades a que estão submetidas, tanto pelas formas de contratação vínculo terceirizado como pelas imensas dificuldades no processo de trabalho, em decorrência das condições estruturais em que a política se apresenta.

“Acho que a assistência ela deveria dar mais condições pra que a gente possa atuar melhor, com mais recursos dentro do nosso município. Com mais alternativas, com recursos que garanta a qualidade do trabalho” (Assistente Social nº 2).

“A Política de Assistência Social ainda não consegue viabilizar os direitos que estão preditos nela. E a gente enquanto profissional muitas vezes se angustia, pois a gente ver que aquela família, aquele usuário, era para ontem aquilo que ele está solicitando. E muitas vezes a gente esbarra no burocratismo e na falta de recursos para possibilitar direitos” (Assistente Social nº 1).

“Eu acho que avançou bastante a política de Assistência Social. E assim... Não sei agora com esta mudança de gestão. Acho que muito foi feito na gestão anterior. A própria criação da Secretaria (SEMAS), que foi desvinculada, deixando de ser apenas uma coordenação e passou a ser uma Secretaria. Então isso tem um peso muito grande. Porque se não me engano era apenas Fortaleza e outra capital que não tinha uma Secretaria. A Assistência Social é muito relevante para ficar com apenas uma coordenação. Até em municípios que não são metrópoles tinham suas Secretarias estruturadas. Então, era muito deficiente. Eu avalio que melhorou bastante, mas que a Assistência Social continua sendo a “prima pobre”. É a que recebe menos recursos” (Assistente Social nº 4).

“Atualmente estamos vivendo um período de transição de gestão e está faltando (benefícios eventuais). E a alegativa é que os contratos anteriores foram encerrados e agora estão sendo feitas Licitações. E até enquanto isso não for resolvido, o usuário se vire. Então, qual a minha leitura? É que a Assistência Social não é prioridade. Ela continua não sendo um direito

efetivo. Ela está na lei, mas ainda existe uma luta muito grande para ser travada. É caráter de emergência. É fome! Portanto, a Assistência Social é um direito fictício, está só no papel” (Assistente Social n° 12).

“A Política de Assistência avançou, mas ela ainda aparece muito frágil. Tenho a impressão que seus recursos estão somente nos programas de transferência de renda. É muito frágil as condições de trabalhos e os próprios direitos, como os programas e serviços que ela oferece para os usuários” (Assistente Social n° 11).

Algumas falas ressaltam o esforço da gestão municipal anterior em construir, tomando como referencia o pouco que existia de ações relacionadas à política de Assistência Social. No entanto, o esforço reconhecido vem sendo desconstruído pela gestão atual do novo prefeito, Roberto Cláudio, que em seu primeiro dia de governo extinguiu a SEMAS e criou uma Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome⁵⁵, colocando como secretário um professor, ex-reitor do IFET, com formação básica em química. Inicialmente, iria demitir todos os trabalhadores dos CRAS e CREAS, sob o discurso de que estavam irregulares em seus contratos terceirizados, e iria fazer uma seleção pública que, por sua vez, foi adiada para dezembro de 2013. Foi neste ambiente de incertezas profissionais que foram realizadas as entrevistas com os Assistentes Sociais, que deixavam transparecer o pulsar em cada uma, quanto às contradições dessa conjuntura política adversa, como pode ser constatado a seguir:

“Eu estou muito preocupada com os rumos, quais os caminhos que a política vai ter dentro de Fortaleza. A gente vinha de uma gestão em que... acredito que realmente tava fazendo uma diferença. Que tentava realmente colocar em prática muito o que prevê. E assim eu não estou conseguindo enxergar, nessa gestão, pelo menos até agora, isso... Eu acredito que a gente vá passar por uma fragilização do projeto, no intuito de que agora a demanda que eles vão priorizar é o trabalho e a segurança alimentar que estão dentro da mesma secretaria, com objetivos específicos. Pelo menos até então, nesses primeiros quatro meses eu senti uma quebra em detrimento da nova gestão” (Assistente Social n° 9).

⁵⁵ No dia 2 de janeiro de 2013, o CRESS mobilizou a categoria para se fazer presente na Câmara de Vereadores de Fortaleza, para se manifestarem contrários à proposta da reforma administrativa apresentada pelo prefeito Roberto Cláudio, recém-empossado, ou seja, no dia anterior. Com relação à política de Assistência Social, a proposta foi a de suprimi-la do título que daria nome à Secretaria, que passou a ser denominada SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E COMBATE À FOME. A defesa da categoria era a de garantir a centralidade da Assistência em sua denominação, assim como de suas ações em relação à política. Apesar dos esforços de esclarecimentos junto aos vereadores, estes aprovaram a reforma na sua integralidade. A partir de então, a Secretaria passou a ser conduzida por profissionais sem qualquer identidade com a luta histórica em defesa da Assistência Social no município.

“A gente vinha de uma gestão mais democrática que discutia e planejava os trabalhos da equipe, agora o que presenciamos é muita desconstrução. Não sabemos se vamos ficar trabalhando. Fala-se de seleção pública, mas não de concurso” (Assistente Social nº 14).

“É ainda tão recente que pra ser sincera, eu sempre digo que a nova gestão ainda não conseguiu a definir o que é que ela está se propondo. A gente está vendo as primeiras propostas e não sabemos como vai ser isso. aliado a essas outras redefinições e sem contar mesmo questões de caráter mesmo político que ninguém sabe em que pé vai ficar. A contar a mudança da SEMAS ficou Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na antiga gestão era somente Assistência Social, esse ano eles já trouxeram a segurança alimentar. Muitos profissionais compartilham desse sentimento : a assistência regredir. Em detrimento dessas outras políticas. Esse secretário que está aí tem uma fala extremamente voltada para o trabalho, para o emprego, noto que também é o emprego precário para os pobres” (Assistente Social nº 10).

4.6.3 Os Centros de Referência da Assistência Social em Fortaleza-CE: espaços de construção, problematização e acesso aos direitos?

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial localizado em áreas de maior desigualdade social, abrangendo um total de até 5.000 famílias/ano. No município de Fortaleza, existem 24 CRAS, com meta de atendimento de 115.000 famílias/ano, localizados em todo o território do município, em bairros com o menor IDH. Os bairros onde se situam os CRAS são: Pirambu, Barra do Ceará, Mucuripe, Serviluz, São João do Tauape (Lagamar), Praia do Futuro, Quintino Cunha, Bela Vista, Vila União, Serrinha, Couto Fernandes, Granja Portugal, Bom Jardim, Mondubim, Genibaú, Conjunto Esperança, Conjunto Alvorada, Jardim das Oliveiras, Castelão e João Paulo II. Esses bairros estão distribuídos nas seis regionais administrativas da cidade.

Os CRAS são unidades que devem obedecer a critérios espaciais, territorializados conforme o porte de cada município, com capacidade mínima definida. Considerando as indicações da PNAS, o município de pequeno porte I, aquele com população de 20.000 habitantes (até 5.000 famílias), deve ter no mínimo 1 CRAS para atendimento de até 2.500 famílias; o de pequeno porte II, cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 famílias), deve ter no mínimo 1 CRAS para até 3.500 famílias; o de médio porte, com população entre 50.001 e 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias), deve ter no mínimo 2 CRAS, sendo cada um para atendimento de até 5.000 famílias.

À medida que amplia o porte do município, amplia-se também a exigência quanto ao número de CRAS, sempre com o limite de atendimento de até 5.000 famílias em cada um deles, ou seja: o de grande porte, mínimo de 4 CRAS, e nas metrópoles, mínimo de 8 (BRASIL, 2004). Como principal equipamento social da Proteção Social Básica, os CRAS em Fortaleza estão, enquanto concepção, em sintonia com as diretrizes gerais do SUAS, desenvolvendo as seguintes ações: Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Jovens e Idosos; concessão de benefícios eventuais; projeto de inclusão produtiva para mulheres do Bolsa Família; gestão do Bolsa Família e Cadastro Único; ações de segurança alimentar e nutricional.

Dentre as ações, o PAIF é o Serviço de Proteção Social Básica, cuja finalidade reside na perspectiva de prevenção às desigualdades, tendo a centralidade na família como objetivo central, cujas ações estão elencadas no Plano Municipal de Assistência Social.

Atendimento a família visando à construção de uma relação de confiança e credibilidade, possibilitando a criação e fortalecimento do vínculo entre o serviço e a família; Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar que possa servir de referência para a equipe dos CRAS e a família na busca de superação das demandas identificadas; articulação e estabelecimento de um fluxo de encaminhamento com a rede de serviços a fim de garantir o atendimento das demandas das famílias; Atividades coletivas através de Serviços Socioeducativos com grupos [...] (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2010, p. 131).

Os serviços da proteção social básica, cujos objetivos, segundo PNAS, são fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários, prevenção de risco pessoal e social, realizados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, enquanto grande metrópole, encontra-se no porte III; como existem 24 CRAS referenciados, cada um com 5.000 famílias, totaliza uma abrangência de cobertura de 115.000 famílias.

Segundo a PNAD de 2009, existia em Fortaleza 192.767 famílias pobres, no perfil do Bolsa Família, e 306.811 famílias pobres no perfil do Cadastro Único. Segundo esses dados oficiais, seriam necessários para abranger a totalidade de famílias pobres aos serviços de proteção básica executados nessas unidades no mínimo o dobro de CRAS existentes.

4.6.4 Serviços, programas e projetos desenvolvidos nos CRAS de Fortaleza-CE

Os serviços, programas e projetos desenvolvidos nos 24 CRAS do município de Fortaleza estão elencados nas seguintes atividades:⁵⁶

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): considerado o principal serviço de proteção social básica, ao qual todos os outros serviços devem se articular, com o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária. Para isso, o PAIF desenvolve atividades de acolhida, informação, orientação, promoção, acesso à renda e de acompanhamento socioassistencial às famílias, realizando as seguintes atividades: acompanhamento familiar, que no âmbito do SUAS é definido como “conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias”⁵⁷

Assim, o programa tem como recomendação as famílias prioritariamente atendidas, quais sejam:

- Famílias contrarreferenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), após trabalho realizado pelo PAEFI (Serviço de Proteção e Acompanhamento Especializado de Famílias e Indivíduos), da Proteção Social Especial;
- Famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de até 18 anos fora da escola;
- Famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) decorre de situações de vulnerabilidade social;
- Famílias do plano Brasil sem Miséria (famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 70,00); e
- Demais famílias que, segundo avaliação dos profissionais, requerem processo de acompanhamento familiar para o desenvolvimento de

⁵⁶ As atividades desenvolvidas nos CRAS foram elencadas e analisadas tomando como referência o ano de 2012, quando da gestão da prefeita Luizianne Lins e da secretária da SEMAS Elaene Rodrigues. As entrevistas foram realizadas no início de 2013, já na gestão do prefeito Roberto Cláudio, quando algumas medidas de extinção de órgãos já havia ocorrido.

⁵⁷ BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. Artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Resolução n^o 07, de 10 de setembro de 2009, Brasília, MDS, 2009.

capacidades, acesso a direitos, proteção de um ou mais de seus membros, bem como superação das situações de vulnerabilidade vivenciadas.

2. Programa municipal de Atendimento Básico à Pessoa Idosa (PABI): objetiva garantir o atendimento à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social. Os idosos participam de cursos e atividades culturais, recreativas, atividades de arte, de lazer e de geração de renda. O programa ainda tem como objetivo estimular a autonomia e a participação da pessoa idosa, como sujeito de direitos, tornando as relações familiares, sociais e comunitárias mais fortes, através da arte, da cultura e do lazer.

Existem outras atividades desenvolvidas nos CRAS, como:

- **Rede de atendimento descentralizado para o Cadastro Único**⁵⁸;
- **Mobilização para as turmas do próximo passo**, programa que qualifica profissionalmente em Turismo e Construção Civil integrantes de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família;
- **Mobilização para o projeto de inclusão produtiva para mulheres do Bolsa Família**, que objetiva promover atividades de geração de trabalho e renda para as mulheres, organizando produtivamente, criando grupos de autogestão, com 12 unidades produtivas;
- **Ações da Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional**, realizadas nos CRAS por meio de oficinas de educação alimentar e nutricional, monitoramento da qualidade da alimentação servida, rodas de conversas nos núcleos de participação popular, estimulando as práticas de alimentos saudáveis, adequados e sustentáveis;
- **Serviços de concessão de benefícios eventuais**, como serviço funeral, *kit* enxoval, passagens para ônibus intermunicipais e interestaduais e cesta básica;
- **Núcleos de participação popular.**

⁵⁸ O Cadastro Único é um sistema de informações sobre as condições sociais e econômicas de famílias com renda, por pessoa, de até metade do salário-mínimo, ou renda total da família de até três salários-mínimos. No município, são os seguintes benefícios que para acessá-los deve estar o usuário cadastrado: Programa Bolsa Família, carteira nacional do idoso, gratuidade no transporte urbano de Fortaleza para pessoas com deficiência, Projovem Adolescente, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, isenção para concursos públicos e vestibulares, tarifa social de energia elétrica, obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carteira nacional de habilitação popular, benefício variável jovem.

Os núcleos de participação popular têm como objetivo envolver o público usuário da Política de Assistência Social em Fortaleza, ampliando a formação política desses sujeitos, fortalecendo o controle social e contribuindo no processo de participação popular dos usuários e usuárias. Tais núcleos estão instituídos nos 24 CRAS e no núcleo de atendimento à população de rua (CAPR). Para o planejamento das atividades dos núcleos foi instituído um GT de Participação Popular. Havia também uma assessoria, ligada ao Gabinete da SEMAS, de Política e Participação Popular, sendo uma de suas atividades executar a coordenação dos núcleos de participação popular.

Os NUPS tiveram origem a partir de um projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, discutido e deliberado na Conferência Municipal de Assistência Social, em 2008. A proposta tinha a finalidade de substituir os antigos Conselhos Locais de Assistência, à época desarticulados e em funcionamento, apenas, em duas unidades dos CRAS. No início, o projeto foi implantado em 8 CRAS, e até 2012 já havia se expandido para todos os 24 CRAS existentes no município, com o objetivo de fortalecer o processo da participação da sociedade na gestão pública. A dinâmica se efetiva a partir da realização de reuniões mensais com usuários de todos os serviços e programas demandados pelas unidades, que abordam temáticas distintas relacionadas com a política de assistência social, com o papel do Estado e da sociedade, entre as quais: a política de assistência social como política de direito e a formação do Estado Democrático, problematizando o conceito de família/gênero e avaliação dos serviços, planejamento das atividades dos CRAS junto aos usuários, entre outros. Os referidos núcleos foram importantes, inclusive, na discussão sobre a eleição da nova diretoria, em dezembro de 2010, discutindo o que representa o controle social e a participação dos usuários na diretoria. Com a reformulação da lei que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social, em 2008, os usuários da política passaram a ter 4 assentos na diretoria do referido conselho.

A Assistência Social, nessa conjuntura de precarização do trabalho, desemprego estrutural e aumento da pobreza relativa e absoluta, está se constituindo, como já analisamos, em política social que toma uma centralidade, dentre as outras, da seguridade, como saúde, previdência. No entanto, essa centralidade está nos programas de transferência de renda que contraditoriamente estão favorecendo o consumo, e atende às necessidades imediatas da população,

preservando assim a dinâmica capitalista. Em Fortaleza, analisando os serviços, projetos e programas desenvolvidos pelos CRAS essa tendência se repete. Na análise dos recursos financeiros destinados a essa política no município, 94% são recursos para os programas de transferência de renda, sobrando então 6% para os demais serviços; estes executados, principalmente na atenção básica, nos CRAS. Isso denota a fragilidade na cobertura do atendimento desses direitos, podendo, segundo Bering (2008), o SUAS se tornar um imenso plantão de gestão da pobreza. A mesma autora ressalta que a contradição é uma categoria fundamental na análise da realidade social, assim, os CRAS podem vir a se constituírem nichos de resistência ao incorporarem propostas de mobilização social e educação popular.

Pensamos, ao analisar os núcleos de participação popular, na experiência construída nos anos de 2009 a 2012, no âmbito da política de Assistência Social no município de Fortaleza, desenvolvido nos CRAS, que houve uma tendência, contra-hegemônica, gestada pelo grupo que estava à frente da Secretaria de Assistência Social, desde 2007 até 2012. A tendência contra-hegemônica justifica-se pela perspectiva de colocar a educação popular como princípio das ações do referido Núcleo. Compreendendo a Educação Popular como um espaço e uma ferramenta educativa destinada a potencializar a capacidade de grupos populares para se converterem em sujeitos de seu próprio processo educativo. Nesse sentido, se dispõe a contribuir para a transformação social, na construção de uma nova sociedade, tendo a ação como princípio orientador, sua relação com os movimentos sociais, com os conteúdos que partem da realidade e das necessidades dos grupos populares, valorizando as experiências, o saber e a cultura popular. A EP define-se como modelo educativo democrático, buscando romper com o verticalismo, o autoritarismo e, particularmente, com a prática bancária na relação pedagógica. É processo integral que rompe com a fragmentação e o divórcio entre teoria/prática, educação/realidade, educação/política, entre o local e o nacional e requer sistematização e investigação.

Tendo a educação popular como princípio norteador das ações desenvolvidas nos CRAS⁵⁹, a Assistência não pode ser vista fora das relações

⁵⁹ Nas entrevistas concedidas pelas profissionais dos CRAS de Fortaleza, 8 delas relataram a importância dos Núcleos de Educação Popular nos seus processos de trabalho, principalmente no processo de mobilização da comunidade, e lamentaram sua extinção com a chegada da nova gestão municipal.

sociais, mas observando e problematizando suas contradições com relação à economia e à luta de classes.

Assim, como os Assistentes Sociais pesquisados compreendem essa dinâmica? Como veem seus trabalhos profissionais nessa imbricada realidade contraditória? Como a percebem nas diversas ações profissionais? A compreensão sobre as respostas a essas indagações serão problematizadas a seguir, no próximo capítulo, tomando como referência os relatos de Assistentes Sociais a partir seu trabalho cotidiano desenvolvido nos CRAS de Fortaleza-CE.

5 O TRABALHO PROFISIONAL DOS ASSISTENTES NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRADIÇÕES PRESENTES E MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS

Em capítulos anteriores, já abordamos a dimensão ontológica do trabalho como construtor da sociabilidade humana, e como o mesmo se estrutura na sociabilidade do capital para pensar a intervenção do Assistente Social nos Centros de Referência da Assistência Social, enquanto processo de trabalho. Foram contextualizadas as regulações sociais estabelecidas entre o Estado e a Sociedade, de modo a situar a Política Social, em especial a Política de Assistência Social, como espaço de mediação fundamental do trabalho dos Assistentes Sociais ouvidos durante o processo da presente elaboração.

Para tanto, faz-se necessário contextualizarmos a perspectiva teórico-metodológica que subsidia a formação dos referidos profissionais, assim como fazemos uma incursão histórica para identificar como tal perspectiva permeou a profissão, situando suas contradições conjunturais e estruturais. Recorremos, assim, à afirmação de Netto (2009, p. 691).

Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas, tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”.

Enquanto categoria, a mediação é fundamental para que os Assistentes Sociais apreendam o desvelamento do real em suas múltiplas determinações e contradições. Oliveira (1988, p. 79) ressalta que para analisar uma realidade concreta faz-se importante lançar mão de certos instrumentos, que podem ser representados por categorias entendidas como “conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações”. Assim, por meio de categorias dialéticas, o profissional pode direcionar o seu trabalho a partir tanto de uma dimensão crítica como alienada.

É na dialética entre o universal e o singular que podemos desvelar o conhecimento do modo de ser do ser social. Lukács chama essa dialética de *particularidade*, caracterizada como um campo de mediações. Assim, através do *campo de mediações*, são possíveis as aproximações sucessivas ao real, superando a imediatividade que permeia a singularidade do ser social, desvelando o real em suas determinações e contradições. “O particular é a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (LUKÁCS, 1978, p. 93); opera no âmbito do ser social entre a vida singular de cada homem e sua vivência humano-genérica.

Os nexos que imprimem a relação entre o singular, o universal e o particular constituem-se em mediações, pois a aproximação dialética do conhecimento da singularidade ocorre nas múltiplas relações com a particularidade e a universalidade. O movimento dialético da realidade é refletido no pensamento humano através de impulso do singular para o universal, e deste para o singular, o que caracteriza as tensões entre os polos. No entanto, para se chegar a este movimento são necessários os meios mediadores. Assim, o particular é o meio mediador, o reflexo científico da realidade objetiva, que interliga a singularidade com a universalidade. Lukács (1978, p. 112) ressalta que “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular: ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado”.

Ou seja, as relações entre os homens não são relações puramente pessoais, entre simples indivíduos, mas relações mediatizadas pelo particular, por relações de classe. Os homens são seres singulares e universais, mediatizados pela sociabilidade de sua existência enquanto sujeitos coletivos.

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente de suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidade) ocultas na imediatividade são postas à luz (LUKÁCS, 1978, p. 106).

Nesse sentido, para compreender as mediações é necessário a apreensão da totalidade concreta, que é histórica, contraditória e rica de múltiplas determinações do real em suas conjunturas determinadas, que se expressam na

sociedade burguesa em suas relações econômicas, políticas e culturais. Compreender que os fatos singulares da imediatividade da vida, do cotidiano profissional por si só não dão conta para entendermos a realidade em sua complexidade, é necessário um campo de mediações que os interligue à totalidade. Os profissionais, no seu campo de intervenção, apesar de não produzirem teoria, articulam os conhecimentos do projeto profissional formativo e, no âmbito da realidade, através de mediações, intervêm no real em uma perspectiva de totalidade. Como ressalta Montaña (2000b, p. 19):

o profissional de campo não produz teoria, mas – usando criticamente os conhecimentos teóricos já acumulados para explicar a estrutura e dinâmica do fenômeno com o qual se enfrenta, em uma perspectiva de totalidade, articulada a fenômenos mais amplos e complexos – elabora um conhecimento situacional (diagnóstico) para intervir crítica e efetivamente nos processos, então esta atividade não é subordinada ou subalterna a atividade ‘científica’, elas se comportam como complementares.

Só assim compreenderemos as mediações postas ao trabalho profissional, situando como estes profissionais apreendem os processos de trabalho, como portadores de uma teleologia e causalidade que implicam decisões e posições na busca dos fins e meios onde estão postas as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

5.1 A aproximação do Serviço Social brasileiro com a perspectiva histórico-crítica

As primeiras iniciativas de ruptura com o Serviço Social tradicional iniciaram-se no final dos anos 1950, quando a América Latina vivia processos de contestações populares, impulsionados pela crítica ao imperialismo e pela influência da revolução cubana no continente. Esse movimento é abortado com as inúmeras tentativas de golpe na América Latina, inclusive no Brasil, em 1964.

Tais movimentos foram impulsionados pela conjuntura de crescimento econômico nas metrópoles capitalistas e exacerbação das desigualdades nos países periféricos coloniais. O crescimento econômico, das décadas de 1950/1960, do capitalismo central, sob a economia taylorista-fordista keynesiana, não favoreceu as economias de capitalismo periférico, corroborando, conforme observa Mandel (1988)

que tal crescimento favoreceu a acumulação e concentração do capital monopolista, expondo o desenvolvimento desigual e combinado próprio da lógica de acumulação capitalista. Assim, as condições sócio-históricas que possibilitaram a ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social, pautado em uma prática profissional de atrelamento e controle moral e ideológico da classe trabalhadora, têm sua gênese no estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

O período de expansão do capital, pós Segunda Guerra Mundial, sob o processo de monopolização, engendra pelo alargamento do Estado com ampliação da oferta de políticas sociais e de espaços no mercado de trabalho profissional aos Assistentes Sociais, que se consolida nos anos 1950/60. No entanto, esse padrão de crescimento econômico do capital monopolista exauriu-se no final dos anos 1950, nos países centrais, repercutindo nos países capitalistas periféricos, causando tensões nas relações sociais, que tiveram como pauta as reivindicações da classe trabalhadora. O Serviço Social sofreu as inflexões desse período histórico e passou a vivenciar um processo de reação ao conservadorismo, a partir do questionamento ao arranjo teórico e à prática profissional do Serviço Social tradicional, com o movimento da reconceituação na América Latina.

Assim, a renovação do Serviço Social brasileiro sofreu as inflexões da conjuntura política de contestações populares e questionamento à ordem social capitalista, impulsionando inúmeros desdobramentos no exercício e na formação dos Assistentes Sociais brasileiros.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da sua assunção do contributo de tendência do pensamento contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 1994, p. 131).

A renovação possibilitou a construção de um pluralismo profissional, conferindo legitimidade prática e validação teórica com diferentes matrizes teóricas. Para Netto (1994), a renovação representa um avanço profissional, mesmo que as concepções herdadas do passado não sejam postas medularmente em causa. Ela proporcionou um esforço de instalação do pluralismo teórico, ideológico e político, deslocando o monolitismo presente no Serviço Social tradicional, aproximando-se

das ciências sociais, inserindo-o na interlocução acadêmica, tentando romper sua subalternidade intelectual inferida por ser uma profissão meramente interventiva.

Um marco também analisado pelo referido autor e que trouxe desdobramentos importantes no questionamento do Serviço Social conservador foi a emergência, nesse período, de uma vanguarda profissional inserida na vida acadêmica, que se voltou para a investigação e para a pesquisa no âmbito do Serviço Social.

Outro determinante fundamental no processo de erosão do Serviço Social tradicional foi a inserção profissional, nos anos 1950/1960, em práticas relacionadas ao desenvolvimento de comunidade, que sensibilizou os profissionais a se voltarem para questões macrossociais e possibilitou o contato com equipes multiprofissionais. Marco reforçado no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1962, quando o Desenvolvimento de Comunidade passou a ser considerado ação preferencial do exercício profissional em sintonia com as demandas da sociedade brasileira que, à época, encontrava-se sob a ótica do desenvolvimentismo⁶⁰. O Desenvolvimento de Comunidade, além de possibilitar a interlocução dos assistentes sociais com outros profissionais, também possibilitou sua inserção com grupos de populações politicamente organizados, destacadamente da Igreja progressista⁶¹, desgarrando-se da hegemonia quase absoluta da Igreja conservadora que lhe deu origem.

⁶⁰ Para Arturo Escobar (1998), a ideia de *desenvolvimento* iniciou-se em fins da década de 1940, com a criação do sistema das Nações Unidas, do Banco Mundial e da hegemonia crescente dos Estados Unidos na geopolítica mundial. O desenvolvimento associou-se ao “progresso” como um processo irreversível. Os que não tivessem acesso ao desenvolvimento seriam pessoas, culturas e sociedades *subdesenvolvidas*, em um estágio “inferior” de evolução e valores. Para isso, seria necessário a *promoção de mudanças*, para introduzir-lhes os valores considerados “modernos”, cujo acesso viria com a resolução da pobreza. A pobreza começou a ser percebida por uma visão da *teoria do desenvolvimento*, tendo intrínseca relação com a sua “descoberta”, que deixa de ser considerada como causa genética e passa a ser produto de inferioridade cultural. Tal questão foi colocada pelas elites imperialistas para ideologicamente dominar os países subdesenvolvidos com a ideologia do desenvolvimentismo. Para isso, foi necessário defini-la e, em 1948, o Banco Mundial qualificou o que são considerados países pobres: seriam aqueles países com renda *per capita* inferior a 100 dólares. Assim, dois terços da humanidade foram transformados em sujeitos pobres. A estratégia seria expandir os mercados capitalistas, controlando os países e seus recursos. A ideologia desenvolvimentista sustentava que seria necessário desenvolver através da industrialização e do planejamento os países subdesenvolvidos para alcançar o desenvolvimento capitalista. O Desenvolvimento de Comunidade funcionou como uma estratégia política dessa ordem. Escobar (1998) coloca ainda que as lutas latino-americanas de cunho nacionalistas, cujo objetivo era construir suas economias com maior autonomia sob o fomento estatal da industrialização, as lutas sindicais e o aumento da esquerda comunista, não interessavam ao poder imperialista americano. Coloca também que a Guerra Fria foi um dos fatores que mais contribuiu para a consolidação das estratégias de desenvolvimento.

⁶¹ A concepção de Igreja progressista, ou Igreja-povo, ação desenvolvida por setores da Igreja Católica não hegemônicos, legitima-se a partir do Concílio Vaticano III (1962-1965), da III Conferência do Episcopado Latino-Americano (Medelín, 1968) e do documento de Puebla (1979), colocando-se

O Desenvolvimento de Comunidade, como destaca Netto (1994), influenciou o exercício profissional dos Assistentes Sociais brasileiros em três vertentes distintas, que contribuíram para tencionar o conservadorismo.

Uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações tradicionais, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças sócio-econômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (NETTO, 1994, p. 140).

Tal ambiência questionadora estava sintonizada com a realidade conjuntural de superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina, que possibilitou a indagação do papel profissional do Assistente Social frente a seus compromissos profissionais com as classes sociais subalternas. A legitimidade de suas representações abriu as possibilidades de renovação do Serviço Social latino-americano e brasileiro. As vanguardas começaram a minar o Serviço Social tradicional, questionando suas bases conservadoras, e o Desenvolvimento de Comunidade foi a experiência favorecedora do aparecimento de tensionamentos com o objetivo de sintonizá-la às demandas sociais. Contudo, a burguesia fez uma opção conservadora de mudanças pela via ditatorial, impondo a derrota dos projetos alternativos democráticos, reformistas e revolucionários.

O marco desse movimento de renovação foi a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista. Porém, tal aproximação foi emblemática, porque o foi sem o apelo às fontes originais do marxismo, mas, sim, aos manuais de

como missão: construir uma teologia da Igreja que fosse baseada na “opção pelos pobres oprimidos”. Essa Teologia, assim denominada de Libertação, consistiu na proposta de construção de um novo modo de fazer teologia, tendo a práxis como elemento chave. Orienta-se para contribuir na formação dos movimentos sociais, com o objetivo de libertar-se das formas de opressão impostas pelo sistema capitalista. Segundo Gutiérrez (1984), representa um conjunto de ideias orientadoras de uma práxis de transformação da realidade latino-americana, quais sejam:

- reconhecimento da solidariedade da Igreja com a realidade particular da América Latina;
- ataque às injustiças, ao que foi denominado violência institucionalizada;
- prática de uma educação libertadora, que permita ao povo tornar-se dono de seu próprio destino;
- deflagração de um processo de libertação através da participação ativa dos oprimidos. Gutiérrez (1984) ressalta que a opção pelos pobres significa optar por uma classe contra outra, tomar consciência do fato do confronto entre classes sociais e tomar o partido dos despossuídos. Optar pelo pobre significa entrar no mundo da classe social explorada, de seus valores, de suas categorias culturais. Significa fazer-se solidário com seus interesses e suas lutas.

divulgação sob a influência neopositivista⁶². No caso brasileiro, pós 1964, teve seus aportes negados pela ditadura militar, que se instaurou e reprimiu as liberdades democráticas imprimindo uma verdadeira caça aos comunistas e suas fontes teóricas de inspiração no pensamento de Marx.

No período pós 1964, a hegemonia do Serviço Social brasileiro imprimiu a direção profissional, ao que Netto (1994) qualificou como perspectiva modernizadora para as concepções profissionais, vinculando-a à ordem social ditatorial, submetendo-a a racionalidade tecnocrática promovida pelo Estado, reatualizando, assim, o conservadorismo profissional, tendo como marco os Seminários, dos quais resultaram o Documento de Araxá, em 1967, e Teresópolis, em 1970.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com o verniz de modernidade, ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (NETTO, 1994, p. 157).

O processo de renovação que buscou romper com as concepções teórico-metodológicas do Serviço Social tradicional e os modelos interventivos de adequação à ordem do capital, posicionando-se criticamente sobre a realidade capitalista, teve como pressuposto as ideias marxistas, mesmo sob seu viés estruturalista. Tal vertente representou o que Netto (1998) qualificou como **intenção de ruptura**, tendo sua origem ainda no final dos anos 1950. Porém, com a instauração da ditadura militar pós 1964, tal vertente foi subsumida aos apelos modernizadores da autocracia burguesa e os Assistentes Sociais brasileiros adequaram suas práticas e seus aportes teóricos à ordem do capital.

Destaca-se nessa hegemonia modernizadora um grupo de profissionais, docentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em contato com as Ciências Sociais e preocupados com a qualificação teórico-metodológica, que passaram a questionar as bases conservadoras positivistas presentes na origem da formação. A experiência mineira de Belo Horizonte, realizada no período de 1972 a

⁶² Para Netto (1994), as aproximações com o marxismo no Serviço Social se deram através dos seguintes autores: Politzer, Harnecker, Althusser e Mao Tse-tung.

1975, conhecida como o método BH (de Belo Horizonte), expressou o esforço de um grupo de professoras da PUC de Minas Gerais em criar uma proposta alternativa aos métodos conservadores de caso, grupo e comunidade, então vigentes na hegemonia da formação do Serviço Social brasileiro.

Os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação (NETTO, 1994, p. 263).

A proposta de BH teve como pressuposto que a prática é o fundamento da teoria, ou seja, parte da concepção que sujeito e objeto são partes de um todo, mantendo relações entre si, buscando apreender como se desenvolve o processo do conhecimento. Para Santos (1993), esse processo de apreensão do objeto pelo sujeito, no método BH, representa o momento sensível e o momento abstrato, seria uma fase superior, em que as experiências seriam coordenadas, permitindo o aprofundamento da realidade pelo sujeito.

O processo metodológico segundo o método BH inicia-se com o conhecimento da realidade que se configura como áreas de atuação, apreendida por meio de percepções sensoriais em sucessivos procedimentos que, por sua vez, implicam a utilização de técnicas de contato com a população, pesquisa documental, coleta e organização de dados. O processo realiza-se em sucessivos momentos de sistematização, aprofundamento do conhecimento da realidade; definição, programação e execução de ações, demarcados sempre pela participação coletiva, até o momento da revisão e sistematização geral, em que ocorre a síntese das etapas anteriores por meio da revisão teórico-prática de todo o trabalho. O método seria o movimento que se inicia com as referências teórico-práticas, orientadoras do processo metodológico para a apreensão da verdade objetiva, elevando-se até a prática teórica, ponto de referência para um novo processo (COELHO, 2013, p. 104).

Montaño (2007), ao analisar o método BH, observa criticamente a concepção de que no mesmo há uma separação entre o momento sensível e o abstrato, como se o fato de pensarmos a realidade pelas sensações que refletem as propriedades do objeto, por si só, bastaria para nos elevar ao conhecimento racional ou abstrato, destacando o subjetivismo da proposta, como se o fato de pensar a prática, refletir sobre os dados sensíveis gerasse o conhecimento da essência.

O método BH teve seus limites teóricos advindos do próprio momento conjuntural de sua origem, postos pela ditadura militar que cerceou as liberdades

democráticas, instaurando a hegemonia das elites dominantes brasileiras aliadas ao imperialismo. Seus formuladores, no final dos anos 1970, fazem autocrítica, analisando os aspectos discutíveis do método, carregado de formalismo presente nas suas etapas, confusão entre o método de investigação e o método do conhecimento e o praticismo presente na proposta.

Apesar de seus limites, já apontados pelas próprias autoras, foi significativo e fundamental para o Serviço Social brasileiro rever seus aportes conservadores, embora com vida breve, pois em 1975 seus formuladores foram demitidos da Universidade. Assim, não se espalhou para outras universidades pela própria conjuntura, mas foi pioneiro ao questionar as bases do conservadorismo profissional tanto no âmbito da elaboração teórica como da experimentação via extensão e estágios.

Netto (1994) ressalta a importância que teve o referido método para a perspectiva da intenção de ruptura, para o âmbito acadêmico com os cursos de graduação e pós-graduação, já que os espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais estavam, considerando a reforma do Estado, sob rigoroso controle ditatorial. A proposta de ruptura com o tradicionalismo significava uma crítica e a construção de aportes teórico-metodológicos completamente novos, o que significava um desafio para uma profissão com pouca tradição investigativa e, ademais, vivia-se sob uma conjuntura desfavorável aos apelos críticos à ordem.

Assim, foi fundamental para a perspectiva da intenção de ruptura o espaço acadêmico, principalmente no âmbito da pós-graduação na década de 1970, inserindo o Serviço Social na pesquisa e na produção do conhecimento, destacando-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diversas lideranças do Serviço Social brasileiro naquele momento, e que posteriormente se tornaram a vanguarda intelectual da profissão, encontraram na pós-graduação um espaço fértil para a produção, contribuindo para o processo de renovação da profissão.

Outro traço importante para a renovação do Serviço Social foi o acúmulo político por parte de setores da vanguarda profissional que, mesmo sob o estado ditatorial, participavam de movimentos sociais nitidamente vinculados aos interesses dos trabalhadores, como: partidos comunistas, movimento sindical, comunidades eclesiais de base, que impulsionaram a organização da categoria. Tal acúmulo foi fundamental para, em 1979, ocorrer a “virada” do Serviço Social brasileiro, no III

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo, com significativos desdobramentos no âmbito da organização da categoria e na suas legislações e normas, a partir do debate sobre a mudança do Código de Ética dos profissionais de Serviço Social, em 1986, na mudança das diretrizes curriculares, encampada pela Associação Brasileira de Serviço Social, em 1982.

A renovação pautada na intenção de ruptura, cujos fundamentos teórico-metodológicos estão sintonizados com a aproximação ao pensamento de Marx, tem seu pioneirismo na reflexão de Yamamoto (1986), cuja base de fundamentação apoia-se na análise da produção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista. Como analisa Netto (1994, p. 290),

Procura compreender o significado social do exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente da sociedade brasileira. A sua perspectiva de análise enfoca o Serviço Social como profissão referenciada no contexto de aprofundamento do capitalismo no país. E supõe que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho.

A partir dos anos 1980 e 1990, a perspectiva histórico-crítica ganhou legitimidade acadêmica, consolidando-se pela produção do conhecimento, e no âmbito da organização da categoria, com o fortalecimento de suas entidades nacionais, como a ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), hoje ABEPSS (Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais (CFESS-CRESS) e a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), que irão fomentar o espraiamento da perspectiva histórico-crítica no conjunto da categoria dos Assistentes Sociais e no âmbito formativo acadêmico. Nesse sentido, é um movimento de crítica e autocrítica, sintonizado com os tempos conjunturais e estruturais da sociedade e, especificamente, da sociedade brasileira.

Esse movimento consolida-se nos anos 1990, com a reformulação do Código de Ética em 1993, com a reformulação das Diretrizes Curriculares de 1996, com a maturidade investigativa na proliferação da produção do conhecimento em uma perspectiva marxista, na consolidação das entidades organizativas da categoria. Enfim, os Assistentes Sociais no Brasil consolidam um projeto ético-político profissional radicalmente crítico à sociedade capitalista. Tal projeto orientou

a formação dos Assistentes Sociais que ora fazem parte do presente trabalho de pesquisa, em um total de 16 profissionais entrevistados formados pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Sendo que 90% destes, no currículo nacional vigente, ou seja, na reformulação curricular de 1996, implantadas em 2006 nesta Universidade⁶³. É necessário explicitarmos melhor o que significa esse projeto profissional e os eixos que o materializam.

5.2 O projeto ético político profissional dos Assistentes Sociais: construção da perspectiva histórico-crítica do Serviço Social brasileiro

Para compreensão dos fundamentos do trabalho dos Assistentes Sociais é mister elucidar que projeto profissional está hegemonicamente dominante na formação e no exercício, cujos princípios apontam para o horizonte da

⁶³ Com a reformulação curricular de 1996, aprovadas nacionalmente pela ABEPSS em Assembleia com amplos debates com as unidades de ensino filiadas, o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará esteve presente em todos os momentos do debate regional e nacional. Tal documento serviu de base à proposta de diretrizes gerais para o curso de graduação em Serviço Social, respondendo às exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), aprovada pela Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, publicada no Diário Oficial, de 9 de abril de 2003, seção 1, página 33, com alterações da proposta original. “O Curso de Serviço Social assumiu, assim, um Projeto Pedagógico de Formação Profissional que incorpora as orientações propostas pela ABESS/ABEPSS, as quais preconizam a formação de Assistentes Sociais possuidores de capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa para o enfrentamento da questão social no Brasil contemporâneo. O Projeto foi aprovado em 24 de outubro de 2005, pelo Conselho de Pesquisa e Extensão da UECE e implantado no primeiro semestre de 2006, tendo a primeira turma concluído em final de 2009. Tal documento ressalta a importância de mencionar que a reformulação curricular mantém continuidade com a direção social fundamentada na tradição do pensamento marxista desde a sua primeira mudança em 1882, revista em 1993. Assim, o “currículo buscará imprimir uma direção à formação profissional, pautando-se pela ética como princípio formativo; oferecer rigor teórico-metodológico e histórico no trato da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos desafios com os quais o profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida social; superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular, de modo a propiciar uma visão da totalidade e de indissociabilidade no ensino, pesquisa e extensão”. Como estrutura curricular, a lógica de organização está pautada **no núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social**. Aqui, o trabalho é assumido como eixo central do processo de produção e reprodução social como práxis, implicando o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência da liberdade, da universalidade e da capacidade de criar valores e, conseqüentemente, fazer escolhas. **Núcleo de fundamentos da Formação sócio-histórica da Sociedade Brasileira**: trata-se de fundamentar a análise da especificidade do Brasil na condição da sociedade capitalista com seus elementos de exclusão e o significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações de classe e desta com o Estado. **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional**: o foco é a compreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, com os seguintes conteúdos: a trajetória histórico-teórica metodológica e técnica da profissão; o caráter investigativo que fundamenta sua ação; os componentes éticos-políticos que envolvem o exercício profissional e as exigências de aprendizado dos estágios supervisionados. (Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007 p. 4-13).

transformação da realidade, capturando as contradições da sociedade capitalista e suas expressões na realidade concreta do cotidiano profissional. Então, o que se configurou e o que foi coletivamente denominado de projeto ético-político da categoria dos Assistentes Sociais? Que perspectiva ética esse projeto abarca? Que mediações estão sendo construídas no cotidiano que tenham repercussão concreta no trabalho desses profissionais?

Pensar essas indagações a partir das falas profissionais entrevistados mister se faz compreender o que significa esse projeto profissional, que perspectivas pode apontar para o fortalecimento de uma consciência revolucionária que trabalhe em uma perspectiva de fomentar a ampliação dos direitos e problematize os antivalores humanos presentes na sociabilidade do capital.

A ética profissional é uma particularidade da ética geral, um modo de objetivação da existência ética. Como partícipes dessa forma de objetivação ética, os projetos profissionais indicam finalidades e valores que podem ser expressados na conservação ou questionamento da ordem social.

O projeto ético-político profissional trata de uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos. Isto porque, na vida social, existem projetos individuais, coletivos e societários, como observa Netto (1999, p. 95):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também, e destacadamente, o Estado, ao qual coube, historicamente o reconhecimento dos estatutos profissionais).

Para falarmos do projeto ético-político do Serviço Social, pressupõe compreendermos os projetos societários, os quais estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias relacionadas ao atendimento das necessidades sociais com direções ético-políticas determinadas, tanto conservadores como transformadores. Os conservadores servem para afirmar a ordem social vigente, já os transformadores têm suas táticas e estratégias vinculadas à transformação da ordem social capitalista. Nesse contexto, o projeto ético-político está vinculado a projetos sociais transformadores, que tem em sua raiz a perspectiva histórico-crítica, que desde a intenção de ruptura, manifesta no

Congresso da Virada, em 1979, comprometido com as lutas democráticas e emancipatórias, vem pautando a hegemonia do Serviço Social brasileiro. Aqui, a hegemonia é compreendida na perspectiva gramsciana de um projeto que possui uma direção social que difunde suas ideias, seus princípios, no âmbito da sociedade e da luta de classes, significando a prevalência de uma vontade coletiva, que pressupõe uma conexão com um projeto societário de classe em disputa com os demais projetos societários. Isso não significa maioria, mas a disputa permanente dos valores emancipatórios, frente aos valores conservadores postos pela sociabilidade do capital. Portanto, o projeto ético-político possui uma direção hegemônica no confronto democrático de concepções divergentes na sociedade e no seio da categoria profissional.

Braz (2001) identifica três elementos ou dimensões que dão materialidade a esse projeto. Primeiro, o que o referido autor chama de dimensão teórica, envolvendo a produção do conhecimento no Serviço Social de tradição na teoria marxista; uma dimensão jurídico-política, que se configura no âmbito dos construtos legais da profissão, em sua lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética de 1982 e sua revisão em 1983, bem como as legislações sociais conquistadas pela sociedade brasileira após a Constituição de 1988; a dimensão político-organizativa da categoria que se renovava ao longo dos anos 1980 e 1990, a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e o movimento estudantil, com a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social).

Na reflexão do termo ético-político profissional muitas são as interpretações advindas de posturas políticas distintas. Destacamos a contribuição de Ramos (2002, p. 92) que, fundamentada na perspectiva gramsciana, analisa essa denominação:

[...] a denominação ético-político, presente no projeto profissional, não se fundamenta em uma visão mecanicista, como se o projeto tivesse condições para ocupar o lugar de um projeto societário. O termo projeto ético-político profissional expressa a existência neste projeto coletivo, de uma nítida dimensão ética, na medida em que evoca os profissionais de Serviço Social para refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isto, este projeto vincula-se à defesa de determinados valores e princípios éticos identificados com a busca da emancipação humana.

Assim, o projeto ético-político profissional vincula-se ao projeto de transformação societária que confere ao trabalho profissional uma dimensão política, pois, ao atuarmos no movimento contraditório das classes sociais, acabamos por

imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário. Como ressalta Braz (2005, p. 2), nas diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica, que exprimem ações que favorecem interesses sociais distintos e contraditórios.

Nesse sentido, observamos nas falas dos Assistentes Sociais dos CRAS⁶⁴ dois grupos de posições: um, que não vê sintonia entre o que faz e o projeto, e outro, que observa as contradições e procura problematizar valores nas abordagens com a população usuária. Eis alguns relatos de tais posições:

“O que materializa o nosso trabalho é o Projeto Ético Político, pois ele é o norte. Ele deve realmente nortear a nossa prática. O nosso fazer profissional tem que ser voltado para ele. Nós trabalhamos com as refrações da questão social, que é nosso objeto de intervenção. Você vai trabalhar dentro dessas refrações norteadas pelo Projeto Ético Político, que possui princípios onde destaco a liberdade e a democracia” (Assistente Social nº 10).

“O Serviço Social é justamente a gente poder entender essa sociedade, como ela é, o sistema econômico, e através desse entendimento, a gente tem que encontrar um meio pelo qual a gente tem que fazer com que esse usuário entenda a situação de desigualdade em que vive, Isso é materializar o Projeto” (Assistente Social nº 5).

“Acho que o projeto ético-político do assistente social é a lente pela qual observamos a forma como agir. Então nosso trabalho tem relação direta com seus princípios. Transformar em palavras, é mais ou menos isso, é a forma de ver a realidade e de se relacionar com essa realidade, no cotidiano profissional. Ele está embasado na teoria na dimensão teórico-metodológica do pensamento crítico. A questão ética dos valores contidos nele deve permear nossa atuação” (Assistente Social nº 4).

“Acredito que o projeto do serviço social é um projeto social, é um projeto pra ‘acabar’ com o serviço social – porque é um projeto pra gente contribuir na emancipação de todo mundo, pra gente lutar todo mundo no mesmo patamar de sociabilidade, econômico, de liberdade, de acesso aos direitos e aos bens da sociedade. No dia que sociedade atingir esse patamar não vai mais precisar de assistente social, obviamente que estamos longe. e eu hoje não vejo alternativa pra gente. A gente efetivar esse projeto hoje, nessa sociedade que nós estamos aqui, talvez futuramente venha outras perspectivas, mas hoje eu não vejo... é um projeto megalomaniaco o nosso, viu? É uma coisa assim de outro mundo, que a gente teria que mudar a mentalidade, a gente teria que mudar a cultura do brasileiro, a gente teria

⁶⁴ Como já nos referimos na introdução desta tese, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com as Assistentes Sociais trabalhadoras no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no município de Fortaleza. Preferimos, para manter a o anonimato das interlocutoras, identificá-las com a numeração de 01 a 16. As referidas entrevistas foram transcritas fidedignamente, de acordo com as suas falas.

que fazer uma reforma econômica, política, teria que mudar totalmente teria que ser outra sociedade, pra poder o nosso projeto ético político ser efetivado” (Assistente Social nº 16).

Conseguimos perceber nas referidas falas que estas identificam na profissão uma direção, um projeto profissional cuja raiz se encontra na perspectiva de construção de uma nova ordem social, e que existem princípios⁶⁵ que o norteiam. Uma fala nos chamou atenção, porque além de compreender o projeto, ainda ressaltou as adversidades da conjuntura atual com a qual nos deparamos com a construção de antivalores contrários à perspectiva crítica do projeto profissional hegemônico no Serviço Social:

“É conhecer sempre o Projeto Ético Político para lhe nortear. É preciso ter hoje uma leitura crítica dos conceitos da pós-modernidade que rebatem em nosso cotidiano. Que é a questão do interesse imediato, dos fatos de não se ter mais utopias, de tudo estar girando em torno do imediatismo. A gente ter esses conceitos e saber fazer a leitura do contexto geral: Como é o mundo político hoje, da globalização? A gente precisa ter isso, se não a gente vai se perder. Também saber que nós temos as nossas limitações. O que na Política de Assistência Social é bem estrutural. Não tem como dar respostas a tudo. A assistência não vai conseguir fazer isso. Ela não gera esse milagre” (Assistente Social nº 1).

Esta compreensão está presente em 75% das entrevistadas, enquanto 25% não demonstra perceber sintonia do Projeto Ético com a realidade cotidiana, achando-o um mega projeto que dificilmente será concretizado, porque a sociedade do capital a tudo domina, sem perceber que um projeto é um dever ser, enquanto as mediações tornam possível a passagem do reino da possibilidade para a efetividade. Esse grupo não percebe as contradições postas pelo real e coloca a profissão como redentora, que irá ser responsável por mudar os valores econômicos e culturais dos

⁶⁵ Os princípios que fundamentam o projeto ético-político estão consolidados no código de ética profissional de 1993, quais sejam: a liberdade como valor ético central que implica autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, considerada como tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; defesa e aprimoramento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; garantia do pluralismo; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2011).

usuários. Como isso, não é possível a esses profissionais ver um distanciamento do real, dicotomizando as projeções, o dever ser, da realidade. Percebemos em suas falas uma redução de sua atuação a atendimentos do Bolsa Família e muita desilusão com a profissão:

“É, não é fácil, viu, porque quando a gente está na academia, a gente vê aquelas teorias maravilhosas nos livros, mas quando a gente chega mesmo na realidade, nas instituições... é meio complicado, porque infelizmente a gente trabalha para o capitalismo. A gente tem que dar resposta tanto para o capitalismo como também para o usuário” (Assistente Social nº 7).

“Eu acho que o nosso trabalho aqui, como profissionais do CRAS é principalmente estar atendendo famílias, estar orientando. Orientamos sobre o Bolsa Família. Nosso trabalho maior é orientar as condicionalidades. Por isso que temos que saber tudo sobre ele, que chega todo dia muitas normativas” (Assistente Social nº 15).

Isso denota fragilidade teórica desses profissionais para compreender o projeto ético-político e a construção de mediações para o efetivo exercício profissional, comprometido com seus princípios, condicionando unicamente o trabalho profissional, ou mesmo reduzindo-o à burocracia institucional.

Mas há também, nos profissionais entrevistados, que se configurou um significativo grupo, 75%, que na análise das respostas às indagações sobre seu trabalho nos CRAS, ressaltaram compreender a lógica estrutural das desigualdades presentes na sociabilidade capitalista em suas múltiplas expressões contraditórias no cotidiano, refletindo sobre o projeto radicalmente crítico, no cenário da flexibilização dos direitos na ordem neoliberal vigente.

O projeto ético-político profissional tem uma direção social clara e explícita no princípio do Código de Ética que determina a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. Como ressalta Mustafá (2003, p. 62),

O projeto ético-político do serviço social não se propõe, portanto a ser um projeto redentor. A profissão de serviço social, ou melhor, os profissionais de Serviço Social têm uma direção social que lhes fornece a consciência do caráter contraditório que caracteriza a profissão, na sua interconexão entre o capital e o trabalho, bem como das impossibilidades de alcançar o telos de uma nova ordem social sem a conexão com um projeto societário que aglutine os interesses da classe trabalhadora.

É consenso, entre os estudiosos dessa temática, que tenha sido nos anos 1990 a consolidação do projeto ético-político, pautado na perspectiva hegemônica

do pensamento marxista, tendo como pressuposto central a categoria trabalho, que explica a nossa maturidade profissional através da consolidação das pós-graduações, ampliando a produção de conhecimentos nessa direção hegemônica; a consolidação de suas entidades (ABEPSS, ENESSO, CEFESS/CRESS e os fóruns deliberativos).

Hoje, vivenciamos dois processos interrelacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político profissional e as ameaças ao projeto diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional.

Diante da conjuntura neoliberal expressa no projeto político petista, de continuidade da macroeconomia neoliberal do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, e a domesticação e cooptação a este projeto, de entidades que antes estavam em outro campo, como a Central Única dos Trabalhadores e a União dos Estudantes (UNE). Segundo Netto (2007, p. 38), essa conjuntura contribui para a inviabilização do projeto ético-político dos Assistentes Sociais, configurado em dois níveis:

o primeiro deles refere-se aos objetivos e funções profissionais. O elenco de objetivos do serviço social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Esta centralização, que opera a efetiva redução do Serviço Social à profissão da assistência. O Estado lulista perfila-se como um estado assistencialista. Tal redução entroniza nos meios profissionais o mito da assistência, formando um verdadeiro fetiche. O segundo nível em que se inviabiliza o projeto ético-político é o que se refere aos requisitos (teóricos, práticos-institucionais) para ao seu exercício o que se insere a problemática da formação profissional, a assombrosa proliferação dos cursos privados de Serviço Social e a expansão fora de qualquer controle efetivo da educação a distância.

Reafirmar os princípios desse projeto, fortalecendo nossas entidades organizativas, construindo coletivamente estratégias políticas e profissionais que estejam sintonizadas com o mesmo, bem como a sintonia com alguns projetos coletivos contrários à ordem neoliberal vigente, isso sinaliza nossa resistência e afirmação de nossos princípios construídos coletivamente em conjunturas também adversas. Outro importante desafio do projeto é compreender os direitos em uma perspectiva de totalidade, o que implica lutar pela ampliação do espaço público das regulações sociais sem perder a dimensão dos limites estruturais desta luta.

Assim, como os Assistentes Sociais percebem o seu trabalho nessa sociabilidade, que finalidades e meios objetivam o seu exercício profissional e que

valores permeiam seus cotidianos profissionais? Tais problematizações serão consideradas a seguir.

5.3 Pensando o Serviço Social como processo de trabalho: como os profissionais analisam seu trabalho

O trabalho é a atividade construtora da sociabilidade entre os homens, no processo de transformação da natureza, estabelecendo a mediação entre a necessidade e sua satisfação, realizando projeções racionais que objetivem a concretização da teleologia em causalidade posta. Teleologia e causalidade aqui entendidas como dialeticamente inter-relacionadas e postas no pôr teleológico do trabalho.

A Teleologia é imanente à práxis humana, a mesma só existe neste processo, o que distingue os homens dos animais, ou seja, o homem se diferencia dos animais por buscar atingir seus objetivos através de uma ação racional, por ter uma prévia-ideação. Dessa forma, a passagem da teoria à prática é inerente à passagem da teleologia à causalidade posta: a passagem do reino da possibilidade ao reino da efetividade; a passagem da finalidade ideal à finalidade real. Assim a posição teleológica tem por limite as determinações da causalidade (SANTOS, 2006, p. 170).

O Serviço Social brasileiro, em sua aproximação com a teoria marxista, no processo da renovação passou a se constituir como especialização do trabalho coletivo na divisão sócio-técnica, como partícipe das relações do processo da produção e reprodução das relações sociais e o seu caráter contraditório no âmbito das relações de classe, distintas e antagônicas da sociabilidade capitalista.

O aprofundamento dessa concepção será demarcado no processo de reformulação das diretrizes curriculares nos anos 1990, que concebe a questão social como base de fundamentação sócio histórica da profissão e o trabalho como a centralidade no projeto de formação profissional.

O eixo de formação, entendido a partir dos elementos que dão concretude ao Serviço Social, pressupõe [...] [Apreendê-lo] no interior do processo de reprodução da relação entre capital e trabalho. O trabalho emerge, assim, como elemento central da realidade social e como componente constitutivo da prática profissional, que deixa de ser tratada como prática social abstrata, para configurar-se como trabalho profissional (ABESS/CEDEPSSS, 1996, p. 149).

Toda a discussão se o Serviço Social é trabalho, conforme já abordado no segundo capítulo, está pautada no pensamento marxista, especialmente no pensamento de Marx, em sua reflexão sobre trabalho produtivo e improdutivo. Para este, o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia e cria valor, consumido diretamente no processo da produção com vistas à valorização do capital. Quanto ao trabalho improdutivo, concebe-se quando o trabalhador troca seu potencial de trabalho por dinheiro, realizando atividades que não origina valor adicional, mas participa do processo geral da reprodução do capital. Reprodução aqui entendida como a reprodução das forças sociais vivas do trabalho e nas relações de produção na sua globalidade, envolvendo os sujeitos sociais e suas lutas, as relações de poder e os antagonismos de classe.

O Serviço Social, enquanto profissão, tem a maioria de seus espaços ocupacionais nas instituições estatais. Uma pesquisa realizada sobre o perfil dos Assistentes Sociais, pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), em 2005, apontou a inserção profissional na esfera pública estatal, perfazendo 78,16% da categoria.

Assim, a partir da concepção de Lamamoto (2008), o trabalho realizado na esfera do Estado não é trabalho produtivo, pois não estabelece uma relação direta com o capital. Podemos inferir que é trabalho improdutivo, não porque não se materialize em coisas, mas porque está organizado pelos princípios do direito público. O trabalho produtivo também não produz somente necessidades materiais, mas também necessidades espirituais; como ressalta Marx, as mercadorias satisfazem as necessidades do estômago e da fantasia.

Compreendendo o Serviço Social como trabalho, analisando o exercício profissional como processos e relações de trabalho, nas entrevistas realizadas com as Assistentes Sociais foi indagado qual a visão dos profissionais sobre o que seja trabalho e se o que fazem consideram trabalho. Todas concebem o exercício profissional vivenciado nos CRAS como trabalho. Eis alguns relatos:

“Para que o Serviço Social se caracterize como trabalho ele precisa desenvolver habilidades teóricas, políticas. Habilidades na relação com o outro, na relação com a comunidade. Então o trabalho seria essa dimensão, de você tentar fazer uma intervenção social nessa realidade” (Assistente Social nº 1).

“Trabalho para mim é uma atividade contínua que exige tanto do empregador quanto do empregado, flexibilidade, compromisso e valorização pelo o que você está efetivando. Isso para mim é trabalho. Deve ser bem

remunerado. Por outro lado, enquanto trabalhadora da Política de Assistência Social, baseado no Projeto Ético Político, a gente deve ter o compromisso com o usuário, na execução do trabalho que a gente afetiva na execução direta, no planejamento das atividades, não fazer de qualquer forma” (Assistente Social nº 3).

“O Serviço Social é trabalho e um trabalho complexo. Que exige do profissional contínuo aprimoramento. Ele não pode, mesmo diante desse cenário de precarização do trabalho, dessa dinâmica tão louca da nossa vida, a gente não pode se deixar consumir” (Assistente Social nº 8)

“Para mim, o que desenvolvo é trabalho, e um trabalho muito difícil” (Assistente Social nº 5).

“Sou assalariada, desenvolvo atividades que beneficiam a quem é sujeito do meu trabalho: os usuários. O que faço é trabalho” (Assistente Social nº 16).

“Desenvolvo atividade, sou paga para isso, sou assalariada, realizo trabalho árduo, como outros trabalhadores desta sociedade. Sinto-me explorada” (Assistente Social nº 4).

“Trabalho, pelo menos eu consigo compreender, de uma forma bem direta, que trabalho é realmente troca, uma ação. Realização de uma mão de obra mesmo. Você realiza uma função, tá executando a função, executando uma atividade, isso é trabalho” (Assistente Social nº 11).

“Eu consigo imaginar que é trabalho sim. Como qualquer outra categoria eu estou oferecendo serviços, atividades. Colocando na perspectiva capitalista... No sentido... Mas acaba sendo mesmo... Porque a gente não consegue.. dissociar trabalho dessa visão capitalista porque é uma venda... Porque é o que a gente tem. A gente oferece o nosso serviço e a gente tem a nossa contrapartida, que é a sua remuneração, um retorno, seja lá o que for.. Eu acho que na verdade qualquer atividade que você executa, seja ela qual for, se você realiza uma atividade com uma finalidade x, com o objetivo x, já é considerado trabalho” (Assistente Social nº 9).

Três Assistentes Sociais ressaltaram o trabalho como uma atividade essencial ao sujeito, dando-lhe sentido à sua existência enquanto coletividade

“Trabalho é tudo e qualquer atividade que um ser realiza e que isso traga além do retorno humano, financeiro em si, mas também que ele é necessário para a questão da personalidade, do cotidiano para a vida do ser. O trabalho é inerente ao ser” (Assistente Social nº 10).

“Trabalho é algo que a pessoa faz para ter um tipo de remuneração... A pessoa também trabalha para encontrar um significado para suas vidas, encontrando seu lugar na sociedade. O trabalho está muito ligado ao ser” (Assistente Social nº 14).

“O serviço social é trabalho, é tanto que os autores dizem que a gente é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica, apesar da gente ser um profissional liberal eu não conheço nenhum assistente social que seja liberal, todos tem que vender a sua força de trabalho geralmente para o Estado e se adaptar as regras do empregador” (Assistente Social nº 6).

O trabalho é ontologicamente o construtor da sociabilidade humana e originalmente o responsável historicamente pela diferenciação entre os humanos e o restante dos outros animais, pela capacidade teleológica humana de projetar, idealizar o que será construído. Transforma, assim, a realidade dada em causalidade posta, pela sua capacidade imanente em idealizar, pôr em movimento no pensamento, pôr um fim, para buscar os meios necessários à transformação do objeto.

No entanto, ao sujeito estão impostas as conformações da sociabilidade capitalista, das relações de trabalho estabelecidas sob o processo de compra e venda da força de trabalho, em troca de uma remuneração subsumida pela apropriação da mais-valia pelo capital. Iamamoto (2008) observa que o Assistente Social, enquanto trabalhador, está, como os demais trabalhadores, submetido às determinações da sociabilidade burguesa, embora com especialização de formação universitária, o que determinará um trabalho complexo.

O exercício profissional não foge às determinações sociais. O Assistente Social ao ingressar no mercado de trabalho condição para que possa exercer sua profissão como trabalhador assalariado – vende sua força de trabalho: uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente salário ou provento que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho (IAMAMOTO, 2008, p. 217).

Observamos em alguns depoimentos essas relações percebidas pelos profissionais, associando o trabalho ao processo de uma relação contratual:

“É uma atividade que você exerce e é remunerada que tem um produto e um tempo de serviço” (Assistente Social nº 7).

“É a venda de sua força de trabalho em troca de um salário” (Assistente Social nº 5).

“No contexto de hoje eu acho que ele é sim trabalho. Até porque esta vinculado às leis trabalhistas e tem carteira de trabalho, todos os direitos garantidos. Essa é a grande diferença. Pra mim o trabalho é CLT, carteira assinada, legalidade” (Assistente Social nº 2).

Todas as profissionais Assistentes Sociais que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) estão terceirizadas pela Prefeitura de Fortaleza, através de uma empresa que as contrata com carteira de trabalho assinada, sem vínculos estáveis de trabalho, como outros profissionais concursados. Seus vínculos trabalhistas são extremamente instáveis, dependendo das vontades políticas de cada gestor. No processo dessas entrevistas, elas vivenciavam momentos bastante delicados, com salários atrasados e sob a ameaça de terem seus contratos extintos. A alegação da gestão nova que assumiu a Prefeitura de Fortaleza em janeiro de 2013 era de que havia irregularidades na forma de contratação com a empresa, e eles iriam fazer uma seleção pública em maio deste ano. Houve um processo de mobilização dos profissionais dos CRAS, dentre eles os Assistentes Sociais, e os contratos foram prorrogados até dezembro de 2013, quando a nova gestão fará uma seleção pública. Pelas estratégias apontadas, não haverá concurso público, mas uma seleção pública, que deixará ainda mais precários os vínculos trabalhistas dos profissionais, pois os mesmos não terão todos os direitos garantidos, como fundos de garantia por tempo de serviço, PIS e outros direitos, conforme estabelece a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Tais relações trabalhistas precarizadas têm consonância com as novas formas de estruturação do trabalho na era da reestruturação produtiva e a adoção do ideário neoliberal, já amplamente debatida no segundo capítulo desta tese. Repercute, portanto, no campo profissional, nos usuários demandantes de suas ações, na precarização das condições de vida e trabalho e nas relações de trabalho. Isso exige que os Assistentes Sociais apreendam as mudanças estruturais em curso, decorrentes da recomposição do ciclo de reprodução do capital, que irá alterar profundamente a organização da produção material e a gestão da força de trabalho, implicando nas experiências profissionais. Isso para que os mesmos sejam capazes de construir alternativas profissionais a partir de sua relativa autonomia, tensionadas constantemente pela realidade contratual do trabalho abstrato, impregnados pelos dilemas da alienação do trabalho.

Tais desdobramentos irão ultrapassar o âmbito da produção na esfera privada e industrial, adentrando no conjunto das intervenções sócio-institucionais realizadas pelos Assistentes Sociais na esfera estatal, conformando e modificando as contratações e condições de trabalho no âmbito das políticas sociais, espaços de atuação profissional privilegiados dessa categoria. Percebemos que os sujeitos

pesquisados apreendem no nível imediato as condições de trabalho a que estão submetidos. Os depoimentos abaixo ilustram essa assertiva:

“Diante desse cenário de precarização do trabalho, dessa dinâmica a gente não pode se deixar consumir. O que é difícil dentro das instituições, pois acabam muitas vezes nos aprisionando. A gente tem que tentar lutar para ter um momento de reflexão. O ideal seria ter esse momento dentro do espaço do trabalho, da equipe. Se não for possível, deve-se buscar fora do espaço institucional. Para que você possa refletir e estar a cada dia se aprimorando enquanto profissional. Se você fizer isso, vai também se aprimorar enquanto pessoa, pois estará se renovando. Se você não busca novos conhecimentos, novos horizontes e reflexões você acaba ficando totalmente presa as correntes institucionais, ao dito, ao estabelecido, sem ter realmente uma consciência crítica” (Assistente Social, nº 8).

“Trabalho é o que ofereço dentro da minha formação. É o produto da minha formação. É tudo o que eu estudei, tudo o que eu aprendi e adquiri de experiência nos meus estágios e vou colocar em movimento, no dia a dia, para produzir o trabalho. Já o Serviço Social é trabalho, porque o nosso trabalho é dentro das relações sociais, é nesse contexto que a gente trabalha em prol das classes menos favorecidas. Ao mesmo tempo em que estamos inseridos nesse universo. **Então, até que ponto também estamos nas classes menos favorecidas? Até que ponto também temos nossos direitos cerceados? Até que ponto nossas condições de trabalho, nos dão condições de lutar pela classe trabalhadora, se também estamos inseridos nela?**” (Assistente Social nº 5).

“Estamos, com estes salários baixos e estas condições de trabalho, submetidas à lógica do capital. Somos também classe trabalhadora. Trabalho precarizado, submetido às vontades do Poder” (Assistente Social nº 2).

“O trabalho do assistente social, apesar de não ser material é um trabalho regido pelas contratações de uma condição de trabalho da sociedade que vivemos. Não produzimos objetos materiais, mas somos submetidos como o resto dos trabalhadores as mesmas condições. Veja nós, da Assistência Social de Fortaleza; ganhamos menos de três salários mínimos. Somos classe trabalhadora e até ganhando menos que muitos trabalhadores, sem precisar de formação acadêmica” (Assistente Social nº 12).

“Nós vivemos em uma situação precária nas condições de trabalho, de contrato, só carteira assinada, sem garantias, com salários aviltantes pelo tipo de trabalho que a gente desenvolve. Porque a gente desenvolve um trabalho complexo, de adentrar situações de insalubridade, de risco. Eu estou situada em território que tem bastante tráfico de drogas e a gente entra nesses territórios” (Assistente Social nº 4).

Os depoimentos desses profissionais refletem a tensão permanente que está subsumida na própria estrutura do trabalho assalariado, na mercantilização da força de trabalho, enfim, no processo da alienação provocado pela forma de estruturação da ordem burguesa. Tal estrutura social é compreendida por 75% das

entrevistadas, que assumiram em seus relatos que a forma capitalista de produzir é injusta, desigual e cheia de contradições de classe.

“O que o capitalismo impregna nas pessoas? Consiga os seus, realize os seus projetos. Viva o individualismo. O capitalismo nos sufoca” (Assistente Social nº 1).

“A lógica capitalista é essa, se você ganhar mais dinheiro, então você vai consumir mais. E isso não significa que você será uma pessoa mais feliz. Mas é isso que o Capital quer impregnar na sociedade: que o consumo vai te fazer feliz. Só que o consumo é tão desenfreado. Hoje tudo é volátil, as coisas não têm valor nenhum, e nem mesmo as pessoas” (Assistente Social nº 8).

“Porque o capitalismo tem que se manter, ele tem sempre que tirar o máximo de lucro. E quem estiver na frente não importa. Ele passa por cima. Na sociedade as relações de poder são muito fortes e a gente sente impotência em sozinho ir contra este sistema” (Assistente Social nº 13).

“A sociedade em que eu vivo e trabalho, é sociedade capitalista. É e muito contraditória, uma sociedade que enquanto, algumas pessoas se beneficiam e enriquecem cada vez mais, outras vão ficando cada vez mais abaixo dos limites da pobreza. A miséria tá crescendo, a violência tá crescendo, a falta de acesso a direitos...” (Assistente Social nº 2).

Nessa sociabilidade capitalista contraditória, o trabalho profissional do Assistente Social é tensionado duplamente: na contradição permanente da relação entre a formação profissional, pautada em um projeto profissional crítico, e nas condições postas pelo trabalho abstrato nesta sociabilidade. Iamamoto (2008, p. 416) enfatiza tais condições a que estão submetidos os profissionais:

Por outro lado, o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos privados--, empresariais ou não, os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina este trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social, na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

As argumentações das entrevistadas giraram em torno da compreensão de que o que realizam é um trabalho, submetido à lógica capitalista em sua totalidade, em seu processo de produção e reprodução social. Como Marx analisou, a sociedade capitalista transformou todas as atividades humanas em trabalho assalariado e os subsumiu ao processo da alienação. Tal lógica encobre a dimensão ontológica do trabalho, onde o homem se afirma como criador, agindo

conscientemente sobre a matéria, transformando-a como ser racional dotado de liberdade e teleologia.

Apesar de as diretrizes curriculares da formação profissional dos Assistentes Sociais apontarem que a “prática profissional” é um trabalho, e a inserção dos Assistentes Sociais realizar-se em processos de trabalho, há, no meio acadêmico, polêmicas com relação a essa afirmação.⁶⁶

Os autores que defendem que o Serviço Social não é trabalho tomam como análise a teoria de Marx e a ontologia lukacsiana. Em tais polêmicas, destacam-se as discussões lukacsianas de Sérgio Lessa, na liderança de um grupo de docentes de Alagoas. O autor explicita, a partir do pensamento de Lukács, todas as determinações presentes no metabolismo do homem com a sociedade e observa como o trabalho possibilita tanto a reprodução singular como genérica do homem. Esclarece como o processo reprodutivo das sociedades se complexifica na medida em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas na proporção em que o trabalho é uma relação que se estabelece também com outros homens, articulando-se a partir dele uma série de complexos sociais que se tornam importantes para a reprodução social dos homens.

De acordo com Lessa (2006), o que o Assistente Social realiza não é trabalho, porque não atua diretamente na transformação da natureza para produzir bens materiais necessários à reprodução social. Sua atividade é propiciadora, atuando exclusivamente no âmbito das relações sociais, na esfera da organização da sociedade. Só a classe trabalhadora, da esfera da produção, produz os bens, a riqueza material da sociedade; as outras atividades humanas desempenham outra função:

Atuam direta ou indiretamente na organização dos homens para a realização do trabalho necessário à reprodução social. O direito, a religião, a ética e a moral – mas também as técnicas de gerenciamento da produção, de recursos humanos, de propaganda e marketing, de engenharia da

⁶⁶ A afirmação de que o Serviço Social é trabalho está baseada na teoria social de Marx, tendo como principal autora, no âmbito do Serviço Social brasileiro, Marilda Yamamoto, que também, subsidiou a discussão nacional no processo de elaboração das diretrizes curriculares de 1996, pautada na concepção da produção e reprodução como elementos da totalidade social e a concepção de trabalho produtivo e improdutivo, para conceber o Serviço Social no âmbito das instituições estatais como trabalho improdutivo, conforme conteúdo já debatido no segundo capítulo desta tese. Tal posicionamento é compartilhado nas análises aqui apresentadas, ou seja: o Serviço Social como trabalho e as diretrizes curriculares, cuja unidade gravita em torno dessa mesma concepção: do Serviço Social como trabalho e do seu objeto como as diversas expressões da “questão social”.

produção, etc. são todos complexos sociais que moldam os atos dos indivíduos no sentido necessário à reprodução social (LESSA, 2006, p. 19).

Para os autores que defendem essa abordagem, o trabalho é o elemento fundante do ser social e a categoria central do mundo dos homens que transforma a natureza para produzir bens. Nesse aspecto, a concepção de que Serviço Social é trabalho corrobora com esse entendimento.

Segundo Lessa (2006), do trabalho emergem outros complexos sociais e práxis que se desdobram em mediações que constituirão o processo de reprodução social. Todas as práxis emergiram do trabalho, mas há uma diferença em organizar a vida social para tornar possível uma dada produção material e produzir os bens materiais. Assim, o Serviço Social, nessa concepção, constitui-se como um complexo social situado na esfera da reprodução social, que, embora assalariado, vive da riqueza produzida pela classe operária. Segundo o referido autor, o Serviço Social:

Surge com o aprofundamento das contradições sociais do capitalismo contemporâneo, contradições estas que tem seu fundamento material na conversão da força-de-trabalho em mercadoria, sem, contudo, exercer nenhuma das funções sociais de intercâmbio orgânico e produtor do conteúdo material da riqueza (LESSA, 2000, p. 23).

Ainda segundo o referido autor, o desenvolvimento das forças produtivas sob o comando do capital leva a uma crescente divisão do trabalho, ampliando o leque das atividades, criando uma gama de profissões e especializações, cujas funções são preparatórias, reproduzindo as relações dos homens entre si, e não dos homens com a natureza, como o trabalho. Embora tais práxis sejam consideradas indispensáveis aos atos de trabalho, em sua leitura não são trabalho. Aqui, Lessa (2000) destaca o Serviço Social e observa que reduzir todas as práxis sociais em trabalho significa considerar todos os indivíduos como operários, e assim não haveria divisão do trabalho e luta de classe, esvaziando o antagonismo classista fundamental para a superação da ordem social capitalista.

Essa polêmica – se o Serviço Social é ou não trabalho – ainda subjaz nas análises sobre a profissão, ambas situadas no âmbito da academia, sob a regência do pensamento crítico. Situam-se contrárias ao fim da sociedade do trabalho, ou o fim do trabalho como centralidade da vida social. A nosso ver, a partir do debate colocado, considerar o Serviço Social como trabalho, e no âmbito das instituições

públicas como trabalho improdutivo, significa compreender que atuamos no âmbito da reprodução da sociedade capitalista e temos uma função social importante na divisão sócio-técnica do trabalho, no processo da reprodução das relações sociais. É, portanto, compreender que a mercadoria, no processo capitalista, pode ser tanto o trabalho operário (atua sobre a natureza) como a natureza transformada, como os serviços (as aulas, atividades de assistência). Assim, a fonte de lucro pode ser tanto o trabalho operário (atua sobre a natureza) como o trabalho do Assistente Social, (atua sobre as relações sociais) se o mesmo gerar mais-valia quando comercializado por um valor maior do que o salário pago, cooperando para o processo de produção e reprodução social.

Assim, considerando o Serviço Social como trabalho, o mesmo se configura com relativa autonomia profissional, que, dotado de liberdade e teleologia, é capaz de fazer projeções e realizar o trabalho profissional sem atrelá-lo unicamente aos imperativos das instituições empregadoras e suas normas burocráticas. A esse respeito, um grupo significativo do universo pesquisado, em torno de 75% das Assistentes Sociais, consegue perceber que o trabalho desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social possui relativa autonomia. Tal posição rompe com as visões unilaterais, eivadas de fatalismo e messianismos, conforme Yamamoto (1992). Uma, que superestima a força e a lógica capitalista, subsumindo a possibilidade dos sujeitos darem direção às suas atividades, ou subestimando os determinantes histórico-estruturais, que atravessam o exercício profissional, correndo o risco de a profissionalização ser diluída na militância política. Uma fala chamou nossa atenção, tendo em vista que a Assistente Social colocou claramente essa visão unilateral, que impossibilita a relativa autonomia profissional:

“Porque você está vivendo numa sociedade capitalista. Você tem que se manter. Você não pode dizer: eu não vou trabalhar porque não concordo com as diretrizes da instituição! São totalmente contra aos meus princípios e valores! Como aquilo que a Marilda fala. Você não pode ser fatalista e nem messiânica. A fatalista é aquela que pensa que nada pode fazer, ou então a messiânica, que é a “Alice no país das maravilhas” que pensa que vai transformar tudo. Não é por aí, a caminhada tem muitos percalços. Entendo que temos uma relativa autonomia no nosso trabalho. O empregador não tolhe nossas possibilidades de liberdade em realizar nosso trabalho de acordo com nosso projeto” (Assistente Social nº 2).

É no cotidiano profissional que se desenvolve o trabalho do Assistente Social, é nesse espaço que ele irá ampliar as possibilidades de sua relativa

autonomia, mediado pelas condições e relações sociais onde esse trabalho se desenvolve. Condições estas, *a priori*, limitadas pela precarização e condições de trabalho, a que esses profissionais estão submetidos.

“São 6 horas de trabalho, eu chego aqui no CRAS às 8 horas da manhã e fico até 14 horas. Teve a diminuição da carga horária, mas em compensação o trabalho não diminuiu, pelo contrário, não diminuiu, fez foi aumentar muito mais, até porque as equipes técnicas existentes nos CRAS são insuficientes. Tem muito trabalho pra gente fazer, com programas pra gente acompanhar, e tem ainda o atendimento ao usuário que chega até nós, então não está sendo tão fácil esse cotidiano” (Assistente Social nº 2).

Entender a dimensão ontológica do cotidiano e suas possibilidades de superação no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, a partir da análise de seus relatos, constitui a base da nossa reflexão para compreender as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dos processos de trabalho.

5.4 O cotidiano profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS

O espaço da vida cotidiana é, por si, o lugar da reprodução do trabalho profissional dos Assistentes Sociais, existindo uma relação intrínseca entre a dinâmica do cotidiano e as respostas demandadas por este profissional em seu exercício de trabalho. Necessário se faz compreender o significado dessa esfera da vida, insuprimível e ineliminável da vida dos homens. Ninguém consegue se identificar com sua atividade humano-genérica, desligando-se completamente de sua cotidianeidade. Para Heller (1989, p. 17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. O homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa se realizar, nem de longe, em toda sua intensidade.

A cotidianeidade, como espaço de manipulação de respostas práticas às necessidades singulares dos indivíduos, em si mesma, não é práxis, porque obscurece a capacidade humana em desvelar suas possibilidades de objetivação humano-genérica. Isso se dá pelas características próprias do cotidiano, quais

sejam: a **espontaneidade** (nela, o indivíduo se apropria das coisas de modo espontâneo, naturalizando os modos e costumes sociais); a **heterogeneidade** (nela, o nós é visto através de uma identificação imediata com o eu, proporcionado pela diversidade de demandas do cotidiano que ocupa por inteiro a atenção dos sujeitos); a **imediatricidade** (capacidade do indivíduo de responder, pela heterogeneidade das demandas, às respostas, e estas, se constituem como imediatas); e **superficialidade extensiva** (pela espontaneidade, heterogeneidade e imediatricidade das demandas cotidianas os sujeitos dão respostas às mesmas na superficialidade, sem reflexão que possibilite seu desvelamento, que exige um esforço concentrado e contínuo).

Para Kosik (1986), a cotidianeidade é o mundo fenomênico onde a realidade se apresenta e, ao mesmo tempo, a esconde. Desvela a verdade da realidade, porque a verdade, à margem de cada dia, seria uma irrealidade transcendente. Assim, para o referido autor,

A cotidianeidade se manifesta como a noite da desatenção, da mecanicidade e da instintividade, ou então como o mundo da familiaridade. A cotidianeidade é ao mesmo tempo um mundo cujas dimensões e possibilidades são calculadas de modo proporcional às faculdades individuais ou às forças de cada um. Na cotidianeidade tudo está ao alcance das mãos e as intenções de cada um são realizáveis. Por esta razão ela é o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais (KOSIK, 1986, p. 69).

Assim, nesse âmbito da vida social, o homem é sempre ser individual, movendo-se pelo critério de utilidade prática de suas ações, e não no desvelamento do significado das mesmas. Com tais características, como a vida cotidiana se expressa no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais? Será que o atravessa e molda seu exercício profissional?

Pelos depoimentos das entrevistadas, quando abordadas sobre seu cotidiano profissional, responderam que o cotidiano é sempre muito demandante de ações que exigem respostas imediatas, e por não serem refletidas acabam eivadas de espontaneísmos e, por esta característica, tornam-se limitadas as possibilidades de reflexão sobre as ações. Eis alguns relatos:

“Nós fazemos atendimentos individuais, dependendo da demanda, a gente faz os encaminhamentos. Utilizamos a parceria, dependendo da demanda, a gente encaminha também para política de saúde, para política de habitação, para a própria proteção especial, e dependendo da situação, se for a violação de direitos com características mais complexas. Também

fazemos muitos atendimentos individualizados. Encaminhamos ao cadastro único, que é um programa, onde as pessoas fazem seu cadastro, a maioria delas no intuito de receber o Bolsa Família, programa de transferência de renda. A gente trabalha com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com crianças, idosos, famílias, e adolescentes, e a gente visita a comunidade. Mas tudo isso às vezes é feito automaticamente, sem reflexão porque o dia a dia é muito intenso” (Assistente Social nº 2).

“As inúmeras atividades burocráticas do dia a dia fragilizam ainda mais o reconhecimento da assistência social pelos usuários, pela comunidade, porque muitas vezes a gente não consegue dar respostas. A gente não consegue realizar, dar respostas para aquilo que o indivíduo ou a família procura, digo respostas qualificadas” (Assistente Social nº 10).

“Muitas vezes a gente não consegue chegar ao cerne das questões que nos colocam os usuários porque precisamos refletir e é difícil no dia a dia, pelas inúmeras demandas que nos chegam de uma população tão pobre, tão carente de direitos...” (Assistente Social nº 5).

Guerra (2012) aponta as características próprias da vida cotidiana, já mencionadas, e observa como elas adquirem algumas particularidades no exercício profissional dos Assistentes Sociais: a heterogeneidade das demandas – nem sempre os profissionais fazem distinção entre as diversas demandas, mediata, imediata, aparente, real, urgente, emergente, no cotidiano das instituições. Isso ficou demonstrado nas entrevistas, pela própria instituição não oferecer aos profissionais tempo para reflexão sobre as complexidades de muitas demandas que chegam aos CRAS, inclusive de discuti-las com a equipe interdisciplinar, tema que, por sua vez, não foi mencionado pelas Assistentes Sociais, ou mesmo garantir um espaço de tempo específico para reflexão de tais demandas. Assim, o espontaneísmo aliado ao imediatismo na intervenção cotidiana reforça, segundo a autora, o pragmatismo no âmbito da reprodução social.

Ao espontaneísmo alia-se o imediatismo, enquanto forma de intervenção sobre o cotidiano, reforçando um tipo de resposta que tenha em si mesma certa resolutividade e que expresse uma utilidade (bem ao gosto do pragmatismo) no âmbito da reprodução social, ou seja, na reprodução dos sujeitos individuais e coletivos e das formas de sociabilidade hegemônica do mundo burguês. Do cotidiano também emana um determinado tipo de ação que tem como característica a superficialidade extensiva, tendo em vista também o tipo de demandas que a ele se apresenta. Tendo como determinações tais características, do cotidiano, emana uma positividade que se confunde com a realidade em si (GUERRA, 2012, p. 45).

Os Assistentes Sociais imbuídos na vida cotidiana que por suas características próprias é mais propensa à alienação, e, portanto, à disseminação do pensamento burguês pelo senso comum, estão impregnados na burocracia institucional. Assim, dificilmente percebem as implicações éticas e políticas das

respostas profissionais às demandas dos usuários. Percebemos, então, um discurso que dicotomiza teoria e prática, pensamento e realidade, e não consegue refletir sobre o que faz, não ultrapassando a imediatividade da realidade. Tais posturas foram encontradas em 25% dos profissionais entrevistados. Relatos que refletem a análise de que a Universidade é o campo da teoria, e o exercício um trabalho burocrático que demanda conhecimentos instrumentais, tais como domínio sobre as resoluções/legislação sobre o Bolsa Família. Este sim, apresentado como o instrumental fundamental para o trabalho nos CRAS, ou seja, o velho jargão de que na prática a teoria é outra e o pragmatismo, tão necessário à sociedade burguesa. Eis alguns relatos que retratam a dicotomia entre a realidade e a teoria. Uma das profissionais observa que, desde o estágio supervisionado, já analisava tal distância:

“No cotidiano é que a gente vê que a teoria é muito distante da realidade, principalmente quando a gente vive as demandas da extrema pobreza. Eu já via isto no estágio” (Assistente Social nº 7).

“Não é fácil, viu, porque quando a gente está na academia, a gente vê aqueles livros de teorias maravilhosas, mas quando a gente chega mesmo na realidade, nas instituições, é meio complicado o nosso cotidiano” (Assistente Social nº 15).

“O meu dia a dia profissional é muito difícil. Não vejo ligação com as teorias da universidade, que são muitas e pouco tem a ver com o real do Assistente Social. O que vale são os conhecimentos da assistência social que vem do Governo Federal, principalmente as resoluções do Bolsa Família” (Assistente Social nº 16).

Barroco (2012) ressalta que dadas as particularidades e peculiaridades das demandas atendidas pelo Serviço Social e o conservadorismo, herança de sua formação passada, bem como a influência da ideologia dominante na cotidianidade, o profissional não está isento dos apelos moralistas e preconceituosos do imaginário social. Mas há possibilidades em suspensão desse cotidiano.

A suspensão do cotidiano permite ao indivíduo enriquecer-se, tornar-se mais consciente e motivado por exigências que passam a ser incorporadas por sua individualidade. Logo não existe uma barreira intransponível entre a cotidianidade e outras formas de vida. Ela é ao mesmo tempo começo e fim de toda atividade humana. Sua dinâmica, no contexto da alienação, é que demanda que ela seja “mais ou menos” alienada (BARROCO, 2012, p. 73, grifos do autor).

No entanto, é certo que a burocracia institucional favorece uma dinâmica cotidiana profissional alienada, condicionada também pelas imposições do mercado

de trabalho profissional, a que está sujeita o Assistente Social. Necessariamente, como indivíduos portadores de uma teleologia que nos permite refletir sobre nossas ações, pautados em um projeto profissional crítico a essa sociabilidade, podemos suspender o cotidiano, resguardados pela nossa relativa autonomia, embasados em princípios e valores radicalmente humanistas. Dos Assistentes Sociais entrevistados, cerca de 75% sinalizaram essa possibilidade em seus relatos, os quais refletem, de alguma forma, questionamentos sobre o cotidiano e suas possibilidades de suspensão:

“Eu acredito que devemos buscar, especialmente nós da área social, que trabalhamos, que lemos e fomos desafiados a não se deixar envolver pelo senso comum, mas ter uma análise crítica, refletir sobre nossas ações cotidianas” (Assistente Social nº 13).

“Mas o que a gente pode fazer? Aquele trabalho de formiguinha, aos poucos. Dentro da nossa casa, dentro do espaço institucional. Mudar os valores burgueses do individualismo, do consumismo...” (Assistente Social nº 2).

“A gente tem que tentar lutar para ter um momento de reflexão. O ideal seria ter esse momento dentro do espaço do trabalho, da equipe. Se não for possível, deve-se buscar fora do espaço institucional. Para que você possa refletir e estar a cada dia se aprimorando enquanto profissional. Se você fizer isso, vai também se aprimorar enquanto pessoa, pois estará se renovando. Se você não busca novos conhecimentos, novos horizontes e reflexões sobre o trabalho cotidiano, você acaba ficando presa à burocracia, ao dito, ao estabelecido, sem ter realmente uma consciência crítica e problematizar nas intervenções profissionais...” (Assistente Social nº 6).

“Tem que ser uma coisa muito ousada. Vai ser uma luta muito árdua. Eu vejo os assistentes sociais como formiguinhas nesse processo. Estamos ali todos os dias, tentando, fazendo a nossa parte. Sabemos que é muito mais complexo, que sozinhos não vamos poder, mas se cada um tiver a sua consciência do seu fazer no dia a dia, na problematização de valores anti-sociais, já é muita coisa” (Assistente Social nº 9).

“Em relação com o cotidiano, a gente sempre se pergunta quais são os impactos que o serviço oferece à comunidade. Será que nós estamos trabalhando nesse olhar de qual é o impacto que o nosso fazer gera nas famílias, nessa construção. E qual é a nossa contribuição na construção de uma visão mais crítica. Claro que as famílias têm o seu olhar crítico, não estamos aqui para dizer como as pessoas devem pensar, mas refletir a possibilidade de disseminar valores críticos” (Assistente Social nº 8).

“O que vamos fazer é compartilhar e trocar ideias. Ver e refletir junto com as famílias, os valores, faz acreditar numa sociedade diferente que não seja pautada de forma tão acirrada nas questões sociais. Que contribuições o nosso fazer profissional hoje tem para levar essa consciência às famílias, para mostrá-las que elas são protagonistas dessa história, que elas precisam acessar os direitos. Que não adianta ficarmos sós à frente, se elas não se mobilizam também” (Assistente Social nº 10).

Observamos, a seguir, que uma das entrevistadas sinaliza com um exemplo do cotidiano, com vistas à mudança de valores, a partir da problematização sobre preconceitos, no âmbito do gênero. Como uma forma de alienação moral, o preconceito proporciona atitudes discriminatórias e antiéticas na relação profissional-usuário. Sua problematização é uma forma de desalienação moral, portanto, de possibilidades de suspensão do cotidiano.

“Por exemplo, as questões de gênero... se você tem um filho, você pode trabalhar nos primeiros anos de vida, pois a maioria de nós (assistentes sociais) somos mulheres. Então a gente tem esse papel cultural, mas às vezes a gente faz o inverso, a gente trabalha/ensina que as mulheres têm que fazer tarefas domésticas e o homem fica livre. Quando ele crescer terá um sentimento de liberdade, e nós, de aprisionamento, de ‘super tarefas’, porque fomos criadas com isso. E se eu não fizer, eu sou reprimida. Apesar de saber que hoje existem vários modelos de configuração familiares, a sociedade ainda cobra, especialmente nós, do Nordeste, onde o machismo é muito enraizado e cobra muito da mulher. Mesmo que a Mulher seja a chefe de família, a provedora. Por exemplo, se chegar numa casa e ela estiver desordenada. Todo mundo vai olhar para a mulher, ‘essa casa não tem mulher, não?’ Mas a gente tem que desconstruir isso. Delegar tarefas para nossos filhos sem discriminação de gênero. Essas questões têm que ser discutidas com os usuários de nosso trabalho. Se você fizer o contrário estará contribuindo para o instituído e não para a transformação social” (Assistente Social nº 1).

O trabalho cotidiano do Assistente Social é mediado por princípios e valores; objetivado em níveis diferenciados na consciência, o profissional pode ultrapassar essa dinâmica, ampliando diferentes níveis de concepção com as possibilidades humano-genéricas, contidas no projeto profissional. Pensamos que, na pesquisa, parcela significativa dos profissionais apontam níveis diferentes para tal possibilidade.

Romper com a hegemonia dos valores construídos por essa sociabilidade é construirmos a possibilidade de percebermos a relação intrínseca do singular com a genericidade, pois o homem é simultaneamente ser singular e ser genérico, produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano.

5.5 O trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e as possibilidades de mediações profissionais

Para a compreensão do movimento dos processos singulares, presentes no horizonte do trabalho profissional do Assistente Social nos CRAS, necessário se faz entender que esse trabalho é constitutivo de três dimensões, intrinsecamente inter-relacionadas: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A dimensão ético-política relaciona-se à finalidade da ação, do compromisso profissional com os valores que fundamentam o projeto profissional e o sentido que atribuem à ação profissional. Tais valores estão intrinsecamente articulados com a dimensão teórico-metodológica, que tendo como terreno de base a teoria social crítica articula teoria-método e metodologia em uma perspectiva que privilegia a história e os processos sociais econômicos, políticos e sociais como determinantes na construção da sociabilidade humana, que tem no trabalho sua gênese e desenvolvimento.

Assim, é fundamental e necessário o conhecimento da realidade em que estamos inseridos e seu método de apreensão para desvelarmos o real em suas contradições e sermos capazes de atuar criticamente, dando respostas qualificadas às demandas profissionais.

As dimensões ético-política e teórico-metodológica estão atreladas à técnico-operativa, onde o sujeitos profissionais articulam os conteúdos instrumentais de sua ação, enquanto instância de passagem para a operacionalização de seu trabalho que contém valores e uma direção teórica, bem como um método de apreensão dessa direção. Guerra (2012, p. 40) observa a indissociabilidade dessa tríade que compõe o trabalho do Assistente Social:

Estando em sistemático processo de totalização, as dimensões que conforma a profissão não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra. Tais dimensões dado o nível de complexidade da própria realidade social na qual o assistente social atua, bem como das seqüelas da chamada questão social, as quais fornecem objetos da intervenção, também se complexificam e se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão torna-se capaz de dar respostas qualificadas as diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam.

Em uma profissão cujo instrumento básico de trabalho é a linguagem, as atividades desenvolvidas por esse trabalhador estão associadas ao seu conteúdo formativo, ou seja, às dimensões de sua formação, que tem nessa tríade – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa o pilar de sua competência na leitura que faz da realidade, dos processos sociais que a compõem e o estabelecimento de relações com os sujeitos que demandam seus serviços.

Já apontamos, nas análises sobre o trabalho, as políticas sociais (em especial a da Assistência Social), o cotidiano, enfim, a realidade que vivenciam e atuam; e ainda como os Assistentes Sociais dos CRAS enfocaram essas temáticas, que concepções teórico-metodológicas permeiam tais abordagens e as contradições presentes nas expressões desses profissionais. Sem perder a dimensão da indissociabilidade, daremos maior ênfase às dimensões técnico-operativa e ético-política, entendendo que, ao abordarmos tais aspectos, a dimensão teórico-metodológica estará também contida nas mesmas.

5.5.1 Dimensão técnico-operativa: lugar do conhecimento e da vivência de valores

A dimensão técnico-operativa no processo de trabalho dos profissionais nos CRAS é compreendida pela instrumentalidade que se constitui como a capacidade de compreender as demandas da sociedade, demandando meios e finalidades aos requisitos sócio-institucionais onde estão contidos também valores.

Guerra (2002) expõe que todo processo de trabalho implica um conjunto de atividades prático-reflexivas com o objetivo de alcançar finalidades condicionadas pela existência da adequação e criação de meios, e das condições objetivas e subjetivas. Assim, os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sobre os quais o trabalho se realiza, modificando-os, adaptando-os ou utilizando-os para o alcance de suas finalidades.

5.5.1.1 Teleologia e causalidade, meios e fins da ação humana

A capacidade teleológica é posta no por teleológico do trabalho e imanente à práxis humana. A teleologia apresenta-se como a capacidade ontológica

dos homens através de uma ação racional, sob prévia ideação, ser capaz de transformar do reino da possibilidade ao reino da efetividade. Ou seja, a posição teleológica do trabalho tem por limites as determinações da causalidade, que são os meios encontrados na realidade, os objetos: matérias orgânicas, inorgânicas, humanos e sociais, que apreendidos pelo pensamento, busca-se um fim, uma finalidade para nossa ação, redundando em transformação destes meios.

A finalidade existe antes da objetivação de nossa ação, como ressalta Lukács (2004, p. 69): “um projeto ideal se realiza materialmente, uma finalidade pensada transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, apresenta algo de qualitativamente e radicalmente novo.” A finalidade não caminha sozinha, não há concretude nela se não formos capazes de buscar os meios, para transformar a causalidade dada em causalidade posta. Assim, a finalidade é um ato subjetivo que se articulada no nível do pensamento, buscando, através das condições dadas, das causalidades espontâneas, transformá-las em causalidades postas.

Buscar os meios tem um papel fundamental para alcançar os fins desejados. Isso exige conhecimento das determinações que envolvem a matéria, natural ou social, e seus nexos causais, para que a finalidade não fique no âmbito ideal, mas que se efetive, transformando a matéria, a causalidade em causalidade posta.

O conhecimento das determinações do real na efetivação do por teleológico, ou seja, a consciência que reflete a realidade, tem um caráter de possibilidade. O caráter de possibilidade significa que o reflexo da realidade possibilita, mas não efetiva, a passagem da causalidade à causalidade posta. Ela pode contribuir, o que não significa que vá contribuir. Com outras palavras a consciência pode contribuir ou não, essa possibilidade se efetivará a partir de outros elementos que se somam a esse processo. O reflexo contém a possibilidade, o que implica o âmbito da possibilidade da teoria (SANTOS, 2012, p. 174).

Tal possibilidade é dada pelas escolhas de alternativas que implicam em decisões, desde o início do processo do trabalho, da passagem da teleologia em causalidade posta, na posição da busca dos fins e dos meios de concretização dos atos de trabalho. Para pôr em movimento a finalidade, o sujeito tem de conhecer as determinações do objeto e escolher a finalidade. De posse da finalidade, escolherá dentre as alternativas a que melhor lhe cabe para efetivar a ação. Tais alternativas são dadas pela observação e a experiência. Ela é o elo ontológico que articula o reflexo, que participa de uma prévia ideação, com o produto resultante do processo

de trabalho. Assim, quanto mais se desenvolve o trabalho, mais se ampliam e se complexificam as alternativas, que são as decisões e as escolhas que passam necessariamente pela consciência.

Escolher entre as alternativas significa avaliar se um determinado objeto será útil ou não, adequado ou não, para atingir determinado fim e avaliar a adequação do próprio fim posto. Isso requer uma um conhecimento prévio, mas também uma avaliação de valor (SANTOS, 2012, p. 176).

Sendo o reflexo a forma social da ativa apropriação do real pela consciência, impulso da consciência em direção ao real, importante na posição dos fins, não os determina, pois os homens ao por uma finalidade, busca conhecimento da causalidade de acordo com seus valores, que incidirão sobre as escolhas das alternativas para efetivação da finalidade em causalidade posta. Como implicam escolhas, as alternativas tanto estão na posição dos fins como dos meios.

Isso implica dizer que a transformação do objeto pela atividade do trabalho será sempre subordinada a um fim. Para se alcançar a finalidade necessitamos dos meios, que são os instrumentos de trabalho, dados pelo real, mas que requer conhecimento prévio de suas determinações. Ao usar tais instrumentos, os homens têm de possuir conhecimento sobre como utilizá-los e habilidades para manuseá-los, ou seja, ter um conhecimento técnico, procedimental, que requer escolhas do sujeito sempre condicionadas pelo caráter teórico, ético e político.

Para o trabalho do Assistente Social, segundo Souza (2012), conhecer seus instrumentos de trabalho⁶⁷, buscando os meios necessários à sua realização, constitui condição fundamental, tais como: conhecer as condições de trabalho, o projeto profissional que o fundamenta, os recursos institucionais, bem como as técnicas e os instrumentos.

⁶⁷ Para vários autores, como Lessa(2000) e Santos (2006), cujas abordagens se fundamentam em Lukács, o Serviço Social é uma atividade teleológica secundária, derivada da atividade teleológica primária, que é o trabalho como capacidade ontológica dos homens para transformarem a natureza, transformando o mundo e a si mesmos. Nessa perspectiva, e para os referidos autores, o Serviço Social não é trabalho, mas uma atividade derivada do mesmo, posição com a qual não convergimos, tendo em vista que a posição assumida nesta tese é a de que o Serviço Social é trabalho.

5.5.1.2 Instrumentalidade e serviço social

Essa capacidade reflexiva no pôr teleológico do trabalho está presente no exercício do trabalho profissional do Assistente Social, o que Guerra (2000, p. 29) chama de instrumentalidade:

Instrumentalidade é a categoria reflexiva capaz de apontar as diversas formas de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e as competências e as requisições profissionais, de modo a demonstrar o concreto particularizado das formas de operar da profissão.

Nessa abordagem, a instrumentalidade transcende a simples utilização de técnicas e instrumentos, porque os elementos técnicos existem em determinado processo histórico, onde a técnica contém uma visão política determinada e uma concepção ética dos sujeitos que a imputam valores. Ou seja, a instrumentalidade se refere “a um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional” (GUERRA, 2002, p. 53). Nesse aspecto, quando perguntadas sobre as atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho profissional, 100% das Assistentes Sociais entrevistadas ressaltaram que trabalhavam com a escuta, atendimentos individuais, famílias, articulação institucional, interssetorial, trabalho com grupos, relações interdisciplinares, trabalho na comunidade. Evidenciou-se que os relatos condizem com as particularidades e a padronização dos serviços ofertados pela Assistência Social no âmbito dos CRAS, quais sejam: acolhida individual e familiar; entrevistas; visitas domiciliares; relatórios sociais; facilitação de grupos socioeducativos destinados às famílias, crianças jovens e idosos; encaminhamentos e articulação da rede socioassistencial; articulação da rede de organizações governamentais e não governamentais (ONGs); gestão de benefícios incluindo o acompanhamento ou inserção em programas de transferência de renda; cadastramento; administração do Cadastro Único e concessão de benefícios eventuais.

Um grupo de 25% das entrevistadas se refere a seu trabalho de forma bastante instrumental, reduzindo-o a atendimentos administrativos relacionados às condicionalidades do Bolsa Família. Percebe-se, nesse grupo de profissionais, o desenvolvimento de um trabalho acrítico, sem clareza dos fins de sua intervenção e tampouco do projeto profissional que o fundamenta. Nesse aspecto, a reprodução do seu fazer aos manuseios burocráticos dos instrumentos acabam por expressar

unicamente o saber instrumental da gestão institucional que se reduz à quantificação, aos procedimentos e às rotinas de cumprimento de prazos e aos requisitos de produtividade, muitas vezes impedindo ou dificultando a reflexão coletiva dos processos de trabalho. Isso está presente nestes dois depoimentos:

“O Cadastro Único é muito burocrático e exige muito que estejamos atentos às normas do MDS. Tenho que estar atenta à produção de cadastros. O número de produções, de invalidações, de inscrições, pendências e invalidações, digitações, quantidade de famílias que estão em descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família. Gosto de fazer isso” (Assistente Social nº 7).

“O trabalho do Assistente Social nos CRAS, boa parte de nosso tempo é preenchido com a análise dos atendimentos do Bolsa Família. À fiscalização das condicionalidades” (Assistente Social nº 15).

Um grupo significativo de Assistentes Sociais, ou seja, 75% delas, percebem de alguma forma, ao relatarem suas atividades nos CRAS, que as mesmas são desenvolvidas questionando-se a burocracia institucional, revelando, assim, clareza dos fins e dos meios para dentro das alternativas encontradas no real, pleno de determinações, assim como buscando finalidades para suas ações, pautadas no projeto profissional.

“Primeiro a atenção, a escuta. Eu acredito que seja uma marca do Serviço Social. Ele ter a capacidade de escutar aquela pessoa que às vezes fala muita coisa e só no final ela consegue dizer realmente o que quer. Porque ela tem que contextualizar toda a dinâmica familiar dela. Eu acredito que é uma marca do Serviço Social. A capacidade de escutar aquela pessoa e ter atenção àquela situação, para depois intervir. Mas primeiro temos que dar conta daquele contexto, daquelas condições, das expressões da questão social. A gente nunca se contenta com uma coisinha, a gente sempre vai puxando, parece àquela lã. A gente vai puxando as teias da dinâmica familiar para compreender como se dá aquele contexto” (Assistente social nº 5).

“As atividades que desenvolvo são: a escuta, a atenção; o próprio atendimento em si; conhecer a realidade das famílias em loco; visitar as famílias; a concessão dos direitos buscando na rede e fazendo articulação institucional e interssetorial; buscando parcerias locais para se fortalecer os serviços; os grupos socioeducativos; as mediações com os outros profissionais para fluir os serviços” (Assistente Social nº 4).

“Não subestimando os outros profissionais, mas o profissional mais operativo dentro da Política de Assistência Social é o assistente social. Como assistente social, na maioria das vezes, pode ter as exceções, mas somos uma categoria mais acessível. As pessoas chegam à gente com mais facilidade, elas não têm tanto receio de nos perguntar algo” (Assistente Social nº 11).

“A gente faz o trabalho de acompanhamento familiar, de acompanhamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos [SCFV]. No

caso, eu fico com os idosos e as crianças. A gente faz vários atendimentos: dos acompanhamentos, de demanda espontânea, do Cadastro Único. E aí os encaminhamentos mil. O CRAS é a porta de entrada, então vem tudo. O que a gente pode encaminhar por aqui a gente resolve, se não a gente encaminha. Fica acompanhando, é basicamente isso. Acho que pra isso é necessário a gente conhecer os sujeitos demandantes de nossa ação, quem são esses usuários e que sociedade vivem” (Assistente Social nº 8).

“O CRAS mudou muito a cara, é a porta de entrada para tudo. Tornou-se a instância que as pessoas procuram primeiramente para ter atendimento de suas demandas por direitos. Assim atendemos as pessoas que nos procuram para todos as necessidades que vão muito além do Bolsa Família” (Assistente Social nº 3).

“A gente tem um trabalho com as lideranças, não só por causa dos NUPPs, mas antes deles. A gente já tinha essa relação mais estreita com as lideranças. A gente via a comunidade sentar. Uma usuária sentou comigo hoje pra discutir a questão das obras do METROFOR. Um problema de urbanização [infraestrutura urbana] na área que ela mora. A comunidade tem essa referência com a gente, esperando que a gente faça a interlocução entre os moradores e o Poder Público. Embora a gente tente reforçar que quem tem que ser sujeito é a própria comunidade” (Assistente Social nº 1).

Para a realização do trabalho profissional dos Assistentes Sociais, o aparecer da profissão é sua instrumentalidade, constituído de um conjunto de instrumentais e técnicas concebidas como meios que permitem a operacionalização das ações e a técnica como habilidades no manuseio desses instrumentos. No entanto, tais instrumentos e técnicas não estão desvinculados da realidade social e do caráter histórico e teleológico. Não são neutros, mas careados de valores que imprimem às ações as intencionalidades dos sujeitos e seus projetos políticos.

É na dimensão técnico-operativa que a profissão aparece em sua visibilidade social como profissão interventiva, produtora da imagem e autoimagem da profissão, contendo a dimensão ético-política; e ambas têm seus fundamentos nos aportes teórico-metodológicos da Teoria Social, como observa Guerra (2012, p. 40):

Apesar do reconhecimento de que as dimensões só existem em relação umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão e sua auto-imagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que às vezes é mera reprodução do instituído e em outras se constitui a dimensão do novo. Não é supérfluo lembrar que a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o Serviço Social atua na reprodução ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia.

Compreendendo a importância dessa dimensão na concretude do trabalho profissional, os Assistentes Sociais citaram em suas falas os instrumentais utilizados no cotidiano profissional, como entrevistas, pareceres, visitas domiciliares; e destacaram como instrumentos o relatório mensal do plano de acompanhamento familiar e a ficha de identificação da família, instrumentais elaborados pelos gestores da política nacional de Assistência Social.

“Não há um registro individual do que eu fiz durante o dia. Existe um geral. São instrumentais também: o Relatório Quantitativo Mensal (RQM), Relatório da CIT (*), Reuniões de equipe” (Assistente Social nº 12).

“O planejamento ele é muito importante, sistematizar as atividades através do planejamento, os relatórios para viabilizar direitos através da rede, os laudos, os pareceres sociais que são muito importantes, os registros e a organização desses registros” (Assistente Social nº 11).

“Tem os atendimentos, as visitas domiciliares, os encaminhamentos, as articulações institucionais, têm os Sistemas que são do Cadastro Único e Bolsa Família. Os Sistemas de Benefícios e o Sistema de Condicionais [SICON]. A gente dispõe de transporte para realizar as visitas” (Assistente Social nº 5).

“São os relatórios, os planejamentos, a ficha de identificação da família, que a gente faz a entrevista individual com a família; a visita domiciliar, o plano de acompanhamento familiar, àquelas famílias que estão precisando de questões mais específicas, aí a gente passa a acompanhá-las no plano de acompanhamento familiar” (Assistente Social nº 6).

Quando perguntados como avaliam tais instrumentos e sua importância para o exercício cotidiano do trabalho, ressaltaram a necessidade de construção coletiva dos instrumentais; a intensa burocratização dos mesmos que demanda trabalho e repetição de dados e sua necessária avaliação e discussão pelos sujeitos envolvidos.

“Os instrumentais são super úteis. É super positivo registrar. Minha queixa é em relação aos registros da busca ativa (*). Eles perguntam: quantas visitas foram feitas na busca ativa? Dessas, quantas pessoas vieram ao CRAS? É um dado que não dá para mensurar. Os instrumentais em si, e aí eu falo sobre o registro geral, livro de visita, Ficha de Identificação da Família [F.I.F], tem uns dados ali que precisamos avaliar melhor qual é a utilidade. Porque eu percebo que o profissional às vezes desconhece qual é a utilidade” (Assistente Social nº 12).

“A gente tem os registros e na minha concepção o que eu não gosto? São instrumentais que já vem pronto, não dão margem para ser construído pela equipe. O ministério manda os formulários e a gente tem que aplicá-los. No caso do PAIF, o ministério já criou um prontuário muito interessante, mas é algo que é constituído de cima para baixo, onde as equipes que executam e vão utilizá-lo não foram chamadas à construção e isso é um lado negativo. A gente não poder participar da construção desses formulários” (Assistente Social nº 8).

“Mas no caso dos formulários do Plano de Acompanhamento Familiar [PAF] (***) e Ficha de Identificação da Família [F.I.F] (****), não é algo construído conjuntamente pelos profissionais. Eu já ouvi de vários profissionais antigos que disseram que não participaram. Tem profissional que tem mais de cinco anos no CRAS e a Política de Assistência é de 2004, é uma política nova. Em 2004 tinha quantos CRAS em Fortaleza? Eu acho isso uma dificuldade. O fato de ter ouvido de profissionais antigos que não participaram da construção dos instrumentais. São repetitivos” (Assistente Social nº 6).

“Atualmente, em Fortaleza, eu acho esses instrumentais muito redundantes, porque você acaba tendo que registrar as mesmas coisas em vários lugares diferentes, o que toma muito tempo. E isso desmotiva. Para mim isso é um desafio, porque você chega e tem que evoluir num livro de visita, tem que evoluir no cadastro, que tem que evoluir num relatório a ser feito. Para mim deveria ser uma coisa mais unificada e objetiva. Eu sei que nós não somos uma Política de números, porém tem que ser coisas objetivas, até porque nossas demandas são muito grandes e nos demandam muito tempo” (Assistente Social nº 3).

“Um instrumental que eu vejo possibilidade da gente fazer muita coisa é a visita domiciliar. Nela a gente consegue perceber as inúmeras demandas da família advinda da forma da sociedade existir e problematizar com eles estas demandas, também buscando os direitos” (Assistente Social nº 1).

“No caso dos pareceres não, porque nós temos a liberdade técnica, desde que esteja fundamentada, a gente também não pode colocar só o que a gente pensa, porque parecer não é algo que você pensa, não é só seu pensamento, é algo que tem que ser fundamentado” (Assistente Social nº 4).

No tocante à relativa autonomia na condução do trabalho, o parecer social, as entrevistas, as abordagens individuais e a visita domiciliar são avaliadas como o campo das possibilidades, onde o profissional pode problematizar valores. Nesse aspecto, é possível perceber no conjunto das respostas das entrevistas que as Assistentes Sociais concebem com clareza a finalidade de suas ações, e apesar dos limites institucionais e das contradições da própria política de Assistência Social e da realidade social em sua totalidade, buscam nos meios as possibilidades concretas de construção de um trabalho crítico de qualidade. Percebe-se isso na crítica aos instrumentais, como também nas possibilidades de sua condução em problematizar valores, colocando em movimento a dimensão ético-política da profissão, ponto abordado no item seguinte.

5.5.2 Dimensão ético-política: moldura do trabalho profissional, valores que o fundamentam

A concepção teórico-metodológica que fundamenta o projeto profissional dos Assistentes Sociais, a partir dos anos 1970, encontra-se referendada na teoria marxista que hegemonicamente permeia a formação profissional e o trabalho desses profissionais, resguardando as tensões e os limites postos pela própria realidade social, bem como o campo de mediações possíveis de construir para efetivação desse projeto, no âmbito formativo e interventivo.

No âmbito interventivo, objeto de análise desta tese, a existência de um projeto profissional crítico, com direção ético-política, na perspectiva marxista, conforma que o trabalho desenvolvido por esses profissionais é constituído de causalidades e teleologia. Ou seja, os profissionais têm no trabalho desenvolvido, como sujeitos sociais, a capacidade teleológica de projetar finalidades, dadas pelas causalidades encontradas no real, buscando assim os meios e os fins de realização de suas ações, postas pelas alternativas, que redundam em escolhas carregadas de valores e que se encontram em conflitos com as causalidades dadas para transformá-las em causalidades postas.

Escolher, dentre alternativas os instrumentos adequados à transformação da finalidade ideal em finalidade real, requer, igualmente conhecimentos das determinações dos objetos e do real envolvidos no processo: um conhecimento da própria finalidade ideal e dos valores embutidos nela e conhecimento dos meios para alcançá-la (SOUZA, 2012, p. 191).

O trabalho age sobre o sujeito humano, que ao operar sobre a natureza e transformá-la muda também sua própria natureza, implicando o domínio da consciência sobre o objeto que sempre no contínuo de alternativas transforma a causalidade em causalidade posta. As alternativas têm como objetivo a realização de valores, na tomada de posição entre diferentes valores, que são objetivos, pois são movidos pela totalidade da vida social. As alternativas têm, em si mesmas, caráter ético-político, porque o homem, ao agir, o faz com consciência e liberdade, adicionando valores às suas finalidades. Heller (1989, p. 5) define valor como:

[...] tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou imediatamente, para a explicitação desse ser genérico, tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação com a situação de cada momento,

contribua para o enriquecimento daqueles componentes essenciais; e pode-se considerar desvalor o que direta e indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de um componente essencial. O valor, portanto é uma categoria ontológico-social; como tal é objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social.

A moral, enquanto conjunto de valores, tem origem no desenvolvimento da sociedade, que, para atender suas necessidades práticas, estabelece determinadas normas e deveres, objetivando a socialização e a convivência entre seus membros em cada momento histórico. Tais valores, sendo internalizados, transformam-se em dada sociedade em orientação de valor. Como ressalta Santos (2012, p. 184), tais valores são mutáveis em dados períodos históricos:

Os valores são mutáveis, conforme se observa na história das civilizações. O valor existe a partir do momento em que o homem destina um significado à realidade, qualificando-a, como, por exemplo, ao afirmar que algo é verdadeiro ou falso, belo ou feio, bom ou mau. Cabe, portanto, a ética, buscar os fundamentos desses valores, quais interesses representam, uma vez que são construídos socialmente.

Valor também é práxis, ou seja, supõe a existência material de um objeto, que, ao transformá-lo em algo novo através das escolhas, responde às necessidades humanas objetivas dadas pelo trabalho. Assim, os valores não são decorrentes unicamente das subjetividades humanas, mas também é objetivo, produto da práxis humano-social.

A práxis não tem como objeto somente a matéria; também supõe formas de interação cultural entre os homens. Para transformar a realidade, produzindo um mundo histórico-social, os homens interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. A práxis interativa, por exemplo, emerge como necessidade posta pelo desenvolvimento da sociabilidade; sua especificidade está no fato de objetivar uma transformação da realidade em sua dimensão consciente, valorativa, cognoscitiva, teleológica. Neste sentido a vida social se constitui a partir de várias formas de práxis, cuja base ontológica primária é dada pela práxis produtiva objetivada pelo trabalho (BARROCO, 2001, p. 30).

A moral, então, nasce do desenvolvimento da sociabilidade, que, para sua convivência social, estabelece normas e deveres essenciais no processo de socialização dos indivíduos que internalizam valores, em dado momento histórico. Tais valores se transformarão em hábitos; e internalizados irão se transformar em orientação de valor para o próprio sujeito, para os outros e para a sociedade. Por isso sua função integradora, estabelecendo uma mediação de valor entre o sujeito e a sociedade; fundamental na vida cotidiana, onde a repetição e o espontaneísmo

são necessários para a reprodução de normas valorativas que se constituirão costumes e hábitos.

Na sociedade capitalista, a moral cumpre uma função ideológica precisa na reprodução dos valores sociais que perpassam interesses de classe, necessários à reprodução da sociedade de classe, fundada no trabalho alienado e na propriedade privada dos meios de produção. Nesse aspecto, as escolhas serão dirigidas pelos determinantes ideológicos coercitivos, voltados ao processo da alienação e da dominação, reproduzindo acriticamente os valores, através do moralismo regido pelos preconceitos. Barroco (2001, p. 48) ressalta que “o moralismo é uma forma de alienação moral, pois implica na negação da moral, como uma forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres, de construção da particularidade”.

Tendo como objeto a moral, a ética constitui-se como reflexão crítica ontológica e histórica dos valores morais construídos pela sociabilidade. Assim, como saber ontológico, ela desvela as formas reificadas do ser, apreendendo criticamente os fundamentos dos conflitos morais, suas determinações e formas alienadas. Para ser crítica, a ética tem que apreender os fundamentos dos valores morais do seu tempo, e, como instrumento teórico-crítico, orientar a formação de valores humano-genéricos que apontem para o devir.

É essa a concepção ética que fundamenta o projeto profissional dos Assistentes Sociais; ao projetar suas ações, orienta suas objetivações com valores e finalidades, cujo conteúdo ético-político e crítico o perpassa. Enquanto projeto coletivo, como ressalta Barroco (2001, p. 65), um projeto profissional implica determinadas condições:

Deve atender a necessidades sociais, realizadas de determinadas formas, e produzir um resultado objetivo, com implicações sociais e desdobramentos éticos e políticos. Portanto, tenham os agentes (tomados individualmente) consciência ou não de que tais elementos conformam um projeto, isso não elimina o fato objetivo de que se está se produzindo um produto concreto e que ele, de alguma forma, contribui para a objetivação de determinadas finalidades e necessidades sociais em direção ética e política.

Enquanto modo particular de objetivação da vida ética a ética profissional funciona como um conjunto de necessidades que acabam por legitimar a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, implica atendimento de demandas cujas

respostas têm uma dimensão teleológica com implicações ético-política no produto concreto das ações profissionais.

Assim, a partir da concepção filosófica crítica que fundamenta a ética profissional, na perspectiva ontológica contida na formação desses profissionais, no qual pressupõe um conhecimento teórico-metodológico capaz de fundamentar as escolhas éticas não alienadas, o profissional conflitua-se com a sua formação. A educação moral primária socialmente adquirida no meio social em que vive (escola, família, religião) entra em contradição com os valores formativos, daí a necessidade de romper com tais valores, o que exige uma tomada de posição nas escolhas ético-morais dos sujeitos, de modo que se responsabilizem por elas.

Quando perguntamos aos Assistentes Sociais se o trabalho profissional desenvolvido pelos mesmos, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), continham valores, todas elas conceberam que as ações como respostas às demandas profissionais contêm valores. Eis alguns relatos:

“O tempo todo nosso trabalho contém valores adquiridos na nossa formação. É. Isso está o tempo todo em vista, inclusive, é trabalhado com outros profissionais da assistência, que não são só nós, a questão do respeito à população, a questão de gênero, a diversidade sexual, a raça e etnia, a todas as formas de representação social que eles tem a trazer pra gente. Os próprios valores que eles trazem, pra gente, respeitar esses valores, e o tempo todo mostrando que eles são sujeitos de direitos. Na questão da participação popular eles traziam demandas da política de saúde, a gente gostaria que eles trouxessem demandas da política de assistência, mas trazia muita demanda da política de saúde do território, que é o que impacta muito pra eles, e estas demandas, pelo respeito a população eram consideradas e encaminhadas” (Assistente Social nº 2).

“São permeadas, sobretudo, por valores éticos e políticos. Eu acho que é mais na questão dos valores de cidadania, de potencializar a comunidade para que a ela se organize, os valores do coletivo” (Assistente Social nº 1).

“Nosso trabalho contém o tempo todo valores. Valores éticos, políticos, sociais, econômicos, morais. Mesmo às vezes não percebendo, você está repassando os seus valores. No entanto, o fato de você repassá-los não significa que você deve impor. Repassar às vezes é uma coisa natural, impor é diferente. Quando você passar a impor isso já é um ponto negativo dentro do Código de Ética” (Assistente Social nº 12).

“Quando estou no atendimento, escrevendo meus relatórios tem uma visão de valores da minha formação profissional nestes trabalhos que executo. Penso que não podemos impor aos usuários isso, mas problematizar esse conhecimento com os deles e questionando também” (Assistente Social nº 4).

Três das entrevistadas demonstraram em suas falas que suas ações profissionais resguardavam valores que foram apreendidos no processo da formação profissional, porém muitas vezes estes entravam em conflito com a sua educação familiar, pois a formação religiosa das mesmas era muito significativa em suas vidas.

“Às vezes é difícil a gente se colocar mais liberta dos preconceitos porque nossa educação moral foi diferente da nossa formação. Mas a gente tenta...” (Assistente Social nº 6).

“Eu acho que os valores de nossa formação são muito libertos e muitas vezes entram em choque com o que nossa família nos ensinou” (Assistente Social nº 7).

“Percebi que no Serviço Social a gente adquire uma outra visão da sociedade e seus valores. Aí a gente entra em choque com todos, principalmente a família. É preciso ter coragem para ir contra tudo e que isso também tenha reflexo no trabalho profissional” (Assistente Social nº 3).

Fundamentado, o Código de Ética dos Assistentes Sociais em uma perspectiva ética emancipadora, demandados historicamente pelas necessidades sociais postas pela profissão, construiu um ethos profissional, composto pela dimensão filosófica, a moralidade profissional e a normatização objetivada no código de ética profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções. Assim, o Código de Ética de 1993, como ressalta Barroco (2012, p. 76),

é a expressão do ethos profissional vigente na profissão em determinado contexto histórico, bem como a sua projeção ideal, em termos do perfil ético desejado pela categoria, em consonância com seu projeto ético-político profissional. Criado a partir de certas condições históricas, o código forneceu suporte a coexistência entre uma base normativa elementar acessível à totalidade da categoria e uma orientação teórica e valorativa que expressa o nível mais avançado alcançado pela profissão naquele momento. Portanto, o Código de Ética contém um dever ser e uma projeção ideal do que poderia ser no sentido das possibilidades éticas ali indicadas.

Como expressão do *ethos* profissional dos Assistentes Sociais, o Código de Ética organiza-se por meio de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que fundamentam a ação cotidiana dos profissionais, pautando-se em uma concepção ético-política crítica contida no projeto profissional, construído a partir dos anos 1980, que o relaciona com a sociedade e a história, fundamentado nas bases ontológicas da teoria social de Marx.

São princípios do Código de Ética que fundamentam o projeto ético-político, assim identificados: a liberdade como valor ético central que implica autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e a consolidação da cidadania, considerada como tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora; a defesa e o aprimoramento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; a garantia do pluralismo; a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; o exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2011).

Quando perguntadas sobre os princípios que fundamentam o trabalho profissional dos Assistentes Sociais dos CRAS, foi possível observar dificuldades na problematização dos referidos princípios, porém foi feita referência à democracia, ao posicionamento em favor da equidade e da justiça social, ao aprimoramento intelectual, à ampliação e consolidação da cidadania, à liberdade, e, muito fortemente, à questão da luta contra todas as formas de preconceito. Do total de entrevistadas, 25% delas não citaram nenhum dos princípios, argumentando ter esquecido, ao mesmo tempo em que afirmavam sentir necessidade de voltar a estudar. Observações como “esta pergunta é a mais difícil”, “não era boa nesta parte ética na universidade” ou “sempre achei difícil entender estes princípios” foram as mais recorrentes nesse grupo de profissionais. Já para 75% das entrevistadas, os princípios consistiam em fator importante na fundamentação de seus trabalhos. Eis alguns relatos:

“Eu sempre procuro trabalhar voltada para o Projeto Ético Político, na questão da **liberdade como valor central** e a questão da efetivação e da **garantia da cidadania**. Eu tento trabalhar nessa perspectiva. É difícil? É, pois muitas vezes as pessoas estão acostumadas com o viés do assistencialismo e que não sabem que tem direito” (Assistente Social nº 1).

“No Código de Ética tem isso. Você vai se relacionar e não se sobrepor ao usuário. Então eu comecei a fazer esses links, do que estava no Código, das **relações com usuários, das relações com os outros profissionais, do saber construindo conjuntamente**” (Assistente Social nº 4).

“de **não discriminação**, de publicização da **democracia**. Mas há os entraves, mas temos que ser flexíveis, no sentido de estarmos vivenciando um momento de precarização total das nossas condições de trabalho, de violação, de desgaste” (Assistente Social nº 6).

“**A liberdade como valor ético central** e também a questão da efetivação da **cidadania**, porque eu acho isso muito importante no mundo hoje, no contexto que a gente vive hoje, na sociedade em que a gente vive. A cidadania no que diz respeito ao acesso aos direitos” (Assistente Social nº 8).

“Eu sempre procuro trabalhar tendo sempre a **liberdade como valor ético central**. O que implica em me **despir de qualquer forma de preconceito e discriminação**. Procurando realmente trabalhar para garantir que o meu fazer profissional seja o melhor dentro de uma sociedade, entre aspas, **democrática**” (Assistente Social nº 9).

“Outros valores são o **respeito à diferença**, o respeito ao pensar. Respeitar a família, não impor modelos. **Respeitar as diversidades**” (Assistente Social nº 11).

“**Democracia, a não discriminação, o aprimoramento profissional**, não ser arbitrário. Antes eu tinha muita dificuldade com a questão (termo) Político, mas hoje eu percebo que tudo está ligado a questão política, não tem como você ser apolítico” (Assistente Social nº 3).

“Eu acho que **a equidade, a liberdade, a luta pela igualdade**. Democracia, a não discriminação, o aprimoramento profissional, não ser arbitrário” (Assistente Social nº 2).

Três delas, apesar de não fazerem referência aos princípios do Código de Ética em resposta à questão que diretamente relacionava-se ao tema, mencionaram esse tema em outros depoimentos:

“O profissional da área social tem muito que se policiar sobre a questão do poder, do intervir, do conceder e do negar. Deve ser uma relação profissional, de cuidado, de **viabilização de direitos e de buscar a concessão deles e não a negação**. Porque se muitas vezes a gente só for pela lógica do estabelecido, vamos só negar” (Assistente Social nº 13).

“**Para mim as pessoas são livres**. Qualquer pessoa independente da sua opção sexual, religiosa ela deve ser respeitada. Aí a liberdade entra muito na questão do respeito, como valor também. Quanto às relações estabelecidas com os usuários, estão ligadas à questão do respeito, da

liberdade. Mas entra muito a questão de estar se **despindo de preconceito e ter cordialidade**” (Assistente Social nº 12).

“Então é essa perspectiva de ver **o diferente como igual e de tentar trabalhar a questão da equidade e não da igualdade nessa sociedade de hoje ela é desigual**, a gente tem que trabalhar a equidade é dar a quem precisa mais, mais” (Assistente Social nº 14).

Para esse grupo majoritário de Assistentes Sociais, no desenvolvimento do exercício profissional existe sintonia com os valores, postos no Código de Ética, pois conseguem visualizar os princípios que fundamentam o trabalho profissional, cujos valores são essenciais ao projeto, como a liberdade, a democracia, a justiça social. Porém, não mencionaram a opção por um projeto vinculado à construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classes etnia e gênero; embora os mesmos profissionais sejam anticapitalistas e digam em suas falas que também lutam contra os preconceitos. Talvez a confusão do entendimento resida na concepção de emancipação política e emancipação humana, tão cara aos movimentos sociais. O próprio Marx não visualizava negativamente a emancipação política, mas ressaltava seus limites e a distinguia da emancipação humana. Sobre isso o Código de Ética conseguiu articular emancipação política com emancipação humana. Como observa Barroco (2012, p. 60), o Código articulou dois níveis de orientação ética-profissional que se vinculam organicamente: o presente, no âmbito das instituições, nos limites da sociedade burguesa, e o devir, mediado pelo trabalho profissional na perspectiva de seu alargamento e no horizonte de sua superação.

Foi muito recorrente a concepção da viabilização dos direitos, por meio das políticas e dos programas institucionais, a concepção da cidadania. Porém, em outros momentos de suas falas, as profissionais criticaram os limites de tais políticas na conjuntura de desregulamentação dos direitos na ordem capitalista neoliberalizante e a incapacidade das mesmas em erradicar desigualdades.

A liberdade enquanto princípio central do Código de Ética foi citada por 75% das entrevistadas, no entanto não foi possível distinguir qual a noção de liberdade para as referidas profissionais. É a liberdade burguesa que se apresenta como absoluta no espaço da vida privada dos indivíduos, nessa sociedade capitalista que exacerba o individualismo; ou é a concepção de liberdade enquanto possibilidade de elevação de nossa singularidade, mediada pela particularidade, ao humano genérico, enquanto manifestação livre de nossas capacidades e

possibilidades humanas? Barroco (2012, p. 62, grifos do autor) observa que é preciso desmistificar a concepção burguesa de liberdade:

Para romper com essa noção de liberdade é preciso desmistificar essa compreensão individualista e a falsa idéia de que a liberdade é plena, entendendo que a realidade é contraditória e que as nossas escolhas sempre se darão em relação aos demais, ou seja, poderão trazer conflitos, contradições e sempre implicam em responsabilidades. Só podemos ser livres com os demais se a maior parte da humanidade não é livre, como podemos desejar que a liberdade seja só “nossa”?

Para Lukács (1998), a liberdade no sentido jurídico é distinta de seu sentido na política, na moral e na ética. Só na ética é possível um tratamento adequado à liberdade. Para essa compreensão, é necessário ressaltar a gênese ontológica da liberdade a partir do trabalho, tendo em vista o caráter alternativo das posições teleológicas, porque a consciência decidirá que finalidade irá estabelecer a partir dos nexos causais da realidade, para transformá-lo em causalidade posta. Para Lukács (1998, p. 93),

A liberdade é a aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. Isso já distancia a nossa concepção ontológico-genética da concepção idealista. Com efeito, se pretendemos falar de liberdade de uma maneira razoável como momento da realidade, seu fundamento está, em primeiro lugar, numa decisão concreta entre diversas possibilidades concretas.

A liberdade é um ato da consciência, como um querer para transformar a realidade, ou seja, transformar a consciência, com mediações, a sua própria e a de outro homem. Assim, ela é expressão da alternativa e não pode ser abstrata, mas deve ser concreta, porque representa as decisões concretas objetivas onde operam as forças naturais e sociais, na totalidade da vida social. Como sujeito, o homem projeta conscientemente, transcende, ultrapassa, transformando sua própria natureza, na superação dos entraves históricos à sua objetivação. Por isso, a liberdade é um campo de possibilidades objetivas de superação do sujeito de seus entraves na objetivação do ser genérico. Assim, libertar-se desses entraves significa superar as limitações que a sociedade burguesa impôs ao trabalho, alienando-o de si, dos outros, e na natureza, é resgatar o seu caráter ontológico de uma atividade criativa, consciente e livre.

Foi também muito recorrente nas falas o direito à diferença, ou seja, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, o que remete a

tolerância e a alteridade, como respeito ao outro de manifestar sua diferença entre os demais e ser respeitado.

Os preconceitos fazem parte da ultrageneralização da vida cotidiana, sendo juízos provisórios que fundamentam as ações dos sujeitos, sem ser refletidos teoricamente pela ação prática, tornando-se inabalados contra os argumentos da razão. Movido por uma atitude de fé, o preconceito é uma atitude dogmática e irracional, reproduzindo o conformismo, a discriminação, a não aceitação dos que não se adéquam ao que foi estereotipado pela sociedade de classe como “normal” e “correto”. Por isso, o preconceito é uma forma de moralismo, de alienação moral.

[...] a intolerância remete ao dogmatismo também negador da liberdade; por isso o preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo (BARROCO, 2001 p. 48).

Nos depoimentos das entrevistadas, foi muito recorrente o posicionamento contrário à tolerância de preconceitos, como também o respeito ao outro, como possibilidade das escolhas livres, não descriminando os usuários dos serviços por orientação sexual, religião etc. Eis algumas falas que sintonizaram esse aspecto:

“O que eu penso, ou não, a respeito do ‘homossexualismo’ é um pensamento meu. Eu não sou contra o ‘homossexualismo’, eu não sou homofóbica. Apenas eu não faço nenhum juízo de valor. Para mim as pessoas são livres” (Assistente Social nº 1).

“Qualquer pessoa independente da sua opção sexual, religiosa ela deve ser respeitada. Aí a liberdade entra muito na questão do respeito, como valor também” (Assistente Social nº 3).

“Quanto às relações estabelecidas com os usuários, estão ligadas a questão do respeito, da liberdade. Mas, entra muito a questão de estar se despidendo de preconceito e ter cordialidade. Pois, para que você consiga um acompanhamento é preciso que você estabeleça uma relação de confiança, de compromisso” (Assistente Social nº 8).

“Às vezes a gente chama para as reuniões, nas reuniões eles (usuários) se empolgam. É como se eles esperassem que a gente desse um norte. A gente não dá norte em nada. A gente pode contribuir para construirmos juntos ‘esse norte’. Mas a gente não deve dar norte de organização política. Com os valores que eu tenho, dizer que a organização política de vocês é assim e vocês tem que ir por esse caminho. O que percebo é isso” (Assistente Social nº 11).

Percebemos que a ética como uma prática mediada por valores se objetiva pela mediação da consciência nesses profissionais, podendo ultrapassar a dinâmica da imediaticidade, da singularidade, posta no cotidiano profissional, e demandar um trabalho sintonizado com o projeto profissional. Mas, como ressalta Barroco (2012), isso não dependerá somente da “boa” intenção dos profissionais, mas dos diferentes níveis de capacitação e organização da categoria; responsabilidade dos sujeitos profissionais para o fortalecimento da profissão e da ética profissional, posto no Código de Ética como aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-se a serviço dos princípios desse código.

Concluimos com este capítulo que há um campo de possibilidades concretas para o exercício profissional comprometido com o projeto profissional radicalmente crítico, que aponta os valores emancipatórios presentes no referido projeto. Um grupo significativo dos profissionais entrevistados apontam essa direção e sinalizam os desafios postos para sua concretude, embora em condições concretas desfavoráveis na sociabilidade capitalista em crise. Isso posto, faremos a seguir as considerações finais, que nos apontarão as questões maiores colocadas e os desafios, que não são poucos, diante do real, que será sempre contraditório, porém rico de possibilidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende mais, é só a fazer outras maiores perguntas.”

Guimarães Rosa

Em consonância com as palavras do poeta, esta é a sensação quando se vai chegando à finalização de um trabalho tão denso como uma tese: o prazo finda, mas o conjunto das reflexões realizadas revela mais incertezas do que certezas, mais perguntas do que respostas; como ressalta Guimarães Rosa: as perguntas, agora, são bem maiores do que no início das reflexões. Maiores, sobretudo, pelo próprio método dialético utilizado para analisar a realidade complexa, contraditória, que se apresenta na contemporaneidade e nela pensar o trabalho do Assistente Social.

Isso nos faz perceber a ideia de processo, o movimento de transformação das coisas, no real e no reflexo, ou seja, no mundo das ideias que movem e se transformam todo o tempo, no curso da história provinda da forma de estruturação dos homens em seus processos de produção material de suas existências. Assim, nos aproximamos do desvelamento da pseudoconcreticidade apontada por Kosik: um mundo real que apresenta o real, mas ao mesmo tempo o esconde. Daí ser necessária a teoria para decompor em partes o real, aliando-o à totalidade; sendo isto somente possível através de um conjunto de mediações construídas no curso da história. Nesse sentido, os resultados serão sempre aproximações sucessivas da realidade, ou seja, um conjunto de perguntas bem maiores do que aquelas de quando iniciamos a pesquisa.

Buscar conclusões, ou apontar as grandes perguntas que ficaram na construção deste trabalho, não é tarefa fácil. Primeiro, é preciso pensar o Serviço Social como trabalho, polemizar no âmbito do marxismo que o mesmo se configura um trabalho, e um trabalho difícil e complexo, como reconhecido no âmbito do debate acadêmico e da categoria, inclusive das Assistentes Sociais entrevistadas.

O trabalho foi aqui analisado como a categoria fundante do ser social, que, no processo de transformação da natureza, transforma a si e o mundo material, fazendo a mediação entre a necessidade e sua satisfação. Assim, o homem se

diferencia dos outros animais, sendo capaz de realizar projeções racionais teleológicas, transformando o real, a causalidade dada em causalidade posta; teleologia e causalidade aqui dialeticamente inter-relacionadas e postas no pôr teleológico do trabalho.

A aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, no processo qualificado como a intenção de ruptura, ou renovação, teve na construção do Código de Ética de 1986, bem como na mudança nas Diretrizes Curriculares de 1982, seus pilares iniciais. Assim, a profissão passa a ser compreendida como especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, no processo da produção e reprodução das relações sociais e o seu caráter contraditório.

A aproximação com o marxismo em suas fontes originárias será inicialmente apontada por Marilda Iamamoto, em *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, em 1982; no Código de Ética de 1993; e consolidada no processo de reformulação das diretrizes curriculares nos anos 1990, e cujo objeto de intervenção tem a questão social como base de fundamentação sócio-histórica da profissão e o trabalho como a centralidade no projeto de formação profissional.

Partimos, portanto, da concepção marxista de compreensão do trabalho como produtivo e improdutivo para, no âmbito das relações de classe, concebermos o trabalho do Assistente Social como trabalho. Assim, Iamamoto (2008, p. 78), do ponto de vista da produção capitalista, analisando o pensamento de Marx, problematiza:

O trabalho produtivo é o trabalho que se troca imediatamente por capital. Em consequência fixa o trabalho improdutivo, como aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro (incluindo as diferentes categorias que participam como co-sócios do lucro do capitalista, como o juro e a renda da terra. A determinação do trabalho e, portanto do seu produto, nada tem a ver em si com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: cozinheiros e camareiros de um hotel são trabalhadores produtivos na medida em que seu trabalho se converte em capital para o proprietário do hotel. Os mesmos trabalhadores são improdutivos, enquanto servidores domésticos, portanto aí consomem renda.

A partir da expansão do capital e seu domínio sobre a produção das mercadorias, surgem uma gama de diversos trabalhos produtivos e improdutivos, inclusive na contemporaneidade, a ampliação dos trabalhos nos serviços. Assim, o trabalho realizado diretamente na esfera estatal é trabalho improdutivo, não porque

não se materialize em coisas, mas por ser regido pelo direito público e não sob as diretrizes das empresas capitalistas privadas.

Nesse sentido, o Serviço Social, como trabalho, pautou os debates das novas diretrizes curriculares, no início dos anos 1990, consolidando-se em 1996. Conceber o Serviço Social como trabalho e o seu exercício como processo de trabalho residiu na superação de uma visão isolada da prática do Serviço Social, como uma atividade individual do sujeito, alargando para a compreensão de um conjunto de determinantes, que interferem nesse trabalho e suas características particulares.

Compreender o Serviço Social a partir da referida concepção, analisando o exercício profissional como processo e relações de trabalho e, no caso em questão, aqui postas no âmbito da proteção social básica no cotidiano dos CRAS, foi a escolha teórica assumida nesta pesquisa. Assim, nas entrevistas realizadas com as Assistentes Sociais e, em especial, no quesito “trabalho”, sobre a percepção dessas profissionais sobre o que fazem, todas consideram sua atividade como trabalho. Ao serem indagadas sobre sua compreensão de trabalho, ficou patente uma abordagem crítica do mesmo, no âmbito da sociedade do capital, enquanto trabalho explorado. Isso subjaz à visão marxista de que o trabalho no capitalismo está contido na mercadoria, possuindo um duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. Ao trabalho concreto, está subsumido seu valor de uso, à utilidade da mercadoria; ao trabalho abstrato, corresponde ao valor de troca da mercadoria. É nessa modalidade que o trabalho cria o valor das mercadorias, produzindo as riquezas apropriadas pelos detentores do capital. Portanto, o Assistente Social enquanto trabalhador está submetido às determinações da sociabilidade do capital, como os demais trabalhadores, embora sua especialização de formação universitária conforme um trabalho complexo.

Tal visão crítica do trabalho na sociabilidade do capital soma-se ao questionamento sobre as desigualdades presentes nessa sociabilidade em suas múltiplas expressões contraditórias no cotidiano do trabalho desses profissionais. Ao serem indagadas sobre o que pensam da sociedade em que vivem e trabalham, todas a qualificaram como uma sociedade de desigualdades, injustiças, exploradora, que exacerba o consumismo, criando novas necessidades, fomentada pela forma de estruturação social capitalista. Nessas duas questões concebemos uma visão crítica da sociabilidade do trabalho abstrato alienado que estão na base de construção do

projeto ético-político. No entanto, ao serem indagadas sobre o projeto profissional, cujos fundamentos residem na teoria marxista, 25% das entrevistadas disseram não localizar sintonia entre o que fazem e o referido projeto, dizendo que o mesmo é abstrato (portanto, longe do cotidiano profissional), encarando a profissão como um conjunto de saberes técnicos para administrar os conflitos, com ênfase na solução dos problemas imediatos e assim adequá-los à ordem burguesa. Mas 75% das entrevistadas problematizaram, de alguma forma, o que significa o projeto; e observamos que a mediação de sua concretude cotidiana ocorre no nível dos valores, abordado quando falamos do trabalho do Assistente Social nas perspectivas teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Outro importante desafio do projeto profissional para a categoria profissional consiste em compreender os direitos em uma perspectiva de totalidade, o que implica uma visão crítica das políticas sociais como construção do espaço público, e assim lutar pela ampliação das regulações sociais sem perder a dimensão dos limites estruturais dessa luta.

O Serviço Social tem no espaço da política social a mediação fundamental do exercício de sua profissão, desde suas origens, passando pelo processo de sua institucionalização, até os dias de hoje. No entanto, sua problematização dar-se-á nos anos 1970, período denominado modernização conservadora, cujas análises se pautaram no conservadorismo, onde se gestaram as estratégias burocráticas com ênfase no planejamento e nos programas sociais. Tal visão será questionada nos anos 1980, quando da aproximação do marxismo pelo Serviço Social, com o pensamento de Gramsci e o questionamento da Teoria do Engodo, que restringia a política social como dominação/cooptação dos trabalhadores e assim obtinha a docilidade do movimento operário popular. Tal concepção fundamentou-se em Althusser, que influenciou o movimento de reconceituação do Serviço Social e cuja visão monolítica do aparelho estatal influenciou os Assistentes Sociais, não observando as contradições da mesma. O Estado era visto por seu caráter repressor, cuja dominação exercia sobre os sujeitos, deixando-os sem alternativas de lutas e contradições. Assim, as instituições burguesas estatais, e aí as políticas sociais, seriam um engodo do Estado burguês para exercer sua dominação. Não restariam alternativas e possibilidades ao trabalho profissional crítico nas instituições, equiparando-o à militância política, que

repercutiu no Serviço Social brasileiro e na construção do Código de Ética de 1986, revisto em 1993.

Foi possível identificar nas entrevistas a visão crítica da política social pelos Assistentes Sociais dos CRAS/Fortaleza, que a concebem como um direito que contribui para minimizar as sequelas da questão social e assim abrandar as desigualdades oriundas da determinação de classe da sociedade do capital. Em nenhuma das entrevistas houve afirmação de que a política social eliminaria as desigualdades sociais, mas em diversas falas foi mencionado que essa política constitui um paliativo. Pensamos que tal posicionamento é corroborado, também, por se caracterizarem como profissionais que atuam na chamada “ponta”, ou seja, onde as políticas sociais neoliberais e focalizadas são observadas e sentidas pelos mesmos, e, ali, convivem com o não atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores e demandas não supridas pelo Estado. Tal visão rebate na compreensão das entrevistadas, de que a política social é unicamente um paliativo, sendo tal abordagem advinda da própria realidade empírica vivenciada por esses profissionais.

Com relação à política de Assistência Social, onde tais profissionais vivenciam o cotidiano de seu trabalho, especificamente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), estas a consideram um avanço, mas pontuam, também, suas fragilidades com relação às formas contratuais de trabalho, pela via da terceirização, assim como as condições estruturais para desenvolvimento das atividades com equipamentos que desrespeitam as condições éticas e técnicas do exercício profissional, em conformidade com a Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006; as dificuldades no acesso aos direitos no âmbito da própria política e também nas demais, como habitação, educação, saúde, o que torna ainda mais complexos os processos de trabalho nos citados equipamentos, em uma cidade marcadamente desigual como Fortaleza. Contudo, tal contradição permeia a própria estrutura do capital em crise, que não combina com direitos universais. Assim, nessa conjuntura “neodesenvolvimentista”, a tendência acentua o abandono da perspectiva de universalidade em detrimento da focalização na pobreza extrema, via programas de transferência de renda.

O cenário contemporâneo é adverso aos direitos sociais, não somente dos usuários, mas também dos próprios Assistentes Sociais, cujos vínculos são terceirizados, subcontratados, com salários irrisórios e condições de trabalho não

satisfatórias. Estando cotidianamente na execução direta da política social, os Assistentes Sociais pesquisados percebem que o seu trabalho nessa sociabilidade pautada pela exploração e mercantilização e as finalidades e meios que objetivam o seu exercício profissional bem como os valores que permeiam seus cotidianos profissionais.

É no cotidiano profissional que se realiza o trabalho do Assistente Social. É nele onde serão gestadas as possibilidades concretas de efetivação de sua relativa autonomia, cujas mediações passam pelas condições e relações sociais onde esse trabalho se realiza, condicionado por sua precarização e pelas condições de trabalho a que esses profissionais estão submetidos.

Heller (1989, p. 17) nos alerta que a vida cotidiana é insuprimível da vida dos homens, e todos a vivem, sem nenhuma exceção.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianeidade. E ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianeidade, embora essa o absorva preponderantemente.

Procuramos desenvolver a dimensão ontológica do cotidiano e suas possibilidades de superação no trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos CRAS de Fortaleza, a partir da compreensão dos mesmos sobre o cotidiano e as dificuldades aí encontradas, pela própria estrutura da vida cotidiana: heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade extensiva; isso para compreender como os Assistentes Sociais a superam e vivenciam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa dos processos de trabalho, por ser o espaço da vida cotidiana o lugar da reprodução do trabalho profissional dos Assistentes Sociais, existindo uma relação intrínseca entre a dinâmica do cotidiano e as respostas demandadas por este profissional em seu exercício de trabalho.

Os Assistentes Sociais, como os demais sujeitos sociais, estão na vida cotidiana que por suas características próprias é mais propensa à alienação e, portanto, à disseminação do pensamento burguês, podem está imbuídos pelo senso comum, presentes na burocracia institucional. Mas tais profissionais têm uma formação pautada no desvelamento dessa imediaticidade da vida que tenciona o processo da alienação e podem assim ser capazes de perceber as implicações

éticas e políticas das respostas profissionais às demandas dos usuários. No entanto, encontramos em 25% das profissionais entrevistadas discursos marcados pela fragilidade na argumentação, apoiados no senso comum, dicotomizando teoria e prática, pensamento e realidade, não conseguindo ultrapassar a imediaticidade do real. Identificamos, nas análises, a Universidade como o campo da teoria, e o espaço institucional como o campo do exercício, este, considerado como um trabalho burocrático que demanda conhecimentos instrumentais e que, segundo as mesmas, “a formação não deu conta”.

Em consonância com Santos (2006), compartilhamos de sua abordagem, que considera a dificuldade de apreensão da teoria social crítica por parte dos profissionais citados, tratando-se mais de uma questão pedagógica e/ou de capacitação profissional permanente, do que necessidade de revisão do projeto político-pedagógico da formação profissional. Identificamos a precariedade de investimentos nas Universidades, as dificuldades existentes na academia em socializar conhecimentos entre as instituições empregadoras. Relatos registraram as dificuldades relacionadas com os conhecimentos obtidos na academia e sua aplicação na intervenção profissional, como se deixassem ver que a Universidade deve responder unicamente às demandas do mercado de trabalho. Se assim for, corre-se o risco de ser a Universidade um apêndice das instituições, perdendo seu papel crítico.

Tais abordagens foram percebidas em 25% das entrevistadas, que compreendem que seu trabalho profissional pauta-se na necessidade de domínio sobre as resoluções do Bolsa Família, instrumental fundamental para o trabalho nos CRAS. Uma das entrevistadas observa que desde o estágio supervisionado, ou seja, desde o período de sua formação, já analisava tal distância entre o real e a teoria.

Barroco (2012) ressalta que dadas as particularidades das demandas atendidas pelo Serviço Social, o conservadorismo e a herança de sua formação primária passada, e toda a influência da ideologia dominante na cotidianidade, estas impactam sobre os profissionais, que podem sofrer os apelos moralistas e preconceituosos do imaginário social. Mas, ainda assim, há possibilidades de suspensão desse cotidiano.

Entretanto, a burocracia institucional favorece uma dinâmica cotidiana profissional alienada, pelas próprias determinações do mercado de trabalho da sociabilidade capitalista, mas como indivíduos portadores de uma teleologia que nos

permite refletir sobre nossas ações, pautados em um projeto ético-político e crítico a essa sociabilidade, bem como no devir de construção de uma sociedade livre, não capitalista, podemos suspender o cotidiano. Como observa Heller (1989, p. 39), a vida cotidiana não é alienada, necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas em determinadas circunstâncias sociais. Assim, em todas as épocas existiram cotidianidades não alienada, encontrando-se essa possibilidade aberta a qualquer ser humano. Isso, no Serviço Social, é possível pela nossa relativa autonomia, embasada em princípios e valores radicalmente humanistas. Em relação ao projeto profissional que nos embasa, observamos que em 75% das Assistentes Sociais entrevistadas tal possibilidade é considerada, como vemos no relato abaixo:

“O que vamos fazer é compartilhar e trocar ideias. Ver e refletir junto com as famílias, os valores, faz acreditar numa sociedade diferente que não seja pautada de forma tão acirrada nas questões sociais. Que contribuições o nosso fazer profissional hoje tem para levar essa consciência às famílias, para mostrá-las que elas são protagonistas dessa história, que elas precisam acessar os direitos. Que não adianta ficarmos sós à frente, se elas não se mobilizam também” (Assistente Social nº 10).

Das falas desse grupo de profissionais percebemos que compreendem que no trabalho cotidiano é possível ser mediado por princípios e valores, que, objetivado em níveis diferenciados na consciência, pode ultrapassar a dinâmica cotidiana, ampliando diferentes níveis de concepção com as possibilidades humano-genéricas, contidas no projeto profissional. Claro que essas profissionais têm de continuar seus processos reflexivos, mediados pela teoria, daí as capacitações serem fundamentais nesse processo. Ao serem indagadas sobre os cursos que fizeram, proporcionados pela instituição empregadora, elas ressaltaram um em especial, um que nos chamou atenção, dizendo ter sido de grande importância para solidificar os conteúdos teóricos da formação e assim conseguir fazer uma leitura mais aproximada da realidade e melhor intervir. O curso mencionado foi Estado, expressões da questão social e política de assistência social: o contexto de Fortaleza/CE, promovido em 2011 por uma professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Ao analisarmos o trabalho profissional do Assistente Social nos CRAS, fez-se necessário compreender que o mesmo é constitutivo de três dimensões intrinsecamente inter-relacionadas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Na dimensão ético-política, inclui-se o compromisso profissional com os

valores que fundamentam o projeto profissional e o sentido que atribuem à ação profissional. Os valores estão intrinsecamente articulados com a dimensão teórico-metodológica, tendo como terreno de base a teoria social crítica, articulando teoria e método em uma perspectiva da história e os processos sociais econômicos, políticos e sociais. As dimensões ético-política e teórico-metodológica atrelam-se à técnico-operativa, onde os sujeitos profissionais articulam os conteúdos instrumentais de sua ação, enquanto instância de passagem para a operacionalização de seu trabalho que contém valores e uma direção teórica, bem como um método de apreensão dessa direção, daí a indissociabilidade dessa tríade.

Ao analisarmos as falas dos profissionais sobre seu trabalho, tendo em vista a dimensão técnico-operativa, observamos que 75% das entrevistadas concebem que a instrumentalidade transcende à simples utilização de técnicas e instrumentos, porque os elementos técnicos existem em determinado processo histórico. A técnica contém uma visão política determinada e uma concepção ética dos sujeitos que a imputam valores, questionando a burocracia institucional, com clareza dos fins e dos meios, para dentro das alternativas encontradas no real, buscando finalidades para suas ações, pautadas no projeto profissional.

Há um grupo de 25% das entrevistadas que concebem o trabalho de uma forma bastante instrumental, reduzindo-o a atendimentos administrativos das condicionalidades do Bolsa Família. Nesse grupo, o trabalho desenvolvido se reduz à burocracia institucional, executado sem criticidade, reduzindo seu exercício profissional aos manuseios burocráticos dos instrumentais, inclusive expressando o saber instrumental da gestão institucional.

O trabalho opera sobre a natureza e, ao transformá-la, muda a própria natureza humana, implicando o domínio da consciência sobre o objeto transformado que sempre no contínuo de alternativas que através da consciência e liberdade faz o sujeito tomar posição entre diferentes valores, adicionando-os às suas finalidades. Tais valores são práxis, porque supõem a existência material de um objeto, que ao transformá-lo em algo novo, através das escolhas, é capaz de responder às necessidades humanas objetivas dadas pelo trabalho.

A ética constitui-se como reflexão crítica-ontológica e histórica dos valores morais construídos pela sociabilidade. Só a mesma é capaz de desvelar as formas reificadas e alienadas do ser, apreendendo criticamente os fundamentos dos conflitos morais. Para ser crítica, a ética tem de apreender os fundamentos dos

valores morais do seu tempo, e como instrumento teórico-crítico, orientar a formação de valores humano-genéricos que apontem para o devir. Essa é a concepção que fundamenta os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, de 1993.

Aos valores contidos no Código de Ética Profissional são radicalmente críticos, fundamentado na teoria social marxista, cujo conhecimento teórico-metodológico contido no projeto profissional seja capaz de fundamentar as escolhas éticas não alienadas. Este choca-se com a educação moral primária socialmente adquirida no meio social em que vivem alguns destes profissionais, entrando em contradição com os valores formativos da formação acadêmica. O profissional, então, tem de romper com o estabelecido, fazendo suas escolhas ético-morais e responsabilizando-se por elas. Das entrevistadas, três profissionais explicitaram esse conflito, mesmo tendo consciência das escolhas éticas dos diferentes valores da formação profissional com os valores religiosos, principalmente.

Uma das questões que nos intrigou nesta pesquisa foram as dificuldades das Assistentes Sociais entrevistadas em problematizar princípios tais como democracia, posicionamento em favor da equidade e da justiça social, aprimoramento intelectual, ampliação e consolidação da cidadania, liberdade. Muito incisivo em suas falas foi a questão da luta contra todas as formas de preconceito. Entre as entrevistadas, 25% delas não se recordavam de nenhum dos princípios. Simplesmente disseram não se lembrar, achando as perguntas da entrevista difíceis; porém ressaltaram que isso as fez refletir sobre a necessidade de voltar a estudar para melhorar seu trabalho. Já 75% das entrevistadas, conseguiram colocar princípios importantes na fundamentação de seus trabalhos. O destaque foi para a questão da liberdade e da erradicação de todas as formas de preconceito. Mas observamos que nenhuma fala explicitou o princípio que sintetiza o devir, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, a opção por um projeto vinculado à construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classes, etnia e gênero. Quanto à liberdade, não conseguimos perceber que concepção de liberdade essas profissionais possuem, embora se dissessem anticapitalistas e em sua falas estivesse muito presente a questão da luta contra os preconceitos; isso foi expresso no grupo por 75% das entrevistadas, onde observamos no desenvolvimento do exercício profissional sintonia com os valores postos no Código de Ética profissional.

Percebemos que os valores éticos que fundamentam o Código de Ética, objetiva-se pela mediação da consciência nesses profissionais e pelos depoimentos dos mesmos, conseguindo questionar elementos da imediatividade da realidade postas no cotidiano profissional.

Para que esses profissionais consigam amadurecer ainda mais suas concepções críticas do real, são necessários diferentes níveis de capacitação e organização da categoria; responsabilidade dos sujeitos profissionais para o fortalecimento da profissão e da ética profissional, posto aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-se a serviço dos princípios desse código. Isso só será possível com o engajamento das instituições formadoras e das instituições empregadoras para a capacitação continuada; neste sentido, a Universidade Estadual do Ceará terá um papel importante, pois é a instituição formadora de todos os profissionais pesquisados.

É de fundamental importância a luta por concurso público, que garanta a estabilidade desses profissionais, em seus vínculos de trabalho, e a luta pela melhoria das suas condições de trabalho, que perpassa também a luta para ampliação dos direitos sociais, rebatendo a focalização tão presente nessa realidade de tempos de barbárie social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e sociedade. In: CFESS (Org). **Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores**. 2. ed. Brasília: CFESS, 2004.

_____. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: CFESS, ABEPSS (Orgs.). **Capacitação em política social e serviço social**. Módulo II. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 2000.

_____. Código de Ética do/a Assistente Social. Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: _____.; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Orgs.). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BONETTI, Dilséa Adeodata *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

_____. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Previdência e assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. *Universidade e Sociedade*. **Revista da ANDES-SN**, Brasília, ANDES-SN, n. 22, 2000.

_____. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. rev. ampl. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001.

_____. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 79, p. 108-132, 2004.

_____. Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais, 2006. (texto digitalizado)

_____. **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Os custos da crise para a política social. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Seguridade social e trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: UNB, 2006.

_____. América Latina, política social e pobreza: novo modelo de desenvolvimento? In: **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Rideel, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004. Norma Operacional Básica-NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros: Assistência Social 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2011.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, 2004.

_____. Notas sobre o projeto ético-político. *Assistente social: ética e direitos*. (Coletâneas de Leis). Rio de Janeiro, CRESS-7ª Região, 2005.

_____. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, CFESS, 2007.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. **Código de ética do assistente social**. 3. ed. Brasília, 1997a.

_____. **Lei de Regulamentação da profissão n. 8.662/93**. 3. ed. Brasília, 1997b.

_____. **Resolução n. 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

_____. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na política de Assistência Social**. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, CFESS, 2009.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1984.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **A construção da esfera pública na luta pelos direitos sociais**: os fóruns enquanto expressão da sociedade civil. Ceará, 2001. (texto mimeo.)

CARVALHO, J. Murilo. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COELHO, Marilene. Imediaticidade da prática profissional do assistente social. Rio de Janeiro: Lumesn Juris, 2013.

COIMBRA, Marcos Antônio. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, Sergio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1987, p. 65-104.

COUTO, R. Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DRUMMOND, de Andrade Carlos. **Antologia poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ESCOBAR, Artur. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. In: **Revista Lua Nova**, n. 24. São Paulo: CEDEC, 1991.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

GONÇALVES, Reinaldo. Redução da desigualdade no governo Lula: análise comparativa. In: **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Ontologia social e formação profissional. **Serviço Social e sociedade**, n. 54, São Paulo, 1997.

_____. O Conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção e conhecimento. São Paulo: Editora Veras, 2009.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: Cláudia Mônica, Backx Sheila, Guerra Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2012.

GUTIERREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O novo ecletismo na política social brasileira: entre o “risco social” e a luta por direitos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAURELL, Asa Cristina (Org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, Sérgio. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo: PUC/SP, v. 13/14.

_____. Contra-revolução, trabalho e classes sociais. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano II, n. 4, jul./dez., 2001.

_____. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano I, n. 2, jul./dez., 2000.

_____. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 52, dez. 1996.

_____. Serviço Social, Trabalho e Reprodução, 2000. Disponível em: <http://sergiolessa.com/novaartigos_etallil.html>. Acesso em: 23 jun. 2013.

LESSA, Sérgio e PINASSI, Maria Orlanda (Orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a categoria particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do ser social**: princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. (Tradução do original de Ivo Tonet, disponível em <www.sergiolessa.com>).

_____. Prolegômeros para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução?** Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **O Capital**. Livro 1. v. 1. Rio de Janeiro: 1975.

_____. **O Capital**. 8. ed. v. 1. São Paulo: Difel, 1982 (Livro 1).

_____. **O Capital**. Livro 1. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. **O Capital**. Livro 1. v. 2. Crítica da economia política, o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1978, p. 101-132. (Coleção Os Pensadores).

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARTINELLI, Maria Lúcia (1995). **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MIOTO, Regina Célia T. Que família é essa? In: **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (2000b). El debate metodológico de los '80/'90. El enfoque ontológico versus el abordaje epistemológico. In: MONTAÑO, Carlos; BORGIANNI, Elisabete. **Metodología y Servicio Social Hoy en debate**. São Paulo: Cortez, 2000. (Biblioteca Latino-Americana de Servicio Social).

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____. (Org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1- Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

MUSTAFÁ, A. M. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social. **Presença Ética: ética, política e emancipação humana**, Recife: GEPE-UFPE, ano III, n. 3, dez. 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Introdução ao método da teoria social*. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1- Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1- Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

_____. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, 2007.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS (Org.) **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, R. N. C. A mediação na prática profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 26, 1988.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da auto imagem de seus agentes. Rio de Janeiro: FAPERJ e-papers, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Como conjugar especificidade e interssetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 54-62, mar. 2004.

_____. **A interssetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética**. 2011 (mimeo.).

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. São Paulo: Campus, 2000.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília: CFESS/CEAD/UNB (Módulo 4).

_____. A propósito da categoria de mediação. **Revista Serviço & Sociedade**, São Paulo, n. 31, ano X, dez. 1989.

RAICHELIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 56, 1998.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social).

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização Política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 88, 2006, p. 160-182.

_____. A construção do projeto coletivo: refletindo aspecto do projeto profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília, n. 4, 2002.

_____. 10 anos do código de ética dos(as) assistentes social: dimensões históricas, lutas e desafios. **Presença ética**, Pernambuco, n. 3, 2003.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara; MIOTO, R. T. Célia (Orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanetti. (Orgs.) **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPAIO, A. Plínio. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas da formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. Tese. (Doutorado)— Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SPOSATI, Aldaísa. O primeiro ano do Sistema único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006.

STEIN, Rosa H.; PEREIRA, P. Amazoneida. Política Social: universalidade *versus* focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana Mara; MIOTO, R. T. Célia. (Orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

TAVARES, M. Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

TEMPORALIS. São Paulo: ABEPSS, n. 3, 2001.

_____. Porto Alegre: ABEPSS, n. 7, 2003.

TONET, Ivo. Ética e capitalismo. In: JIMENEZ, Susana et al. (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis**. Fortaleza: Ed. UECE, 2007, p. 47-62.

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.

WADERLEY, Luiz Eduardo. Participação Popular: poder local e conselhos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, 1991.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Estado e políticas sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 28, p. 5-32, 1988.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

YASBEK, Maria. C. Silva; OLIVEIRA, Maria O. de; RAICHELLIS, R. (Orgs). **O sistema único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO DOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CE À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**. Esta pesquisa é desenvolvida por Adinari Moreira de Sousa, aluna do Curso de Pós-Graduação, doutorado em Política Social, da Universidade de Brasília- UnB, sob orientação da Professora Rosa Helena Stein, caracterizando-se como trabalho de conclusão de tese, para obtenção do título de Doutor em Política Social.

Desta forma gostaríamos de contar com a sua participação, permitindo que realizemos entrevista e que possamos gravá-las para que nenhuma informação seja perdida. Garantimos resguardar os eu anonimato, bem como o nome de pessoas citadas na entrevista.

A pesquisa não trará risco a sua pessoa e você poderá desistir de participar da mesma no momento que decidir, sem que isso lhe acarrete qualquer penalidade. Se necessário, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone: 85 9600.7799.

Tendo sido informada sobre a pesquisa: **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA-CE À LUZ DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**, concordo em participar da mesma.

NOME _____

Assinatura: _____

Fortaleza, _____ de _____ de 2013.

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Prefeitura de
Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a assistente social **Adinari Moreira de Sousa**, doutoranda em Política Social na Universidade de Brasília – UnB, a realizar pesquisa intitulada “O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social à luz do projeto ético-político profissional: a experiência de Fortaleza/CE” junto aos CRAS de Fortaleza. A mesma tem como foco os assistentes sociais que possuem no mínimo 3 (três) anos de experiência na Política de Assistência Social do município. Declaro, ainda, estar ciente de que será utilizada as seguintes técnicas: *observação e entrevista semiestruturada*.

Fortaleza, 14 de agosto de 2012.

Lidiana Rios Farias

Coordenadora da CGSUAS

Secretaria Municipal de Assistência Social
Av. da Universidade, 3305 Benfica – CEP 60.020-181
PABX: (085) 3105.3445